**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

DANIELE MAIA TEIXEIRA COELHO

**A DICOTOMIA NATUREZA E CULTURA NO ÂMBITO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO**

SÃO PAULO

2017

DANIELE MAIA TEIXEIRA COELHO

A DICOTOMIA NATUREZA E CULTURA NO ÂMBITO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL BRASILEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e
Ambiente da Universidade de São Paulo
(PROCAM/IEE-USP) para a obtenção do título de
Doutor em Ciência Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Helena Zanirato

Versão Original

SÃO PAULO

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Coelho, Daniele Maia Teixeira.

A dicotomia natureza e cultura no âmbito das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural imaterial brasileiro. /Daniele Maia Teixeira coelho; orientadora: Sílvia Helena Zanirato. –São Paulo, 2017. 234f.: il. 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Patrimônio cultural. 2. Natureza (Aspectos culturais). 2. Políticas Públicas. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: COELHO, Daniele Maia Teixeira

Título: A dicotomia natureza e cultura no âmbito das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural imaterial

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Ambiental.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição: _____

Presidente Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora merece muitos agradecimentos. Primeiro porque participou da minha banca de mestrado e ali já éramos orientadora-orientanda mesmo sem sabermos. Segundo porque acreditou num projeto que foi elaborado de forma um pouco atabalhoada, pois ainda carecia de leitura para chegar ao tema que realmente viria a ser explorado na pesquisa de doutorado. Terceiro porque, no meio do doutorado, tive a felicidade de ficar grávida e ela, em momento algum, titubeou; ao contrário, encaminhou palavras de incentivo para que eu não pensasse em desistir e vibrou com a versão que consegui elaborar após a licença maternidade, em meio aos desafios de uma mãe de primeira viagem, das sonecas de meu filho, da maioria das noites sem dormir, etc. Sorte a minha por ter conhecido uma pessoa como Sílvia Helena Zanirato e de tê-la como minha orientadora.

Aos Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas e Profa. Dra. Sueli Furlan, que participaram da minha seleção de ingresso no doutorado, o meu mais sincero agradecimento, pois apostaram que aquele projeto ainda sem cara e confuso poderia virar uma tese.

Muito obrigada aos Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues e Prof. Dra. Maria Tereza Duarte Paes por terem participado do exame de qualificação e contribuído com perspectivas e sugestões de aprimoramentos para que chegássemos à versão apresentada na defesa.

Assim como no mestrado, sem o apoio dos meus pais, Ronald e Heloysa, e de meu marido, Guilherme, não existiria tese alguma. Minha mãe foi essencial ao cuidar do seu netinho para que eu pudesse pesquisar, escrever e fazer reuniões com a minha orientadora. Meu pai e meu marido tiveram muita paciência ao revisarem algumas versões da tese. Novamente: sorte a minha por ter essas pessoas mais do que maravilhosas na minha vida!

Agradeço, também, ao meu filho, Vicente. Mesmo sem ele saber o que uma tese significa (apesar de ter estado no exame de qualificação, quando tinha 7 meses de vida, na minha barriga!), a maternidade sem babá e 24x7, sem dúvida, fez com que eu sentisse a imensa força que temos todos para realizar coisas, ainda que em doses homeopáticas, perdoando minha imperfeição, aceitando minhas limitações, e sabendo que, em outras circunstâncias, a tese poderia ter ficado melhor.

RESUMO

COELHO, Daniele Maia Teixeira. **A dicotomia natureza e cultura no âmbito das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural imaterial brasileiro**. 2017. 234f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese objetiva analisar em que medida a dicotomia entre natureza e cultura, fruto da cientificidade da Modernidade, apresenta-se nas políticas públicas patrimoniais culturais de proteção, especialmente, de bens imateriais como os saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. Ainda no século presente, mantemos entendimento de que há coisas da natureza e coisas da sociedade, e mal conseguimos articular ambas num só entendimento. Isso se traduz, nesta tese, na experiência que analisamos com órgãos da Administração Pública que tratam da natureza e da cultura, definem legislação específica sobre cada tema e atuam na expectativa da proteção integral.

Particularmente, analisamos as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quanto à proteção de bens culturais imateriais. Nossa hipótese é a de que, ainda que esse órgão venha paulatinamente ampliando seu horizonte no trato da questão, ainda continua a formular diretrizes que reafirmam a separação entre natureza e cultura, material e imaterial, real e simbólico.

Para atingirmos o objetivo proposto, utilizamos como metodologias a pesquisa bibliográfica na literatura especializada, a adoção de fontes documentais oficiais (em especial, dossiês de registro), a realização de entrevistas e a análise das imagens de alguns bens culturais imateriais.

Neste contexto, algumas ponderações são propostas e dizem respeito à tentativa de agregar os elementos existentes nas práticas culturais, para que se avance em direção à superação da dicotomia natureza e cultura e se chegue a uma forma mais integradora de ver a questão. Uma dessas ponderações diz respeito ao momento de registro do bem imaterial, quando já seria possível invocar a presença de outros órgãos envolvidos, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por exemplo, cuja atribuição é diretamente ligada ao campo do patrimônio cultural. Tal medida poderia construir políticas públicas mais holísticas, tomadas em conjunto, que levem em consideração os elementos naturais e culturais presentes no bem cultural imaterial. Além disso, consideramos a importância de ampliar a competência legal do IPHAN, possibilitando que trilhe um caminho que respeite e proteja de forma mais efetiva o simbólico e o real contidos na manifestação cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Natureza e cultura. Registro. Bem imaterial.

ABSTRACT

COELHO, Daniele Maia Teixeira. **The dichotomy nature and culture concerning public policies of protection of the Brazilian cultural intangible heritage.** 2017. 234f. Doctorate Thesis. Graduate Program on Environmental Science, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Our thesis aims to examine to what extent the dichotomy between nature and culture (which is a product of the modernity's scientificity) is reflected in the cultural policies of patrimonial protection, especially of intangible goods, such as knowledge, celebrations, forms of expression and places. In the 21st century, the understanding that there are things that belong to nature and others that belong to society is maintained and we can barely articulate both in only one understanding. We confirmed the existence of such understanding in our analysis of the public administration bodies' experience in dealing with nature and culture, defining specific legislation on each subject and acting with the expectation of a whole protection.

In particular, we have analyzed the National Historical and Artistic Heritage Institute – IPHAN's actions regarding the protection of intangible cultural assets. Our hypothesis is that, although the IPHAN has been gradually broadening its horizon in the treatment of the issue, it still continues to formulate guidelines that reaffirm the separation between nature and culture, material and immaterial, real and symbolic.

In order to reach our goal, the used methodologies include bibliographic research in specialized literature, official documentary sources (in particular, registration dossiers), the conduction of interviews and the analyzes of some intangible cultural assets images.

In this context, some considerations are proposed and concern the attempt to aggregate the existing elements in cultural practices, in order to overcome the dichotomy between nature and culture for achieving a more integrative way to face this issue. One of these considerations concerns the moment of the intangible asset registration and when it would be possible to request the involvement of other bodies, such as the Ministry of Environment, whose attribution is directly linked to the cultural heritage issue. Such a measure would allow the building of more holistic public policies, to be taken as a whole and that take into account the natural and cultural elements of the intangible cultural good. In addition, we consider the importance of extending IPHAN's legal competence, by allowing it to tread a path that respects and protects more effectively the symbolic and the real contained in cultural manifestation.

Keywords: Cultural heritage. Nature and culture. Registration. Intangible asset.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. RELAÇÕES ENTRE NATUREZA E CULTURA.....	22
1.1 O hiato.....	22
1.2 Caminhos para uma aproximação.....	31
2. O SURGIMENTO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO OFICIAL.....	38
2.1 Dimensões do patrimônio.....	38
2.2 Origens do patrimônio.....	42
2.3 Patrimônio como afirmação de valores.....	54
3. PROTEÇÃO LEGAL E POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	67
3.1 Direitos Culturais.....	68
3.2 Instrumentos jurídicos protetivos em âmbito federal.....	72
3.2.1 Bens culturais materiais.....	80
3.2.2 Bens culturais imateriais.....	84
3.2.3 Paisagem cultural.....	96
3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS CULTURAIS IMATERIAIS.....	110
3.3.1 Livros de registro: as políticas na prática.....	110
3.3.1.1 Livro dos Saberes: o “Modo de fazer viola de cocho”.....	120
3.3.1.2 Livro das Celebrações: o “Ritual yaokwa do povo indígena enawene nawe”.....	125
3.3.1.3 Livro das Formas de Expressão: o “Fandango caiçara”.....	136
3.3.1.4 Livro dos Lugares: a “Cachoeira de iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos rios uaupés e papuri”.....	145
4. NATUREZA E CULTURA NA GESTÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL.....	159
4.1 A dicotomia no discurso.....	160
4.2 O sujeito do patrimônio.....	175
4.3 O papel do IPHAN.....	193
CONCLUSÃO.....	214
REFERÊNCIAS.....	220

INTRODUÇÃO

Bens culturais materiais ou imateriais compõem o que se designa “Patrimônio Cultural do Brasil”. De acordo com a categoria na qual o bem se enquadra, aplica-se determinado instrumento jurídico para protegê-lo, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal pertencente ao Ministério da Cultura (MinC). Quase que automaticamente se considera material tudo o que é concreto, tangível, e imaterial o que, em oposição, está no campo do espírito, da intangibilidade.

No entanto, as categorias natureza e cultura, material e imaterial, como se vê na aplicação prática das políticas públicas nesse âmbito, não são tão estanques como na forma em que são concebidas e aparecem, simultaneamente, nos processos envolvendo bens culturais. Em se tratando de um bem cultural imaterial, como veremos nos exemplos trazidos ao longo desta tese, indissociáveis estão as práticas culturais dos elementos materiais que também o compõem, como é o caso dos bens produzidos pela natureza e do território, imprescindíveis para a continuidade da manifestação.

Objetivamos, com esta tese, analisar em que medida a dicotomia entre natureza e cultura, fruto da cientificidade da Modernidade, apresenta-se nas políticas públicas patrimoniais culturais de proteção, especialmente, de bens imateriais, os quais estão tipificados como saberes (conhecimentos e modos de fazer), celebrações (rituais e festas), formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e lugares (espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas).

Nossa hipótese é a de que, pelo fato de por natureza e cultura terem sido consideradas como categorias separadas, esta separação se expressa nos órgãos da Administração Pública Federal e nas normativas específicas para cada uma das categorias. Disso decorre que as formas de pensar dos integrantes da autarquia federal responsável pelo Registro de bens culturais de natureza imaterial (registro) e as políticas públicas formuladas para esse fim acabam reafirmando essa separação e, quando aplicadas, não conseguem efetivamente proteger o patrimônio cultural em sua

acepção material e imaterial. E não conseguem justamente pela não consideração *a priori* de uma perspectiva holística, o que leva a restringir a presença de atores fundamentais na proteção, como é o caso dos detentores e produtores de bens culturais e tantos outros órgãos componentes do Poder Executivo, responsáveis direta ou indiretamente pela proteção, como os ministérios e suas instituições.

Levando-se essa hipótese em consideração, pretendemos verificar em que medida a falta de atuação prévia e conjunta do IPHAN com outros ministérios, diante de elementos materiais e imateriais que compõem o mesmo bem cultural imaterial proposto para registro, gera políticas públicas em descompasso e por vezes conflituosas, e que tornam, conseqüentemente, a proteção pouco eficaz. Tornando mais clara a formulação, as políticas de proteção cultural, tratadas no âmbito do Ministério da Cultura, ao qual a cultura foi atribuída, gera o entendimento de que ela não está presente em outras políticas públicas que se relacionam com a natureza e seus elementos constitutivos. Ou, ainda, que relevantes questões socioambientais atreladas ao bem cultural imaterial podem ser resolvidas *a posteriori*, quando o registro for concedido, o que leva à perspectiva de depender de uma carga considerável de boa vontade política para se obter um acordo na atuação conjunta e integrada de entes públicos envolvidos na eficácia da proteção.

Parecem-nos extremamente relevantes, sob o ponto de vista socioambiental, que essas discussões sejam levantadas, uma vez que percebemos nesta tese que tensões referentes ao trato da cultura e da natureza aparecem ao longo de todos os processos de registro de bens culturais imateriais, principalmente, *a posteriori*, quando o título protetivo já foi concedido e é preciso elaborar os planos de salvaguarda.

Atrelado à nossa hipótese, como não poderia deixar de ser, o nosso problema reside no fato de termos categorizado, não só o binômio natureza e cultura, como também os órgãos, atribuindo-lhes competências específicas de acordo com a matéria. Assim, é muito natural a aplicação do entendimento de que cada ministério, com sua pasta, seu planejamento, seu orçamento, seu capital humano, cuide “do seu assunto”, deixando pouco espaço para a atuação conjunta, integrada, que considere o bem

cultural imaterial dotado dos seus vários elementos que requerem um olhar diferenciado.

Para a composição desta tese, trabalhamos com algumas categorias conceituais que embasam o desenvolvimento de nosso pensamento e que se inicia pela verificação da construção, ao longo da Modernidade, no Ocidente, de entendimentos sobre natureza e cultura, concebidos de forma separada. Esta perspectiva, como veremos, ainda não contempla qualquer discussão acerca do que viria a ser chamado de material e imaterial, ou mesmo de patrimônio cultural.

No tratamento das categorias, natureza é considerada, nesta tese, como entende Marilena Chaui (2006, p. 245):

para as ciências contemporâneas, a natureza não é apenas a realidade externa, dada e observada, percebida diretamente por nós, mas é um objeto de conhecimento elaborado pelas operações científicas para explicar a natureza externa.

No que tange à cultura, a perspectiva de Edward P. Thompson (1998) interessa-nos à medida que seu foco recai sobre os sujeitos envolvidos, suas atitudes e comportamentos, e tem como pano de fundo os valores. Nas palavras do referido autor, a cultura é

um sistema de atitudes, valores e significados compartilhados e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados, [assim como é] um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. (THOMPSON, 1998, p. 16).

Por patrimônio cultural, consideramos “bens que sejam expressão e testemunho da criação humana e da evolução da natureza, que tenham ou possam ter valor e interesse histórico, artístico, científico ou técnico” (SOARES, 2009, p. 28 e 29), ao passo que, por patrimônio imaterial, consideramos a definição adotada pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (UNESCO, 2003, artigo 2º), qual seja:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

No que tange aos instrumentos jurídicos, consideramos por proteção a definição contida na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, também da UNESCO: “a adoção de medidas que visem à preservação, salvaguarda e valorização da diversidade das expressões culturais” (UNESCO, 2005, artigo 4º, item 7). Dessa forma, permitimo-nos utilizar a palavra “proteção” para designar o conjunto amplo de medidas administrativas e jurídicas que têm o intuito de acautelar, promover, salvaguardar, difundir e preservar bens culturais.

Por política pública, adotamos o entendimento de Eduardo Nivón Bolán (2006, p. 63, tradução nossa): “o resultado das expectativas dos diferentes agentes e grupos sociais que intervêm em cada campo cultural e que são em si mesmos espaços de conflito e negociação”.

Ao abordarmos esse binômio fundamental para o campo do patrimônio cultural, como é o caso de natureza e cultura, pretendemos verificar em que medida a separação feita pela Modernidade, por meio do pensamento cartesiano de categorizar o conhecimento, foi responsável por conceber políticas públicas que reafirmam essa separação; e, também, verificar em que medida essa dicotomia gerou outros desdobramentos como as denominações patrimônio material e patrimônio imaterial, nas quais temos um elemento pragmático que é a matéria, o concreto, o real, e um elemento simbólico que é a sociedade.

Problematizar essas questões se faz imprescindível, uma vez que é inegável que vivenciamos a crise desse modelo de ver o mundo (SANTOS, 2002), necessitando, ao que tudo indica, de uma visão mais holística para que não esqueçamos de que o simbólico só existe por meio de uma base material concreta.

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizamos vasta pesquisa bibliográfica com vistas a ampliar o referencial teórico-conceitual sobre o patrimônio cultural imaterial. Nossa pesquisa bibliográfica tem como foco autores que tratam do

tema do patrimônio cultural há muitos anos, entre esses aqueles que têm experiência junto a órgãos encarregados da proteção do referido patrimônio. Por esta razão, muitos dos autores citados foram ou são integrantes dos quadros do IPHAN.

Nossa intenção com a revisão bibliográfica que consta desta tese é trazer à tona as principais questões levantadas por autores no trato do patrimônio cultural imaterial, que têm pertinência com as questões socioambientais que acreditamos que o IPHAN tenha que enfrentar, no que diz respeito à dicotomia natureza e cultura. Ademais, buscamos demonstrar a narrativa, o discurso oficial construído ao longo das últimas décadas no campo do patrimônio, que legitimou a atuação do Estado e a elaboração de instrumentos jurídicos protetivos, dos quais o registro faz parte.

Adotamos como fontes, documentos oficiais e entrevistas. Dos documentos oficiais, selecionamos e analisamos o seguinte material: 1) nos arquivos digitais do IPHAN, os registros por ele concedidos, os quais estavam disponíveis em seu endereço eletrônico¹, estando incluídos os pareceres técnicos e jurídicos, os dossiês, bem como as atas de reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN de processos de registro; 2) no arcabouço legislativo federal brasileiro referente aos bens culturais imateriais, especialmente o Decreto-lei nº 25/37, a Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 3.551/2000, a Instrução Normativa nº 1/2009/IPHAN, a Portaria nº 127/2009/IPHAN, a Resolução nº 1/2013/IPHAN, a Resolução nº 1/2006/IPHAN, assim como algumas Cartas Patrimoniais das quais o país é signatário e que possuem relação com o tema, principalmente, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ambas da UNESCO; e 3) as imagens disponibilizadas no endereço eletrônico do IPHAN e no acervo da Associação Cultural Caburé e do Museu Vivo do Fandango² a respeito de quatro bens imateriais culturais registrados que consideramos mais relacionados à tese proposta, sendo um de cada Livro de Registro, de forma a dar uma visão mais completa da aplicação das políticas públicas culturais no campo do patrimônio imaterial.

¹ No endereço eletrônico <www.iphan.org.br>.

² No caso do “Fandango Caiçara”, utilizamo-nos de imagens do acervo da Associação Cultural Caburé e do Museu Vivo do Fandango, uma vez que o dossiê de registro desse bem cultural não está disponível no endereço eletrônico do IPHAN. Último acesso realizado em 4 de setembro de 2017.

Para o material oficial, valemo-nos da análise de conteúdo, com a finalidade de “[...] concretamente observar e reconhecer o significado dos elementos que formam os documentos (palavras, frases, etc.) e em classificá-los adequadamente para sua análise e explicação posterior” (BRAVO, 1991, p. 287, tradução nossa), em consonância com o objeto de nossa pesquisa. No mesmo sentido, recorremos a Laurence Bardin (1979) procurando, a partir dessa análise, realizar deduções lógicas e justificadas, perquerindo o contexto em que os enunciados foram formulados.

Para analisarmos as imagens, pautamo-nos em Martine Joly (2007), colocando-nos como receptores da intenção dos autores das imagens aqui trazidas e da linguagem passada. Assim, temos em mente que

[...] a análise por si própria não só não se justifica como não tem interesse; ela deve servir um projeto e é este que lhe fornecerá a sua orientação, assim como lhe permitirá elaborar a sua metodologia. Não há método absoluto para a análise mas sim opções a fazer, ou a inventar, em função dos objetivos. (JOLY, 2007, p. 54).

Partindo da premissa de que, segundo Sílvia Helena Zanirato (2005, p. 20), a captação de imagem “[...] não é um mero jogo de espelhos, mas sim resultado de um processo bem mais elaborado e complexo, que envolve o mundo de signos e códigos, [...] de linguagem e de cultura”, levamos em consideração, também, as ponderações dessa mesma autora (ZANIRATO, 2005, p. 18), de que “[a] interpretação da imagem é um processo criativo, a visão que um leitor tem do mundo através da mesma não é um registro mecânico de objetos dispersos [...]”.

Sabemos, portanto, que a análise que faremos das imagens não é imparcial, vez que decorre de um referencial pessoal e do foco que nós próprios consideramos relevante. No entanto, ela não deixa de ser importante para esta tese, pois tem por intuito corroborar com o entendimento de que os elementos naturais (como os bens produzidos pela natureza e o território) fazem parte do bem cultural imaterial e devem ser considerados, assim como as práticas culturais, para que as operativas do Estado sejam efetivas.

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas adotando a estrutura aberta e a estrutura semiestruturada. Seguindo as orientações metodológicas, selecionamos

pessoas que integram ou já integraram departamentos ou coordenações que direta e indiretamente se relacionam com a proteção do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Estas entrevistas seguiram a orientação estabelecida por M. C. S. Minayo (2001), Tim May (2004), Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005) e levaram em conta, na escolha dos entrevistados, o tempo que vêm trabalhando ou que trabalharam no IPHAN, estando envolvidos na temática em seu aspecto prático.

Destacamos que nosso recorte se dá no âmbito da Administração Pública Federal, ou seja, não foram consideradas, nesta tese, as práticas das esferas estaduais e municipais no trato do patrimônio cultural imaterial. E, dos institutos vinculados ao Ministério da Cultura, estamos focando, particularmente, o IPHAN.

Podemos dizer que as perguntas que levantamos por meio desta tese empenham-se em fazer uma abordagem interdisciplinar, haja vista a natureza do patrimônio como aqui o concebemos e o Programa de Pós-Graduação no qual estamos inseridos. Ademais, em razão de nossa graduação em Direito e de nossa trajetória acadêmica, com Mestrado também no Procam/USP e pós-graduações em Direito Ambiental e em Direito da Propriedade Intelectual, nossa análise recai sobre os procedimentos adotados por normativas que visam proteger o patrimônio cultural, especialmente, o imaterial, para que possamos verificar em que medida as questões socioambientais vêm sendo consideradas. Essas perguntas são as seguintes:

1) Como as categorias de natureza e cultura foram construídas? Como elas se expressam na legislação brasileira referente ao patrimônio cultural, ou seja, como aparecem essas categorias nas operativas do Estado no que tange às políticas públicas com vistas à proteção do patrimônio cultural?

2) Nos bens culturais imateriais registrados até o momento, como as questões socioambientais referentes aos elementos naturais inerentes às práticas culturais foram tratados em termos de proteção jurídica?

3) Como se dá a seleção dos bens culturais imateriais a serem registrados pelo IPHAN? Em outras palavras, como se deu a construção do discurso oficial de

proteção estatal do patrimônio cultural por meio dos instrumentos jurídicos? Para que se proteja um bem e quem é o sujeito político do patrimônio cultural imaterial?

Com esses questionamentos, estruturamos a tese da seguinte forma: no Capítulo 1, natureza e cultura são analisadas sob duas perspectivas: a de separação e a de aproximação.

Quanto à separação, fizemos um retrospecto sobre as origens da construção do pensamento moderno ocidental acerca de natureza e cultura, que demonstra a visão antropocêntrica do mundo, ao passo que sobre a aproximação, trouxemos alguns autores que propõem outros entendimentos no que concerne à adoção de uma visão holística sobre natureza e cultura interdependentes e interatuantes.

Nesse sentido, inspiramo-nos no pensamento de Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 202 e 203, grifo do autor) que, ao propor a construção de uma teoria crítica, expressa-se da seguinte maneira:

Mais do que de uma teoria comum, do que necessitamos é de uma *teoria de tradução* que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores colectivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam.

Ao fazermos um balanço da produção teórica sobre as origens da construção do pensamento moderno acerca de natureza e cultura nesse capítulo, isso não significa, de forma alguma, que esgotamos o assunto. O nosso recorte foi feito com o intuito de entender como construímos uma visão antropocêntrica do mundo. Ademais, a nossa escolha pretende demonstrar os desafios para que a integração entre natureza e cultura possa ocorrer.

O hiato mencionado nesse Capítulo 1 volta a aparecer em nossos Capítulos 3 e 4, pois a separação entre natureza e cultura se expressa na estruturação de ministérios, nas operativas do Estado, na instrumentalização jurídica em termos de proteção.

Os principais autores trabalhados no Capítulo 1 são Clive Ponting (1995); M. L. Pelizzoli (2002); Marilena Chaui (2006); Cássio Eduardo Viana Hissa (2008);

Boaventura de Sousa Santos (1999, 2002); Enrique Leff (2001); Bruno Latour (2013); entre outros.

O Capítulo 2, por sua vez, tem por finalidade tratar das origens do patrimônio, assim como analisar a afirmação de valores que ocorre nesse campo. Patrimonializar equivale a institucionalizar, por medida estatal, o patrimônio, ou seja, proteger, por meio de instrumentos jurídicos e medidas operativas, aspectos nos quais se plasmam a memória e a identidade. Porém, variadas emoções podem estar envolvidas no processo de não esquecimento ou até mesmo de esquecimento de eventos, práticas, objetos e, conseqüentemente, na construção da identidade, que acabam sendo ignorados no processo de proteção.

A respeito da identidade, mencionada como um dos vetores do patrimônio por muitos autores, pretendemos problematizar a questão trazendo outras dimensões. Posto de outra maneira, não se trata apenas de um mesmo entendimento de patrimônio. Do que pudemos verificar ao longo da elaboração desta tese, com base em autores que explicitam essa diferenciação, há o patrimônio institucionalizado, fruto das operativas do Estado e implementado por meio de especialistas, e o patrimônio afetivo, existente no cotidiano dos produtores e detentores de bens culturais, que acontece independentemente da aplicação de instrumentos jurídicos protetivos. A identidade, em cada um desses patrimônios, pode ser inata ou construída, não necessariamente contemplando o desejo do detentor ou produtor do bem cultural imaterial.

Os principais autores trabalhados no Capítulo 2 são Françoise Choay (2006); Dominique Poulot (2009); Henri-Pierre Jeudy (2005); José Reginaldo Santos Gonçalves (2015); Maria Cecília Londres Fonseca (2005); Llorenç Prats (2005); Ulpiano Bezerra de Meneses (1995, 2012); Joël Candau (2012), entre outros.

Esse capítulo aborda, também, com base nas origens do patrimônio e a sua utilização com vistas à afirmação de valores, a construção do discurso oficial protetivo, que fica mais evidente ao avançarmos para o Capítulo 3, no qual tratamos da Constituição Federal de 1988, da legislação federal do patrimônio cultural, caminhando pelos direitos culturais, pelos instrumentos jurídicos protetivos hoje

existentes no campo do patrimônio cultural e terminando em suas políticas públicas, com a verificação de como tem se dado, na prática, o registro.

Dependendo da característica do bem cultural em questão, aplicar-se-á um instrumento jurídico específico: por exemplo, se ele for material, o instrumento do tombamento será adotado, ao passo que, se for imaterial, os instrumentos do inventário nacional de referências culturais (INRC) e do registro serão aplicáveis.

O INRC e o registro foram acrescentados em 2000 ao já existente arcabouço jurídico de proteção do patrimônio cultural, que contava com a existência do tombamento desde 1937. Tais instrumentos vieram a suprir lacunas em razão, principalmente, da ampliação que as Ciências Sociais trouxeram ao entendimento de cultura, que passou a abarcar as práticas, ou seja, a essência intangível de manifestações existentes na sociedade e não passíveis de proteção jurídica por meio do instrumento do tombamento. É fundamental destacar que durante várias décadas trabalhou-se apenas com uma perspectiva de “cal e pedra”, com o olhar voltado apenas para o patrimônio material, para o concreto, o material rechaçando toda uma simbologia que também acompanhava a materialidade.

Apesar da existência dessa categorização, quando um bem cultural é classificado como material, isso não significa que não possua elementos intangíveis, da mesma forma que um bem classificado como imaterial não se furta da tangibilidade que lhe é inerente. Seja material ou imaterial, para que o bem cultural receba proteção jurídica e possa ser considerado como patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN, deve dizer respeito à memória, à identidade, à ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Especificamente no campo do patrimônio imaterial, constata-se que ser um bem considerado portador de referência não é algo simples e contém uma problemática pouco discutida. Há casos em que o bem eleito para se tornar patrimônio cultural não necessariamente condiz com os anseios dos ditos grupos formadores da sociedade brasileira, que têm uma relação afetiva com a prática e que independe de um processo formal de registro para continuar a existir.

Além disso, as medidas relacionadas ao registro parecem “etéreas” porque concretamente não tratam de questões delicadas e complexas como a propriedade, tal qual lida o tombamento. Registrar um bem imaterial, ainda que se verifique que esse está intrinsecamente ligado ao território e dele dependa para a continuidade da prática cultural, não gera garantia do direito de propriedade ou a adoção de medidas de proteção do espaço onde a prática ocorre. Esse procedimento expressa a fragilidade no momento do registro, sendo comum, como veremos, que se busque a solução de conflitos, no caso a caso, e, em momento posterior ao registro. Entendemos que, se houvesse uma visão holística do patrimônio, isso não ocorreria. Ou ocorreria com menor frequência.

Na composição do Conselho Consultivo do IPHAN está assegurada a participação de outros ministérios, sendo possível, portanto, discutir o assunto quando de sua apreciação de registrabilidade. Por essa razão, nessa parte da tese, nossa análise inclui algumas atas de reuniões desse Conselho, que trazem compreensões acerca da implementação do instrumento de registro e também expressam incertezas quanto aos contornos dos conceitos envolvendo bens materiais e imateriais. Também constam imagens de bens registrados que consideramos mais emblemáticos na verificação de como a dicotomia entre natureza e cultura apresenta-se nas políticas públicas patrimoniais culturais de proteção de bens imateriais.

Importante mencionar que a estrutura que hoje se encontra montada para o trato do patrimônio cultural no Brasil tem a mesma arquitetura adotada por organismos internacionais sob a orientação da Organização das Nações Unidas (ONU). Em outras palavras, a estrutura que atualmente atribui ao IPHAN a responsabilidade de zelar pelo patrimônio cultural brasileiro se espelha na sistemática internacional que tem seu embrião na década de 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial, e a criação da ONU e da UNESCO.

A partir da década de 1970, em razão da percepção da degradação do meio ambiente e da constatação de que o dano ambiental não respeita fronteiras, diversos países começaram a perceber a importância de preservar e conservar os bens produzidos pela natureza. Todo um ideário de solidariedade intergeracional começou

a ser operacionalizado, com vistas a considerar que as futuras gerações viessem a dispor de, no mínimo, o que a presente geração teve acesso.

Assim, não só os elementos culturais, mas também os naturais tornaram-se objeto de políticas internacionais e a UNESCO acabou deixando de ser responsável pelos dois temas, passando a dividir suas atribuições com outros organismos multilaterais da ONU, como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que iniciou suas atividades em 1973 (RIBEIRO; ZANIRATO, 2008).

No âmbito internacional, portanto, existe essa bifurcação: para a cultura, a UNESCO promove convenções, orientações, diretrizes a respeito; para a natureza, o PNUMA exerce esse papel. No Brasil, a mesma estrutura foi desenvolvida, havendo órgãos distintos para o trato da cultura e o da natureza, a saber: respectiva e inicialmente, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

No caso da cultura como patrimônio, atualmente, o IPHAN é o órgão competente para a matéria e está vinculado ao Ministério da Cultura. No caso da natureza como meio ambiente, em se tratando de licenciamento ambiental e gestão de unidades de conservação federais, por exemplo, desde 1989, é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o órgão competente, ao passo que, em se tratando de áreas naturais protegidas, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tem a incumbência, desde 2007, de decidir pela conservação (RIBEIRO; ZANIRATO, 2008).

Os principais autores trabalhados no Capítulo 3 são Maria Paula Dallari Bucci (2013); Inês Virgínia Prado Soares (2009); Sílvia Helena Zanirato (2014); Eduardo Nivón Bolán (2006); Rogério Haesbaert (2008); José Reginaldo Santos Gonçalves (2015); Antonio Albino Canelas Rubim (2007); Guilherme Varela (2014); entre outros.

Seguiremos, no Capítulo 4, tratando dessa dicotomia estrutural, que se destina a abordar, não só o binômio natureza e cultura na gestão do patrimônio cultural imaterial, mas também o discurso construído pelo instituto federal de proteção, mostrando suas fragilidades e seus desafios. Nesse capítulo, problematizaremos o destinatário da sistemática do patrimônio. Por essa razão, recorreremos a entendimentos sobre identidade e a instrumentos jurídicos como o registro, considerado protetor das criações dos grupos formadores da sociedade brasileira.

O pluralismo jurídico – que trouxe o reconhecimento da diversidade e da possibilidade de cada grupo ter suas próprias regras internas de funcionamento e convivência – contribuiu para o empoderamento do sujeito, que se tornou partícipe das normativas e em nome dele foi construída uma série de argumentos para a proteção do patrimônio cultural.

Há que se ter em mente, entretanto, que esse suposto empoderamento do sujeito faz parte de um discurso construído no sentido de que os bens sejam patrimonializados, institucionalizados pelo Estado. Veremos no Capítulo 4 que não podemos ignorar a existência de uma outra dimensão do patrimônio, a afetiva, ou seja, aquele patrimônio que acontece por meio das emoções dos seus realizadores, independentemente do registro.

Ainda que a Constituição Federal de 1988 remeta a uma mudança de valores e a uma maior autonomia do olhar técnico de outrora em relação ao patrimônio, na prática, ainda é o Estado, por meio de um corpo técnico, cuja formação se fez nos alicerces da Modernidade, quem decide acerca do registro de manifestações culturais brasileiras. Os critérios adotados pautam-se em valores que parecem não dar conta da complexidade que envolve os bens culturais imateriais, justamente por haver forte influência das noções que nortearam entendimentos sobre os bens culturais materiais, e não trazerem, por conseguinte, a perspectiva holística, integradora.

O fato de uma prática ou uma celebração tornar-se um saber patrimonializado, não corresponde ao que é naturalmente feito pelas pessoas, passando a ser o que é ativado pelo Estado, fora do contexto original, espontâneo.

O Capítulo 4 traz, ainda, dentro do ideário protetivo, a aplicação da transversalidade do direito cultural para que se possa verificar a possibilidade de atuação mais organizada, articulada e prévia na tomada das medidas que assegurem a prática cultural objeto de registro pelo IPHAN. Isto porque existem competências específicas para cada ministério atuar, o que pode engessar a tomada de importantes e necessárias medidas pelo IPHAN antes da titulação do bem como “Patrimônio Cultural do Brasil”, deixando para momento posterior, quando muitas vezes é chamado às pressas para mitigar algum conflito e fazer valer os direitos culturais, que são direitos fundamentais, contidos no bem cultural imaterial registrado.

Os principais autores trabalhados no Capítulo 4 são Stuart Hall (2006); Paulo Peixoto (2004); Dominique Tilkin Gallois (2006a); Benedictus de Spinoza (2014); Francisco de Guimaraens (2011); Sílvia Helena Zanirato (2017); Michael Hardt (1996); Maria Cecília Londres Fonseca (2005); Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz (2016); entre outros.

No Capítulo 4 e nas Considerações Finais, algumas proposições são formuladas e dizem respeito à tentativa de agregar os elementos existentes nas práticas culturais, para que se avance em direção à superação da dicotomia natureza e cultura, por meio da construção de políticas públicas mais holísticas, tomadas em conjunto. Uma dessas formulações considera o momento de registro do bem imaterial, quando já seria possível o chamamento de outros órgãos relacionados ao trato do patrimônio cultural. Também consideramos a possibilidade de ampliar-se a competência legal do IPHAN para que ele consiga respeitar e proteger de forma mais efetiva o simbólico e o real contidos na manifestação cultural.

1. RELAÇÕES ENTRE NATUREZA E CULTURA

Nesse capítulo, objetivamos discutir as tratativas dos conceitos de natureza e cultura. Para tanto, duas perspectivas desses campos conceituais são levadas em consideração: a de separação e a de aproximação.

A escolha dos autores para a realização do que chamamos de balanço da produção teórica sobre as origens da construção do pensamento moderno acerca de natureza e cultura não significa, de forma alguma, que tenhamos pretendido esgotar o assunto ou mesmo sugerir que não haja outros pontos de vista. O nosso recorte tem a intenção de demonstrar como viemos, enquanto Ocidente, a adotar uma visão antropocêntrica do mundo e em que medida a integração entre natureza e cultura pode ocorrer.

A dicotomia natureza e cultura começa a ser abordada abaixo, no item 1.1, mas permeia toda a tese, vez que traz várias implicações, entre as quais as que dizem respeito às políticas culturais patrimoniais, que se utilizam dessa categorização binária ao se esforçar para proteger os bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais.

Atualmente, o IPHAN dispõe de um novo instrumento jurídico, a chancela da paisagem cultural, que ainda não foi aplicado, mas que contém o que consideramos pontos interessantes para a associação do que foi historicamente constituído separadamente e para a discussão que nos interessa. O referido instrumento será comentado no Capítulo 3.

1.1 O Hiato

Temos, no mundo Ocidental, alguns paradigmas sobre a natureza. O primeiro, do pré-classicismo grego, que via a natureza como mágica:

a natureza e o divino se confundem [...] O homem se achava entregue ao capricho dos deuses, emblema de forças cegas que faziam acontecer os grandes cataclismos naturais (infundindo temor) ou a bonança da fartura (infundindo veneração). (FROEHLICH; BRAIDA, 2010, p. 4).

O segundo, advindo de formulações de Platão e Aristóteles, continha no seu cerne a questão da ordem permeada por uma visão objetiva: “são então as leis da polis que fornecerão o protótipo das leis da natureza, pois não há mais liberdade sem lei, e a natureza inteira é, desse modo, hierarquizada como a cidade grega [...]” (FROEHLICH; BRAIDA, 2010, p. 4). Explicam José Marcos Froehlich e Celso Reni Braida (2010, p. 4) que “a natureza de Platão e Aristóteles, toda ela penetrada de intenções finalistas e organizada para a tranquilidade e salvação da alma, é uma natureza feita para o homem e pelo homem.”

Sócrates, por exemplo, entendia que o mundo ordenado seria uma criação divina e o ser humano estaria no centro de tudo, com pleno domínio sobre plantas e animais.

Esse entendimento aprofundou-se a partir do século IV, quando o judaísmo-cristianismo tornou-se a religião do antigo império romano e disseminou a ideia da superioridade do ser humano. Assim, o terceiro entendimento vê a natureza como criação divina e disponível para o usufruto humano: “somente Deus pode quebrar a ordem natural, e o acontecimento, que é a natureza, seria a exteriorização e a realização de um plano ou pensamento divino.” (FROEHLICH; BRAIDA, 2010, p. 4).

O desdobramento desse pensamento, nas palavras de Clive Ponting (1995, p. 242, grifo nosso), “[...] **produz uma visão altamente antropocêntrica do mundo**, que viria representar um **impacto profundo e duradouro no pensamento posterior europeu** [...]”.³

Na Idade Média, esse entendimento permaneceu e se aprofundou, conforme

³ Aponta Ponting (1995, p. 242 e 243) que existiram exceções ao pensamento dominante, sendo Maimônides e Francisco de Assis alguns exemplos. O último “[...] via todas as criaturas como partes iguais dessa criação, cada uma delas parte de um plano divino, que não tinha sido criada com propósitos utilitários dos seres humanos.” (*Ibidem*, p. 243).

menciona M. L. Pelizzoli (2002, p. 15 e 16), ao dizer que:

[...] o mundo antigo e medieval tinha uma visão orgânica de mundo, com um modo correlativo de situar-se num Cosmos ordenado e determinado; vive-se em comunidades pequenas e coesas, com relativa autonomia, vivenciando mais proximamente os processos sicionaturais (clima, terra, relação social, alimentos, medicamentos); com a interdependência entre fatores espirituais e materiais, e com a prioridade da comunidade sobre o indivíduo.

Nesse tempo, os princípios norteadores estabeleciam que havia “[...] um mundo teocêntrico cuja representação física de Deus na Terra dava-se pela institucionalização da Igreja.” (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1108). Ademais,

essa estrutura determinava uma hierarquia (material e espiritual) no mundo, sendo que toda a configuração da realidade afunilava-se da base para o topo da pirâmide onde se situava Deus (e a Igreja em sendo sua representante). O mundo (dos objetos e valores de conduta) era, portanto, fixo, pré-determinado, sendo que de Deus tudo provinha e para Ele tudo retornava. Nessa configuração, logicamente, o conhecimento era estagnado e a versão oficial e moral da Igreja sobre a realidade predominava. (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1108).

Por fim, o outro entendimento se deu a partir do século XVII, com a disseminação do pensamento científico: “[...] reduz-se a natureza a uma máquina, da qual se podem descobrir as leis de funcionamento e, então, geri-la e colocá-la em funcionamento a serviço dos fins humanos.” (FROEHLICH; BRAIDA, 2010, p. 5).

O paradigma científico ocorre no momento designado como Modernidade⁴, no qual explicações não são mais fundadas nas crenças religiosas, mas nas premissas de que o homem é a medida de todas as coisas e quem decide, por meio da razão, sua própria sorte. Nesse entendimento, a premissa é a de que a natureza se beneficia com o aprimoramento humano.

A construção da Modernidade e o entendimento antropocêntrico do mundo⁵

⁴ Anthony Giddens (1991, p. 11) sintetiza a Modernidade como: “[...] estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.”

⁵ Como formas de abordagem, existem duas correntes, a saber: biocêntrica e antropocêntrica. Nas palavras de Antonio Carlos Diegues (2004, p. 42): “A primeira, chamada de ‘biocêntrica’ ou ‘ecocêntrica’, pretende ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer ser vivo. Além disso, o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que possa ter para os homens. A outra corrente é a chamada ‘antropocêntrica’ (sobretudo pelos

tiveram grandes contribuições das formulações de Descartes, Galileu Galilei e Francis Bacon (PELIZZOLI, 2002).

O pensamento de Descartes se traduz no símbolo da máquina, com a separação de seus componentes. Assim, natureza e ser humano, objeto e sujeito, alma e corpo, mente e matéria, eram tratados como dicotomias e tudo devia se submeter ao método reducionista, descartando o que não se enquadrava na lógica cartesiana.

O pensamento de Galileu, por sua vez, propiciou a formulação de leis da natureza, unindo o saber quantitativo-matemático à experimentação científica. O símbolo aqui é a luneta, que objetivamente atribui valor ao que se vê, rechaçando os componentes não-científicos⁶.

Finalmente, o pensamento de Bacon, com a figura do ser humano como torturador da natureza, por meio do procedimento indutivo, permitia ao homem extrair da natureza tudo o que desejasse. Para Bacon, a ciência era a principal aliada na conquista do mundo pelos seres humanos: “o mundo é feito para o homem, não o homem para o mundo.” (PONTING, 1995, p. 246). O seu pensamento “saber é poder” tornou-se o princípio ético da Modernidade e impulsionou o homem a desenvolver a ciência às custas da natureza (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1106).

Outro pensador que contribuiu para o entendimento da superioridade humana e da visão da natureza como objeto da ação humana foi Thomas Hobbes, com a teoria contratualista. Ele “[...] inverte a lógica clássica ao admitir que a conduta humana dá-se por meio de princípios subjetivos (de interesse pessoal), não mais objetivos e ordenados por valores e princípios objetivos (de Bem, por exemplo)” (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1109 e 1110).

No entendimento disseminado na Modernidade, imperou “[...] a metáfora de conhecimento do mundo como uma máquina, do mecanicismo e do materialismo

primeiros) porque opera na dicotomia entre homem e natureza, e para a qual o primeiro tem direitos de controle e posse sobre a segunda, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia. A natureza não tem valor em si, mas se constitui numa reserva de ‘recursos naturais’ a serem explorados pelo homem.”

⁶ Nas palavras de Fritjof Capra (1996, p. 34), “Galileu Galilei expulsou a qualidade da ciência, restringindo esta última ao estudo dos fenômenos que podiam ser medidos e quantificados.”

físico, compondo um grande reducionismo.” (PELIZZOLI, 2002, p. 16). Com isso, foram “[...] abolidos os mistérios, os encantos, a poesia natural na admiração dos seres, e se começa a construir um grande aparato matemático, ligado à física, à engenharia e depois à química, para mostrar que a natureza segue leis rígidas [...]”. (PELIZZOLI, 2002, p. 16).

A relação já abalada dos homens com a natureza pela crença dessa como submissa foi ainda aprofundada por outro fator: a crença no progresso. Isso porque “o mundo antigo não tinha um grande conceito sobre a ideia de progresso: a História geralmente era vista como não tendo qualquer direção particular [...]” (PONTING, 1995, p. 248 e 249). Pensava-se mais em declínio, acreditando-se até que o mundo chegaria a um fim.

O papel desempenhado pela ciência, nesse contexto, foi fundamental para gerar uma “onda de otimismo sobre o futuro e a inevitabilidade do progresso em todos os campos.” (PONTING, 1995, p. 249 e 250). O efeito que a crença no futuro gerou foi “[...] justificado pelo enorme progresso material feito pela Europa no século XIX: sua capacidade de alimentar uma população cada vez maior, o crescimento das cidades, as novas invenções e o desenvolvimento da indústria.” (PONTING, 1995, p. 251).

Ademais, o surgimento da economia como disciplina colocou na mesa um mediador que não poderia mais ser ignorado a respeito do progresso e, conseqüentemente, do futuro. Terra, trabalho e capital estavam na equação dos economistas e influenciaram a visão de mundo e da posição ocupada pelo homem e pela natureza. (PONTING, 1995).

Tratados como capital pela economia clássica, os bens produzidos pela natureza poderiam ser utilizados em benefício dos seres humanos, sem a preocupação de que pudessem vir a ser extintos. Isso porque, em nome do progresso, prevalecia o auto-interesse imediato nesse modelo.

Nesse contexto, “emergem, portanto, a noção de *indivíduo* como unidade autônoma e como centro de referência última; e a noção de *utilidade*, decorrência

inevitável da postulação do indivíduo como a ‘medida de todas as coisas’”, como argumentam Airton Carlos Batistela e Lindomar Wessler Boneti (2008, p. 1110, grifo do autor).

Hobbes já afirmava que, sem um contrato social, os homens competiriam entre si para dominar a natureza disponível, ao passo que, assinado um contrato social, os interesses individuais estariam assegurados. Essa forma de ver foi complementada com o otimismo de Adam Smith, no sentido de que, em vez de se destruírem, os homens, nessa competição vislumbrada por Hobbes, alcançariam o progresso.

Aos poucos, a razão do homem passou a ocupar o espaço anteriormente atribuído à divindade. Foram ao menos duas as ideias-chave do racionalismo moderno:

1) a **autonomia e unidade** da razão humana é considerada o verdadeiro fundamento de nosso saber científico legítimo, dando-se a este fundamento o poder de fazer do mundo real o seu objeto disponível, administrável, manejável. 2) a objetificação da realidade pelo processo conhecedor implica na divisibilidade praticamente ilimitada dos objetos. É assim que **as ciências tornam-se objetificantes e implicam a “alienação do homem em relação ao ambiente que o sustenta.”** (FLICKINGER *apud* PELIZZOLI, 2002, p. 17, grifo nosso).

Com a Modernidade, “a razão moderna é o homem moderno: feito de alteridades e de exclusões” (HISSA, 2008, p. 18) e, assim, se consolida o modelo de ciência baseado no conhecimento especializado (convertido em disciplinas) e no estabelecimento de limites bem demarcados de separação entre os saberes: “Territórios disciplinares são corpos teóricos constituídos pelos objetos conceituais e metodológicos que concedem visibilidade aparentemente autônoma aos campos específicos do conhecimento.” (HISSA, 2008, p. 20).

Na fragmentação da máquina chamada mundo, universo, cosmos, natureza e cultura, assim como alma e corpo, sujeito e objeto, são tidos como componentes que podem ser individualizados. Decorre dessa forma de ver o mundo a separação dos saberes e, conseqüentemente, a criação de disciplinas, de especializações e a compartimentalização do conhecimento. Acreditava-se que, conhecendo as partes, dominar-se-ia o todo; ignorada deveria ser, portanto, a interação, a relação entre essas

partes, a reciprocidade, a simbiose.

Essa forma de compreender o mundo como fragmentado em natural e social, material e imaterial, real e simbólico se disseminou para os campos do conhecimento, também fragmentados em disciplinas. Os entendimentos que se distribuíram pelo social e que alimentaram o saber acadêmico foram de que existiriam ciências do homem e ciências da natureza e todo um cabedal de disciplinas foi edificado, insistindo nessa separação. A cultura, como criação humana, seria abordada separadamente da natureza, considerada um repositório de recursos disponíveis para a satisfação das necessidades humanas (SANTOS, 1999, 2002).

Compreensões como essa orientaram e continuam a orientar saberes e a definir práticas para a explicação do mundo. No campo do patrimônio cultural, essa forma de ver desdobra-se em questões complexas: não somente a separação entre materialidade e imaterialidade como categorias distintas, mas como formas de ver a proteção, dissociando natureza e ação humana, cultura, desejos, identidades, responsabilidades e competências. Essas compreensões são particularmente importantes para esta tese porque nos interessa o modo como ocorre a proteção do que se entende por patrimônio imaterial.

Ao tratar do hiato entre natureza e cultura, Chaui (2006, p. 245) apresenta alguns apontamentos a respeito. A natureza poderia ser a “essência própria de um ser ou aquilo que um ser é necessariamente em si mesmo”, ou “tudo o que existe no Universo sem a intervenção da vontade e da ação humanas” ou também o “ordenamento dos seres, regularidade dos fenômenos ou dos fatos, frequência, constância e repetição de encadeamentos fixos entre as coisas, isto é, de relações de causalidade entre elas.”

No que concerne à cultura, advinda do verbo em latim que significa cultivar, o seu sentido estava associado ao cuidado do homem com a natureza e “nessa primeira acepção a cultura era o aprimoramento da natureza humana pela educação em sentido amplo [...]” (CHAUI, 2006, p. 245). Ou seja,

[...] a pessoa culta era a pessoa fisicamente bem preparada, moralmente

virtuosa, politicamente consciente e participante, intelectualmente desenvolvida pelo conhecimento das ciências, das artes e da filosofia. [...] nesse primeiro sentido, cultura e natureza não se opunham. [...] a cultura é uma segunda natureza que a educação e os costumes acrescentam à natureza de cada um, isto é, uma natureza adquirida, que melhora, aperfeiçoa e desenvolve a natureza inata de cada um. (CHAUI, 2006, p. 246, grifo do autor).

A cultura, no século XVIII, foi compreendida associada à ideia de civilização⁷ e, por meio dessa segunda concepção, “tem início a separação e, posteriormente, a oposição entre natureza e cultura.” (CHAUI, 2006, p. 246)⁸.

Conforme Chaui (2006, p. 247, grifo do autor), “para vários filósofos e historiadores, a cultura surge quando os homens produzem as primeiras transformações na natureza pela ação do trabalho”. Segundo essa autora:

Com o trabalho, os seres humanos produzem efeitos inexistentes na natureza (casa, utensílios, instrumentos), organizam-se socialmente para realizá-lo, dividindo as tarefas entre homens e mulheres, adultos e crianças. Para aumentar os recursos produzidos, instituem a família e as relações de parentesco, as aldeias e vilas. Para protegê-las, inventam as armas e a guerra. Para conseguir sempre condições favoráveis para o trabalho e para a melhoria do que produzem, invocam e adoram forças divinas, instituindo a religião. Os vários agrupamentos humanos, nascidos do trabalho e dos sistemas de parentesco, trocam entre si produtos de seus trabalhos, inventando o comércio. As desigualdades surgem quando uma parte da comunidade toma para si, como propriedade privada, terras, animais, águas: começa a divisão social de onde surgirão as classes sociais e os conflitos e, destes, a instituição do poder. (CHAUI, 2006, p. 247).

Para os antropólogos, a diferença entre natureza e cultura estaria na proibição do incesto e na culinária, quando se diferencia o cru do cozinheiro por meio do emprego do fogo (CHAUI, 2006).

Eduardo Viveiros de Castro (2002, p. 302) trata das dicotomias natureza e cultura e indivíduo e sociedade, lançando perguntas que marcam o dilema teórico:

⁷ Ainda sobre o sentido da palavra cultura, Roy Wagner (2010, p. 54) considera que: “[...] emerge de uma metáfora elaborada, que se alimenta da terminologia da procriação e aperfeiçoamento agrícola para criar uma imagem de controle, refinamento e ‘domesticação’ do homem por ele mesmo. Desse modo, nas salas de estar dos séculos XVIII e XIX falava-se de uma pessoa ‘cultivada’ como alguém que ‘tinha cultura’, que desenvolvera seus interesses e feitos conforme padrões sancionados, treinando e ‘criando’ sua personalidade da mesma maneira que uma estirpe natural pode ser ‘cultivada’ [...].”

⁸ Os pensadores consideram que há entre o homem e a natureza uma diferença essencial: essa opera por causalidade necessária ou de acordo com leis necessárias de causa e efeito, mas o homem é dotado de liberdade e razão, agindo por escolha, de acordo com valores e fins estabelecidos por ele próprio. (CHAUI, 2006, p. 246).

A cultura é um prolongamento da natureza humana, exaustivamente analisável em termos da biologia da espécie, ou ela é uma ordem suprabiológica que ultrapassa dialeticamente seu substrato orgânico? A sociedade é a soma das interações e representações dos indivíduos que a compõem, ou ela é sua condição supraindividual, e como tal um “nível” específico da realidade?

Também relacionada a esta tese se encontra outra construção conceitual forjada na Modernidade e disseminada pelo social: a noção de sujeito. Essa noção, segundo Stuart Hall (2006, p. 11 e 12), caminhou de uma figura centralizada, unificada, dotada de razão e individualista, para uma relacional, que dependia de outras pessoas, inclusive para mediar a cultura para o sujeito, terminando na figura fragmentada, composta, “[...] não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas.”

A noção de sujeito está intimamente ligada à construção da imagem da natureza e da cultura, primeiro pelo discurso religioso e, depois, pelo científico. O olhar sobre a natureza tem profunda ligação com a forma como se deu a própria construção do sujeito. Em outras palavras, o sujeito cartesiano de Descartes libertou-se das instituições religiosas e passou a considerar-se o centro do universo. Por meio de sua racionalidade, passou a investigar, aprimorar, utilizar e dominar a natureza como melhor lhe parecesse. No entanto, esse sujeito individualista relacionava-se e estava imerso em estruturas administrativas dos recentes Estados-nações e, assim, passou a ser mais palpável, mais “social”, “[...] mais localizado e ‘definido’ no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna” (HALL, 2006, p. 30).

As considerações acima nos interessam à medida que, no campo do patrimônio, a identidade nacional como valor legitimador da proteção do patrimônio cultural foi insistentemente afirmada, como veremos no Capítulo 2, e acreditamos que tal concepção ainda permanece.

Os pares antagônicos, natureza e cultura, matéria e espírito, corpo e alma, entre outros, advêm da lógica cartesiana, matemática, mecanicista, reducionista, posta pela Modernidade, na qual a ciência figura como central e o homem, desgarrado das crenças religiosas quanto à razão de sua existência, acredita, como única

possibilidade, no aqui e no agora. E investido de razão, investiga, domina, usufrui da natureza, de forma imediata e para seu bel prazer.

Essa maneira de ver o mundo não deixou de sofrer críticas, tanto pelo esgotamento da natureza quanto pelo esvaziamento do humano, levando a questionamentos, como veremos no item seguinte, que se empenharam em aproximar natureza e cultura.

No próximo item, traremos alguns entendimentos que procuram trilhar caminhos para a aproximação dessas categorias consideradas antagônicas.

1.2 Caminhos para uma Aproximação

Com a expansão das cidades e, posteriormente, com o desenvolvimento dos mercados mundiais, a ciência tornou-se a principal força produtiva. No entanto, essa força produtiva – que entende que conhecer algo implica quantificar, dividir e classificar – nega todas as outras formas de conhecimento, separa a natureza do sujeito e rejeita todo conhecimento popular, fruto da experiência imediata, que não requer confirmação reiterada (SANTOS, 2002).

Com as premissas da cientificidade, como visto acima, o saber tornou-se fragmentado e criaram-se as bases para a emergência de uma sociedade antropocêntrica, fincada em valores individualistas e materialistas. Sendo incapaz de trazer as respostas desejadas, a hipercientificização, ao contrário, findou por contribuir, em vez de eliminar, conforme prometido, na recriação e no agravamento de excessos e déficits. Assim, há sinais de que o modelo dominante da ciência atravessa uma profunda e irreversível crise (SANTOS, 2002).

Criando espaço para o que antes era desprezado, ignorado, rejeitado e tido como inexistente, um novo paradigma, que pretende dissipar a dualidade como forma de pensamento, deve comportar e aceitar a existência de conhecimentos tidos como não científicos. E é exatamente à margem do que é dado, do que é real, do que pode

ser comprovado por meio de repetidos testes que se encontrará espaço para a construção de um caminho diferente. (SANTOS, 2002).

Ao lidarmos com as condições que a Modernidade apresentou ao estabelecer o conhecimento disciplinar, Cássio Eduardo Viana Hissa (2008, p. 21) sugere uma “transdisciplinaridade moderna” “como a solução encontrada para o enfrentamento da crise de formação, insuficiente para a abordagem das complexas questões, originárias das modernidades contemporâneas”. Essa discussão interessa ao nosso objeto de pesquisa porque o patrimônio cultural possui questões intrínsecas que demandam uma visão e uma atuação envolvendo mais de uma disciplina, mais de um saber.

Vemos a dicotomia entre os saberes posta da seguinte maneira: de um lado, o cartesianismo representado pelas ciências exatas, como a matemática, a física e a biologia; de outro lado, o seu oposto, representado pelas ciências humanas, como a filosofia, o direito e a literatura.

No entanto, para que se trilhe o caminho da superação da dicotomia dos saberes, não é necessário abrir mão da disciplinaridade, vez que são importantes as contribuições de cada campo do conhecimento. Ao menos, deve-se possibilitar a abertura de espaço para o alargamento da visão compartimentada e especialista, permitindo, por conseguinte, o diálogo entre os saberes, seus conceitos e metodologias. Nesse sentido, a “interdisciplinaridade, na abordagem de questões ambientais, colabora para a superação das dicotomias e hegemonias estabelecidas entre disciplinas e campos do saber [...]” (RIBEIRO; ZANIRATO; VILLAR, 2011, p. 677).

A esse respeito, Edgar Morin defende que “[...] o desenvolvimento superdisciplinar das ciências produz uma cegueira em relação àquilo que cai entre as disciplinas, e que é o essencial.” (MORIN, 2010, p. 31). Segue em seu raciocínio:

Enquanto a formalização e a quantificação ignoram os seres e os vivos, que por essa mesma razão se tornam invisíveis e cedem lugar às estatísticas, às fórmulas, às idealizações, é a vida que cai nos buracos entre as disciplinas biológicas, é o homem que cai no buraco entre as disciplinas das ciências humanas. (MORIN, 2010, p. 31).

Na mesma direção, Enrique Leff (2001, p. 134 e 135) propõe uma “racionalidade ambiental”, que dependeria da

formação de uma consciência ecológica; [do] planejamento transetorial da administração pública e [da] participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais; [da] reorganização interdisciplinar do saber [...].

Sucintamente, as “esferas de racionalidade” seriam as seguintes: subjetiva, teórica, instrumental e cultural (LEFF, 2001).

A racionalidade subjetiva seria “[...] um sistema axiológico que define os valores e objetivos que orientam as ações sociais para a construção de uma racionalidade ambiental” (LEFF, 2001, p. 137) e como exemplo cita a diversidade cultural. A teórica seria a articulação dos valores e objetivos, ou seja, funda-se “[...] em processos materiais que dão suporte [àqueles e] orientam a reconstrução da realidade e de novas formas de desenvolvimento” (LEFF, 2001, p. 139 e 140). Como exemplo, aponta a geração de critérios avaliadores de projetos e formas.

A racionalidade instrumental, por sua vez, “[...] cria os vínculos técnicos, funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável, através de um sistema de meios eficazes” (LEFF, 2001, p. 137), tendo como exemplos os inventários e métodos de avaliação.

Por fim, a cultural “[...] produz a identidade e integridade de cada cultura, dando coerência a suas práticas sociais e produtivas em relação com a potencialidade de seu entorno geográfico e de seus recursos naturais” (LEFF, 2001, p. 137) e traz como exemplo a integração e a participação dos grupos formadores da sociedade “[...] na percepção, gestão e manejo de seus recursos.” (LEFF, 2001, p. 141).

O saber ambiental surge “do espaço de exclusão gerado no desenvolvimento das ciências, centradas em seus objetos [...] e que produz o desconhecimento de processos complexos que escapam à explicação dessas disciplinas.” (LEFF, 2001, p. 145).

Esse entendimento é ainda reforçado pelas afirmativas de Bruno Latour (2013,

p. 9), para quem: “[...] a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura.” Ainda, de acordo com o referido autor, “**nós mesmos somos híbridos**, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos [...]” (LATOUR, 2013, p. 9, grifo nosso).

O hibridismo seria uma resposta às dicotomias criadas pela Modernidade e, partindo do pressuposto de que temos híbridos natural-cultural circulando pelo mundo como fruto da cientificidade, “[...] oposições como humano e animal, ser vivo e artefato ou máquina, e povo e paisagem perdem muito de seus sentidos originais devendo ser reconstituídas [...]” (VELDEN; BADIE, 2011, p. 3).

A relação de interdependência entre natureza e cultura é ponderada por Latour (2013, p. 36, grifo nosso) da seguinte maneira:

Se a natureza não é feita pelos homens nem para eles, então ela continua a ser estrangeira, para sempre longínqua e hostil. Sua própria transcendência nos esmaga ou a torna inacessível. Simetricamente, se a sociedade é feita apenas pelos homens e para eles, o Leviatã, criatura artificial da qual somos ao mesmo tempo a forma e a matéria, não seria capaz de se sustentar. Sua própria imanência iria dissipá-lo imediatamente na guerra de cada um contra os outros. **Mas não é separadamente que devemos considerar estas duas garantias constitucionais**, a primeira assegurando a não-humanidade da natureza e a segunda, a humanidade do social. **Elas foram criadas juntas. Sustentam-se mutuamente.**⁹

Ainda a respeito do pensamento de Latour, quanto ao modelo de fazer ciência que exprime a dualidade entre natureza e cultura, (2013, p. 34 e 35), os comentários abaixo levantam a questão do objetivismo da ciência e da ilusória falta de subjetividade:

⁹ Viveiros de Castro, segundo Tatyana de Alencar Jacques (2010, p. 10), aplica o perspectivismo ameríndio à separação entre natureza e cultura no seguinte sentido: “[...] no pensamento ameríndio, diferentemente de suas análogas ocidentais, categorias natureza e cultura ‘não designam províncias ontológicas, mas apontam para contextos relacionais, perspectivas móveis, em suma, pontos de vista’ (: 116). O perspectivismo implica em que ‘o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos’ (: 115). [...] Assim, ao contrário da cosmologia moderna, que é multiculturalista, o pensamento ameríndio é multinaturalista. Os ameríndios não concebem uma natureza una e uma cultura múltipla, mas ‘uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos’ (: 116). A cultura é o universal e a natureza o particular.”

[Boyle] inventa o laboratório, no interior do qual máquinas artificiais criam fenômenos por inteiro. Ainda que artificiais, caros, difíceis de reproduzir e apesar do pequeno número de testemunhas confiáveis e treinadas, estes fatos representam a natureza como ela é. Os fatos são produzidos e representados no laboratório, nos textos científicos, admitidos e autorizados pela comunidade nascente de testemunhas. Os cientistas são os representantes escrupulosos dos fatos. Quem fala quando eles falam? Os próprios fatos, sem dúvida nenhuma, mas também seus porta-vozes autorizados. Quem fala, então: a natureza ou os homens? [...] Em si, os fatos são mudos, as forças naturais são mecanismos brutos. Os cientistas, porém, afirmam não falar nada: os fatos falam por si mesmos. [...] Com Boyle e seus discípulos, começamos a conceber o que é uma força natural, um objeto mudo, mas que possui – ou ao qual foram dados – sentidos.

Se, na Modernidade, a natureza é tida como produto do sujeito livre, soberano, científico, em se caminhando para a superação da dicotomia, a natureza seria um dos ingredientes do amálgama que valoriza a diferença, com muitas propostas no sentido de que o antropocentrismo seja substituído pelo holismo, ou seja, que o ser homem deixe de figurar no centro do sistema e passe a integrá-lo como um de seus componentes.

Ainda, nesse sentido, Roxana Cardoso Brasileiro Borges (1998, p. 15, grifo nosso) afirma que “[...] sem dúvida, a ciência moderna, principalmente a natural, sofre uma mudança paradigmática do pensamento positivista, cartesiano, mecanicista, para um pensamento holista [...], orgânico.”¹⁰ Ademais,

as ciências humanas, e aí o direito, questiona a onipresença da ética antropocêntrica, que tem o homem como centro de todas as coisas, não para uma ética biocêntrica, em que a vida é o centro de todas as coisas, mas convergindo para **uma complexidade mais ampla, fruto da colaboração de várias vertentes.**

Com Foucault, as forças existentes no “lado de fora” entram em relação com as forças de constituição do próprio ser humano e constituem campo fértil para o devir, para a mudança. A figura do homem oriunda do racionalismo, como vimos acima, passa de medida de todas as coisas, dominador da natureza e dos demais seres, dotado de razão e conhecimento científico sobre o mundo, para o homem que possui

¹⁰ Capra (1996, p. 25) atribui ao novo paradigma a expressão “visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas”. No entendimento de François Ost (1995), a distância que separa natureza e homem é também o intervalo que os aproxima, e a dialética demonstra que um existe no outro e um existe pelo outro num processo de vinculação, interação.

inconsciente e, finalmente, com Nietzsche e Foucault, cede lugar para o homem transcendental, no qual interagem diversas forças. (DELEUZE, 2013).

Essa mudança de perspectiva do sujeito aparece em outros autores como Michel Serres (1990), que propõe a substituição do contrato social¹¹ pelo contrato natural, por meio do qual haveria simbiose e reciprocidade entre natureza e ser humano, em vez de domínio e usurpação deste sobre aquela. Resume Serres (1990, p. 66): “aquilo que a natureza dá ao homem é o que este lhe deve dar a ela, tornada sujeito de direito.”

Acerca da não prevalência de uma categoria sobre a outra, Benedictus de Spinoza (2014, p. 52) vê o que denominou “atributos”¹² de forma equânime, ou seja, “o homem pensa” (Axioma 2, Segunda Parte). Nesse sentido, “o pensamento [...] não possui um centro. Não se trata de entender a mente humana segundo a compreensão cartesiana, que estabelece o centro de todo o sistema filosófico no *cogito*.” (GUIMARAENS, 2011, p. 90, grifo do autor).

Sobre a maneira relacional de ver o mundo, sem que haja prevalência de um elemento sobre outro, Francisco de Guimaraens (2011, p. 316, grifo nosso) comenta que

toda a filosofia spinozana é voltada para **inserir o ser humano na ordem comum da natureza**, desconsiderando-se a tese segundo a qual seria o homem um império em um império. **O ser humano é parte da natureza, não consistindo em uma exceção dentre as demais coisas existentes.** [...] Ou seja, **as criações humanas, “culturais”, também se inserem na ordem comum da natureza [...].**

Voltaremos oportunamente aos pensamentos de Spinoza, no Capítulo 4. No momento, estes são alguns entendimentos que se colocam acerca dos campos natureza e cultura, seja separando-os, seja juntando-os. Tal olhar é relevante para nossa tese

¹¹ Segundo Serres (1990, p. 62): “[...] O contrato social, por conseguinte, concluía-se, mas fechava-se sobre si mesmo, deixando fora do jogo o mundo, enorme panóplia de coisas reduzidas ao estatuto de objectos passivos de apropriação. Razão humana maior, natureza exterior menor. O sujeito do conhecimento e da acção beneficia de todos os direitos e os seus objectos de nenhum.”

¹² Segundo Michael Hardt e Antonio Negri (2005, p. 422), “[...] há anos os neurobiologistas têm questionado o tradicional modelo cartesiano da mente autônoma em relação ao corpo e capaz de dominá-lo.” E que “suas pesquisas indicam, pelo contrário, que corpo e mente são atributos da mesma substância, e que integram constantemente em pé de igualdade na produção da razão, da imaginação, do desejo, das emoções, dos sentimentos e afetos.” (*Ibidem*, p. 422).

para problematizarmos a separação entre natureza e cultura, materialidade e imaterialidade, real e simbólico, no campo do patrimônio cultural, e analisar em que medida a dicotomia apresenta-se nas políticas públicas patrimoniais culturais de proteção de bens imateriais.

Preliminarmente, do que vimos acima, a crise ambiental requer uma nova maneira de enxergar e tratar o mundo. No que diz respeito à consideração de determinadas práticas como patrimônio cultural imaterial, temos que esse entendimento encontra correspondência no pensamento moderno, construído e reforçado ao longo das décadas, por meio de políticas públicas patrimoniais baseadas na retórica da perda (de espécies, de práticas culturais). Essa forma de ver resultou em problemas estruturais, decorrentes justamente dessa sistemática que separa, que não agrega.

Faz-se necessário transpor as barreiras criadas pela Modernidade, que separa o conhecimento em disciplinas, saberes, especializações e, consequentemente, abrir espaço para valores antes ignorados. Para que possamos tratar de questões complexas relacionadas à temática do patrimônio cultural, é preciso uma nova forma de apreender o mundo, que substitui a lógica racional, cartesiana, mecanicista, antropocêntrica.

No capítulo seguinte, trataremos do entendimento a respeito do surgimento da ideia de patrimônio cultural, comentando suas origens e sua função como afirmação de valores.

2. O SURGIMENTO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO OFICIAL

Vimos, no capítulo anterior, alguns entendimentos acerca das concepções de natureza e cultura, estruturados ao longo dos séculos, tendo como intenção expor a sua separação, bem como as possibilidades de superação dessa dicotomia.

Neste capítulo, mostraremos em que medida esses entendimentos influenciaram na construção da ideia de patrimônio instituído, sob o ponto de vista da cultura ocidental, na Modernidade. Pretendemos, portanto, com este capítulo, verificar de que forma se deu a construção do discurso oficial de proteção, iniciando o apontamento de suas justificativas e a quem estaria destinado.

2.1 Dimensões do Patrimônio

Antes de tratarmos das origens oficiais do patrimônio cultural, é fundamental problematizarmos o que chamamos de dimensões do patrimônio.

Práticas culturais existem independentemente de qualquer operativa do Estado, de qualquer norma jurídica protetiva. Assim, antes da incidência de qualquer arcabouço legislativo ou de políticas públicas específicas que objetivem proteger aspectos culturais, há que se ter claro que os valores e as práticas são transmitidos e reinventados, que a tradição ocorre naturalmente, com perdas e acréscimos de tempos em tempos, e que essa tradição é uma forma de manter vivas as representações contidas nessas manifestações.

Há, assim, um patrimônio afetivo nas práticas culturais, que, simplesmente, acontecem.

Com o advento da Modernidade e a velocidade das transformações que se seguiram, mais claramente percebidas no contexto da Revolução Francesa, ganhou

força o sentimento de perda, o medo de que os bens culturais viessem a se deteriorar ou a ser destruídos, deixando de contar feitos e acontecimentos.

Com vistas a conter a perda, surgiu a ideia de um patrimônio a ser institucionalizado, ou seja, começou-se a pensar sobre os procedimentos jurídicos de proteção dos bens culturais, inicialmente, representados apenas por bens materiais e que retratassem a história, a memória, o fazer da civilização, expressos em monumentos e edificações.

O processo acima mencionado foi denominado por Llorenç Prats (2005) de ativação e é explicado por Zanirato (2016, p. 205) com as seguintes palavras: “[...] o processo de mobilização de valores atribuídos como formadores de um conjunto de referências, posto em ação por meio de agentes, tais como o Estado.”

A ativação é, portanto, um procedimento, um discurso, segundo Prats (2005, artigo on-line sem paginação, tradução livre, grifo do autor), que contém as seguintes características:

[...] a *seleção* dos elementos integrantes da ativação; a *organização* desses elementos (como equivalente à construção das frases do discurso); e a *interpretação* (ou restrição da polissemia de cada elemento-palavra mediante recursos diversos, desde o texto à iluminação ou localização).

Como veremos nos itens seguintes, a identidade, na propagação do discurso oficial do Estado, entrou como justificativa para a adoção de medidas protetivas do complexo sistema de representação patrimonial, nas esferas nacional, regional e local (PRATS, 2005). Como principais atores envolvidos, temos o poder político e a sociedade. O centro da questão é valorar elementos patrimoniais e o objetivo é negociar (PRATS, 2005) para “[...] alcançar o maior grau possível de consenso, de maneira que o discurso subjacente da ativação pareça legitimado e conforme a realidade socialmente percebida” (PRATS, 2005, artigo on-line sem paginação, tradução livre).

Para atingir a legitimação dessa ativação, argumenta Zanirato (2017b, p. 3) que “[...] são invocados referentes de identidade, dados do passado e uma série de

informes [...], na expectativa de que haja o reconhecimento, por um grupo ou sociedade, daquilo que se constituirá como o fato patrimonial”.

Também comenta Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (2012, p. 15) que

No processo de ativação, os elementos culturais são interpretados e inseridos em uma lógica da gestão patrimonial condizente com o grupo ou sociedade da qual fazem parte. Necessariamente interpretativa essa ativação manifesta-se discursivamente e pode estar na base de afirmação de identidades e ideologias. Daí sua relação muito íntima com o poder político, independente do nível em que ocorra.

A diferença de perspectiva, quanto ao patrimônio ser construtor de identidades ou um componente da “ordem cosmológica, natural e social” de grupos formadores da sociedade brasileira, foi comentada por José Reginaldo Santos Gonçalves (2015, p. 215, grifo nosso), quando analisou o registro do ofício das baianas pelo IPHAN:

[...] do ponto de vista [das baianas], sua atividade não se restringe a aspectos estritamente culinários, comerciais ou identitários. Ou seja: **não se trata, estritamente falando, de um “ofício” ou da defesa de uma “identidade”, mas de uma “obrigação”, no sentido mágico e religioso. As baianas que aparecem nessa pesquisa entendem sua atividade como uma relação de dádiva e contra-dádiva com uma determinada entidade do candomblé.**

No patrimônio afetivo, pode, portanto, não haver uma busca por identidade. Pode-se tratar, apenas, da interação com “[...] os deuses, os mortos, os antepassados, os parentes, os vizinhos, os animais, as plantas, etc.” (GONÇALVES, 2015, p. 214). Ou seja, “do ponto de vista de suas cosmologias, eles existem individual e coletivamente na medida em que fazem parte dessa extensa rede de relações de troca”. (GONÇALVES, 2015, p. 214).

Percebe-se que, não necessariamente, há convergência entre as dimensões afetiva e ativada do patrimônio, podendo incidir sobre a mesma prática ou não. Isso porque a primeira acontece independentemente da segunda. E, caso haja a incidência da segunda, não se pode ignorar que as ferramentas, o procedimental legal adotado pelo Estado requer a atuação de um corpo técnico, com linguajar próprio, fruto da cientificidade da Modernidade, que observa o mundo de forma separada, onde natureza e cultura são vistos como elementos antagônicos.

Assim, a proposição do registro de algo como patrimônio por meio de políticas de Estado recorre a pessoas especializadas e de fora do grupo de detedores e produtores dos bens culturais imateriais, o que repercute na forma de conceber a prática cultural, que antes era realizada por simples afeto e sem a separação de componentes de natureza e cultura. A separação, na ativação patrimonial, decorre da atuação institucional, que analisa a manifestação como objeto e a enquadra em uma categoria, aplicando, conseqüentemente, os procedimentos que previamente estipulou como adequados e cabíveis para a sua proteção jurídica.

Ao se institucionalizar o patrimônio, ocorre, nos dizeres de Nathalie Heinich (2013), a artifização, que seria a mudança de contexto do objeto patrimonializado, tal qual se faz com peças dispostas em museus, que deixam de ser experimentadas e conhecidas em seu local de origem, de uso, para terem outro destino, que seria a contemplação.

Há que se ter em mente, também, que, como toda construção social, somos nós, enquanto humanos, que atribuímos valor ao patrimônio. Isso significa que a forma como vemos o patrimônio enquanto humanidade mudou ao longo do tempo e o que hoje é considerado patrimônio pode vir a não ser no futuro. Em outras palavras, estamos diante de um processo e não de um produto pronto e acabado.

A justificativa das operativas iniciais no campo do patrimônio, qual seja, atribuir identidade às nações, ganha força diante da ação globalizadora que massifica traços e características, mas “a identidade cultural não tem necessidade de ser representada ou reivindicada, ela está lá, e manifesta-se de maneira soberana” (JEUDY, 2005, p. 22). Outros são os motivos que legitimam as escolhas de proteção patrimoniais, como, por exemplo, assegurar-nos de “depósito das lembranças”, de uma “garantia real contra o esquecimento” (JEUDY, 2005, p. 15). Percebe-se que há algo vindo de fora, que, não necessariamente, condiz com o que é vivido no cotidiano das pessoas.

Vimos, no Capítulo 1, como a Modernidade foi responsável por segmentar, compartimentalizar, separar o conhecimento em categorias. As conseqüências dessa forma de pensar o mundo se expressaram, também, no campo do patrimônio, com a

separação entre natureza e cultura. Voltaremos a tratar desse assunto mais adiante. Por ora, cabe entender o contexto em que as operativas protetivas foram concebidas e, posteriormente, disseminadas pelo mundo, por meio das orientações da UNESCO, que, num primeiro momento, estabeleceu normas para o patrimônio material, vindo o imaterial a constar de suas normativas apenas algumas décadas depois, mas sempre reforçando a separação entre natureza e cultura.

2.2 Origens do Patrimônio

O patrimônio ativado, no contexto apresentado, não se refere ao acúmulo de bens de um indivíduo e sua transmissão aos herdeiros no momento de sua morte. Aqui, o patrimônio nos remete à ideia de legado social, de herança do passado, que foi construída, no século XVIII, por ocasião da Revolução Francesa.

No contexto revolucionário da França, em 1789, e, diante da constatação da ação dos revolucionários destruindo monumentos, é que surgiu outra ideia a respeito do patrimônio. Esse se tornou um ato a cargo do poder público, que tomou para si a responsabilidade de proteger alguns elementos considerados expressão da história, da memória, das artes, da arquitetura. A proteção era feita em nome de uma nação.

Nações ou Estados nacionais foram criados e, com o surgimento da República, “precisava criar os cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns.” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15).

A forma escolhida para disseminar o sentimento de pertencimento foi a educação: os antigos súditos, novos cidadãos, foram educados e aprenderam, por meio do idioma, que possuíam origem, território e costumes comuns, ou seja, que partilhavam uma cultura enquanto coletividade.

O patrimônio histórico estava consubstanciado em “obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-

faire dos seres humanos.” (CHOAY, 2006, p. 11). No mesmo sentido, afirma Dominique Poulot (2009, p. 204) que “o discurso patrimonial foi, em primeiro lugar, uma categoria de celebração própria da literatura artística, sob a forma de ‘exaltação de uma cidade ou de uma nação, apreendidas em suas tradições e obras’ [...]”.

Acreditava-se, assim, que a identidade da nação estivesse contida na concretude de determinados bens e que esses expressavam valores comuns aos cidadãos franceses e se deveria, portanto, tomar providências que garantissem a sua integridade física. Data de 1887 a primeira lei francesa a tratar da proteção do patrimônio nacional (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 19) e tinha a tradição romana como base, ou seja, com restrições ao direito de propriedade.

Nesse contexto, os bens eleitos como “da nação” foram os do clero, da nobreza e da Igreja Católica, quando criada a Comissão de Monumentos Históricos¹³, na França:

Após a Revolução [Francesa], foi importante **impedir a destruição** das marcas do antigo regime e assegurar a salvaguarda dessas riquezas. Para proteger os bens do antigo regime do vandalismo revolucionário é que foram feitos os primeiros decretos visando salvar os monumentos históricos – castelos, abadias, mosteiros – onde tinham acontecido grandes eventos. Os bens religiosos foram tomados da Igreja Católica e passaram à nação, para serem conservados **em nome da história nacional**. Bens que eram objeto do culto religioso [...] tornaram-se objetos de arte, representando a beleza. Os bens do clero foram colocados à disposição da nação sob o argumento de que era preciso devolver esses tesouros ao povo. (OLIVEIRA, 2008, p. 142, grifo nosso).

A classificação do patrimônio começa, assim, nessa época: os bens a serem protegidos seriam aqueles que tivessem como qualidade a excepcionalidade e a beleza artística¹⁴. Houve uma escolha de determinados bens em detrimento de outros. Ademais, em torno da temática da proteção ao patrimônio histórico e artístico, todo um aparato começa a ser desenhado: legislação, instituições sociais, corpo técnico especializado, como arquitetos, historiadores da arte e arqueólogos, por exemplo

¹³ A referida Comissão é de extrema pertinência para o estudo do patrimônio cultural, vez que uma de suas ações foi a formulação dos conceitos de bens móveis e imóveis. Lúcia Lippi Oliveira (2008, p. 143) ressalta que desde então “a conservação do patrimônio passou a ser assunto de Estado”.

¹⁴ Os museus tinham como proposta exibir seu acúmulo de conhecimento acerca do processo civilizatório (por meio da exposição de bens culturais) e educar os cidadãos (a verem, nos bens culturais, o reflexo de si próprios enquanto integrantes de uma nação), além de possibilitar a circulação de novas disciplinas, como a história da arte e a antropologia (OLIVEIRA, 2008).

(FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 20).

No entanto, apesar da tentativa em se consolidar a imagem dos Estados europeus, a Primeira Guerra Mundial “expôs as mazelas do mundo. A crença no progresso e na paz como benefícios já conquistados pelas sociedades avançadas da Europa foi abalada.” (OLIVEIRA, 2008, p. 70). Entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda, os Estados assumiram posturas protetivas em relação ao seu patrimônio, tentando resguardar os bens materiais que lhes conferiam identidade enquanto Estado.

“[As] destruições da Segunda Guerra Mundial [...] é que, sem dúvida, tiveram as mais relevantes consequências sobre a consciência patrimonial europeia, assim como sobre suas modalidades de restauração e de uso.” (POULOT, 2009, p. 30). Contra o que se denominou vandalismo, fortalece-se “a vontade de fornecer ao país a consciência de um passado cultural que havia sido ameaçado de negação e de aniquilamento” (ZACHWATOWICZ *apud* POULOT, 2009, p. 30).

Finda a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a ONU foi criada, assim como a UNESCO e, com a presença de novos agentes sociais, começou-se a construir a ideia de patrimônio da humanidade, estimulando a diversidade.

A UNESCO, nesse contexto de criação de organismos internacionais, trouxe a substituição da expressão “patrimônio histórico e artístico” por “patrimônio cultural”¹⁵. Segundo aponta Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 75, grifo nosso) a esse respeito,

[...] se a emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional se deu no âmbito da formação dos Estados-nações e da ideologia do nacionalismo, **sua versão atual, enquanto patrimônio cultural, indica sua inserção em um contexto mais amplo – o dos organismos internacionais – e em contextos mais restritos – o das comunidades locais.**

¹⁵ Por ocasião da construção de uma grande represa no Egito que inundaria o vale onde estavam templos da antiga civilização egípcia, em 1959, a UNESCO iniciou a tomada de medidas enquanto protetora do patrimônio cultural mundial. Outras iniciativas se seguiram a essa em razão do sucesso alcançado, vindo a UNESCO a começar a elaborar um projeto de convenção sobre a proteção do patrimônio cultural. Em 1970, apesar de ainda não contemplar o patrimônio, a Conferência de Veneza foi extremamente importante porque suscitou debates acerca do escopo do conceito de cultura: “limitar-se a uma noção de cultura restrita às belas artes o decidir por integrar ao conceito todas as manifestações da vida social” (BOLÁN, 2006, p. 81, tradução nossa).

Passou-se, então, a considerar o patrimônio em seu duplo aspecto cultural e natural, conforme menciona a UNESCO (2014): “[a Convenção de 1972] nos lembra as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos.”

A retórica da perda fortaleceu-se, vez que a UNESCO pretendia, enquanto organismo internacional, evitar o risco de desaparecimento não só de espécies naturais, como também de exemplares culturais. Inaugurou-se a era do risco da perda, imbuída do “espírito de um salvamento” (POULOT, 2009) e iniciou-se a tomada de uma série de providências para conter esse risco. Mas não foi só isso: em 1972 “estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores” das práticas patrimoniais (CHOAY, 2006, p. 207).

A supracitada Convenção trouxe os procedimentos para a inscrição de um bem cultural ou natural, na “Lista do Patrimônio Mundial”¹⁶. E não foi à toa que a mudança de perspectiva aconteceu na década de 1970. Como vimos anteriormente, o patrimônio voltava-se ao histórico e artístico, alicerçado nos critérios ocidentais de monumentalidade, excepcionalidade e autenticidade¹⁷, e, aos poucos, começou a passar ao natural e cultural.

Ademais, começou-se a questionar o sujeito político do patrimônio, que deveria transpor o Estado-nação e se alocar nos grupos formadores da sociedade, as comunidades, o sujeito plural que se identifica com bens que vão muito além dos que foram, inicialmente, alvo de proteção. A unidade presente na ideia de nação “[...] esconde diversos conflitos na construção social desse conceito”, como afirma Cláudio Rezende Ribeiro (2013, p. 74), e camufla o fato de ser uma construção histórica e social, variável.

¹⁶ A lista completa pode ser verificada no endereço eletrônico da UNESCO: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/>>.

¹⁷ Poulot (2009, p. 22 e 23) comenta a origem do uso desse critério no campo do patrimônio: “A era da erudição, no século XVII, apoiava-se na preocupação com as fontes: ‘O método moderno de pesquisa histórica está inteiramente baseado na distinção entre fontes originais e fontes de segunda mão.’ O desenvolvimento da reflexão, no século XVIII, baseava-se na busca de um diálogo entre fontes literárias e fontes figuradas, assim como no surgimento de uma história cultural; para ser possível construir a definição do patrimônio, impunha-se estabelecer, previamente, a autenticidade e o valor dos monumentos de qualquer espécie.”

Percebemos, assim, que as noções de cultura e sujeito foram criadas posteriormente à ideia de nação, mas foram imprescindíveis para que se chegasse à noção de patrimônio como algo que pertence à coletividade. Nesse sentido, afirma Poulot (2009, p. 26, grifo nosso) que

O patrimônio no sentido “legal” surgiu com as legislações nacionais do século XIX, legislações que lhe garantiram um destino específico no meio de todas as manifestações sociais dos objetos. Aliás, **tal postura foi assumida em nome do povo, como destinatário eminente e, ao mesmo tempo, o derradeiro responsável por essa herança.**

O discurso protetivo destinado aos bens que identificavam a história e a memória de uma nação e de seu povo (monumentos, objetos de arte, construções históricas que possuíssem uma narrativa da nação como um todo) passou a pregar a proteção de bens mais pessoais, mas individualizáveis de determinados grupos, com forte sentimento de pertencimento, de identidade, dotados de simbolismo, sem se ater tanto à excepcionalidade, à erudição, à monumentalidade, às belas artes.

Assim, em nome do que seria patrimônio comum da humanidade e visando promover a paz entre os Estados, a UNESCO preconizou medidas protetivas, por meio de suas Cartas Patrimoniais, que contemplavam o que imaginava serem valores comuns. Nesse sentido, a humanidade tornou-se detentora de bens que teriam valor universal, ou seja, significado idêntico para qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, afinal foram inscritos na “Lista do Patrimônio Mundial” da UNESCO¹⁸.

Na década de 1970, outras Cartas Patrimoniais foram assinadas. Entre as que consideramos mais relevantes para a nossa tese estão a Declaração de Amsterdã (1975), por mencionar que a participação da sociedade é ponto fundamental na preservação do patrimônio, apontando-a como guardiã, e a Recomendação de Nairóbi (1976), que trouxe o conceito de patrimônio cultural, a saber:

bens que sejam expressão e testemunho da criação humana e da evolução da natureza, que tenham ou possam ter valor e interesse histórico, artístico,

¹⁸ Na composição dessa lista, “somente 5 países da Europa correspondem a 20% do total de bens tombados pela Unesco até 2003” (SCIFONI, 2014, p. 2). Além disso, “há uma inquestionável hegemonia européia [...]: nos anos 1970 correspondia a 41% do total, na década de 1980 a 34%, na década de 1990 a 45% e nos anos de 2000 até 2003 a 40% do total tombado”, conforme análise de Simone Scifoni (2014, p. 3).

científico ou técnico, segundo os organismos designados por cada Estado. (SOARES, 2009, p. 28 e 29).

Poulot (2009, p. 229) fala da importância da Carta de Burra (1979), do Comitê Australiano de “International Council on Monuments and Sites” (ICOMOS): “pela primeira vez, a carta australiana introduz a noção de ‘significação cultural’, a fim de levar em conta os patrimônios natural e autóctone.” Essa significação cultural aparecerá, na legislação brasileira, como referencialidade, e será mencionada mais adiante, nesta tese.

Na década de 1980, por conta da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais do México (MONDIACULT), o conceito de cultura foi rediscutido e aceito tal qual na Antropologia:

a cultura pode considerar-se atualmente como o conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba, também, as artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais ao ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO *apud* BOLÁN, 2006, p. 85 e 86, tradução nossa).

Abarcada na ampliação do conceito de cultura pregada pela Antropologia e visando à democratização da cultura, a referida MONDIACULT estabelece a relação entre o patrimônio material e imaterial e o fortalecimento da identidade de um povo: “todo povo tem o direito e o dever de defender e preservar o seu patrimônio cultural, e que as sociedades se reconheçam a si mesmas pelos valores nos quais encontram inspiração criativa.” (BOLÁN, 2006, p. 109, tradução nossa)¹⁹.

No final do século XX, constata-se uma mudança significativa de perspectiva, presente nas próprias iniciativas identitárias tomadas pelos Estados no início do referido século. A explícita finalidade de reconstrução e restauração que imperou no período seguinte à Segunda Guerra Mundial cedeu lugar a algo além do bem cultural em si, ou seja, percebeu-se que relações sociais são produzidas ao redor de um monumento, de um edifício, de uma praça. Talvez possamos dizer que tenha sido o

¹⁹ Posteriormente, na década de 1990, a Conferência de Estocolmo (1998), também da UNESCO, foi a terceira grande possibilidade de os países-membros discutirem as políticas culturais. Acrescentaram-se ao que foi alcançado desde a primeira conferência em 1970 a ligação do tema cultural com a preservação do ambiente, a importância do diálogo entre culturas, entre outros, segundo Bolán (2006).

início da constatação de que há um processo no patrimônio cultural, que o bem de concreto interage com pessoas e com a natureza, produzindo significados e valores. Representatividade foi, portanto, tomando o lugar da universalidade.

Interessante notar que o termo patrimônio veio a ser tipificado ao longo do tempo: patrimônio nacional, histórico, artístico, cultural, mundial, imaterial, genético, etc. Adicionando qualquer um desses termos, o patrimônio demonstra vinculação com a noção de propriedade, que, inicialmente, era dos nobres, do clero, da Igreja Católica e dos Estados.

O ato de classificar o patrimônio faz parte da Modernidade, que categoriza o pensamento, mas “sabemos, entretanto, que essas divisões são construções históricas. Pensamos que elas são naturais, que fazem parte do mundo. Na verdade, resultam de processos de transformação e continuam em mudança.” (GONÇALVES, 2009, p. 27).

No século XXI, a UNESCO elaborou outras Cartas Patrimoniais, sendo destaque a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial trouxe a preocupação com a imaterialidade de bens culturais e o conceito de patrimônio imaterial:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e de continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, artigo 2º).

Já a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais assim definiu a expressão diversidade cultural:

“Diversidade cultural” refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades.

A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. (UNESCO, 2005, artigo 4º, item 1).

Definiu, também, expressões culturais como sendo “aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural” (UNESCO, 2005, artigo 4º, item 3).

Com a elaboração das “Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade” (1997-2005), a UNESCO iniciou a anotação na “Lista Representativa do Patrimônio Intangível Mundial”. O Brasil teve nela as inscrições das “Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpis do Amapá” (2008); do “Samba de Roda do Recôncavo Baiano” (2008); do “Yaokwa, ritual do povo enawene nawe para a manutenção da ordem social e cósmica” (2011 – com destaque para a adoção de medidas urgentes de salvaguarda); do “Frevo: arte do espetáculo do carnaval de Recife” (2012); e do “Círio de Nazaré: procissão da Imagem de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Belém” (2013).

Sistematicamente, a UNESCO (2017) conceitua os bens a comporem o patrimônio mundial da seguinte forma:

- Patrimônio Cultural Mundial: é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.
- Patrimônio Natural Mundial: significa as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal.

Encaixadas em categorias, vemos acima como a própria classificação adotada pela UNESCO separa natureza e cultura, material e imaterial. Apesar dos avanços alcançados, ainda aparece a separação, o que talvez demonstre a dificuldade em se romper com os entendimentos da Modernidade e sua maneira de pensar o mundo.

Da leitura das Cartas Patrimoniais elaboradas pela UNESCO, percebemos o uso variado de termos para se referir às operativas patrimoniais, como, por exemplo, preservação, conservação, proteção, salvaguarda.

A maioria dos principais documentos patrimoniais faz uso de mais de um termo para referir-se ao sistema protetivo. No âmbito da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, o seu artigo 7º expõe o entendimento que se deve ter de “proteção internacional do patrimônio mundial, cultural e natural”: a “criação de um sistema de cooperação e de assistência internacionais que vise auxiliar os Estados-parte da Convenção, nos esforços que dispendem para preservar e identificar o referido patrimônio.” (UNESCO, 1972).

No que concerne à Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, a UNESCO traz orientações, utilizando-se dos termos proteção, preservação, promoção e salvaguarda, sem, contudo, trazer definições ou estabelecer o entendimento que se deva ter das palavras empregadas.

Na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, consta do artigo 2º, item 3, a interpretação quanto ao termo salvaguarda:

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visem assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio. (UNESCO, 2003).

Na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, o termo proteção foi definido da seguinte forma:

“Proteção” significa a adoção de medidas que visem à preservação, salvaguarda e valorização da diversidade das expressões culturais.

“Proteger” significa adotar tais medidas. (UNESCO, 2005, artigo 4º, item 7).

Como dissemos na Introdução, empregamos, ao longo desta tese, o termo proteção para designar o conjunto amplo de medidas administrativas e jurídicas que

têm o intuito de acautelar, promover, salvaguardar, difundir e preservar bens culturais.

Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, trazida pelo amadurecimento dos textos patrimoniais, muitos autores se questionam a respeito das suas consequências. Heinich (2013), por exemplo, propõe que indaguemos a respeito de sua eventual desartificação. Em outras palavras, ela perquire se o fato de o patrimônio vir gradualmente passando da “história da arte” (quando o foco eram igrejas, castelos, mansões) para o “pequeno patrimônio” (quando se passou a olhar para fazendas, fontes, trens) e para o “patrimônio industrial” significa que se esvaziou seu caráter artístico.

Para formular seu pensamento, Heinich (2013, p. 4) expressa-se no sentido de que “a noção de obra de arte e a de patrimônio não coincidem exatamente: existem obras de arte não patrimonializadas [...] e objetos patrimoniais que não são obras de arte.”

A partir da análise dos três valores que considera presentes no critério de perenidade, quais sejam, a beleza (esteticidade), a autenticidade (pureza) e a significação (sentido), Heinich (2013) entende que, quando algum deles se mostra ausente, está-se diante de um objeto de patrimônio (quando incidem iniciativas de proteção) ou de um simples objeto utilitário (quando não há medidas de proteção) e não de um monumento histórico (que conta com o Serviço dos Monumentos Históricos, na França).

Tomando o marco rodoviário “Michelin” como exemplo de “objeto-limite”, essa autora constata que o valor de maior peso na análise dos técnicos patrimoniais é o de autenticidade, sem o qual nenhuma medida protetiva é tomada na França. Assim, ainda que o referido marco não se encaixe nos valores de beleza e significação, sua autenticidade é inquestionável, levando Heinich (2013, p. 12 e 13) a sustentar a conclusão de que “mais do que uma artifização pela patrimonialização, parece que o Inventário opera uma desartificação da noção de patrimônio”. Nas suas palavras:

Não é, portanto, a arte que se estende a novos objetos, por meio da função da patrimonialização, mas a noção de patrimônio que se estende para além da arte, seu núcleo inicial. E não são novas obras de arte que são, assim,

instituídas pelo “olhar coletivo” do Inventário, contudo, eventualmente, novos “objeto-pessoais”, relíquias do passado que sua insubstituibilidade dota de uma carga emocional [...]. (HEINICH, 2013, p. 12 e 13).

Esse processo de ampliação do conceito de patrimônio e o seu uso como afirmação de valores serão comentados mais detalhadamente no item seguinte. No entanto, parece-nos imprescindível tentar compreender afinal, por que e em nome de quem exatamente começamos a nos preocupar com a proteção de bens culturais. Já vimos que o sujeito do patrimônio deslocou-se ao longo do tempo e, em tese, assenta-se hoje nos grupos formadores da sociedade, mas que a base da formulação das políticas públicas protetivas está na retórica da perda, no medo do desaparecimento, no risco de deixarmos de contar com elementos que narram nossa história enquanto civilização.

E, apesar de esse sentimento de perda estar incrustado nas origens do patrimônio desde a Revolução Francesa, há que se ter em mente que a velocidade da transformação foi se agravando. O sentimento de preservação foi trazido à tona, primeiro, com o desejo de identidade nacional dos então Estados-nação e, depois, com a destruição provocada pelas guerras, mas, naquela época, havia uma constância, uma permanência, a maneira de sentir a passagem do tempo era diferente.

Objetos, saberes, conhecimentos eram transmitidos de geração em geração. O que isso significa para nós no campo do patrimônio? Significa que, no passado, podíamos ter e tínhamos gerações que nasciam, cresciam e morriam sem vivenciar mudanças no seu entorno. Muitas famílias tiveram dois ou três membros, inclusive, participando do ofício de construção da catedral da cidade, que demorava mais de décadas para ser finalizada. O mesmo não pode ser dito quanto ao presente momento, em que se constata outra velocidade. Uma paisagem muda em menos de um ano. Não temos mais como falar em perenidade. (LOWENTHAL, 1998).

Em consonância com esse entendimento e a respeito da velocidade das transformações, Joël Candau (2012, p. 112, grifo do autor) afirma que:

No curso dos últimos trinta anos produzimos muito mais informações que nos cinco mil anos anteriores; a cada dia mais de mil livros são publicados no mundo; calcula-se que uma edição de fim de semana no *The New York*

Times contenha muito mais informações do que uma pessoa comum, vivendo na Inglaterra no século XVII, pudesse encontrar ao longo de sua existência.

Também coloca, o referido autor, que “incontestavelmente, a sensibilidade patrimonial se exacerbou ao mesmo tempo em que as sociedades conheceram uma mutação acelerada e temiam, portanto, pela perda e pelo esquecimento.” (CANDAU, 2012, p. 162).

No entanto, mesmo com essa mudança, o que ainda nos faz querer proteger o patrimônio? O interesse crescente pelo passado, ou melhor, pela “condição de passado” de determinados objetos, práticas, e sua conservação decorrem da necessidade de **nos sentirmos a ele atrelados**, vez que seria um **lugar seguro**, do qual não adviriam surpresas, pois já sabemos como ocorreu, temos consciência da fugacidade e da velocidade com que tudo ao nosso redor se altera (LOWENTHAL, 1998). “ [...] Nada acelera mais as simpatias por conservação do que o **medo** da sua extinção, seja de um edifício, de um pássaro ou de um modo de vida.” (LOWENTHAL, 1998, p. 554, tradução livre, grifo nosso).

Nesse mosaico história-memória-identidade²⁰, as incertezas, os sentimentos e o papel que o patrimônio ganhou, nesse momento, foi ressaltado por Poulot (2009, p. 89, grifo nosso) da seguinte maneira:

Ora, ao dar testemunho eloquente de um mundo fragmentado, o patrimônio assegurava também a continuidade – de um passado regenerado a um futuro estabilizado. **Ele podia configurar a permanência dos valores e dos recursos diante da incerteza do futuro** – com a condição de não implicar o retorno ao antigo estado das coisas, perspectiva indubitavelmente ameaçadora, e portanto, fundamentar-se na razão. A materialidade das coisas podia servir de vínculo entre a história e a posteridade, [...] possibilidade de elaborar a definição abstrata da nação, ao manifestar sua realidade concreta.

Ao mesmo tempo, constatamos como o “poder dos traços” é real e brota nos indivíduos que tiveram que se abster de ligações com o seu passado, como é o caso, por exemplo, de deportados que deixaram objetos pessoais para trás: “o sequestro de

²⁰ Pierre Nora, como nos lembra Joël Candau (2012), tem a memória e a história em posições antagônicas, estando a primeira relacionada à identidade individual por meio de manifestações da vida, enquanto a segunda estaria relacionada à razão (por meio da análise, da crítica) e se destinaria à universalidade.

objetos que evocam a vida exterior é, ao mesmo tempo, um sequestro da identidade” (CANDAU, 2012, p. 160).

Recorrendo novamente a Candau (2012, p. 189), percebemos que o sentimento de perda presente nos indivíduos e, conseqüentemente, legitimador de políticas públicas patrimoniais de proteção, suscita que “queremos tudo abraçar de nosso passado e sem dúvida prestamos mais atenção do que antes ao que já foi perdido.”

No entanto, ilusória é nossa ideia de que o passado – estando aqui o patrimônio cultural incluído – não sofreu alterações, ou mesmo que se possa, de fato, fixar o passado e protegê-lo de modificações. Para David Lowenthal (1998, p. 570, tradução livre) está exatamente aí a virtude do patrimônio, qual seja: “[...] um passado fixo não é o que em realidade necessitamos [...]. Nos faz falta um patrimônio com o qual se esteja em constante interação, que logre fundir o passado com o presente.”

Com o argumento de conferir identidade nacional como sinônimo de civilidade, e, atualmente, associado aos mais variados interesses, o patrimônio cultural e a escolha que se faz das operativas protetivas é, por conseguinte, uma afirmação de valores, como veremos no item que se segue. Afirmação essa complexa, cheia de tensões e conflitos, regada de contradições.

Nesse sentido, a seguir trataremos do deslocamento de valores, ou seja, da consideração do valor nacional e do valor ou da referência cultural acerca de bens culturais.

2.3 Patrimônio como afirmação de valores

Já sabemos que os valores apregoados como nacionais, universais e os critérios de seleção de bens baseados na autenticidade, historicidade, monumentalidade, excepcionalidade e na beleza plástica foram criados, produzidos e levaram em conta determinados interesses da época no qual foram concebidos. Nesse sentido, a respeito da construção da identidade, Néstor García Canclini (1994, p. 98)

lembra-nos de que “aquilo que se entende por cultura nacional muda de acordo com as épocas [...], boa parte o que se considera como tal é uma construção imaginária.”

A produção das normas jurídicas, das políticas públicas, a tomada de decisões e escolhas foram pautadas nos valores da época em que surgiram e funcionam

[...] como linguagem performativa de um modo bastante peculiar: não apenas [definem] direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos como também [inscrevem] no espaço social determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar. (FONSECA, 2005, p. 37).

Na aceção de valores, que leva em conta um processo de escolha, não podemos ignorar os dizeres de Candau (2012, p. 66), no sentido de que “não se pode recordar um acontecimento passado sem que o futuro desse passado seja integrado à lembrança.” Ele mesmo se explica: “o tempo da lembrança é, inevitavelmente diferente do tempo vivido, pois a incerteza inerente a este último está dissipada no primeiro [...]” (CANDAU, 2012, p. 66). Ou seja, os valores são representações escolhidas no baú de lembranças de como se pretende narrar determinados sentimentos e acontecimentos.

As estratégias postas em prática, na narrativa, contemplam “restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, ‘sublimações’, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, [...] interpretações e reinterpretções” (CANDAU, 2012, p. 71), o que demonstra se tratar de algo bastante complexo e engendrado na identidade individual.

O conflito que ocorre no processo memorial tem várias facetas: “[...] é feita de adesões e rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, luz e sombra ou, dito mais simplesmente, de lembranças e esquecimentos.” (CANDAU, 2012, p. 72). Tal característica de nossa forma de manifestação decorre do medo da finitude. No campo do patrimônio, esse desejo de perpetuação está bastante presente e foi motivador de políticas públicas no mundo todo.

Outra questão a considerar é a forma como operamos a memória, pensando, classificando e ordenando os eventos de acordo com uma lógica própria e também

baseada no outro (CANDAU, 2012). Isso é relevante no estudo do patrimônio à medida que estamos diante de um processo de escolha – o que é patrimonializável – e essa escolha se dá por técnicos do aparato patrimonial e pelos grupos formadores da sociedade, que exercem influência na definição do que deve ser considerado patrimônio em moldes ocidentais, privilegiando determinados bens culturais em detrimento de outros.

A noção de patrimônio cultural adotada pela UNESCO ainda se baseia nos critérios de excepcionalidade e universalidade, valorizando a originalidade das obras, sendo a idealização dos bens insustentável na atualidade (GARCÍA CANCLINI, 2012). A escolha de um patrimônio universal, ainda que a UNESCO esteja ciente de que os critérios de outrora devam ceder espaço para a diversidade das culturas, encontra resistência, como formula García Canclini (2012, p. 71, grifo nosso):

Por que alguns transcendem mais do que outros? Até onde e para quem se “universalizam”? A rigor, **a universalização é parcial e relativa a vários processos de seleção e exclusão, de difusão e desconhecimento.** [...] As atividades destinadas a [definir o patrimônio cultural], preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico de certos bens, quase sempre incorrem em uma simulação: **fingem que a sociedade não está dividida em classes, gêneros, etnias e regiões, ou sugerem que essas fraturas não têm importância diante da grandiosidade e respeito ostentados pelas obras patrimonializadas.**

Ademais, a recepção, a apropriação dos bens culturais dá-se de forma particular e, embora pareça que eles se encontram disponíveis a todos da mesma forma, eles, na realidade, não estão. Por isso, o que é tido como patrimônio cultural não deixará nunca de ser um campo de conflito material e simbólico na sociedade (GARCÍA CANCLINI, 2012). Na opinião de García Canclini (2012, p. 97, grifo nosso),

a ação do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco foi útil para afiançar o conhecimento e a valorização de alguns bens culturais e naturais, para conservá-los e reabilitá-los, formar especialistas e dar assistência estratégica em processos de deterioração, destruição, catástrofes e guerras. Porém, esta tarefa permanecerá **limitada e errática se continuar dependendo do conceito abstrato de humanidade gestado na Ilustração e não for capaz de assumir a inconstância conceitual, os significados variáveis nos usos dos bens e situar-se eficazmente nas disputas internacionais.**

Também ponderando acerca das consequências da universalização do

patrimônio, Candau (2012, p. 106, grifo do autor) faz a seguinte indagação:

Se memorizar serve para transmitir, é o conteúdo transmitido ou o laço social que gera a transmissão? Educação, museus, arte, não são formas operacionais de transmissão visando menos transmitir *uma* memória que fazer entrar nas memórias a crença do corpo social em sua própria perpetuação, a fé em raízes comuns e um destino compartilhado, ou seja, uma consciência identitária?

No processo de reflexividade, para que haja o reconhecimento do patrimônio, aponta Henri-Pierre Jeudy (2005, p. 19) que “[...], é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura.”

Para falar desse assunto, Françoise Choay (2006, p. 240) também se refere ao espelho, mencionando o comportamento humano narcisístico: “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem.” Analisando esse comportamento, Choay (2006, p. 241) lança algumas preocupações como a seguinte: “o patrimônio teria assim perdido sua função construtiva, substituída por uma função defensiva, que garantiria a recuperação de uma identidade ameaçada.” (CHOAY, 2006, p. 241). Além disso, segundo Choay (2006, p. 248 e 249, grifo nosso),

na sua função narcisista, o culto do patrimônio só é justificável por um tempo: o tempo de interromper simbolicamente o curso da história, tempo de tomar fôlego na atualidade, tempo de confortar nossa identidade antropológica a fim de poder continuar sua construção, tempo de reassumir um destino e uma reflexão. [...] é preciso sair da ficção narcisista. Precisamos denunciar o amálgama no qual ela nos enleia, e que **nos faz também confundir história com memória** [...]

A memória nutre, modela, reforça a identidade à medida que as lembranças e os esquecimentos constituem quem somos: a identidade, na opinião de Candau (2012, p. 19) “não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento e a aparição da espécie humana [...]”. Na relação entre as duas, diz Candau (2012, p. 19), “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.”

Realiza-se a memória sob três dimensões:

Uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAUI, 2012, p. 60).

Nesse contexto, estão presentes os valores, as emoções, a atribuição de significado que se pode conferir a objetos e também a práticas, como se constata da própria expansão do conceito de cultura. As relações no cotidiano passaram, assim, a ser tidas como pertencentes à cultura, iniciando, portanto, o emprego de um ponto de vista processual. No entanto, ainda nos impele problematizar o uso, a recepção, a apropriação que os diversos grupos fazem dos bens culturais, pois o caráter unificador pretendido pela UNESCO, no contexto da identidade, deve ser problematizado, como sugere Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1995, p. 98): o “[...] que significa um ‘patrimônio da humanidade’ (selo de qualidade cunhado pela Unesco), quando ele mesmo não funciona como patrimônio local, municipal, regional?”.

Parece-nos ser necessário deslocar o olhar e nos afastar dos cidadãos mundiais, universais, para focar nos produtores e detentores de bens culturais e nos valores que eles sentem, que eles reconhecem como presentes ou ausentes porque, “embora da perspectiva de preservação de bens culturais, a política da Unesco tenha aspectos apreciáveis, ela não resolve conflitos interculturais nem pode sustentar uma narrativa de integração mundial” (GARCÍA CANCLINI, 2012, p. 80). Isto porque

os estudos realizados por especialistas da própria Unesco mostram que as sucessivas correções deste programa não evitaram discriminar os mais frágeis ou menos reconhecidos pelas instâncias mundiais que controlam a acumulação econômica, o poder interpretativo e a difusão midiática, analógica ou digital. (GARCÍA CANCLINI, 2012, p. 72).

Transpondo o acima para a realidade brasileira, na visão de Ribeiro, C. (2013, p. 88), “a ideia assumida como a de nação brasileira foi construída por pessoas eruditas, letradas, para então ser implementada e apresentada a seus cidadãos, a exemplo de tantos outros processos oficiais do país”, como veremos mais detalhadamente no Capítulo 3. E mais: “foi um reconhecimento externo que contou ao cidadão qual era seu patrimônio, e essa externalidade era exatamente a esfera do

Estado, que nunca fez parte da vida do brasileiro senão de forma autoritária.” (RIBEIRO, C., 2013, p. 88).

E, como “[se trata] de uma política conduzida por intelectuais, [...] requer um grau de especialização em determinadas áreas do saber (arte, história arquitetura, arqueologia e, mais recentemente, etnologia e antropologia) [...]” (FONSECA, 2005, p. 22), cabendo aos detendores e produtores lançar mão de ferramentas próprias para compreender esse ideário.

Essa postura – que considerava apenas os valores advindos de setores mais elitizados da sociedade – foi comum e possível até 1970, quando a assunção do valor nacional passou a ser criticado e se começou a ponderar pela inserção de novos valores ao patrimônio. Esse período é marcado pela “modernização da noção de patrimônio – o que significou vincular a temática da preservação à questão do desenvolvimento” e pela “politização da prática de preservação, na medida em que os agentes institucionais se propuseram a atuar como mediadores dos grupos sociais marginalizados junto ao Estado” (FONSECA, 2005, p. 23).

Campo genuíno de disputas, o tratamento do patrimônio entre as décadas de 1970 e 1980 contava com duas correntes igualmente fortes: a que se destinava a proteger bens culturais materiais (de “pedra e cal”) – adotada desde a criação do órgão federal protetor do patrimônio no Brasil – e a que desejava implementar o critério do valor cultural ou da referência cultural, o que significaria incluir práticas culturais ao rol de bens protegidos pelo Estado.

No entanto, “a hegemonia do grupo de referência, na verdade, se limitou ao plano discursivo; na prática, foi através dos tombamentos efetuados pelo Sphan que continuou a ser construído o patrimônio histórico e artístico nacional.” (FONSECA, 2005, p. 24).

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, passamos, em tese, do valor nacional para as referências culturais. Essa mudança ocorreu por meio da ampliação do conceito de cultura, que passou a ressaltar as relações sociais e a inclusão da imaterialidade nos bens culturais.

Ao comentar a ampliação do conceito de patrimônio cultural trazida pela supracitada Constituição, Meneses (2012) destacou algo fundamental no âmbito das manifestações culturais: o corpo, como veículo para a realização do saber fazer, foi alçado a suporte sensorial na produção do patrimônio cultural. Essa constatação dá suporte ao que muitos consideram uma coisa só, apesar de tratados separadamente, inclusive juridicamente: o imaterial, mesmo no patrimônio cultural, necessita do material para se expressar e se faz imprescindível, portanto, “superar dualismos insustentáveis” (MENESES, 2012, p. 32).

Meneses prossegue em sua análise (2012, p. 32, grifo nosso) e afirma que

falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas **é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas [...] – e, em suma, seus valores.**

O que é novo no dispositivo constitucional, no entendimento de Meneses (2012, p. 33, grifo nosso), portanto, não é a ampliação do conceito de patrimônio cultural para abarcar o imaterial, mas o “deslocamento da matriz”, conforme abaixo:

Era o poder público que instituíra o patrimônio cultural [...]. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: **os valores culturais [...] não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social.**

E aqui, quando falamos em valor, esbarramos em um dos conceitos centrais dispostos na Constituição Federal de 1988 para que se confira o status de “Patrimônio Cultural do Brasil”, qual seja, o de referência cultural. Afinal, como questionou Meneses (2012, p. 33), “se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?”

Essas indagações voltarão no Capítulo 3, pois, no cerne do processo de registro e de revalidação, há que se ter a expressa anuência da comunidade detentora e

produtora do bem cultural imaterial para que ele venha a ser registrado e posteriormente revalidado como “Patrimônio Cultural do Brasil”. Ou seja, uma vez instaurado o processo de registro, os detentores e produtores passam a ser considerados sujeitos do patrimônio.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, toda e qualquer sistemática procedimental em vigor e que vier a ser criada pelo IPHAN deve ter como principais destinatários os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Por isso, afirma Meneses (2012, p. 34, grifo nosso): “julgo premente começarmos a rever nossa postura a respeito do valor e da avaliação [...] sem excluir a perspectiva do especialista, obviamente, mas sempre **privilegiando aquela do usuário, do fruidor**”.

Como conclusão, Meneses (2012, p. 38, grifo do autor e grifo nosso) pondera:

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente *político*. Político, não no sentido partidário, mas no de *pólis*, a cidade dos gregos, isto é, **aquilo que era gerido compartilhadamente pelos cidadãos**; a expressão correspondente entre os romanos, *res publica*, representa a outra face da moeda: a coisa comum, o interesse público.

Em concordância com o acima exposto está o pensamento de García Canclini (2012, p. 96), para quem, melhor do que buscar bens culturais valiosos sob o ponto de vista histórico ou estético, “[...] é preferível examinar os usos do patrimônio, os pontos de encontro e conflito entre épocas e produções culturais animadas por objetivos diferentes.”

Transmutando, assim, o projeto de instruir cidadãos, por meio da educação, que pregava o valor nacional, numa tentativa de amálgama da identidade das nações, o foco da ativação patrimonial deve “contribuir para revelar a identidade de cada um” (POULOT, 2009, p. 14). Ou seja, o modelo de proteção francês que se justificou, em certa medida, outrora, hoje deve considerar outros aspectos e representar a simbologia dos mais variados grupos.

No entanto, essa tarefa não é nem um pouco simples, muito pelo contrário.

“[Eis] um dos paradoxos de nosso tempo: sobrevalorizar a libertação dos indivíduos e, simultaneamente, a busca de identidade” quando “cada um torna-se intérprete, à sua maneira, do legado que ele reivindica [...]” (POULOT, 2009, p. 237 e 238).

Na expansão do olhar estatal está a consideração, portanto, do que vai além do suposto “nacional”. García Canclini (1994) aponta a existência de três agentes quando se trata de patrimônio cultural: a iniciativa privada, o Estado e os movimentos sociais²¹. E “as contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação entre estes setores em cada período” (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 100).

Para esse autor, “[...] o efetivo resgate do patrimônio inclui sua apropriação coletiva e democrática, ou seja: criar condições materiais e simbólicas para que **todas as classes possam encontrar nele um significado, e compartilhá-lo.**” (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 103, grifo nosso). Ademais,

[...] não basta multiplicar as pesquisas patrimoniais, os museus e a divulgação: é necessário conhecer e entender os parâmetros de percepção e compreensão em que se baseia a **recepção dos destinatários**. A participação do público e dos usuários **não substitui a problemática específica da valoração histórica e estética dos bens culturais, nem o papel do Estado ou dos historiadores, arqueólogos e antropólogos especializados na investigação e conservação do patrimônio, mas oferece outrossim uma referência – uma fonte de sentido – com a qual deveriam redefinir-se todas as tarefas para que se avance na democratização da cultura.** (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 106, grifo nosso).

O desenvolvimento de uma política efetivamente pública de patrimônio pode ser considerado o grande desafio do Estado, conforme sustenta, abaixo, Fonseca (2005, p. 25, grifo nosso):

Em que medida essa política não tem funcionado antes como uma atividade implantada e conduzida pelo Estado, com a participação de determinados intelectuais, como **mais um recurso ideológico para obter consenso, para legitimar um projeto nacional do próprio Estado** ou, simplesmente, para inserir o país no concerto das nações civilizadas?

²¹ Relatam Peres et al. (2013, p. 22) que “os movimentos sociais, que, reivindicavam demandas específicas a partir da década de 1970 no Brasil, juntamente com o movimento Diretas Já, que se opunha ao regime político ditatorial, vieram a promover mobilizações e ações relevantes. Suas atividades apresentaram-se em forma de protestos e organizações formais que iriam ter reflexo sobre as instituições políticas e influenciar a agenda de formulação de políticas públicas (AVRITZER, 1997).”

Nesse sentido, entende Fonseca (2005, p. 45) que “apenas quando esse aspecto [a consideração do vértice da recepção] é devidamente incorporado à política estatal é que se pode falar em uma política pública” e que ampliar o conceito de patrimônio e a participação da sociedade não basta, devendo-se problematizar a questão da democratização da apropriação simbólica dos bens (FONSECA, 2005).

Isso significa dizer, em outras palavras, que se deve almejar à implementação de outros valores além dos luso-brasileiros, eleitos como identificadores da nação, no sentido de ampliar o exercício da cidadania, restrita a poucos em nosso país (FONSECA, 2005). A proposta é que se criem maneiras de garantir a possibilidade de “apropriação ativa, que contribua para o enriquecimento de cada cidadão e da coletividade como um todo.” (FONSECA, 2005, p. 223).

Mantendo-se os critérios de seleção com que foram inauguradas as atividades do IPHAN (privilegiando história e estética), a “**forma fechada e altamente centralizadora na tomada de decisões**”, não teremos a diversidade cultural brasileira representada (FONSECA, 2005, p. 220 e 221, grifo nosso).

Diante da afirmação de ser a cultura uma criação humana, decorrente, portanto, da ação social e local de mediação simbólica, Meneses (1995, p. 92) chama a atenção para o fato de que “o campo cultural, portanto, imbrica-se no do poder. Assim, o conflito deve ser considerado não apenas como ingrediente normal da cultura, mas ainda como instância geradora, força motriz.”

Complementando a afirmação acima com o entendimento de Gonçalves (2009, p. 31), podemos considerar que “o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente [...]”.

Nesse sentido, é natural que cada grupo humano que for detentor e possuidor de algum bem cultural imaterial que passe a integrar o “Patrimônio Cultural do Brasil” possa se utilizar do instrumento de registro na sua luta social e política, sem que, com isso, o bem deixe de merecer a devida proteção legal. No entanto, importante destacar, haja vista existirem duas dimensões do patrimônio, como

mencionamos no item 2.1, muitas vezes a preocupação do grupo não está necessariamente em preservar algo que está sob o risco de perda, como pareceu ser o caso das baianas do acarajé, mencionadas por Gonçalves (2015).

Assim, para Gonçalves (2015, p. 218),

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado.

Outro exemplo do que mencionamos a respeito do uso do registro por parte dos detentores e produtores de um bem cultural imaterial diz respeito ao “Fandango Caiçara”, quando o representante da comunidade, presente na reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, expressou a satisfação na obtenção do título como “Patrimônio Cultural do Brasil” para que os caiçaras pudessem avançar em outras questões importantes como a do território habitualmente ocupado, que hoje contém casas de veraneio e pousadas.

Trataremos, oportunamente, da noção de território, sendo que, neste momento, valemo-nos dos exemplos acima para reforçar o que comentamos anteriormente, no sentido da existência de dimensões do patrimônio, sendo o patrimônio afetivo vivenciado de qualquer forma, independentemente da atuação do Estado. Além disso, é inegável o fato de o registro poder ser usado pelos grupos para avançarem em outras frentes.

Ademais, se muitos patrimônios interessam aos seus produtores e detentores apenas enquanto prática do seu cotidiano, as operativas do Estado muitas vezes podem remeter a uma identidade diversa. Para marcar esse entendimento, que tem no seu cerne o conflito entre o uso que se faz do patrimônio e a institucionalização, recorreremos novamente a Meneses (1995, p. 96), que trouxe exemplo bastante elucidativo:

[...] No interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica, aparece uma velhinha ajoelhada diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, uma horda

de turistas japoneses. O guia lhe toca os ombros e diz: - “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação.”

A habitualidade na ação da senhora, que entende sua existência ao frequentar aquela igreja, pouco importando se o lugar se tornou ou não um patrimônio por seu estilo arquitetônico. Ela se sente pertencente e se identifica com aquele lugar, utilizado por ela há décadas. (MENESES, 1995). Isto seria o patrimônio afetivo, existente porque acontece e independe de atuação estatal.

Em contrapartida, o patrimônio institucionalizado é configurado, também, pela presença de turistas naquela igreja. Como estão viajando, o ato de ir àquela igreja pode até estar fora de sua habitualidade, de seu cotidiano, o que se busca é contemplá-lo porque elencado em alguma lista como patrimônio (da humanidade ou não). (MENESES, 1995).

Isto porque o conceito de patrimônio é “[...] uma construção social cujo significado se reveste de diferentes atributos conforme quem o emprega, o tempo histórico e a finalidade com que o emprega.” (ZANIRATO, 2016, p. 202). Em se tratando de uma escolha feita pelos detentores do poder, num determinado contexto histórico, o processo de ativação patrimonial tem como discurso conferir identidade.

Sobre a relação entre identidade e patrimônio ativado, destaca Zanirato (2016) que Paulo Peixoto (2004) entende se tratar de uma associação meramente retórica por não conter a mutabilidade das identidades e a relatividade do conceito de patrimônio.

Ponderando a esse respeito, Peixoto (2004, p. 202, tradução livre) afirma que

A noção de patrimônio remete para a ideia de bens comuns que, perdendo as suas funcionalidades, deixaram de estar integrados nas práticas econômicas e sociais quotidianas. Ela evoca uma necessidade de inscrever na memória coletiva algo que corre o risco de se perder. Neste contexto, a “descoberta” de um patrimônio corresponde ao anúncio da morte de uma identidade. Querer manter vivas nas práticas quotidianas características e funções identitárias quando elas já não são social e economicamente úteis é tentar combater a inelutável assimilação coletiva da mudança inerente aos processos de transformação identitária. Nesta perspectiva, patrimônio e identidade só são compatíveis quando se assume que o patrimônio funciona como uma espécie de luto em que o louvor do que morreu permite aos indivíduos constatar e tornar suportáveis as mudanças a que as identidades estão sujeitas.

Por isso, “olhar para a identidade como um recurso metonímico dos processos de patrimonialização leva-me a encarar o patrimônio como uma metalinguagem e uma invenção cultural”, afirma Peixoto (2004, p. 203, tradução livre). E continua:

Porque, mais do que objetos ou bens, ele é representação de algo. Representa o que nos arriscamos a perder, estando esta perda subsumida em identidades reais ou imaginadas, mais ou menos modestas, mais ou menos espetaculares. Reativados, reinventados e idealizados, os bens, as práticas e os signos que dão forma material ao patrimônio são retirados das vivências quotidianas para lhes serem devolvidos de um modo onde a encenação e a estilização são fatores de indução de uma consciência identitária. A condição de afirmação desta consciência é o seu carácter metonímico; desde a parte que é tomada pelo todo ao invólucro que é tomado pelo conteúdo. Neste processo performativo, o passado está em permanente atualização. E o que ainda não passou, na voracidade das políticas de patrimonialização, é muitas vezes esquecido, apagado ou proscrito. (PEIXOTO, 2004, p. 203, tradução livre).

No entanto, é bastante natural que tomemos patrimônio e identidade como componentes da mesma equação, afinal esse é o discurso que se veicula a todo tempo, de que institucionalizar o patrimônio reforçaria a identidade individual ou coletiva.

Agora, no capítulo seguinte, debruçar-nos-emos sobre a legislação do patrimônio cultural federal e as políticas públicas do IPHAN. Para tanto, veremos os instrumentos jurídicos protetivos e, com especial destaque, os livros de registro de bens culturais imateriais, que demonstram a prática das políticas públicas nesse campo. Dessa forma, poderemos compreender melhor como foi construída a narrativa patrimonial no Brasil.

3. PROTEÇÃO LEGAL E POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL

Até aqui, tratamos das concepções de separação das categorias natureza e cultura, assim como constatamos que, na construção da narrativa protetiva, temos alguns atores importantes no campo do patrimônio: o Estado e os grupos, entre outros. O Estado, em seu projeto de padronizar seus cidadãos, que aprenderiam, por meio da educação, um discurso unificador sobre suas origens e sobre os acontecimentos passados em seu país, contruiu sua narrativa em torno dos grandes monumentos e edificações onde ocorreram feitos memoráveis. A possibilidade ou mesmo a perda em si era invocada como motivo para proteger os bens culturais, alguns, inclusive, de propriedade privada de determinadas classes da sociedade. O sujeito era o Estado, destinatário de suas próprias normativas, na formação da sua própria identidade.

Num movimento mundial, por meio da UNESCO, o universal foi buscado, como se fosse possível unificar em torno de algo comum, o que seria patrimônio cultural de todos os povos. Aos poucos, houve a abertura para uma perspectiva diferente, na qual se passou a pensar a respeito dos grupos formadores da sociedade, afinal se passou a considerar a possibilidade de proteger, também, bens de caráter imaterial, antes desprovidos do olhar estatal. Como esse tipo de bem foi inserido na discussão protetiva, o agente dele, o grupo, a comunidade, passou a ser problematizado a fim de se verificar qual a sua parcela de participação. Não foi só por ser imaterial. A proteção saiu do Estado e passou a se referir à comunidade justamente pela percepção de que o Estado, sozinho, não conseguiria proteger.

Para prosseguir nessa discussão, traremos, neste capítulo, a legislação federal do patrimônio, caminhando pelos direitos culturais, pelas políticas públicas patrimoniais culturais e pelos instrumentos jurídicos protetivos adotados pelo IPHAN. A narrativa construída pelo Brasil, por meio do IPHAN, ficará, assim, mais clara.

Para que possamos analisar em que medida a dicotomia entre natureza e cultura apresenta-se nas políticas públicas, escolhemos quatro bens imateriais

registrados e destacamos algumas discussões pertinentes, suscitadas nas reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN.

3.1 Direitos Culturais

Os direitos culturais estão previstos na Constituição Federal de 1988, nos artigos abaixo transcritos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II produção, promoção e difusão de bens culturais;

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV democratização do acesso aos bens de cultura;

V valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

- I - despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida;
- III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (BRASIL, 1988).

Os direitos culturais são direitos fundamentais e tal categorização decorre da existência de requisitos básicos como:

a condição de ferramenta jurídica para a consecução da dignidade humana, da cidadania e da liberdade; o caráter de imprescindibilidade; a inerente reivindicação de reconhecimento, concretude e efetividade; a distinta importância em determinada ordem social; e a consequente absorção no ordenamento constitucional, explícita ou implicitamente. (VARELLA, 2014, p. 52).

Na doutrina, fala-se em gerações ou, de forma mais atualizada, em dimensões dos direitos fundamentais. Os direitos culturais distribuem-se em quatro gerações, a saber: nos da primeira geração (direitos civis e políticos); segunda (direitos sociais, econômicos e culturais de cunho coletivo); terceira (direito ao meio ambiente e temas tidos como “universais”; e quarta (direito à democracia, ao pluralismo) (VARELLA, 2014). Liberdade no campo cultural, no sentido de criação e expressão, compõe os direitos de primeira geração; direito à cultura e direito de acesso à cultura, no sentido de direitos prestacionais, sociais, compõem os de segunda; direitos de titularidade difusa, coletiva, como o direito ao patrimônio cultural, compõem os de terceira; e, por fim, direitos relacionados ao exercício da cidadania, como o direito ao pluralismo, à informação e à democracia, compõem os de quarta (VARELLA, 2014).

O artigo 216, da Constituição Federal de 1988, é bastante citado na literatura por ter trazido um novo cenário, que envolve os direitos acima mencionados, e por chamar o Estado a mudar sua forma de atuação no campo das políticas públicas, como veremos mais detidamente no Capítulo 4, abaixo.

Antes de avançarmos, destacamos que, ao falarmos de Estado, estamos adotando a definição de Maria Paula Dallari Bucci (2013, p. 48 a 50) no seguinte sentido:

O Estado é uma construção social da era moderna, formação tipicamente europeia, histórica e geograficamente situada [...]. [...] a definição de Estado, após um longo percurso histórico – que passa pela consolidação das noções de soberania, com a agregação dos elementos povo e território, pela sua personificação jurídica e, finalmente, pelo reconhecimento da correlação necessária entre Estado e direito –, pode-se considerar estabilizada, com a seguinte proposição sintética: “Estado é a ordem jurídica soberana, que tem por fim o bem comum” de um povo situado em determinado território.”

Esse Estado, em decorrência dos artigos acima transcritos, nas palavras de Lúcia Reisewitz (2004, p. 77), “deve atuar assegurando o exercício dos direitos culturais por meio da possibilidade de fruição, de criação, de acesso, além da obrigação de proteção e formação do patrimônio cultural do Brasil”. Segundo Reisewitz (2004), para exercer esses direitos, o Estado atua nas seguintes frentes: garante o acesso às fontes de cultura nacional²²; compromete-se a apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais; e preserva os bens culturais.

Apesar de ter obrigações advindas do texto constitucional, na opinião de Victor Drummond (2014, p. 108 e 109), “[...] ainda que a garantia da liberdade de criação e expressão artística livre esteja presente [...], isto não é garantia de que a cultura circule. Evidentemente, permite a circulação, mas não a promove. [...]”. Para viabilizar a circularidade cultural, o referido autor sugere que se atue no campo dos direitos sociais.

No que diz respeito à preservação do patrimônio cultural, trata-se, simultaneamente, de direito ambiental e direito cultural, pois a cultura é um meio para atingir a qualidade de vida²³ (REISEWITZ, 2004). Assim, o Estado democrático de

²² Reisewitz (2004) lembra-nos de que nem todas as fontes de cultura nacional são patrimônio cultural brasileiro. Nas palavras dessa autora: “[...] diríamos que as *fontes de cultura nacional* não têm qualquer limite colocado pela norma, aceitando o conceito que atualmente se atribui à cultura, qual seja, uma rede de significações e linguagens fruto da atividade do ser humano. Nesse sentido, são fontes de cultura nacional os mais variados usos, costumes e comportamentos, como o das tribos urbanas (cybermanos, funkeiros etc.), a moda, a publicidade, hábitos alimentares, regras de higiene, além das artes tradicionais como a música, escultura, cinema, teatro, dança etc., todos merecedores de *valorização e difusão*, cabendo ao Poder Público *apoiá-los e incentivá-los*. Concluimos, no entanto, com uma segunda afirmação: nem tudo aquilo que é fonte de cultura é o que a norma jurídica consagra como patrimônio cultural. Este está dentro daquela. O patrimônio cultural é, portanto, uma espécie de fonte de cultura. [...]” (*Ibidem*, p. 86, grifo do autor).

²³ Afirma Reisewitz (*Ibidem*, p. 63) que “[...] sempre que um ambiente ou seus recursos forem meios para atingir a qualidade de vida humana e a manutenção da vida em todas as suas formas, serão objeto de tutela jurídica ambiental e devem ser preservados. Assim sucede com o ambiente cultural. A preservação dos recursos ambientais culturais é meio para garantia da sadia qualidade de vida humana.”

direito brasileiro traz, em um capítulo da Constituição Federal de 1988, diversos direitos sob o mesmo amparo da Ordem Social, a saber:

[...] o direito à educação, o direito à ciência, o direito à tecnologia, o direito à cultura, o direito ao desporto, o direito ao meio ambiente, o direito ao amparo à família, o direito ao amparo à criança e ao adolescente, o direito ao amparo ao idoso, o direito ao amparo aos índios e o direito à seguridade social [...]. Os direitos culturais englobam todos aqueles direitos que implicam em participação na vida cultural, que viabilizam o contato da população com as fontes de cultura e com a natureza, portanto seu exercício depende da educação, do lazer e, sobretudo, de políticas culturais que incentivem a produção cultural e o acesso à cultura. (REISEWITZ, 2004, p. 77).

No campo do patrimônio cultural, o discurso construído pelo Estado, como vimos no Capítulo 2, e também veremos no item 4.1, adiante, requer alteração na maneira de o poder público relacionar-se com a sociedade. A corroborar com esse pensamento, Guilherme Varella (2014, p. 65 e 66, grifo nosso) argumenta que:

[...] ao Estado não cabe mais apenas implementar políticas culturais democráticas e plurais. **Ele próprio deve ser democrático e plural na criação de ferramentas de escuta e participação sociais.** Deve, portanto, **ouvir** os setores que serão objeto das políticas (comunidades quilombolas e tradicionais, orquestras de música clássica, pontos de cultura), com **canais efetivos de participação**, para estruturar e dirigir tais políticas. Além disso, **deve municiar a sociedade com toda a informação pública necessária ao diagnóstico dos setores culturais**, com números, indicadores, atividades administrativas, problemas relacionados e propostas de soluções, de modo a qualificar os indivíduos para a participação e ampliar o debate político.

Colocar o Estado como mediador significa dar espaço à participação dos seus membros sem intervenção. Como veremos ao longo desta tese, ainda não se trata de uma realidade brasileira, apesar de haver desejo por essa mudança de perspectiva.

No que diz respeito ao sujeito do patrimônio, há que se destacar que o direito pode recair sobre um número indeterminado ou determinado de pessoas, sendo um direito difuso ou coletivo em sentido estrito. Estando o direito à preservação do patrimônio cultural inserido no direito ao meio ambiente cultural, trata-se de um direito difuso (REISEWITZ, 2004). Esse entendimento reaparecerá no Capítulo 4, abaixo, quando abordaremos a ideia de multidão, como sujeito de direitos, e ponderaremos a perspectiva adotada até o momento.

Nos itens seguintes, trataremos dos instrumentos jurídicos protetivos em âmbito federal, ou seja, adotados pelo IPHAN como política pública quanto ao patrimônio cultural.

3.2 Instrumentos jurídicos protetivos em âmbito federal

Na primeira metade do século XX, importamos o modelo francês de proteção do patrimônio. Como palco de complexas e diversificadas formas de expressão, o nosso país, assim como os demais que adotaram o mesmo ideário de sistema protetivo, procurou unificar a identidade para ter algo a mostrar como representativo da nação como um todo. Tal entendimento foi operacionalizado, inicialmente, por meio do instrumento jurídico do tombamento, com a escolha dos bens materiais que representariam a nação como um todo. Posteriormente, foram sendo acrescentados outros instrumentos legais às operativas do Estado.

O IPHAN merece destaque, pois o recorte de nossa tese recai sobre a Administração Pública Federal. Assim, exercendo suas prerrogativas no patrimônio cultural, o IPHAN aplica as políticas públicas e se institucionaliza por meio de normas jurídicas que operacionalizam a proteção do referido patrimônio. Segundo Bucci (2013, p. 236):

A estruturação da ação é dada pelo direito, em determinado arranjo de disposições, regras e procedimentos previsíveis e definição de autoridades, com os poderes devidos, para o exercício das funções do Poder Público, destinadas à estabilidade, permanência e previsibilidade.

Três são as fases na trajetória do IPHAN como instituição protetora do patrimônio cultural: de 1937 a 1967; de 1967 a 1979; e de 1979 até os dias de hoje. Essa divisão é feita pelo próprio IPHAN e diz respeito ao norte que motivou sua atuação ao longo das décadas.

Há vasta produção sobre a trajetória do IPHAN. Como não se trata do foco de nossa tese, traremos, abaixo, alguns comentários para situar o leitor a respeito das

principais mudanças ocorridas no IPHAN ao longo do tempo.

Na sua maneira de ver o assunto, Antonio Albino Canelas Rubim (2007, p. 11) entende que “a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.”

A respeito das fases, a primeira é tida como “heróica” e tem, na criação da instituição, a justificativa de ser necessário construir uma imagem para o Brasil no campo cultural. A segunda fase retrata certo declínio na atuação, representada numericamente nos tombamentos feitos. Por sua vez, a terceira fase é considerada uma década de retrocesso (1990), em razão da extinção do Ministério da Cultura e do esvaziamento de seu quadro técnico.

A fase “heróica” pode ser dividida em dois períodos e ambos tiveram a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (de 1936 a 1945, quando era um serviço: SPHAN; e de 1946 a 1967, quando se torna Diretoria: DPHAN). (AZEVEDO, 2013).

Durante o governo Getúlio Vargas, com o ministro Gustavo Capanema à frente do setor cultural, o então Departamento de Informação e Propaganda, segundo Rubim (2007), foi marcado por uma postura, simultaneamente, negativa e positiva. Negativa por exercer a censura e positiva ao enaltecer o nacionalismo, ao buscar “a cara do Brasil”, por meio de práticas no campo cultural.

Os intelectuais, presentes nas instituições de cultura, foram os responsáveis por buscar e construir a nacionalidade pretendida por Vargas. Ainda que com traços elitistas, fez-se uma “releitura” da figura do mestiço para que o país fosse unido em torno dessa cultura nacionalista. “O discurso enaltecedor do homem brasileiro pode ser visto como peça de um discurso maior que procura legitimar o próprio regime” (BARBALHO, 2007, p. 41). Tirar o mestiço da indolência, do atraso racial e civilizacional era a meta do governo, que quis construir sua imagem baseada no trabalhador, no povo cidadão, civilizado e disciplinado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

A cultura passou a compor a política de Estado e se tornou, ao menos no discurso, símbolo nacional com o samba e o carnaval: “[...] A mestiçagem amalgama os tipos populares em um único ser, o **Ser Nacional**, cujas marcas são a cordialidade e o pacifismo.” (BARBALHO, 2007, p. 41, grifo nosso).

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, p. 70), “se, por um lado, toda a estrutura institucional montada durante a Era Vargas foi mantida com os órgãos voltados para a gestão da cultura preservados [...]” até o golpe militar de 1964, “[...] estes são paulatinamente esvaziados por falta de recursos, ou mesmo pela perda de seus quadros técnicos [...]”.

Durante o regime militar, “[...] a preocupação das elites dirigentes não é mais ‘criar uma nação’, e sim garantir sua integração.” (BARBALHO, 2007, p. 42). Para tanto, o pensamento corrente era de *diversidade na unidade*: “[...] O todo é diversificado, porém, no conceito, o todo se torna a diversidade do que é, em si, uno e idêntico.” (BARBALHO, 2007, p. 43).

Em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura, com a preocupação com o passado do país e com uma postura conservadora acerca da cultura.

De 1967 a 1979, de acordo com Paulo Ormino David de Azevedo (2013), foi conferido um regimento interno ao órgão; reorganizados os quadros funcionais; aperfeiçoados os técnicos com cursos no exterior; modernizada a instituição e universalizado sua atuação no Brasil, contando com o apoio estadual e municipal; alterada sua condição para instituto; e também colocado o Brasil nas principais mesas internacionais de discussão²⁴.

Na década de 1970, após um longo período de blindagem da atuação do órgão no campo do patrimônio, no qual atravessou alguns regimes políticos e manteve seu prestígio, “o problema do patrimônio não era mais sua afirmação, senão sua gestão

²⁴ Segundo Azevedo (2013, p. 43), “[...] Os países europeus, asiáticos e latino-americanos queriam que a tônica fossem os monumentos, conjuntos e lugares históricos [...], enquanto os Estados Unidos e o Canadá, pobres de patrimônio edificado e cidades históricas, mas com grandes parques e paisagens naturais, insistiam que o foco deveria ser o patrimônio natural [...]. Soeiro evita a confrontação dos dois grupos, mantendo a tônica nos valores culturais sem descartar o patrimônio natural, dando à proposta final uma amplitude que não possuía originalmente.”

frente às pressões demográficas e econômicas crescentes.” (AZEVEDO, 2013, 23).

A gestão de Renato Soeiro complementou o ideário pregado quando da criação do SPHAN – “**cultura como civilização**, na linha da tradição racional francesa” – **sem diferenciar** cultura erudita de popular, bem cultural material de imaterial, passado de presente, local de nacional (AZEVEDO, 2013, p. 27, grifo nosso).

Em 1975, foi criado o primeiro plano de ação: a Política Nacional de Cultura. Alexandre Barbalho (2007) aponta que a principal preocupação dos seus criadores era garantir a pluralidade cultural brasileira, sendo que a cultura regional deveria sempre se incorporar à nacional.

Não só no Brasil, mas no âmbito internacional, os olhares estavam voltados para o desenvolvimento. Nessa conjuntura, foram assinadas pelo Brasil as Normas de Quito (1967) e a relação cultura-desenvolvimento voltou a ser pauta da UNESCO em outras Cartas Patrimoniais. O Programa das Cidades Históricas do Nordeste foi propiciado pelas circunstâncias políticas do momento, que desviaram do eixo Centro-Sul e dos interesses das elites pelo fato de os ocupantes de ministérios e órgãos públicos serem naturais de cidades nortistas e nordestinas.

A década de 1980 foi marcada pela gestão de Aloísio Magalhães, que, em 1973, esteve à frente do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Mesmo breve, sua gestão também foi marcada pela adoção de um conceito mais abrangente de cultura que contemplava bens culturais imateriais. Ademais, Aloísio Magalhães vinha articulando o caminho para a condensação do campo cultural num ministério próprio, o que veio a ocorrer apenas com a redemocratização do país, em 1985.

Apesar de não ter alterado o nome do órgão, que continua a levar o “histórico e artístico”, informa o IPHAN que, desde 1988, substituiu a expressão “patrimônio histórico e artístico” por “patrimônio cultural” (IPHAN, 2015).

Até a gestão de Aloísio Magalhães, como aponta Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz (2016, p. 60), o IPHAN “[...] possuía apenas arquitetos,

restauradores e historiadores em seu quadro, preparados para a execução de atividades voltadas unicamente à proteção dos bens materiais que portassem valor excepcional.”

Ainda, conforme comenta esse autor,

a noção de Referências Culturais, embora construída numa conjuntura militar autoritária, foi **revolucionária**, reorientou e já oxigenou a prática desenvolvida pelo Estado, desde 1937. A nova prática estava voltada para representações que configuram uma “identidade” **da região para seus habitantes, observando-se a dinâmica cultural ali existente, a forma de utilização e ocupação de territórios, o uso e valorização de recursos, os modos de viver, fazeres, saberes, crenças e hábitos das comunidades.** (GUANAIS E QUEIROZ, 2016, p. 62, grifo nosso).

Como se tratava de uma ditadura militar, a adoção dessa postura do IPHAN causou incômodo. Com a redemocratização do país e a Constituição Federal de 1988, a mudança mais importante foi a de perspectiva, segundo Guanais e Queiroz (2016, p. 63), e “[...] refere-se ao alargamento e aprofundamento da sua relação com os usuários e detentores dos bens culturais.” Nesse alargamento, encontra-se o pensamento de Aloísio Magalhães, no sentido de que há um sujeito do patrimônio e este deve estar no centro das atenções do IPHAN, contando com voz ativa e não somente como receptor das atuações estatais. (GUANAIS E QUEIROZ, 2016).

Como vimos no Capítulo 2, o conceito de patrimônio foi se modificando ao longo das últimas décadas. Incorporou a noção antropológica de cultura e passou a considerar bens culturais de referência cultural sem exigir, em teoria, que estivessem presentes critérios – de monumentalidade e esteticidade – fortemente arraigados quando da criação do órgão federal de proteção patrimonial.

Comenta Rubim (2007) que, após a ditadura, de 1985 a 1994, nosso país teve nove ou dez ministros na pasta da cultura. A palavra mais citada nos textos sobre esse período é a instabilidade institucional, sendo, inclusive, extinto o Ministério da Cultura, no governo Collor. Ademais, desde o governo Sarney, os incentivos fiscais apareceram como mecanismo financiador da cultura. Não nos compete analisar as discussões acerca da então Lei Sarney, hoje Lei Rouanet, mas apenas mencionar que essa nova lógica, alvo de muitas críticas de estudiosos do patrimônio, “[...] fez que boa parcela dos criadores e produtores culturais passe a identificar política de financiamento e, pior, políticas culturais tão somente com as leis de incentivo.”

(RUBIM, 2007, p. 25).

A partir de 2002, o papel do IPHAN foi reforçado com a abertura de concursos públicos para a área, investimentos e operativas como a própria edição de normativa acerca dos bens culturais imateriais. Além disso, superintendências estaduais foram criadas para descentralizar a atuação e fortalecer a presença da proteção oficial.

Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, sob o comando do ministro Francisco Weffort, o *slogan* era “Cultura é um bom negócio” e havia estímulo para se usar as leis de incentivo no campo cultural, deixando clara a ideia de que era interessante inserir a cultura na lógica do mercado. A Lei Sarney passou a se chamar Lei Rouanet, com nova versão, e “[...] reforçou o movimento de transferência para o mercado de uma parcela crescente da responsabilidade sobre a política cultural do país.” (BARBALHO, 2007, p. 48).

Gilberto Gil assumiu como ministro no governo Lula, em 2002. Iniciou seu mandato com a emblemática frase “formular políticas culturais é fazer cultura”. Sua gestão foi marcada por destacar “os brasis”, utilizando-se do plural em muitas palavras: “A diversidade não se torna uma síntese, como no recurso à mestiçagem durante a era Vargas e na lógica integradora dos governos militares, nem se reduz à diversidade de ofertas em um mercado cultural globalizado.” (BARBALHO, 2007, p. 52).

Na ótica de Varella (2014, p. 171, grifo nosso), esse “fazer cultura” tão mencionado por Gil

[...] não significa produzir uma cultura estatal, interferir nas preferências estéticas da sociedade. Ao contrário, significa dinamizar os processos de reconhecimento, valorização e promoção de **todas as formas artísticas e culturais existentes** [...].

O que pretendia Gil com essa reivindicação lírica era retomar o papel ativo, indutor e proativo do Estado no campo das políticas públicas de cultura [...]

Em 2010, foi elaborado o Plano Nacional de Cultura (PNC), objeto da Lei nº

12.343/2010²⁵, tendo por finalidade “[...] o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo [...] voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira”. (MINC, 2015). Como objetivos constam:

o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais. [...] As metas do Plano, em número de 53, foram estabelecidas por meio da ampla participação da sociedade e gestores públicos. [...] (MINC, 2015).

De acordo com Varella (2014, p. 97): “[...] trata-se do primeiro plano de nível nacional que possui previsão constitucional, força de garantia institucional e que conta com regulamentação por lei formulada sobre padrões democráticos [...]”. E, mais importante, “[...] a natureza constitucional do PNC lhe imprime o espírito de política de Estado. [...] é uma obrigação constitucional e não apenas uma vontade política impulsionada por um programa de governo.” (VARELLA, 2014, p. 113).

Trabalha o referido PNC com uma tripla dimensão: “[...] valoriza a expressão simbólica, promove o direito de cidadania e incorpora a cultura como vetor de desenvolvimento.” (VARELLA, 2014, p. 118).

A dimensão simbólica estaria presente na aceitação de que todo ser humano pode criar símbolos; a promoção da cidadania estaria na efetiva participação da sociedade no exercício de seus direitos políticos na formulação de políticas públicas culturais; já o vetor desenvolvimentista estaria presente na visão de que a cultura e seus bens estariam aptos a circular no mercado, desde que houvesse desenvolvimento humano (VARELLA, 2014).

Pode-se dizer que a possibilidade de participação da sociedade mencionada acima também foi decorrente da disseminação do entendimento acerca do socioambientalismo, fruto de “[...] articulações políticas entre os movimentos sociais

²⁵ Este foi o segundo Plano Nacional de Cultura, 35 anos após o primeiro: “o Programa de Ação Cultural [de Renato Soeiro] foi a base do primeiro Plano Nacional de Cultura, intitulado Política Nacional de Cultura (PNC), de 1975.” (AZEVEDO, 2013, p. 27).

e o movimento ambientalista” (SANTILLI, 2005, p. 31), na segunda metade dos anos 1980. O referido socioambientalismo tinha como pressupostos a sustentabilidade ambiental e a justiça social, devendo, necessariamente, incluir as comunidades locais no processo de construção de políticas públicas (SANTILLI, 2005).

Na análise feita por Varella (2014, p. 150, grifo nosso) acerca do PNC, os seguintes valores foram apontados pela sociedade, ao participar dos debates sobre a sua construção:

- (1) Cultura, um conceito abrangente: expressão simbólica, direito e cidadania e vetor de desenvolvimento;
- (2) A cultura brasileira é dinâmica: expressa relações entre passado, presente e futuro de nossa sociedade;
- (3) **As relações com o meio ambiente fazem parte dos repertórios e das escolhas culturais;**
- (4) **A sociedade brasileira gera e dinamiza sua cultura, a despeito da omissão ou interferência autoritária do Estado e da lógica específica do mercado;**
- (5) O Estado deve atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais;
- (6) Ao Ministério da Cultura cabe formular, promover e executar políticas, programas e ações na área da cultura;
- (7) O Plano Nacional da Cultura está ancorado na **corresponsabilidade de diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil.**

Com base nesses entendimentos e, em parceria inicialmente com os Estados, o IPHAN construiu o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) em três frentes, quais sejam: coordenação, regulação e fomento. Constituindo uma das metas do PNC, o SNPC teve por objetivo articular os entes federativos com a sociedade para, juntos, gerirem o patrimônio cultural (IPHAN, 2015)²⁶.

Desigualdade na temática, na cronologia, na distribuição geográfica e na mobilização social, são algumas das críticas feitas por inúmeros profissionais que atuam na área do patrimônio cultural no que tange às operativas do Estado na sua proteção. O discurso oficial pregava que o patrimônio cultural se tratava de uma herança de todos, de um passado comum que deveria ser protegido, porém, na prática, muitos afirmam que, em sua origem, ele era e continua desigual, inclusive porque não há que se falar em bem que represente a todos da mesma forma e nem que torne as

²⁶ Como exemplos de operativas já realizadas, o IPHAN cita os Planos de Ação para Cidades Históricas entre 2010 e 2011, assim como a criação da Associação Brasileira de Cidades Históricas (IPHAN, 2015).

pessoas iguais.

Conforme visto nos Capítulos 1 e 2, a separação entre natureza e cultura, material e imaterial, real e simbólico, foi algo historicamente construído pelo Ocidente. Por esse motivo, o patrimônio instituído escolheu inicialmente dar importância aos bens materiais, feitos pelo homem, para somente décadas depois se considerar os bens naturais e os imateriais.

Nos próximos itens constam os instrumentos jurídicos disponíveis até o momento para o acautelamento de bens culturais. O tombamento, o registro, o INRC, e, por último, a chancela da paisagem cultural representam o discurso oficial do Estado enquanto protetor do patrimônio cultural e, ao que se pode ver, reafirmam as dicotomias natureza e cultura, material e imaterial, real e simbólico, defendidas pelo mundo ocidental e institucionalizadas pela UNESCO. Essas condições foram seguidas pelo Brasil, pois expressam o pensamento separado em categorias, tendo cada uma dessas categorias procedimentos próprios e específicos, desconsiderando o todo.

3.2.1 Bens culturais materiais

A proteção jurídica foi explicitada pela primeira vez, na Constituição Federal de 1934. Ainda que de forma embrionária, o texto a ela se referia da seguinte maneira:

Art. 10. Compete concorrentemente à União e aos Estados: [...]
III. proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte. (BRASIL, 1934).

Essa Constituição Federal foi também importante à medida que, pela primeira vez, limitou o direito de propriedade ao cumprimento de sua função social. A relativização de um direito até então absoluto foi vital para que, poucos anos depois, se institísse o tombamento como instrumento jurídico de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Vale dizer que, antes de 1934, outras propostas legislativas que versavam sobre o patrimônio fracassaram justamente por não se querer relativizar o direito individual de propriedade (FONSECA, 2005, p. 105).

Poucos anos depois, em 1937, o Decreto-lei nº 25 instituiu o instrumento jurídico do tombamento para a proteção de bens culturais materiais. O tombamento foi concebido ao mesmo tempo em que se organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, nos termos do referido documento legal, marcando também a criação do órgão hoje conhecido como IPHAN²⁷.

Logo no artigo 1º, do Decreto-lei nº 25/37, somos informados de que constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937). Ademais, equiparam-se a esses bens os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

Conforme dispõe nosso atual sistema jurídico de proteção de bens culturais, os bens materiais estão divididos em bens imóveis (exemplos são os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais) e móveis (exemplos são os acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos e as coleções arqueológicas).

O tombamento tinha por intuito ressaltar o caráter excepcional de fatos memoráveis da história do Brasil e inaugurou as iniciativas federativas na busca pela identidade do país em termos de patrimônio cultural. O ideário brasileiro, como comentamos inicialmente nesta tese, teve como modelo o sistema protetivo francês, que ressaltava a excepcionalidade, a monumentalidade, o caráter estético de bens culturais pertencentes à elite.

Para classificar os bens tombados, o IPHAN abriu quatro Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas

²⁷ Antes da criação do então SPHAN (em 1937, pela Lei nº 378), fala-se na criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais, na Bahia e em Pernambuco, do Museu Histórico Nacional e da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (FONSECA, 2005, p. 95).

(BRASIL, 1937).

No Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, estão inscritas as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, assim como estão inscritos os monumentos naturais, sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana; no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; e, por fim, no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (BRASIL, 1937).

Quando os bens forem pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios, o tombamento far-se-á de ofício, por ordem do diretor do IPHAN, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos. Quando os bens pertencerem à pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, far-se-á voluntária ou compulsoriamente. (BRASIL, 1937).

A figura do tombamento, diferentemente dos instrumentos de INRC e de registro, como veremos no próximo item, constitui limitação ao direito de propriedade. Em outras palavras, os proprietários de bens culturais tombados não podem deles dispor livremente como proprietários de bens de outra categoria, não tombados. Dessa forma, conforme dispõe o instrumento do tombamento, as coisas tombadas não poderão sob qualquer hipótese ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do IPHAN, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa (BRASIL, 1937).

Outros gravames recaem sobre os proprietários de bens culturais tombados, não sendo justificativa para a sua destruição ou abandono a falta de recursos para a sua conservação, vez que se está diante de bens de interesse público, sobre os quais o interesse individual – do proprietário – está ponderado.

Com esse propósito, o IPHAN publicou a Portaria nº 11, de 11 de setembro de

1986, para consolidar normas de procedimento para os processos de tombamento. Nesse sentido, conforme o seu artigo 2º, pessoas físicas ou jurídicas podem solicitar a instauração de processo de tombamento.

Para bens imóveis, um estudo minucioso contendo a descrição do objeto, de sua área, de seu entorno, da apreciação do mérito de seu valor cultural, assim como o nome do proprietário, a certidão de propriedade e de ônus reais, e o seu estado de conservação (com fotos e plantas) deverá constar do processo, nos termos do artigo 4º da Portaria nº 11/86 do IPHAN.

Se for um bem móvel, uma descrição pormenorizada deve mencionar se é uma peça única, a relação detalhada de cada uma das peças componentes da coleção, o material empregado, as dimensões e outras características que individualizem os componentes. Além disso, deve fornecer informações sobre a localização, o proprietário (ou responsável pela guarda) e o seu estado de conservação (com fotos e análise do valor do bem).

A Diretoria Regional do IPHAN correspondente ao município onde o bem imóvel se encontra será notificada a respeito da abertura do procedimento.

Na estrutura do IPHAN, é a Coordenadoria de Proteção a responsável pela avaliação da proposta de tombamento do bem cultural material e a Coordenadoria Jurídica, a responsável pela análise dos aspectos referentes à legalidade, motivação e instrução do ato administrativo. A decisão final compete, no entanto, ao Conselho Consultivo do IPHAN, nos seguintes termos:

Artigo 22 – Negada homologação à decisão do Conselho Consultivo, o Secretário do SPHAN ordenará o arquivamento do processo, expedindo comunicação ao Conselho Consultivo, ao proprietário, ao proponente e à Diretoria Regional correspondente.

Artigo 23 – Homologada a decisão do Conselho Consultivo, o Secretário do SPHAN, ouvidas a Coordenação de Proteção e a Coordenadoria Jurídica, determinará a inscrição do bem no Livro ou nos Livros de Tombo correspondentes. (Portaria nº 11/86 do IPHAN).

A década de 1930 foi uma década especial porque reuniu uma série de operativas para consagrar a imagem de nosso país como barroco, localizado,

principalmente, nas igrejas de Minas Gerais. Conforme relatório produzido pelo Departamento do Patrimônio Material, atualmente denominado Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) do IPHAN, de 1938 a 1939, foram promovidos 281 (duzentos e oitenta e um) tombamentos, concentrando-se mais da metade somente na Região Sudeste²⁸ (IPHAN, 2006-2010).

O IPHAN de 1937 dispunha de suas divisões técnicas, a saber: Divisão de Estudos e Tombamento (DET) e Divisão de Conservação e Restauração (DCR).

O contexto de formulação das primeiras iniciativas legislativas para a proteção do patrimônio cultural, como é o caso do Decreto-lei nº 25/37, remete-nos a dois eventos: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo (FONSECA, 2005). Desde o modernismo, percebia-se que não havia identidade nacional, mas sim um espírito copista e aglutinador do que vinha do exterior, uma vez que a cultura popular era vista como inferior e menos nobre.

Com o Estado Novo, uma formulação de identidade nacional foi estabelecida, procurando homogeneizar e reduzir todas as expressões culturais a um denominador comum, recebendo, principalmente, os valores europeus como os ideais para se construir a “cara da nação”.

Essa “cara da nação” somente pode permitir novos contornos quando se instituiu a proteção jurídica dos bens culturais imateriais, tratados no próximo item.

3.2.2 Bens culturais imateriais

A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 216, formalmente incluiu os bens culturais imateriais entre aqueles considerados dignos de proteção por políticas públicas. Com isso, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver;

²⁸ Após a década de 1930, o número de tombamentos realizados foi: 186 de 1940 a 1949; 160 de 1950 a 1959; 192 de 1960 a 1969; 86 de 1970 a 1979; 106 de 1980 a 1989; 41 de 1990 a 1999; 135 de 2000 a 2009; 31 em 2010). (relatório produzido pelo DEPAM do IPHAN). (IPHAN, 2006-2010).

e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, foram incorporadas ao “Patrimônio Cultural do Brasil”. A condição estipulada e já comentada aqui foi a de que tais práticas deveriam ser portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988).

É fundamental que se compreenda a condição constitucional para que não se confunda a valoração antropológica com a jurídica, pois somente o que for referência pode ser patrimonializável. Assim, colheres podem ter valor antropológico no que concerne ao seu aspecto cultural, mas somente poderão se tornar “Patrimônio Cultural do Brasil” se forem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (VARELLA, 2014).

A regulamentação de parte do artigo 216, da Constituição Federal de 1988, deu-se por meio do Decreto nº 3.551/2000 e o acautelamento dos bens culturais imateriais passou a ser responsabilidade do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), do IPHAN. A decisão sobre a titulação como “Patrimônio Cultural do Brasil” foi atribuída à Câmara do Patrimônio Imaterial e ao Conselho Consultivo – ambos também do IPHAN (BRASIL, 2000).

Atualmente, a compor o referido Conselho Consultivo do IPHAN, estão integrantes dos seguintes ministérios: Ministério da Educação, do Turismo e das Cidades. Além desses, há a presença de representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Associação Brasileira de Antropologia, do Instituto de Arquitetos do Brasil, do Instituto Brasileiro de Museus, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, e da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Os procedimentos instituídos pelo IPHAN para esse fim foram o INRC e o registro. Além disso, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), cujas metas são as seguintes: implementar a política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial; contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade; captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação,

valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro; e incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

O PNPI conta com os chamados planos ou ações de salvaguarda para o fornecimento de apoio ao bem cultural imaterial, com vistas à melhoria das condições sociais e materiais para a sua transmissão e reprodução.

Conforme documento interno do IPHAN denominado “Eixos e tipos das ações de salvaguarda para bens registrados”, elaborado pela Coordenação-Geral de Salvaguarda do Departamento do Patrimônio Imaterial, quatro eixos principais fundamentam suas operativas.

O primeiro foi chamado mobilização social e alcance da política. Tem por objetivo “fomentar a autogestão do patrimônio pelos próprios detentores e aperfeiçoar aptidões para o relacionamento com políticas públicas” e também “demarca o papel do IPHAN como mediador institucional e promotor de políticas intersetoriais.” (informação pessoal)²⁹.

O segundo eixo, gestão participativa no processo de salvaguarda, almeja “aperfeiçoar e produzir competências para o planejamento, elaboração, execução e avaliação de ações de salvaguarda.” (informação pessoal)³⁰.

Já o terceiro, difusão e valorização, seria o “conjunto de ações voltadas para a promoção do patrimônio cultural imaterial, com o objetivo de publicizar sua importância para a sociedade em geral.” (informação pessoal)³¹.

Por fim, o quarto, produção e reprodução cultural, traria as “ações relacionadas diretamente com o apoio à manutenção e continuidade das práticas e saberes relacionados ao bem cultural Registrado.” (informação pessoal)³².

²⁹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Eixos e tipos das ações de salvaguarda para Bens Registrados**. Coordenação-Geral de Salvaguarda, Departamento do Patrimônio Imaterial. Documento entregue a Daniele Maia Teixeira Coelho por Cláudia Vasques em 28 de maio de 2015, p. 1.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

O INRC é uma metodologia de essência etnográfica para identificação e documentação de bens culturais, um importante instrumento de gestão da política de preservação, pois busca identificar as referências culturais de um determinado grupo social e diagnosticar as condições de existência e transmissão desses bens, indicando os planos ou as ações de salvaguarda para a continuidade dessas referências.

Consta no “Manual de Aplicação do INRC” que, na década de 1960, junto com a concepção antropológica de cultura (que passou a considerar os processos sociais produzidos por sujeitos no campo do patrimônio), o IPHAN procedeu a mudanças internas advindas do pensamento intelectual do Modernismo. Assim, “entre outras mudanças, foi introduzida no vocabulário das políticas culturais a noção de ‘referência cultural’, e foram levantadas questões que, até então, não preocupavam”. (IPHAN, 2000, p. 11).

É relevante a manifestação de Fonseca, no texto “Inventário Nacional de Referências Culturais”, do IPHAN, a respeito:

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que **os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares** e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. [...] (IPHAN, 2000, p. 11 e 12, grifo nosso).

Prossegue essa autora em sua explanação sobre a “referência cultural”:

[...] quando se trata de um solo “cultivado”, que tem cultura inscrita nele, pensar em uma intervenção, mesmo que seja com o objetivo de “preservar o patrimônio”, implica uma reorientação do uso desse solo. Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas de natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes.

Embora essas informações só possam ser apreendidas a partir de manifestações materiais, ou “suportes” – sítios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, relatos, ritos, práticas, etc. – só se constituem como “referências culturais” quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintivas por sujeitos definidos. (IPHAN, 2000, p. 14, grifo nosso).

Também no “Manual de Aplicação do INRC”, constam os objetivos específicos da metodologia do inventário:

1. Propiciar a sistematização das fontes e documentos disponíveis sobre a formação cultural de localidades e grupos humanos bem delimitados.
2. Aprofundar os resultados dessa varredura preliminar por meio do contato direto com as populações envolvidas.
3. Subsidiar tecnicamente a identificação dos sentidos de identidade associados a edificações, lugares, celebrações, formas de expressão e ofícios, visando à produção de registros textuais e audiovisuais que sejam sensíveis aos aspectos dinâmicos e contextuais das realidades consideradas.
4. Facilitar a comparação entre diferentes regiões e oferecer subsídios para o estabelecimento de políticas sociais na área do patrimônio.
5. Incentivar a interlocução entre os profissionais (técnicos e acadêmicos, de várias especialidades) que trabalham na área do patrimônio, fortalecendo um padrão de conduta intelectual que diferencia o IPHAN desde as suas origens.
6. Sugerir uma agenda de questões teóricas e práticas que sirva como ponto de partida a um aprofundamento de métodos e conceitos que aproxime, nos trabalhos de campo, as disciplinas que se dedicam à temática do patrimônio, especialmente a arquitetura e a antropologia. (IPHAN, 2000, p. 24 e 25).

Em cumprimento ao parágrafo 3º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.551/2000, o IPHAN editou a Resolução nº 1/2006, que entrou em vigor em 23 de março de 2007. Tal resolução trouxe os procedimentos a serem observados na instauração do processo administrativo de registro e traçou considerações sobre a definição de bem cultural imaterial e o sentido do conceito de tradição, a saber:

- [...] se entende por bem cultural de natureza imaterial as criações de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social;
- [...] para os efeitos desta Resolução, toma-se tradição no seu sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado; [...] (IPHAN, 2006).

Conforme o Decreto nº 3.551/2000, o patrimônio imaterial deve ser incluído em pelo menos um dos quatro Livros de Registro: Livro dos Saberes (para conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), Livro das Celebrações (para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), Livro das Formas de Expressão (para manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e

Livro dos Lugares (para mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas) (BRASIL, 2000).

Veremos os quatro Livros de Registro a seguir, mas já mencionamos que logo após a publicação do referido decreto, em 2002, dois bens culturais imateriais foram registrados: o “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras do Espírito Santo”, no Livro dos Saberes, e a “Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica dos Índios Wajãpi do Amapá”, no Livro das Formas de Expressão.

Com base na Resolução nº 1/2006, o requerimento para instauração do processo de registro de determinado bem deve ser apresentado pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e por associações da sociedade civil, sempre dirigido à Presidência do IPHAN (IPHAN, 2006).

Aqui notamos outra diferença quanto aos bens materiais: uma pessoa física, individualmente, não pode instaurar o processo.

Quanto ao conteúdo, o requerimento deve ser apresentado em documento que detalhe o bem cultural imaterial com informações históricas, identificação e/ou atuação de grupos sociais, localidade em que ocorre ou se situa, período e forma como ocorre, tudo isto respaldado em referências documentais e bibliográficas. Constam também, como obrigatórios, o envio de declaração de interesse e anuência de representantes da comunidade produtora do bem ou de seus membros para a instauração do processo e a justificativa do requerimento de registro.

Feito isso, há uma avaliação técnica preliminar do IPHAN e indicação da instituição externa ou da unidade do IPHAN que deverá instruir o processo, que será submetido à Câmara do Patrimônio Imaterial para apreciação da pertinência do requerimento.

A Câmara do Patrimônio Imaterial foi criada por meio da Resolução nº 1/2006 e tem caráter permanente. É formada por quatro conselheiros cuja área de conhecimento e atuação deve ser relacionada ao patrimônio cultural imaterial. Nela

também se incluem dois servidores da área técnica do IPHAN e especialistas externos. Suas atribuições são colaborar com o IPHAN na formulação e implantação da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, no exame preliminar da pertinência dos requerimentos de registro, na indicação de instituições públicas ou privadas capacitadas a realizar a instrução técnica de processos de registro e manifestar-se sobre a abertura de novos Livros de Registro.

Qualquer que seja a decisão da Câmara do Patrimônio Imaterial, o Conselho Consultivo será informado para tomar as providências seguintes. Assim, se julgar o requerimento pertinente, a Câmara do Patrimônio Imaterial informará ao Conselho Consultivo e o IPHAN encaminhará notificação ao proponente para que comece a instrução do processo. Se, por outro lado, a Câmara do Patrimônio Imaterial julgar o requerimento impertinente, informará ao Conselho Consultivo e esse deliberará a respeito, encaminhando sua decisão ao IPHAN.

A instrução técnica é de responsabilidade do Departamento do Patrimônio Imaterial e pode ser delegada, após concordância da Câmara do Patrimônio Imaterial, ao proponente ou a uma ou mais instituições públicas ou privadas que tenham competência técnica para tanto. Nesse momento, além de todo o material produzido na fase inicial do processo, uma série de documentos e conhecimentos deve ser produzida de forma sistematizada (incluindo a produção de registros audiovisuais de caráter etnográfico) para que a complexidade do bem seja apreendida, a identificação dos atores e dos significados do bem, os processos de produção, circulação e consumo, e o contexto cultural sejam contemplados. Ademais, devem ser apresentadas referências à formação e continuidade histórica do bem, suas transformações ocorridas ao longo do tempo, avaliações das condições em que o bem se encontra, com descrição e análise de riscos potenciais e efetivos à sua continuidade e devem ser propostos planos ou ações para a salvaguarda do bem em questão.

Cumpridos os requisitos exigidos pela Resolução nº 1/2006, chega-se à elaboração de um dossiê que integrará o processo de registro, permitindo ao IPHAN emitir um parecer técnico após exame pela Procuradoria Federal. Esse parecer técnico será publicado na imprensa oficial federal para manifestação da sociedade.

Na sequência, o processo de registro completo será levado pela Presidência do IPHAN ao Conselho Consultivo para decisão. Um(a) conselheiro(a) será designado(a) como relator(a) e, se a decisão do Conselho Consultivo for favorável, o IPHAN procederá à inscrição do bem no Livro de Registro correspondente, emitirá Certidão de Registro e conferirá o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”. Se, por outro lado, a decisão for contrária, o IPHAN arquivará o processo e comunicará o ato ao proponente.

No máximo a cada dez anos, o IPHAN deve proceder a revalidação dos bens culturais imateriais registrados.

Com essa preocupação, o IPHAN editou a Resolução nº 1, que entrou em vigor em 30 de julho de 2013, cerca de um ano e meio após o vencimento do decênio de dois bens culturais imateriais que obtiveram o registro como “Patrimônio Cultural do Brasil”: o “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras” e a “Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica dos Índios Wajãpi”.

Em seus considerandos, a Resolução nº 1/2013 manteve a definição de bem cultural imaterial da Resolução nº 1/2006 e alterou apenas o sentido do termo tradição: “para os efeitos desta Resolução, toma-se tradição no seu sentido etimológico de ‘ato ou efeito de transmitir ou entregar’” (IPHAN, 2013).

A instauração do processo de revalidação deve ser feita pelo IPHAN, por meio do Departamento do Patrimônio Imaterial, e a sua instrução está a cargo das Superintendências do IPHAN, com acompanhamento e orientação do Departamento do Patrimônio Imaterial. A sequência de solicitações pela documentação produzida e acumulada sobre o bem registrado, os efeitos do registro e as ações desenvolvidas para a sua salvaguarda são feitas pelo Departamento do Patrimônio Imaterial às Superintendências e essas à comunidade produtora do bem cultural e às demais partes interessadas.

No processo de revalidação é igualmente imprescindível a declaração de interesse e anuência de representante da comunidade produtora do bem ou de seus membros.

Instruído o processo, em caráter temporário, uma comissão formada por, no mínimo, três representantes do IPHAN, deve avaliar a documentação fornecida e elaborar Nota Técnica destacando as providências necessárias para complementar e atualizar o material produzido.

A atualização da documentação poderá ser feita pelo próprio IPHAN ou por órgãos e entidades públicas ou privadas, desde que tenham competência para a tarefa.

É feita uma análise comparativa entre o material inicialmente apresentado quando do requerimento de registro e no momento da instrução de sua revalidação. Essa análise deve seguir o “Roteiro Básico de Pesquisa para Revalidação do Bem Cultural Imaterial”, anexo à Resolução nº 1/2013, que tem por fim

orientar a coleta de informações sobre a manifestação cultural, particularmente sobre a situação em que esta se encontra após dez anos de seu Registro como Patrimônio Cultural do Brasil. Os bens culturais de natureza imaterial têm caráter dinâmico e suas práticas são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas e, por isso, o objetivo é compreender como a manifestação cultural se comportou ao longo dos 10 anos seguintes ao reconhecimento e sua situação atual. (IPHAN, 2013).

São onze os pontos a serem observados quando da atualização da documentação do registro, abaixo sintetizadas, que têm como foco temporal os dez anos anteriores:

- Considerações sobre a atualidade: descrever os principais elementos da manifestação cultural, assim como os elementos a ela incorporados e modificados. Se tiver alteração, apontar os possíveis motivos e as consequências; se tiver desaparecimento ou modificação substancial, informar. Informar a importância e o significado da manifestação para a comunidade envolvida e descrever se existir alguma situação que dificulte ou possa dificultar a continuidade da prática cultural.
- Considerações sobre a referência cultural: informar a importância e o significado da manifestação para a sociedade brasileira; informar para quem a manifestação é importante ou fundamental; informar se outros grupos ou pessoas tornaram-se praticantes ou detentores da manifestação; e informar se

houve afastamento ou restrição à participação ou integração de grupos ou pessoas.

- Considerações sobre a transmissão: informar se a forma de repasse do saber modificou-se e, em caso de modificação, apontar os possíveis motivos e as consequências. Mencionar as condições favoráveis e desfavoráveis à transmissão do saber.
- Considerações sobre o registro: descrever se houve impacto positivo ou negativo sobre a prática da manifestação na organização do grupo, nas localidades onde o bem ocorre, na continuidade do bem, no envolvimento da comunidade, na valorização do bem, nas condições de produção e reprodução do bem e de seus produtores ou detentores, na difusão e divulgação do bem e de seus produtores ou detentores, e na geração de emprego e renda para os detentores.
- Considerações sobre os planos ou ações de salvaguarda: diante das ações desenvolvidas em parceria com o IPHAN, informar quais ações a comunidade poderia, a partir da atualidade, implementar para fortalecer a manifestação.
- Considerações sobre a revalidação: informar qual a importância da revalidação para o grupo e qual a expectativa em relação ao futuro caso a revalidação seja concedida. No processo de revalidação, relatar a participação da comunidade na pesquisa, indicando local, número de participantes e grau de envolvimento. (IPHAN, 2013).

Finalizada a instrução, o IPHAN emitirá parecer sobre a revalidação considerando, principalmente, a continuidade do bem enquanto referência cultural para a memória e a identidade da comunidade produtora. Esse parecer será encaminhado à Câmara do Patrimônio Imaterial para manifestação e, em seguida, a Procuradoria Federal emitirá parecer jurídico.

O material (composto por notificação e pareceres do IPHAN e da Procuradoria Federal) será enviado ao proponente e demais participantes do registro e dos planos ou ações de salvaguarda para que se manifestem por escrito. Também haverá publicação do extrato do parecer do IPHAN na imprensa oficial para que a sociedade se manifeste.

A Presidência do IPHAN designará um(a) conselheiro(a) para relatar o processo de registro e revalidação e a decisão do Conselho Consultivo será averbada à margem da inscrição do bem no Livro de Registro correspondente.

A decisão final do IPHAN será publicada na imprensa oficial e o proponente do registro e demais participantes do processo serão notificados pelo IPHAN. Se negada a revalidação, o registro do bem será mantido como referência cultural de seu tempo (IPHAN, 2013).

Por fim, importante mencionar que o endereço eletrônico do IPHAN, ao tratar de bens imateriais, disponibiliza um *link* com a denominação “conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético” (CTA). Trata-se de uma competência do Ministério do Meio Ambiente, em razão do que estabelece a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, diploma legal que regula o assunto. Essa lei e o IPHAN informam que o CTA faz parte do patrimônio cultural do nosso país.

Conforme legislação vigente, o CTA é a informação ou prática relativa à população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos da biodiversidade associados ao patrimônio genético. O acesso ao patrimônio genético e aos CTAs depende de autorização estatal para fins de pesquisa científica, bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico, para que possa ser aplicado industrialmente ou de outra forma (BRASIL, 2015).

Essa solicitação de autorização deve ser feita ao Conselho de Gestão do Patrimônio (CGEN), integrante do Ministério do Meio Ambiente. Desde 6 de janeiro de 2012, por meio da Portaria nº 002/IPHAN, há um Grupo de Trabalho Permanente que se debruça sobre o assunto.

Os CTAs são espécie do gênero conhecimento tradicional. Dependendo do Livro de Registro em que o bem cultural imaterial for classificado, pode-se estar diante de um conhecimento tradicional. Por exemplo, possivelmente em todos os bens registrados no Livro dos Saberes há conhecimentos tradicionais, vez que se trata de um saber-fazer algo.

Por outro lado, quando se trata de celebração, de forma de expressão e de lugar, está-se mais relacionado a manifestações do espírito. Inês Virgínia Prado Soares (2009, p. 195) é bastante clara ao explicar os conhecimentos tradicionais e o motivo de estes não estarem enquadrados em alguns bens culturais:

[Os conhecimentos tradicionais] são conhecimentos sobre potencialidades dos recursos naturais e sobre formas e técnicas de manejo e sua gestão, bem como sobre métodos de caça, pesca, processamento de alimentos e propriedades fitoterápicas de elementos da flora. Em suma: os conhecimentos tradicionais são aqueles saberes produzidos, desenvolvidos e usados pelas comunidades tradicionais, os quais são associados e intrinsecamente dependentes da biodiversidade.

Ainda, nesse sentido, segue Soares (2009, p. 197) na explicação:

[...] os conhecimentos tradicionais das comunidades tradicionais se conformam na expressão constitucional “modos de viver, criar e fazer”, do art. 216, inc. II. Por isso, os conhecimentos tradicionais são considerados pelo ordenamento jurídico brasileiro como gênero cultural, que abriga elementos culturais (pesca, caça, saberes sobre as propriedades medicinais de uma planta etc.) com potencialidades de serem bens culturais brasileiros. [...] Assim, os modos de fazer, criar e viver e as criações tecnológicas são bens culturais brasileiros (art. 216, II e III, da CF/88) desde que portadores de valores ligados à memória, à identidade ou à ação de um dos grupos formadores da sociedade brasileira.

O IPHAN faz menção ao termo conhecimento tradicional. Portanto, somente quando relacionado ao campo do conhecimento para a exploração do patrimônio genético, ou seja, CTA, cuja atuação diz respeito ao CGEN, do Ministério do Meio Ambiente, é que a proteção se faz em parceria com o IPHAN. Em relação ao conhecimento tradicional enquanto campo das criações artísticas, o IPHAN atua na dimensão pública por meio dos procedimentos de INRC e registro, vistos acima.

Em se tratando do conhecimento tradicional, associado ou não ao patrimônio genético, pode haver a incidência da dimensão privada, por meio de instrumentos jurídicos de propriedade intelectual como patentes, marcas, indicações geográficas, cultivares, direitos autorais, entre outros. Há tratados internacionais regulando esses institutos, assim como arcabouço legislativo brasileiro específico que não são o foco de nossa tese.

3.2.3 Paisagem cultural

O instrumento jurídico da chancela da paisagem cultural advém do que dispõe o artigo 216, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988, no sentido de que outras formas (além do tombamento, do inventário, da vigilância, do registro e da desapropriação) poderiam ser criadas para promover a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

De acordo com o artigo 1º da Portaria nº 127, do IPHAN, de 30 de abril de 2009, que entrou em vigor em 5 de maio de 2009, a definição de paisagem cultural brasileira é a seguinte: “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

No caso da paisagem cultural, o amálgama entre natureza e cultura salta aos olhos porque elementos tangíveis e intangíveis estão presentes e são igualmente importantes.

Quando se toca no delicado aspecto do território, o entendimento dentro do IPHAN pode variar, conforme nos explicou Mônica Medeiros³³, arquiteta integrante do DEPAM há muitos anos, em entrevista:

E não é o Iphan porque nesse sentido o Iphan é confuso no sentido conceitual porque a gente não trabalha muito pelas chaves acadêmicas, nem tem uma profundidade muito grande nesse tipo de discussão que vai de categoria. Se você falar com o próprio Carlos Fernando ele vai dar um outro panorama, se falar comigo é outro, se falar com outro será diferente porque a gente vai trabalhando na prática com os instrumentos mas sem precisar bater martelo e fechar alguns entendimentos conceituais [...] porque limita e porque os conhecimentos são diferenciados, na formação científica das pessoas são diferenciados, porque o olhar pra uma questão complicada como essa de território é totalmente diferente de acordo com a área de formação. **Geógrafo acha uma coisa, eu acho uma coisa, arquiteto acha outra, advogado outra, então não tem um fechamento, assim, o que que o Iphan entende por território, não.** (grifo nosso).

³³ MEDEIROS, Mônica. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

Segundo Zanirato (2014, p. 295), “fortemente arraigada ao ambiente natural pouco tocado pela ação humana, a categoria paisagem teve as primeiras formulações num contexto no qual a natureza era vista como uma criação divina [...]”. Seu entendimento, até o final do século XVIII, era de algo a inspirar os artistas na criação de suas obras. Como já visto no Capítulo 1, com o avanço da Modernidade, a natureza passou a ser objeto de investigação e dominação pelo homem.

A paisagem, considerada fruto da relação entre homem e natureza, foi objeto de estudo da Geografia. As duas correntes teóricas a respeito foram a Geografia Cultural Tradicional e a Nova Geografia Cultural. A primeira, representada pelos geógrafos alemães Otto Schuter e Passarge, pesquisou e analisou “[...] as transformações da paisagem oriundas da ação do homem, introduzindo na geografia o conceito de paisagem cultural, que se refere às paisagens transformadas pela ação humana, em oposição ao conceito de paisagem natural.” (VASCONCELOS, 2012, p. 54).

Aos estudos de Schuter e Passarge, Carl Sauer acrescentou o fator tempo na avaliação da paisagem, dando origem ao conceito científico da expressão:

Segundo Sauer, a paisagem natural evolui para a paisagem cultural e esta se modifica juntamente com a cultura que a envolve, podendo inclusive ser substituída por outra. Ele afirma: “**a cultura é o agente, a área natural o meio** e a paisagem cultural é o resultado.” (RIBEIRO, 2007, p. 19). (VASCONCELOS, 2012, p. 54, grifo nosso).³⁴

A segunda corrente teórica – a Nova Geografia Cultural – contou com os geógrafos Cosgrove e Vital de La Blanche. Sua concepção baseava-se na ideia de multiplicidade: “[...] a paisagem é composta tanto pela **morfologia de seus elementos** [...] como pela **carga simbólica** (imaterialidade) atribuída a ela por seus diferentes observadores, [...] podendo ser interpretada de inúmeras formas diferentes.” (VASCONCELOS, 2012, p. 55, grifo nosso).

A adjetivação da porção como peculiar estabelece essa característica como

³⁴ Conforme comenta Vasconcelos (2012, p. 54), a escola de Berkeley – a qual aplicava as ideias de Sauer – “[...] passou a ser criticada por sua ênfase no estudo de sociedades tradicionais, desconsiderando as transformações paisagísticas oriundas da industrialização e por ignorar, a exemplo dos geógrafos alemães, as dimensões sociais e psicológicas da cultura.”

requisito para que um dado território possa ser considerado paisagem cultural brasileira: “[...] apesar de toda paisagem ser cultural, só algumas delas merecem ser patrimonializadas.” (VASCONCELOS, 2012, p. 56). Isto posto, pode-se dizer que “[a] relação entre paisagem e patrimônio cultural é uma construção. **A paisagem, como os demais bens culturais, não possui um valor que lhe é inerente, mas pode ser patrimonializada a partir de uma atribuição de valor.**” (VASCONCELOS, 2012, p. 60, grifo nosso).

A primeira menção à paisagem em Cartas Patrimoniais ocorreu em 1962, na Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios, da UNESCO (ZANIRATO, 2014). No conceito de paisagem, de acordo com Zanirato (2014, p. 300),

o lugar não precisava ser pouco tocado pela ação humana, mas tinha que ser singular, tinha que expressar a monumentalidade, a criação artística do homem. Ainda que o conceito tivesse se ampliado, a paisagem, ainda não dita como cultural, seria protegida por ser fundamental ao monumento que nela se inseria. O monumento era a preocupação maior, a paisagem, a moldura que dava sentido ao bem.³⁵

Em 1972, a UNESCO considerou o patrimônio na seara de preocupações da humanidade, ou seja, essa foi considerada a destinatária e convocada a auxiliar a proteção de bens de caráter excepcional a fim de garantir o acesso e o usufruto às futuras gerações (ZANIRATO, 2014). Essa iniciativa da UNESCO foi vital no processo de ampliação da noção de entorno para ambiência (VASCONCELOS, 2012).

Na década de 1970, a perspectiva dualista de natureza e cultura reforçou-se pela criação do PNUMA (1973), quando este passou a assumir as questões tidas como ambientais (ZANIRATO, 2014). Assim, organizações internacionais distintas passaram a ter competência específica para o trato da cultura e da natureza: a UNESCO destinada àquela e o PNUMA a esta, como já referido na tese.

Destacam Rafael W. Ribeiro e Daniel Azevedo (2010, p. 10, grifo nosso) que:

³⁵ Segundo Zanirato (2014), essa concepção aparece também em 1964, na Carta de Veneza, em 1976, na Recomendação de Nairóbi, e, em 1986, na Carta de Washington.

No texto da Convenção, desde o início, nota-se um antagonismo entre as categorias cultural e natural, reflexo de um pensamento que por essa época já começava a se tornar anacrônico. **Essa divisão refletia a ideia de que, para muitos dos conservacionistas da natureza, quanto menos interferência humana houvesse numa área, melhor ela seria qualificada; assim também, para muitos arquitetos, historiadores da arte e outros cientistas das áreas humanas, os movimentos e estruturas, prédios e ruínas, eram vistos como fenômenos isolados** (FOWLER, 2003).

Também no mesmo sentido, aponta Marcela Correia de Araujo Vasconcelos (2012, p. 57, grifo nosso):

Na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, promovida pela UNESCO, se instituiu os bens pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade mediante suas inscrições na Lista do Patrimônio Mundial. A partir do valor a eles atribuídos, estes bens poderiam ser inscritos em duas categorias antagônicas: cultural e natural. **Esta dualidade indicava a permanência de uma visão na qual o ambiente natural tem maior valor quando não possui intervenções humanas, e que as construções e demais artefatos culturais nada têm a ver com o meio (suporte físico).**

Assim, apesar de a Convenção de 1972 ser considerada um marco ao mencionar natureza e cultura em uma mesma Carta Patrimonial, as categorias ainda continuaram sendo trabalhadas de forma separada.

Outro momento especial no campo do patrimônio, no que tange à paisagem cultural, foi a aprovação da Recomendação R(95)9, pelo Conselho de Ministros do Conselho da Europa, em 1995, que se tornou a Convenção Europeia da Paisagem, em 2000, e entrou em vigor em março de 2004. Ressalta Zanirato (2014, p. 304, grifo nosso) que

pela primeira vez, um documento **reconhecia o estreito vínculo que a paisagem tem com a identidade**, pela primeira vez também os conceitos de Patrimônio Cultural e Natural se fundiam em uma visão integral de paisagem, que contemplava tanto os aspectos naturais como os culturais. Além disso, também pela primeira vez uma norma jurídica introduzia a dimensão social da paisagem e lhe outorgava o valor do bem-estar, um valor intrínseco à relação estabelecida entre o ser humano e o meio que habita.

No Brasil, como já vimos, a construção das políticas públicas patrimoniais culturais calçou-se na separação das categorias natureza e cultura e dos bens tidos como materiais e imateriais, destinados aos instrumentos de tombamento e registro,

respectivamente. Nesse contexto, o já citado Decreto nº 25/37, que instituiu o instrumento do tombamento e organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, por meio do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, permitiu a proteção das coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, além de tê-las equiparado aos monumentos naturais, bem como aos sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (item 1º, do artigo 4º, e parágrafo 2º, do artigo 1º, do Decreto nº 25/37).

Interessante notar que a paisagem enquanto categoria natural – jardins, ambiência de monumentos e conjuntos urbanos – foi objeto de preocupação entre os anos 1930 e 1950 de instituições externas ao IPHAN: parques nacionais foram criados, assim como florestas foram protegidas, houve a publicação do Código de Florestas, de Águas e de Minas e, em 1948, foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. (RIBEIRO, R., 2007).

No entanto, a natureza aqui referida era considerada aquela intocada pelo homem.

Fruto do debate internacional acerca do meio ambiente, em 1970, foi criada a SEMA, posteriormente substituída pelo IBAMA, em 1989, após a Constituição Federal de 1988, condensando vários órgãos preexistentes, como relata Rafael W. Ribeiro (2007, p. 101): “[...] a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência da Pesca (SUDEPE), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), [...]”. O IBAMA, como é sabido, passou a constar do Ministério do Meio Ambiente, criado na década de 1990.

Com essa separação institucional, “[...] ao mesmo tempo em que cresce a pressão por ações direcionadas à preservação da natureza, a criação de uma série de outras instituições **diminui a pressão sobre o IPHAN [...]**” (RIBEIRO, R., 2007, p. 101, grifo nosso). Isto porque o patrimônio natural “[...] estava sendo **protegido por legislação e órgãos próprios. [...]**” (RIBEIRO, R., 2007, p. 101, grifo nosso).

A atuação do IPHAN, nesse sentido, é descrita por Ribeiro, R. (2007) como negligente quando o órgão completou seus trinta anos de existência. Em 1973, foi por força de intelectuais que se tombou o “Pão de Açúcar”, no Rio de Janeiro, e afirma o referido autor que o tombamento se deu no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico e não no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o que não deixa de ser compreensível, considerando que a discussão estava começando a se colocar no Brasil.

Dessa forma, **“depois da criação das leis e órgãos voltados para a proteção do direito ambiental, a já existente segregação do patrimônio cultural com o patrimônio natural ficou ainda mais evidente nas políticas nacionais.”** (VASCONCELOS, 2012, p. 60, grifo nosso).

Observa-se, portanto, o modelo internacional de separação dos assuntos em instituições distintas: UNESCO e PNUMA, para o cultural e o natural, respectivamente, no âmbito internacional, e IPHAN e IBAMA, no âmbito nacional. Daí resultam as normativas: há leis específicas para a cultura e para o meio ambiente.

Na gestão de Aloísio Magalhães (1979 a 1982) e na esteira da Convenção de 1972 (UNESCO), relata Ribeiro, R. (2007), que o IPHAN começou a se interessar pelo patrimônio natural, criando, inclusive, a Coordenadoria de Patrimônio Natural (de 1985 a 1990). Teve curta duração, mas elaborou, em 1988, um documento, sendo destaque o seguinte trecho: “As mesmas ameaças que afetam o meio ambiente e, conseqüentemente, o patrimônio cultural do país, exigem que o SPHAN/Pró-Memória **assuma a sua parcela de responsabilidade legal sobre o patrimônio natural [...]**”. (XAVIER; DELPHIM *apud* RIBEIRO, R., 2007, p. 104, grifo do autor).

Para Ribeiro, R. (2007, p. 106, grifo nosso), “[...] é inegável que, tendo a natureza seu valor como patrimônio estabelecido através de parâmetros culturais, esta **deve ser objeto de proteção dos órgãos ligados ao patrimônio cultural.** [...]”

A Portaria nº 127/2009 do IPHAN, que regulamentou a chancela da paisagem cultural tem como antecessoras a Carta de Bagé (ou Carta da Paisagem Cultural) e a

Carta da Serra da Bodoquena, ambas de 2007. Essas cartas foram redigidas após a promoção de muitos debates acerca da paisagem cultural.

A supracitada Carta de Bagé “[...] amplia o campo de aplicação do conceito, que pode estar também no meio urbano, sem ser uma mera moldura, e também não faz destaque aos [habituais] aspectos estéticos e históricos [...]”. (ZANIRATO, 2014, p. 310).

A Portaria nº 127/2009 do IPHAN, nas palavras de Vasconcelos (2012, p. 61 e 62, grifo nosso):

[...] propõe o cancelamento da paisagem (suporte físico) e da cultura (as relações sociais, econômicas e simbólicas). A chancela funciona como um **selo de reconhecimento e legitimação** que atribui valor ao patrimônio nacional a uma determinada paisagem cultural, estimulando com isso o turismo, a manifestação de culturas locais, o artesanato, o cultivo da terra de forma tradicional, entre outras atividades que preservem os valores culturais e ambientais chancelados.

Consideração relevante a ser feita diz respeito ao caráter complementar desse instrumento jurídico, ou seja, o fato de ele poder ser aplicado junto ao tombamento ou ao registro, dependendo de se tratar de bem cultural material ou imaterial (IPHAN, Portaria nº 127/2009, artigo 2º).

Para Carlos Fernando de Moura Delphim³⁶ – arquiteto que integrou a Administração Pública Federal e atuou na área cultural por aproximadamente trinta e cinco anos, tendo trabalhado também no IPHAN, contribuindo na elaboração de documentos importantes, como visto acima –, a proteção da paisagem cultural “exige que se concentre sobre as populações do passado e do presente e sobre seus produtos culturais, tanto materiais quanto imateriais.” Trata-se de “um enfoque interativo que respeita a voz dos povos, seu ufanismo, seu amor próprio e seu senso de pertencimento, seu envolvimento e participação na gestão do patrimônio coletivo”, podendo-se afirmar que “**contém todos os bens que compõem o patrimônio cultural de um povo**. É a extensão do conceito a sua maior grandeza, dentro da escala humana.” (grifo nosso).

³⁶ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Entrevista enviada por escrito [12 de agosto, 2015]. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

Além disso, o avanço desse instrumento jurídico de proteção está no fato de ser imprescindível a celebração de um pacto na gestão do território:

[...] não [é] apenas um ato declaratório, cujas atribuições recaiam apenas sobre o órgão concedente do título – no caso, o IPHAN –, mas [deve] propor, **antecipadamente**, mecanismos de **preservação conjunta entre os diversos agentes que possuam algum tipo de interface com a paisagem cultural a ser chancelada**. (WEISSHEIMER, 2012, p. 2, grifo nosso).

A necessidade de se ter uma aliança entre os envolvidos – poder público, iniciativa privada e sociedade (IPHAN, Portaria nº 127/2009, artigo 4º) – resulta da complexidade que o tema suscita e também pelo fato de se tratar de questões que estão além dos assuntos habitualmente reservados aos agentes do patrimônio cultural.

Nas palavras de Maria Regina Weissheimer (2012, p. 5, grifo nosso),

[...] a chancela é, muito além de um selo ou uma forma unilateral de reconhecimento, um convite à congregação de esforços em prol de um objetivo pretensamente comum, que é a preservação do patrimônio cultural em sua máxima expressão. **Em última instância, representa o que mais avançado se pode conceber, na atualidade, como ferramenta institucional para a construção de uma política integrada e participativa de preservação das mais singelas às mais complexas ocorrências do patrimônio cultural brasileiro**, propondo, deliberadamente, colocar em prática o que é previsto constitucionalmente.

A fragilidade na implementação dessa recente ferramenta está no fato de que “[...] o Brasil **não possui tradição em planejamento e gestão continuada ou integrada entre órgãos** [e] do ponto de vista político, as gestões de um governo são, muitas vezes, marcadas pelo abandono de projetos iniciados no governo anterior [...]” (WEISSHEIMER, 2012, p. 12, grifo nosso).

A celebração de pacto entre os envolvidos é justificada por Vasconcelos (2012, p. 63) da seguinte maneira: “[...] à semelhança do bem imaterial, está sempre se ajustando às mudanças sociais, portanto, ao contrário do bem material, não faz sentido estabelecer a permanência de suas características originais.” E complementa: “[...] É justamente esta a questão que diferencia os efeitos do ato administrativo de tombar e de chancelar.” (VASCONCELOS, 2012, p. 63).

O olhar sobre esse novo instrumento deve ser holístico na opinião de Ribeiro, R. (2007, p. 106), ou seja, “[...] abordando o sítio inteiro [...]” e que “[...] historicamente, a paisagem tem sido tratada muito mais a partir da ideia de panorama e vinculada a outros bens culturais, a partir dos quais é atribuído valor a ela.”

Quanto aos procedimentos, de acordo com os artigos 6º e 7º, da Portaria nº 127/2009, do IPHAN, a instauração para a proteção da paisagem deve ser requerida por pessoa física ou jurídica e deve ser endereçada à Superintendência Regional do IPHAN da localidade onde a porção territorial estiver situada, à Presidência do IPHAN ou ao Ministro de Estado da Cultura.

A instauração do processo administrativo compete ao DEPAM do IPHAN (parágrafo 1º, da Portaria nº 127/2009/IPHAN) e deve envolver os setores público e privado em razão do pacto de gestão a ser firmado caso o pedido seja aprovado (artigo 9º da mesma portaria).

Após a instrução, caberá análise jurídica do processo e expedição de edital de notificação no Diário Oficial da União para manifestação de qualquer interessado no prazo de trinta dias (artigo 10, da Portaria nº 127/2009/IPHAN).

A decisão de aprovar ou não a chancela compete ao Conselho Consultivo, nos termos do artigo 12, da Portaria nº 127/2009/IPHAN, ocorrendo nova publicação no Diário Oficial da União e envio para homologação final do Ministro de Estado da Cultura.

Estados e Municípios que comportarem a territorialidade em questão serão comunicados da decisão do Conselho Consultivo, assim como os Ministérios Públicos Federal e Estadual. Além disso, será feita ampla publicidade nos meios de comunicação (artigo 13, da Portaria nº 127/2009/IPHAN).

A respeito do pacto a ser firmado e a presença do poder público municipal, conforme a Coordenação de Paisagem Cultural (CPC)³⁷, por meio de documento produzido em 2011 para esclarecer dúvidas acerca da aplicação do novo instrumento,

em geral, o pacto nunca deveria prescindir, por exemplo, da participação do poder público municipal, especialmente por tratar-se de “porções territoriais” cuja gestão sempre fará parte da competência do município. O próprio Plano Diretor pode ser entendido como pacto, dispensando qualquer nova negociação, desde que contemple as medidas necessárias à preservação da paisagem cultural que se deseja cancelar. (IPHAN, 2011, p. 5).

O instrumento concedido será acompanhado periodicamente por meio de relatórios de monitoramento e a revalidação da chancela deve ocorrer, no máximo, nos dez anos seguintes (artigos 14 e 15, da Portaria nº 127/2009/IPHAN).

Para a tomada de decisão a respeito da revalidação, o Conselho Consultivo analisará os referidos relatórios de monitoramento e as manifestações das instâncias regional e local, nos termos do artigo 16, da Portaria nº 127/2009/IPHAN. Haverá publicação no Diário Oficial da União a respeito da decisão final sobre a revalidação (artigo 17 da mesma portaria).

Há muitas semelhanças entre os termos do decreto que regulamenta a aplicação do registro aos bens imateriais e a portaria que regulamenta o instrumento da chancela. No entanto, o primeiro traz orientações um pouco mais concretas a respeito da utilização da ferramenta jurídica, ao passo que a segunda é vaga nesse sentido, até porque há uma diferença substancial, qual seja: o registro de um bem imaterial não diz respeito aos usos e ocupação do solo, de ordenamento territorial, não há garantias da territorialidade aos detentores e produtores do bem elevado à condição de patrimônio. Esse é visto como etéreo. No caso da paisagem cultural, a proteção implica restringir normas de uso e ocupação do espaço, o que, sem dúvida alguma, é polêmico, haja vista que pode incidir em grandes espaços privados.

No entendimento da Coordenação de Paisagem Cultural, a chancela da paisagem cultural “[...] figura como instrumento atualizado de preservação do

³⁷ Essa Coordenação faz parte da Coordenação-Geral de Patrimônio Natural, Paisagem Cultural e Jardins Históricos do IPHAN.

patrimônio cultural, inserida num contexto de **ampliação da ação do Iphan no território nacional**, de **revisão metodológica e conceitual**, de **inovação técnica**” (IPHAN, 2011, p. 1, grifo nosso).

Após mencionar a definição contida na Portaria nº 127/2009/IPHAN e destacar o termo peculiar no que concerne à característica que a porção de território a ser chancelado deve ter, a referida Coordenação chama a atenção para o seguinte, demonstrando o entendimento interno quanto aos critérios norteadores das políticas públicas patrimoniais culturais:

[...] Cabe lembrar que, assim como o tombamento e o registro, a chancela da Paisagem Cultural integra o rol de instrumentos de preservação do patrimônio cultural, **sendo a ela igualmente aplicados os conceitos de excepcionalidade, exemplaridade e singularidade, que costumam ser a base para a diferenciação de um bem cultural patrimonializável de outro que não o é**. Portanto, pode-se concluir que determinada porção do território nacional pode ser peculiar devido às qualidades excepcionais, exemplares e/ou singulares que guarde relações diretas, que impliquem em intervenções materiais – “à qual a vida ou a ciência humana imprimiram marcas”; ou indiretas, calcadas nas relações simbólicas e afetivas – “ou atribuíram valores”, estabelecidas entre homem e natureza. (IPHAN, 2011, p. 2 e 3, grifo do autor e grifo nosso).

Isso porque, na opinião da Coordenação de Paisagem Cultural, caso contrário corre-se o risco de “[...] esvaziar-se o conceito, tornando o instrumento ineficaz e, principalmente, inócuas suas consequências, fracassando a estratégia.” (IPHAN, 2011, p. 3).

Percebe-se, mais uma vez, que o discurso legal entra em conflito com as possibilidades práticas: tido como instrumento inovador, que viria finalmente corrigir as imperfeições geradas pelo tratamento separado de natureza e cultura, a ele se aplicam os mesmos critérios rígidos que datam do início de atuação no IPHAN, na década de 1930, quando a preocupação era a construção de uma narrativa do país por meio da excepcionalidade, monumentalidade dos bens culturais materiais. A isso se acresce o fato de a chancela não ser um instrumento capaz de regular o uso e a ocupação do solo, o que torna pouco eficaz a sua aplicação.

A chancela “[...] deve funcionar muito mais como um instrumento catalisador de um processo planejado e integrado de proteção e gestão territorial do que

propriamente de um novo instrumento de proteção [...]” (IPHAN, 2011, p. 13), para a Coordenação de Paisagem Cultural.

A adoção desse instrumento faz parte da estratégia do IPHAN de se reposicionar no cenário nacional como órgão de proteção patrimonial que objetiva atuar com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil e de acordo com as principais diretrizes internacionais sobre o assunto (IPHAN, 2011, p. 18). Isso porque, segundo Ribeiro e Azevedo (2010, p. 2),

[...] desde o final do século XX a ideia de patrimônio vem sofrendo uma transformação, desassociando-se cada vez mais de identidades nacionais homogeneizantes e passando a funcionar ligado a discursos associados ao desenvolvimento sustentável, exercício da cidadania e valorização de identidades locais.

Até o presente momento, não há bem chancelado pelo IPHAN. Houve, sim, propostas. Na opinião de Ribeiro, R. (2007, p. 111, grifo nosso),

Se quisermos utilizar essa categoria, devmos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitando cair no erro de percebê-la como o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham seu valor mais exaltado. **Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nelas existam.**

E o aspecto mais relevante “[...] reside mesmo no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo trabalham historicamente de maneira apartadas.” (RIBEIRO, R., 2007, p. 111).

No âmbito do patrimônio da humanidade reconhecido pela UNESCO, temos a paisagem da cidade do Rio de Janeiro chancelada. Conforme nos explicou Medeiros³⁸,

a paisagem do Rio de Janeiro é chancelada como paisagem cultural, mas ela é mundial, pela Unesco. É outra chancela, que só pode ser feita porque o Estado-parte Brasil assegurou a proteção de uma série de bens que fazem parte desse território que foi colocado. Então como é que esses bens estavam protegidos? Nas três esferas: poder público municipal, estadual e

³⁸ MEDEIROS, Mônica. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

nosso, por meio de tombamentos, por meio de constituição de parques, então tinha uma espécie de mosaico de áreas protegidas que foi suficiente pra Unesco entender que o Brasil já assegura a proteção legal praquela área. Então ele pode dar a chancela da paisagem cultural sem que a gente tivesse chancelado, no âmbito nacional, como paisagem. A gente usou de uma série de outros instrumentos que cobriam todo o território e que permitiu o trabalho. O trabalho do dossiê do Rio foi orientado por um tema, por um enfoque, toda uma construção do que se buscava, do patrimônio mundial mesmo. Há umas questões complicadas [área socialmente mais degradada], mas que tiveram que ser feitas daquele modo para ser aceito pela Unesco.

Como se verifica dos comentários de Medeiros, a chancela dessa paisagem, por meio da UNESCO, somente foi possível porque o campo do patrimônio se valeu de instrumentos protetivos de outras áreas do saber, como a proteção ambiental.

E a respeito da inexistência de paisagens culturais chanceladas no Brasil, a mesma entrevistada justificou a ausência da seguinte forma:

A chancela nacional a gente ainda não tem porque **o instrumento ainda está complicado** e porque **a gente ainda não consegue assegurar a gestão compartilhada**. Enquanto todos trabalham na valoração todo mundo acha perfeito, não é todo mundo, mas é mais fácil você ter um consenso, mais fácil construir alguma coisa sob o ponto de vista da valoração de que a paisagem é importante, a gente tem que preservar e tem que trabalhar com os atores. Aí você consegue também estabelecer quais são os parceiros potenciais pra cuidar daquilo, estabelecer as atividades que precisam ser tomadas. Agora, quem vai fazer o que, o que está na atribuição de quem e a garantia de que as ações serão feitas, você não consegue com base só nesse instrumento também porque ele é uma portaria do Iphan. Não pode estabelecer que a Prefeitura vai fazer isso e que o outro órgão vai fazer assim porque não tem respaldo legal nesse caso. Em outros casos, pode. O tombamento, por exemplo, pode porque é um decreto-lei e tem respaldo na constituição. A força legal desses documentos é diferente [...] (grifo nosso).

Da fala acima, podemos apreender que a inexistência de paisagens culturais brasileiras decorre da falta de atuação conjunta dos órgãos envolvidos com o tema do patrimônio. A atribuição de competências específicas a cada órgão sem que haja comunicação e compartilhamento de operativas gera a impossibilidade de se executar um instrumento protetivo como esse, que requer, obrigatoriamente, uma visão mais integradora do patrimônio.

Ademais, dentro do próprio IPHAN, parece haver dificuldade em se obter consenso no que diz respeito à maneira de se olhar o patrimônio. A esse respeito, Medeiros³⁹ informou-nos que:

A chancela nacional **parou um pouco por conta de não ter alternativa de como no momento resolver essa questão do plano de gestão porque fica muito vinculado no poder político dos superintendentes, na vontade dele de agir por cooperação.** Não é o perfil de todos os superintendentes e legalmente não tem muito essa força [...] (grifo nosso).

Para Medeiros⁴⁰, o compartilhamento de gestão é um ponto bastante complexo e representa um dos maiores desafios do IPHAN. Em suas palavras:

Acho que **gestão compartilhada é um ponto que está pegando porque é difícil.** Cada vez mais o pessoal está reparando **até onde que você tem o poder de ir**, até onde que você está empoderado, tem respaldo legal para atuação. [...] **Antigamente não tinha muito isso não. Todo mundo dava as mãos** [...] (grifo nosso).

Quando perguntada sobre o que poderia ter mudado, Medeiros⁴¹ respondeu:

Acho que foi a tecnificação e o tanto que os órgãos foram se instituindo, se subdividindo e deixando descrito suas normas, regras de funcionamento, como proceder. Então eu acho que foi a própria institucionalização das coisas, justamente pra dizer onde que atua onde que não atua, o que pode fazer, o que não pode para também não extrapolar, não sair agindo além do que você tem o poder legal e a incumbência de fazer, que às vezes acontecia [...] (grifo nosso).

Criado está o mais recente instrumento, visto pelos autores acima citados como positivo por “fazer as pazes” com muitos aspectos ignorados no passado. Todavia, ainda não saiu do papel e tem vários desafios pela frente para ser implementado, numa demonstração de que a dicotomia natureza e cultura ainda está bastante presente na maneira de enxergar o patrimônio.

No item seguinte, abordaremos as políticas públicas no campo do patrimônio cultural imaterial e sua prática, por meio do registro nos livros do IPHAN.

³⁹ MEDEIROS, Mônica. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ *Ibidem.*

3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS CULTURAIS IMATERIAIS

Vimos, até agora, o contexto em que se deu a categorização de elementos como natureza e cultura. Vimos, também, perspectivas distintas acerca da dicotomia, assim como a conjuntura política, econômica, social e cultural na qual o conceito de patrimônio foi construído.

Após a verificação dos instrumentos jurídicos existentes até o momento para que o IPHAN exerça seu papel constitucional de garantidor dos direitos culturais, passaremos, agora, para as políticas públicas patrimoniais culturais imateriais, sua operacionalização quanto aos bens imateriais, ou seja, a colocação, em prática, pelo IPHAN, do instrumento do registro.

Analisaremos, nos quatro Livros de Registro, quatro bens já registrados, sendo um de cada categoria. As imagens de aspectos desses bens são importantes para podermos acessar parte da complexidade do processo de registro no que tange às questões inerentes à dicotomia natureza e cultura, material e imaterial, real e simbólico, e como o IPHAN lidou com essas questões ao registrar os bens.

3.3.1 Livros de registro: as políticas na prática

Nesta tese, não nos compete trazer pormenorizadas as teorias existentes sobre políticas públicas. No entanto, para que possamos pensar nas operativas do IPHAN no campo do patrimônio cultural, acreditamos ser imprescindível trazer os comentários de Bolán (2006, p. 50, tradução nossa, grifo nosso) a respeito de suas origens:

A política cultural é uma **invenção francesa**. É fruto de uma **preocupação constante dos poderes monárquicos ou republicanos de monopolizar, em nome da mística nacional, a proteção de um patrimônio artístico** [...]. Também é a origem de uma ideia de responsabilidade política, jurídica e administrativa dos poderes públicos no campo das artes e da criação. [...] (Dijanm 1997:11).

Inaugurada na França, difundida aos países do Ocidente e consolidada por meio da atuação de organismos internacionais como a UNESCO, a política pública cultural, nos anos 1960, era tida como

a soma total dos usos, ações ou ausência de ações de uma sociedade, dirigidas à satisfação de certas necessidades culturais por meio da ótima utilização de todos os recursos materiais e humanos disponíveis a uma sociedade determinada em um dado momento (UNESCO *apud* BOLÁN, 2006, p. 59, tradução nossa).

No Brasil, conforme Bucci (2013), foi a partir de 1990 que as políticas públicas começam a ganhar importância. Isso porque, apesar de a Constituição Federal de 1988 ter trazido uma série de inovações e quebrado paradigmas, possibilitando, entre outras, a democracia política, “o país reclamava que ela fosse completada pela democracia econômica e social.” (BUCCI, 2013, p. 25). Ainda, segundo Bucci (2013, p. 26, grifo nosso):

No processo de reconstrução do Estado brasileiro, com a consolidação da democracia, que se segue a duas décadas de vigência da Constituição de 1988, e a estabilização econômica, que restituiu ao país a possibilidade de planejamento, **há uma demanda por instituições** (que vai muito além de “regras do jogo que tornem previsíveis os comportamentos num ambiente de negócios”, defendidos pelo neoinstitucionalismo econômico). Não basta a existência de regras claras, autoridades confiáveis, Poder Judiciário efetivamente atuante. A organização da vida democrática depende, entre outras coisas, do financiamento da infraestrutura e de todos os dispêndios necessários para as “tarefas civilizatórias” [...].

Num país como o Brasil, “a demanda pelo Estado [...] é mais específica, reclamando um governo⁴² coeso e em condições de articular a ação requerida para a modificação das estruturas que reproduzem o atraso e a desigualdade” (BUCCI, 2013, p. 33), sendo que “sobre o governo recaem as funções de organizar a alocação dos meios públicos, dirigir e executar a Administração Pública e, mais importante, coordenar e planejar a ação coletiva, em diversos níveis e abrangências.” Porém, apesar “[...] dos inquestionáveis avanços institucionais das últimas décadas [...], **a evolução ao desenvolvimento hoje é resultado muito mais da libertação de forças econômicas e sociais latentes do que de ações coordenadas ou planejadas.**” (BUCCI, 2013, p. 33, grifo nosso).

⁴² Governo, segundo Bucci (2013, p. 58) seria “[...] o ‘conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade [...], e constitui um aspecto do Estado.’”

Sugere Bucci (2013) que não se parta de questões já amplamente debatidas e que parecem consensuais, como a necessidade de aprimoramento gerencial e de garantia da impessoalidade nas operativas, mas que se lance o olhar sobre a comunicação social inerente à gestão pública. Para ela, “o interessante é compreender [...] o funcionamento do governo enquanto disparador e condutor de processos de transformação [...]” (BUCCI, 2013, p. 35).

Ressaltam Ursula Dias Peres, Ana Paula Fracalanza, André G. da Costa e Raquel G. Rizzi (2013, p. 19, grifo nosso) que “as escolhas públicas não são puramente técnicas ou gerenciais. **Não existe neutralidade total em relação à tomada de decisão de política pública.**” Dessa forma, sugerem que se promova uma supervisão adequada para que se alcance eficiência e eficácia nas políticas públicas (PERES et al., 2013).

Importante destacar, como o fizeram Sílvia Helena Zanirato e Edegar Luis Tomazoni (2013, p. 106 e 107), que

entre as políticas públicas encontra-se a política cultural, que não se resume em ações do Estado, mas que abarca o vasto conjunto de instâncias, agentes, instituições e organizações com vistas ao financiamento, desenvolvimento e acesso equitativo das pessoas aos espaços de criatividade e difusão artística, ao patrimônio cultural, às indústrias culturais (livro, audiovisual, música, etc.) e à comunicação.

Ademais, há que se ter em mente que “obviamente a manutenção de todas as tarefas ao mesmo tempo, em especial em ambientes federativos, é complexa e de difícil execução.” (PERES et al., 2013, p. 19).

Por conseguinte, “[...] é possível afirmar que a interação dos objetivos não necessariamente é clara em geral e mesmo dentro de uma organização específica, tampouco é obrigatoriamente de forma a otimizar agentes, insumos e processos.” (PERES et al., 2013, p. 19 e 20).

Um grande risco que se corre no âmbito das políticas públicas culturais, conforme Bolán (2006), está no fato de a administração (o administrador, portanto) posicionar-se fora do administrado, assim como no fato de a cultura não ser

planejável, ser espontânea, e a administração impor um planejamento. Ele mesmo explica: “[...] a administração representa o geral frente ao particular, mas a cultura é exatamente o contrário.” (BOLÁN, 2006, p. 31, tradução nossa).

“Assim, enquanto a administração trabalha de fora, aplicando normas universais sobre o que é sempre específico e particular, a cultura se define de forma soberana a partir de seus próprios fins.” (BOLÁN, 2006, p. 31, tradução nossa). Disso decorrem alguns dilemas na gestão patrimonial. De toda forma, é inegável que, ao fazer política, o Estado está atuando, elegendo uma narrativa específica, mesmo que ela mude ao longo dos anos. Comenta Barbalho (2007, p. 39, grifo nosso) que:

Por política cultural, se entende não apenas as ações concretas, mas, a partir de uma concepção mais **estratégica**, “o **confronto de ideias, lutas institucionais e relações de poder** na produção e circulação de significados simbólicos” (MCGUIGAN, 1996, p. 01). Neste sentido, elas são criativas e propositivas, ao **produzirem discursos**, e detentoras de poder simbólico no campo cultural.

A seguir, verificaremos como esse papel de mediador, de articulador conferido ao poder público pode ser extraído da prática de suas políticas, especificamente por meio do registro de bens culturais imateriais. Pelo que vimos acima, há uma série de desafios a serem enfrentados por quem tem esse papel de mediação, sendo certo que, ainda que não se tenha quadro técnico e orçamento adequados, ou mesmo, que não se adote uma linearidade diante do término de mandatos, não há como se omitir, pois se trata de um direito fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988.

Quanto às operativas do Estado na proteção de bens culturais imateriais, por meio da aplicação das políticas públicas, temos os Livros de Registro do IPHAN, que comunicam, na prática, o entendimento do referido instituto acerca do que pode receber o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Nossa análise baseia-se, especialmente, nos documentos disponibilizados no endereço eletrônico do IPHAN que compõem os processos de registro, mais especificamente nos dossiês, e nas explicações feitas pelo IPHAN na página

eletrônica principal de cada bem⁴³. Ademais, analisamos as atas das reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, que deliberaram sobre a registrabilidade de cada bem.

O IPHAN dispõe de quatro Livros de Registro, a saber: Livro dos Saberes, que, como informa o instituto, foi “criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.” (IPHAN, 2017)⁴⁴.

Esses conhecimentos relacionam-se “[...] a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade.” (IPHAN, 2017).

Estão registrados, nesse Livro, os seguintes bens culturais: “Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre”; “Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas”; “Modo de Fazer Viola de Cocho”; “Modo de Fazer Renda Irlandesa - Sergipe”; “Ofício das Baianas de Acarajé”; “Ofício das Panelas de Goiabeiras”; “Ofício dos Mestres de Capoeira”; “Ofício de Sineiro”; “Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí”; “Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá”; e “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”⁴⁵.

O segundo Livro, o das Celebrações, conforme informa o IPHAN, destina-se a “rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social.” Acrescenta que são “considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc.”, sendo que “envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras.” (IPHAN, 2017)⁴⁶.

⁴³ Pesquisa realizada em 14 de janeiro de 2017 no endereço eletrônico do IPHAN <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228/>>.

⁴⁴ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

⁴⁵ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/496/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

⁴⁶ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

Nesse Livro, os seguintes bens culturais estão registrados: “Círio de Nossa Senhora de Nazaré”; “Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão”; “Festa do Divino Espírito Santo de Paraty”; “Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis”; “Festa de Sant’Ana de Caicó”; “Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim”; “Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó”; “Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe”; “Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha”; e “Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade”⁴⁷.

As “formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade” estão contempladas no terceiro Livro, o Livro das Formas de Expressão (IPHAN, 2017)⁴⁸. As “performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade” são exemplos (IPHAN, 2017).

Estão registrados, nesse Livro, os seguintes bens culturais: “Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi”; “Cavalo-Marinho”; “Fandango Caiçara”; “Frevo”; “Jongo no Sudeste”; “Maracatu Nação”; “Maracatu de Baque Solto”; “Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo”; “O Toque dos Sinos em Minas Gerais”; “Roda de Capoeira”; “Rtixòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá”; “Samba de Roda do Recôncavo Baiano”; “Tambor de Crioula do Maranhão”; “Teatro de Bonecos Popular do Nordeste”; e “Carimbó”⁴⁹.

Por fim, o Livro dos Lugares tem por finalidade abarcar “mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.” Esses lugares “possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são

⁴⁷ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/495>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

⁴⁸ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

⁴⁹ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/497>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais.” (IPHAN, 2017)⁵⁰.

Estão registrados, nesse Livro, os seguintes bens culturais: “Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri”; “Feira de Caruaru” e “Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani”⁵¹.

Nos itens seguintes, analisaremos quatro bens registrados, sendo um de cada categoria. Nosso objetivo é verificar de que maneira as questões socioambientais que envolvem os bens culturais imateriais e natureza e cultura aparecem, são tratadas e se expressam nos registros.

Ao comentarmos os bens abaixo, utilizaremos, como já mencionado, algumas imagens. A análise dessas imagens seguiu as orientações de Joly (2007), sendo comum entre quase todas elas o fato de que, em primeiro plano, constam as pessoas definidas como as produtoras e detentoras dos bens culturais imateriais a que se destina a proteção do IPHAN e alguns dos elementos tangíveis que os compõem. Em segundo plano, o meio em que habitam, em que executam suas práticas culturais, assim como os componentes da natureza que são integrantes de seus bens.

Assim, parece-nos que a escolha das características das imagens, como o ângulo, as cores, as dimensões, o enquadramento, a iluminação e a textura, por exemplo, contribuíram para considerar a intencionalidade acima mencionada dos autores dessas imagens (JOLY, 2007).

Como veremos da análise dos bens abaixo, na produção das práticas culturais, as pessoas têm suas representações executadas em um determinado espaço físico e dependem do meio em que habitam para extrair bens produzidos pela natureza para confeccionarem objetos integrantes das referidas práticas. O espaço físico não pode, portanto, estar desvinculado da proteção almejada por meio dos instrumentos jurídicos do patrimônio. Sendo esse território imprescindível para a nossa discussão a respeito dos bens culturais imateriais, amparamo-nos no entendimento de Rogério

⁵⁰ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

⁵¹ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/498>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

Haesbaert (2008, p. 19 e 20, grifo do autor), a saber:

Desde a origem, território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo [...]

Quando a palavra território for por nós aqui empregada, temos por ideia o processo no qual o território está inserido: “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai de dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’.” (HAESBAERT, 2008, p. 20, grifo do autor). Ou seja, o território “[...] tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.” (HAESBAERT, 2008, p. 20).

Na construção do conceito, podem estar presentes, portanto, na noção de território, o viés político, cultural, econômico, naturalista e idealista, entre outros (HAESBAERT, 2004). Essas perspectivas não são excludentes e suas forças podem, portanto, atuar simultaneamente.

Nas reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, que decidiram a respeito do registro dos três bens até então inscritos, no Livro dos Lugares, que contém o menor número de registros, vê-se a dificuldade de entendimento quanto aos contornos dos elementos naturais e culturais. Argumenta-se pelo registro vez que o local contém forte carga simbólica e abriga uma série de relações importantes para a comunidade produtora e detentora. No entanto, o território não aparece da mesma forma como quando da aplicação do tombamento (aplicável a bens materiais). Em outras palavras, o território parece ser visto como “etéreo” no caso dos bens imateriais e, na prática, isso gera muitos conflitos porque ele é peça fundamental para a continuidade da cultura ali existente. Sem o suporte, a prática cultural perecerá.

Isso acontece porque, numa sociedade como a nossa, capitalista, o território também é mercadoria e, como tal, não é livre. A consideração do território sem a vinculação com a expressão, celebração, prática, etc., faz com que se reforce a ideia

do material separado do imaterial. O imaterial parece se sustentar sem a base material que propicia sua ocorrência. E tocar nisso remete a pensar na propriedade, que é um valor de mercado, com muitos interesses envolvidos, entre os quais, o do turismo.

Levantar esses pontos é fundamental, pois reforça a importância da ponderação sobre o destinatário das ações tomadas em nome da proteção do patrimônio cultural. Também reforça o entendimento da separação na concepção do patrimônio ativado, com a segregação entre material e imaterial, real e simbólico. Será que a mudança, em teoria, do sujeito, ao longo do tempo, foi suficiente para assegurar a efetividade das normas diante da questão da propriedade e do seu uso, tendo em vista que, quem afinal decide, com base em critérios técnicos, o que deve ou não ser registrado é o Estado?

A presença do mercado parece coincidir com a ampliação do conceito de cultura, na década de 1960, que gerou uma alteração semântica e “os museus consagram essa mudança, antes dos monumentos.” (CHOAY, 2006, p. 210 e 211). As inaugurações, em 1987, do “Museu d’Orsay” e, em 1988, do “Primeiro Salão Internacional dos Museus e das Exposições”, para Choay (2006, p. 211), expressam como a cultura “torna-se empresa e logo indústria.”

Não é somente nesse sentido que o patrimônio remete ao mercado, mas pela forma como se registra um bem imaterial, não considerando o espaço de atuação ou de acesso aos elementos que tornam possível a realização da prática, da celebração, do conhecimento. A não vinculação com o espaço de atuação torna extremamente frágil a proteção pretendida.

Nesse contexto, antes mesmo de se falar em patrimônio cultural, já se tinha muito clara a importância do valor econômico dos bens culturais e sua dupla função: “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos.” (CHOAY, 2006, p. 211).

Com a montagem de toda uma engrenagem na qual participam “grande número de animadores culturais, profissionais de comunicação, agentes de

desenvolvimento, engenheiros, mediadores sociais” (CHOAY, 2006, p. 211), a finalidade do patrimônio passou a ser a de gerar turismo cultural: “aos grupos de iniciados, de **especialistas** e de **eruditos** sucedeu um **grupo em escala mundial**, uma audiência **que se conta aos milhões**.” (CHOAY, 2006, p. 210, grifo nosso).

Acerca do mercado, é comum encontrar na literatura do patrimônio a afirmação de que se trata de elemento negativo e externo ao campo do patrimônio, como se fosse responsável por arruinar a autenticidade das práticas culturais e viesse de fora (GONÇALVES, 2015). Essa perspectiva muda, na opinião de Gonçalves (2015), a partir das últimas décadas do século XX, quando se percebe não ser mais possível concentrar as operativas do Estado na busca pela identidade nacional. Assim,

Na atualidade, esses discursos parecem evidenciar concepções de “autenticidade” em que a ênfase é colocada não mais exclusivamente numa relação orgânica com o passado nacional, mas na própria possibilidade presente (ou “presentista”) de reprodução social de diversos passados. O patrimônio oscila entre a história nacional e as memórias coletivas. (GONÇALVES, 2015, p. 220).

Ademais, “o fascínio que exercem [os bens culturais] provém, em parte, da possibilidade (mesmo que remota) de serem, de alguma forma, adquiridos pelo indivíduo.” (GONÇALVES, 2007, p. 243). Para Gonçalves (2007, p. 244), a “[...] condição de mercadoria está presente não apenas na possibilidade de ser alienado, mas efetivamente na sua condição de objeto de consumo turístico [...]”. Estamos sempre comprando uma imagem ou uma experiência, ou mesmo uma promessa quando consumimos algo relacionado ao patrimônio (GONÇALVES, 2007).

A presença do mercado é intrínseca ao patrimônio cultural. A percepção de que há diversos agentes relacionados ao registro de um bem como “Patrimônio Cultural do Brasil”, quer se queira ou não, gera uma visão diferente da que se tinha no início das operativas do Estado: “[...] desestabiliza-se uma forma de se perceber o patrimônio como algo organicamente ligado à história e à identidade nacional e supostamente articulado em contraposição ontológica ao mercado”. (GONÇALVES, 2007, p. 244).

Veremos abaixo as especificidades do registro dos bens que selecionamos, que também contêm a problemática levantada acima, assim como outras fragilidades inerentes à aplicação das políticas públicas.

3.3.1.1 Livro dos Saberes: o “Modo de Fazer Viola de Cocho”

Por meio do Processo n. 1450.01090/2003-03, o registro do “Modo de Fazer Viola de Cocho”, no Livro dos Saberes, ocorreu em 14 de janeiro de 2005. Conforme certidão⁵² do IPHAN (2004, p. 1), “a viola-de-cocho é um instrumento musical singular quanto à forma e sonoridade, produzido exclusivamente de forma artesanal, com a utilização de matérias-primas existentes na Região Centro-Oeste do Brasil”.

Abaixo uma imagem que retrata a referida viola:

Figura 1 - Viola-de-cocho

Fonte: (Décio Daniel, IPHAN, Dossiê de registro, 2009)

Para o IPHAN (2004, p. 1), a Viola-de-cocho é “[...] parte de uma realidade eco-sócio-cultural construída historicamente pelos sucessivos grupos sociais [...] em suas **relações de troca com o meio natural**”.

A viola – assim como o cocho – surge da escavação de madeira inteiriça. No que diz respeito aos bens produzidos pela natureza e trabalhados pelos homens, comenta o IPHAN (2004, p. 1, grifo do autor e grifo nosso):

⁵² Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VioladeCochoCertidao.pdf>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

A produção de violas-de-cocho é realizada por mestres cururueiros, seja para uso próprio, seja para atender à demanda do mercado local [...]. **Os materiais utilizados tradicionalmente para sua confecção são encontrados no ecossistema regional**, correspondendo a tipos especiais de madeiras para o corpo, tampo e demais detalhes do instrumento; ao sumo da batata “sumbaré” ou, na falta desta, a um grude feito da vesícula natatória dos peixes (ou poca) para a colagem das partes componentes; a fios de algodão revestidos para trastes (que, na região, também são denominados *pontos*) e tripa de animais para as cordas.

Figuras 2 a 5 – “Medindo corte de madeira; corte de madeira; modelagem do tronco com motosserra”

Fonte: (COSTA, Francisco M. da. IPHAN, Dossiê de registro, 2009)

As imagens acima (Figuras 2 a 5) foram escolhidas porque trazem o momento de corte da madeira e o início da feitura do instrumento musical. Por meio da medição do diâmetro e da formatação, a Viola-de-cocho começa a ganhar seus contornos, estando o seu feitor em contato direto com a natureza, de onde extraiu a madeira e tomou as primeiras medidas para dar forma ao referido instrumento.

Figura 6 – “Entalhe do corpo da viola-de-cocho”

Fonte: (COSTA, Francisco M. da. IPHAN, Dossiê de registro, 2009)

A Figura 6 traz, no detalhe, o entalhe do corpo da Viola-de-cocho. Notamos que o instrumento já está mais moldado e permanece em contato direto com o seu feitor, que nele trabalha manualmente para confeccioná-lo de forma artesanal, sendo a fabricação de cada instrumento um ato pessoal e único.

Figura 7 – “Furo do cavalete”

Fonte: (FONSECA, Edilberto. IPHAN, Dossiê de registro, 2009)

Ainda destacando os detalhes, trazemos a Figura 7, que mostra o feitor realizando os furos do cavalete da Viola-de-cocho. Novamente, o feitor utiliza-se de suas próprias mãos para essa tarefa e faz os furos um a um, em cada instrumento que confecciona.

Consta no dossiê de registro⁵³ que “[...] com exceção da madeira, [os demais] materiais têm sido substituídos por produtos industrializados, tais como cola industrial, cera industrial e linha de náilon para as cordas.” (IPHAN, 2009, p. 22). No entanto, apesar dessas trocas, os saberes dos artesãos foram mantidos, afinal práticas culturais são processos (IPHAN, 2009).

Das imagens acima, vemos a importância do recurso natural – a madeira – para essa prática cultural (Figuras 2 a 6). Em termos de imagem, parece-nos haver intencionalidade dos autores em destacar o objeto (JOLY, 2007) ao trazerem em primeiro plano o instrumento musical (Figuras 1, 6 e 7), as etapas de feitura inseridas no que foi retirado da natureza, tendo a vegetação como pano de fundo e as pessoas na execução de seu ofício (ainda que uma delas se utilize de uma motosserra) (Figuras 2 a 5).

No dossiê, chamou-nos a atenção a menção ao plano de manejo, haja vista esse saber cultural necessitar do uso da madeira, principalmente, para a confecção dos instrumentos musicais.

Figura 8 – “Pé de ximbuva”

Fonte: (COSTA, Francisco M. da. IPHAN, Dossiê de registro, 2009)

53

Disponível em
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_modos_fazer_viola_cocho.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

O corte da ximbuva (Figura 8), do sarã-de-leite ou do cedro – com machado ou motosserra – requer autorização prévia do IBAMA e tem validade de noventa dias (IPHAN, 2009). Nas palavras do IPHAN (2009, p. 70, grifo nosso):

Tendo em vista a legislação ambiental que determina a autorização para corte de árvores, muitas vezes os artesãos se veem na posição de ilegalidade por cortar madeira ou com ela trabalhar sem esse licenciamento, dadas as dificuldades em obtê-lo junto às instituições ambientais competentes. Existem, assim, alguns obstáculos à livre produção do instrumento pelos artesãos/cururueiros que comprometem a reprodução dos saberes relacionados à sua fabricação e execução musical.

Na ata da 45ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN⁵⁴ (IPHAN, 2004, p. 4), o IPHAN destaca que:

Esse instrumento integra os complexos musicais, coreográficos e poéticos do cururu e do siriri - juntamente com o ganzá e o tamborim e está presente em outras manifestações culturais e expressões da cultura popular da região.

Em seu voto, no momento de decisão da proteção pelo IPHAN, a conselheira relatora Angela Gutierrez disse:

recomendamos que sejam realizados os estudos complementares que possibilitem também a inscrição, no livro das Formas de Expressão, do cururu e do siriri. E que nos planos de salvaguarda, sejam previstas oficinas de repasse do conhecimento do “modo de fazer viola de cocho”, possibilitando sua permanência e difusão. (IPHAN, ATA DA 45ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, 2004, p. 6).

O pedido foi aprovado sem qualquer comentário adicional de outros conselheiros.

O significado que o território ocupa no referencial desses detentores e produtores culturais e a relevância em se destacar a matéria-prima que acompanha o ritual e as dificuldades na obtenção desse material devem ser discutidos. Também se deve garantir a tradição do saber e a imprescindibilidade de obtenção de licenças ambientais e a elaboração e implementação de planos de manejo, vez que há

⁵⁴

Disponível

em

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2004__04__45a_reunio_ordinria__01_de_dezembro.pdf>. Acesso em 5 de março de 2017.

dependência de determinados bens produzidos pela natureza para a continuidade da prática cultural. No caso do “Modo de Fazer Viola de Cocho”, nenhum comentário substancial a respeito disso foi feito na reunião que apreciou e concedeu o seu registro. Nos planos de salvaguarda, constantes do dossiê, aparece vagamente a preocupação, mas nada além disso. O trecho que faz menção diz que:

2) estimular a interlocução entre as esferas da sociedade e os poderes públicos de modo a implementar manejo ambiental continuado das matérias-primas vegetais empregadas na produção do instrumento musical (licenciamento do corte, por artesãos, para a extração controlada e progressão de replantio das espécies vegetais) [...] (IPHAN, 2009, p. 73, grifo nosso).

Do que vimos dos bens registrados nesse livro, não há regra quanto ao momento e o papel do IPHAN nesse aspecto: em alguns processos, buscou a parceria com os órgãos de proteção da natureza, mas, em outros, deixou para um momento posterior ao registro, sugerindo que a questão fosse discutida e buscada, nas ações de salvaguarda, que, como veremos adiante, na prática, não são implementadas num período curto após a titulação, o que pode comprometer as medidas que assegurariam a continuidade das manifestações.

3.3.1.2 Livro das Celebrações: o “Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe”

Registrado em 2010, por meio do Processo n. 01450.011160/2006-142 do IPHAN, o “Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe” acontece no Mato Grosso. Componente essencial é

a saída dos homens para a realização da pesca coletiva de barragem. Essa prática constitui-se em traço diacrítico do complexo sócio-cosmológico Enawene Nawe e é considerada o ponto alto do ritual e o grande emblema da etnia. (IPHAN, 2017)⁵⁵.

A ação referente a esse bem cultural imaterial tornado patrimônio possui ligação forte e direta com o território tradicionalmente habitado pelo povo indígena e depende dos elementos naturais da região, conforme salienta o IPHAN (2017):

⁵⁵ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/74>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

“Inicia-se em janeiro, com a colheita da mandioca e a coleta das matérias-primas, casca de árvore e cipó, para a construção do Mata – corpo central das armadilhas de pesca que deve ser acoplado às barragens a serem construídas nos rios.”

Ainda, de acordo com o IPHAN (2017, grifo nosso):

Orientado pela cosmologia Enawene e regulado pelos ciclos da natureza, o Ritual Yaokwa **integra complexas relações de ordem simbólica e articula domínios distintos, porém indissociáveis e interdependentes da sociedade, da cultura e da natureza**. Para que ele seja realizado, é necessário que se satisfaça um conjunto de elementos que estrutura, material e imaterialmente, performances específicas. Estes elementos envolvem determinadas condições ambientais que garantem a obtenção dos produtos animais e vegetais necessários à execução do rito. Engloba também um repertório de tradições orais, danças, cantos, instrumentos e outros saberes tradicionais.

Figuras 9 e 10 – sem títulos no original. Título nosso: “Entalhe da madeira para a fabricação da canoa”
Fonte: (IPHAN, Arquivo OPAN, Dossiê de registro, sem data)

As Figuras 9 e 10 mostram homens, após o corte da madeira, entalhando troncos para a obtenção de canoas. Essas canoas servem para que, posteriormente, naveguem no rio e construam as barragens, de onde, por fim, retiram a pesca.

Figuras 11 a 13 - sem títulos no original. Título nosso: “Preparação da mandioca”
 Fonte: (MARIA, José. IPHAN, Dossiê de registro, sem data)

Adotando a divisão de tarefas na comunidade, as imagens 11 a 13 mostram mulheres preparando a mandioca, que também faz parte desse ritual indígena.

Figura 14 - “Interior da Casa das Flautas. Momento que antecede a saída dos pescadores para as barragens”
 Fonte: (RODRIGUES, Edison. IPHAN, Dossiê de registro, sem data)

Em se tratando de ritual complexo, antes da saída dos homens para a construção das barragens, no interior da “Casa das Flautas”, há um encontro dos integrantes da comunidade.

Figura 15 - sem título no original. Título nosso: “Saída para preparação das barragens”
 Fonte: (IPHAN, Arquivo OPAN, Dossiê de registro, sem data)

Na imagem acima (Figura 15), notamos os homens seguindo pelo rio, nas canoas mencionadas nas imagens anteriores (Figuras 9 e 10), em direção ao ponto em que serão construídas as barragens. É por meio das armadilhas que chamam de “Mata” (“rolos” que aparecem na imagem) que capturam o principal alimento oferecido aos espíritos, o peixe.

Figuras 16 e 17 - sem títulos no original. Título nosso: “Montagem das barragens”
 Fonte: (EMMANUEL. IPHAN, Dossiê de registro, sem data)

Figuras 18 e 19 - sem títulos no original. Título nosso: “Montagem das barragens”
Fonte: (EMMANUEL. IPHAN, Dossiê de registro, sem data)

A construção das barragens é destacada por meio das Figuras 16 a 19. Os homens são os executores e a elas acoplam a chamada “Mata”, armadilha para capturar o peixe.

Figura 20 - “Coreografia dos Harekares (anfitriões) na aldeia, executada enquanto os Yaokwa estão nas barragens”

Fonte: (EMMANUEL. IPHAN, Dossiê de registro, sem data)

Os anfitriões executam coreografia (Figura 20) ao mesmo tempo em que outros homens estão nas barragens. Como se trata de ritual dotado de grande complexidade, esses anfitriões preparam espiritualmente a chegada dos demais, que trarão consigo o alimento a ser oferecido aos espíritos. Nessa imagem, podemos ver adereços específicos a serem usados na execução da coreografia.

Figura 21 - sem título no original. Título nosso: “Retirada das capturas das barragens”

Fonte: (PETRELA, Rodrigo. IPHAN, Dossiê de registro, sem data)

A Figura 21 destaca o momento em que a captura dos peixes foi exitosa e os homens desacoplam as “Matas” das barragens para regresso à aldeia.

Figuras 22 a 25 - “o confronto entre os anfitriões e pescadores”

Fonte: (IPHAN, Arquivo OPAN, Dossiê de registro, sem data)

O retorno dos homens pescadores à aldeia com o alimento para os espíritos e o encontro com os anfitriões é retratado nas Figuras 22 a 25. Essa prática cultural, como temos visto, contém rica coreografia, além de um ritual especial envolvendo os espíritos, com a oferta de banquete.

Pelas imagens acima, também se pode notar a riqueza dos adereços, confeccionados especialmente para a ocasião.

Figura 26 - “troca dos peixes e o banquete”

Fonte: (MARIA, José. IPHAN, Dossiê de registro, sem data)

A Figura 26 traz o desfecho dessa prática cultural, com o oferecimento das “Matas” aos espíritos. Os anfitriões contam com indumentária elaborada que os diferenciam dos homens pescadores.

Conforme destaca a relatoria desse processo, trata-se de uma prática cultural bastante rica e complexa, que se realiza em três dimensões:

a cultura material, ligada à parte do ritual, onde se destaca o conjunto arquitetônico (barragens de pesca e Casa das Flautas); processos de transmissão dos conhecimentos, focado na continuidade da prática do ritual; e músicas e mitos que acompanham e orientam suas atividades. (IPHAN, ATA DA 65ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, 2010, p. 100)⁵⁶.

Ainda,

Esta se insere nas práticas do ritual que absorve as atividades inerentes à população como: na produção de alimentos, com a pesca, a agricultura e a preparação das comidas; nas práticas religiosas, no culto aos espíritos; na arte, com as performances músico-coreográfico, danças, confecção de adereços; na observação da natureza, de onde são tirados os produtos destinados à sua sobrevivência, o que se dá pela negociação com os espíritos e lhes propicia o acesso aos recursos naturais. Dentre esses

⁵⁶

Disponível

em

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010__03__65a_reunio_ordinria__4_de_novembro.pdf>.
Acesso em 6 de março de 2017.

recursos o peixe é destacado como o alimento mais importante do banquete dos espíritos e da população indígena que não consome carne de caça. O sal, fabricado a partir da manipulação de vegetais, também é de vital importância para a celebração dos pactos com os espíritos. (IPHAN, ATA DA 65ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, 2010, p. 100).

Quanto às imagens, aqui também nos parece haver intenção (JOLY, 2007) de destacar o meio ambiente habitado pelas pessoas fotografadas, que é o local onde praticam a sua manifestação cultural e do qual retiram os componentes para a referida prática (Figuras 9, 10 e 15). Parece-nos, ainda, que houve intencionalidade em demonstrar o caráter coletivo dessa prática, a existência de muitas tarefas que, no conjunto, designam o bem cultural imaterial protegido pelo IPHAN (Figuras 11 a 13, 16 a 19, 21), além de demonstrar os rituais religiosos inerentes (Figuras 14, 20, 22 a 26).

Nas propostas de salvaguarda, constam planos ou ações que envolvem natureza e cultura, num sistema interdependente, o que requer um olhar interdisciplinar, vez que se está diante, por exemplo, do território, de bens naturais (água, alimentos, vegetação, madeira) e conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade. Constam recomendações de elaboração de uma gestão ambiental, de forma a se ter um sistema sustentável que remunere os integrantes pelos serviços ambientais prestados⁵⁷.

Inclusive, na ata de registro consta menção à questão que preocupa o povo indígena detentor e produtor desse ritual:

O que tem preocupado os Enawene atualmente é a previsão de construção de pequenas hidrelétricas no rio Juruena, que **certamente vai impactar a produção das espécies de peixes migradores dos rios, e, conseqüentemente, os rituais realizados naquele rio**, que são importantíssimos para a etnia. Os Enawene têm recorrido aos setores competentes solicitando também providências para impedir o avanço da **devastação ocasionada pela criação de gado** e outras atividades que ocorrem nas fazendas que circundam a Terra Indígena. A atual configuração da delimitação das terras indígenas, quase sempre orientada pelas pressões causadas por modelos de ocupação que não contemplam a

⁵⁷ A demarcação dos territórios indígenas é uma questão delicada, no Brasil, pois envolve muitos interesses que não convergem e tem como objeto o solo, visto como mercadoria, e sua ocupação. Além disso, depende de vontade política, pois é ato declaratório, ou seja, declara-se um direito sobre algo preexistente. Em outras palavras, sendo os povos indígenas titulares originários dos direitos sobre o território habitualmente ocupado, o ato do poder público não constituiria um novo direito, mas, sim, teria como efeito declarar tal situação (SANTILLI, 2005).

concepção espacial da terra na cultura dos povos indígenas, por exemplo, tem causado incômodos e até conflitos entre os segmentos envolvidos. Torna-se sempre necessário maior cuidado e disposição para tratar de questões intrínsecas à diversidade cultural e suas concepções sobre os espaços. (IPHAN, ATA DA 65ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, 2010, p. 102 e 103, grifo nosso).

Há expressa menção às ações de salvaguarda que seriam importantes, na opinião da relatoria, a saber:

Salvaguarda - Será louvável que as instituições responsáveis pelas questões indígenas e ambientais, dentre outras, tenham **ações afinadas que, compartilhadas pelos diversos setores**, encontrem um modo de harmonizarem-se e garantir o equilíbrio entre as mudanças estruturais da sociedade e a manutenção dos aspectos fundamentais das culturas tradicionais. Considerando o reduzido tamanho da população, o pouco tempo de contato com comunidades externas e as consequências dessa aproximação, convém o estabelecimento de salvaguardas que favoreçam, da melhor maneira possível, o exercício do ritual Yaokwa. Assim entendemos **a necessidade das medidas abaixo relacionadas**: [...] • **melhorar a interação entre os órgãos governamentais ligados as causas inerentes às populações indígenas (meio ambiente, educação e saúde)**, no sentido do fortalecimento do estado para o enfrentamento dos problemas de forma pacífica, harmonizada e efetiva, juntamente com as entidades representativas da sociedade civil; [...] • **proporcionar a elaboração do Plano de Gestão da Terra Indígena e o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Iquê**, levando-se em conta os aspectos socioculturais da área sobreposta (UC e TI); e • **recomendar que os órgãos e entidades responsáveis pelo monitoramento e fiscalização das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, localizadas nas proximidades da TI dos Enawene Nawe**, cuidem para que os empreendedores adotem tecnologias que minimizem os impactos ambientais, ao mínimo possível, como forma de garantir para as atuais e futuras gerações a continuidade da existência deste importante ritual que ora se propõe registrar. (IPHAN, ATA DA 65ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, 2010, p. 110 e 111, grifo nosso).

Após ouvir alguns conselheiros, o presidente do IPHAN manifestou-se a respeito da compartimentalização dos procedimentos:

[...] Tenho, de maneira reiterada, colocado isso para este Conselho, porque percebo que estamos quase que no limite do controle do caos, com as **tensões decorrentes da ausência de um planejamento territorial** no país. E isso torna imprescindível uma **discussão sobre a eficácia das políticas de patrimônio limitadas a ações setoriais**; cada vez mais a **política de patrimônio atua com a política ambiental e deve fazer parte de um pacto cujo instrumento é um planejamento territorial**. [...] (IPHAN, ATA DA 65ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, 2010, p. 119, grifo nosso).

Cláudia Vasques⁵⁸, atualmente na Superintendência do Distrito Federal, mas que esteve à frente do Departamento do Patrimônio Imaterial por muitos anos e, portanto, é profunda conhecedora da instauração dos procedimentos iniciais do INRC e do registro, em entrevista, contou-nos detalhes a respeito da atuação do IPHAN no sentido de permitir a continuidade dessa prática cultural:

Tem vários momentos, vários rituais, vários, eles chamam outros grupos, eles visitam os outros, fazem troca, um troca peixe pelo não sei o que e aí com a construção das hidrelétricas não conseguem mais ter peixe. **Começou a rarear o peixe, aí eles resolveram pedir o registro. Enquanto durou o processo de registro foi uma confusão também pra se vai se não vai, os problemas todos, quando saiu o registro não tinha mais peixe.** Tinha acabado já. Então foi, é um conflito assim fenomenal porque agora eles têm que comprar peixe, aí dizem para o Iphan, agora vocês criaram o problema, vocês vão lá e compram peixe, **o Iphan comprando peixe, que é um negócio que não faz sentido nenhum**, um negócio de louco, assim. É um caso muito interessante tanto como processo de registro pra conhecer essa história, quanto para a salvaguarda. Um dos grandes problemas que teve aqui. O que que a gente faz? Registrou e agora o rio não tem mais corredeira, não tem mais, desestruturou tudo, sabe? (grifo nosso).

Ao se deparar com a falta de peixe, decorrente da construção de hidrelétricas na região, o IPHAN foi envolvido na tomada de providências que considerou além de sua responsabilidade. No entanto, a fala acima é extremamente relevante porque nos mostra que a atuação do ministérios é unilateral, seguindo cada um, no seu campo de atribuição legal. As hidrelétricas foram construídas sem considerar a existência de uma prática cultural antiga, que envolvia a existência de peixe. Sem o peixe, como dizer que a manifestação cultural poderia ser realizada, já que existe pela totalidade dos elementos que a integram, materiais e imateriais, reais e simbólicos, naturais e culturais? Há efetividade na proteção ao se conceder o registro de uma prática como essa sem se ater ao fato de que dependeria da continuidade da existência de peixe para se realizar?

Percebemos, nos bens registrados no Livro das Celebrações, um forte traço simbólico na realização dos encontros pelas comunidades. Esses encontros têm ocasiões específicas de ocorrência e reúnem pessoas interessadas em manter viva uma determinada narrativa. Possuem, assim como os bens registrados no Livro dos Saberes, ligação estreita com o território historicamente habitado, cabendo também

⁵⁸ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

aqui as ponderações já feitas a respeito da necessidade de planejamento adequado e prévio das políticas públicas, no que toca, especialmente, à interação com outros órgãos para que haja a devida proteção aos bens.

3.3.1.3 Livro das Formas de Expressão: o “Fandango Caiçara”

O “Fandango Caiçara”, objeto do Processo n. 01450.014268/2008-59 do IPHAN, registrado em 19 de fevereiro de 2013, é tido como uma forma de expressão musical, coreográfica, poética e festiva com estrutura bastante complexa.

Ocorre no litoral sul do Estado de São Paulo e no litoral norte do Estado do Paraná e “se define em um conjunto de práticas que perpassam o trabalho, o divertimento, a religiosidade, a música e a dança, prestígios e rivalidades, saberes e fazeres.” (IPHAN, 2017)⁵⁹. Ademais, “o Fandango Caiçara se classifica em batido e bailado ou valsado, cujas diferenças se definem pelos instrumentos utilizados, pela estrutura musical, pelos versos e toques.” (IPHAN, 2017).

De acordo com o IPHAN (2017),

o fandango tal qual é vivenciado atualmente nesta região é resultado de um específico processo histórico-social consolidado, sobretudo, a partir do final do século XIX, com a formação dos núcleos de povoamento chamados de “sítios”. A partir dos modos de vida configurados nesses espaços, o fandango adquiriu seus contornos, estando ligado a atividades rurais baseadas na roça, na pesca e no extrativismo.

Os fandangueiros necessitam da madeira para confeccionar seus instrumentos musicais, os quais são usados no “Fandango Caiçara”, que se realiza “de casamentos e batismos, festas de santos padroeiros e aniversários, até alianças de ajuda mútua e compadrios” (IPHAN, 2017), interligando socialmente os caiçaras de forma indiscutível.

⁵⁹ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

Figura 27 – “Instrumentos de Eugênio dos Santos, Paranaguá, PR”

Fonte: (ASSOCIAÇÃO CULTURAL CABURÉ, 2006)⁶⁰

Trouxemos a imagem acima para que sejam verificados os instrumentos musicais que compõem essa prática cultural. Esses instrumentos são confeccionados manualmente por pessoas que, na comunidade caiçara, possuem conhecimento específico para tanto.

Figura 28 – “Nilo Pereira confeccionando instrumento musical”

Fonte: (ASSOCIAÇÃO CULTURAL CABURÉ, 2006)

⁶⁰ A Associação Cultural Caburé, organização não-governamental, atuou em todo o processo de registro do “Fandango Caiçara”, sendo responsável também pela criação do “Museu Vivo do Fandango”. Decidimos trazer as imagens feitas pela referida associação porque o dossiê de registro desse bem encontra-se indisponível no endereço eletrônico do IPHAN (Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83>> e em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_fandango_caicara\(1\)\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_fandango_caicara(1)(1).pdf)>. Acesso em 3 de setembro de 2017).

A confecção desses instrumentos depende do acesso aos bens produzidos pela natureza, como demonstra a imagem acima (Figura 28), em que a madeira é extraída.

Nas imagens abaixo, Figuras 29 a 32, o instrumento musical aparece sendo confeccionado manualmente, com o entalhe da madeira.

Figuras 29 a 32 – “Nilo Pereira confeccionando instrumento musical”
Fonte: (ASSOCIAÇÃO CULTURAL CABURÉ, 2006)

O tamanco, outro instrumento musical a integrar o “Fandango Caiçara”, aparece sendo confeccionado também manualmente nas imagens abaixo, sendo tal tipo mais presente no Paraná.

Figuras 33 a 36 – “Romão Costa confeccionando tamancos”

Fonte: (ASSOCIAÇÃO CULTURAL CABURÉ, 2006)

No destaque abaixo, o tamanco sendo utilizado na execução da coreografia. A sua batida no chão de madeira realiza a percussão junto aos demais instrumentos musicais.

Figura 37 – “Detalhe do tamanco batendo no piso (Guaraqueçaba/PR)”

Fonte: (MUSEU VIVO DO FANDANGO, 2013)

Nas Figuras 38 e 39, vemos os dois tipos de coreografias a serem executadas, sempre em duplas, ao som do “Fandango Caiçara”: o batido e o valsado. O primeiro tipo é mais comum no Paraná, enquanto o segundo é executado em São Paulo.

Figura 38 – “Fandango batido – Ilha dos Valadares – Paranaguá (PR)”

Fonte: (MUSEU VIVO DO FANDANGO, 2013)

Figura 39 – “Fandango valsado – Barra do Ribeira - Iguape (SP)”

Fonte: (MUSEU VIVO DO FANDANGO, 2013)

O ofício de feitura dos instrumentos musicais parece-nos ter sido destacado nas fotografias, demonstrando a intencionalidade dos autores (JOLY, 2007) quanto à existência de um saber-fazer atrelado à prática protegida como bem cultural imaterial (Figuras 29 a 32 e 33 a 36). Em alguns momentos, o produtor aparece na natureza, demonstrando a sua inserção no ambiente natural (Figura 28), em outros, aparece dentro de um lugar que poderia ser sua oficina, com ferramentas que permitem dar forma aos referidos instrumentos musicais (Figuras 29 a 32 e 33 a 36).

Outras imagens trazem, em primeiro plano, casais executando a coreografia que compõe esse bem cultural. As duplas são fotografadas vestidas com algo em

comum: as mulheres com vestidos ou peças floridas (Figuras 38 e 39). Como em alguns locais há o emprego do tamanco pelos homens como instrumento percussivo e indumentário, o seu destaque foi feito por meio da Figura 37.

Nas ações de salvaguarda, em conversa com a comunidade, as medidas foram separadas por temas, sendo relevante para nós a seguinte:

TEMA 5: IMPORTÂNCIA E CONDIÇÕES DE CONTINUIDADE

Propostas gerais:

- Reconhecer e registrar o fandango caiçara como patrimônio brasileiro, além de outras referências culturais e religiosas da região.
- Criar mecanismos de manutenção e de sustentabilidade do território caiçara, garantindo a reprodução de suas práticas culturais.
- **Criar mecanismos de acesso ao território e, principalmente, de acesso à matéria-prima.**
- Propor que as entidades de proteção ambiental permitam que os nativos permaneçam no local e tenham sua subsistência.
- **Legalizar o território caiçara para garantir a permanência legal com a melhoria da qualidade de vida** (permissão de mutirão, confecção de canoa e de instrumentos, manejo caixeta, etc). **Articulação interministerial - Procuradoria Geral da República, MMA, MDA, MinC, etc.**
- **Licença para retirar a matéria prima necessária para a construção de instrumentos.**
- Construção de um viveiro de mudas em cada município.

Propostas locais:

- Iguape: reconhecimento do território caiçara dentro da Estação Ecológica da Juréia para que a comunidade local possa usufruir do seu território, para sua própria subsistência de modo sustentável, elaborando um registro junto aos órgãos de proteção ambiental.
- Cananéia: enfatizar o turismo rural (base comunitária); incentivar a agricultura familiar e licenciamento das roças (plantação de rama), casa de farinha, gastronomia local, mutirão, fandango. (COELHO, D., 2013, p. 96 e 97, grifo nosso).

Já tivemos a oportunidade de verificar, por meio do tema 5 acima transcrito, “[...] a preocupação dos caiçaras com a continuidade de suas práticas culturais [...], pois sabem que são inviabilizadas pela legislação ambiental que estabeleceu unidades de conservação de Proteção Integral⁶¹” nos territórios por eles habitados (COELHO, D., 2013, p. 97).

⁶¹ “As modalidades de unidades de conservação são duas, a saber: de Proteção Integral ou de Uso Sustentável. Na primeira, objetiva-se a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto (aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais) dos seus atributos naturais. Na segunda, a finalidade é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, sendo o uso sustentável tido como a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.” (Artigos 2º, VI, IX e XI, e 7º, da Lei nº 9.985/00) (COELHO, D., 2013, p. 97).

Assim como no Livro dos Saberes, o Livro das Formas de Expressão evidencia a dependência dos componentes naturais (incluindo o território) para a realização das manifestações culturais. Ademais, em alguns casos, como o do “Fandango Caiçara”, a existência de unidades de conservação que proíbem a extração de madeira é um fator complicador para a continuidade da prática e merece atenção porque gera conflitos socioambientais.

Há um pleito de alteração na modalidade de unidade de conservação para a de Uso Sustentável. Já nos manifestamos a respeito, no sentido de que

[...] retratará os hábitos ambientalmente apropriados da comunidade tradicional caiçara, que é profunda conhecedora dos recursos naturais disponíveis na região e do meio ambiente em que vive, do qual retira sua subsistência e no qual pratica sua cultura. O modo de vida caiçara, no qual estão inseridos seus hábitos alimentares, suas práticas culturais, simbólicas e religiosas, suas atividades de subsistência que se baseiam no seu conhecimento dos ciclos naturais, está amalgamado ao território, portanto, e sua sustentabilidade decorre do baixo impacto que sua presença representa para o meio ambiente, além de sua forma intergeracional de agir, vez que recebeu seus conhecimentos por meio da tradição oral e pretende repassá-los aos mais jovens para que se perpetue no tempo, de modo a favorecer as futuras gerações. (COELHO, D., 2013, p. 99).

Comentamos acerca dos bens produzidos pela natureza, elementos tangíveis imprescindíveis para as práticas culturais trazidas nesta tese. Importante ressaltar que o território também aparece nesse cenário como elemento a compor as práticas culturais protegidas pelo registro do IPHAN.

Inclusive, muitos movimentos sociais usam o argumento da titularidade de direitos culturais para alcançar outros objetivos relacionados principalmente ao território, como é o caso dos caiçaras quando receberam o título de registro do “Fandango Caiçara”. Afinal, “[...] o patrimônio cultural é um campo de tensões por excelência, que se dão *no e pelo* espaço geográfico. [...]” (SCIFONI, 2012, p. 182, grifo do autor).

Refere-se Simone Scifoni ao emblemático caso do Centro Histórico de Salvador, relatado por Urpi Uriarte (2012), no qual se travou uma discussão envolvendo a função social da propriedade privada à luz dos direitos culturais dos antigos moradores. De um lado, pessoas pobres, que desejavam permanecer na

localidade; de outro, a intenção estatal de revitalizar a região para incentivar o turismo, com a retirada dos antigos moradores para atribuir moradia a funcionários públicos.

As cidades, como coloca Uriarte (2012), expressam as tensões em torno do solo enquanto mercadoria, principalmente em razão da especulação imobiliária e do destino que o capital pretende atribuir-lhe dependendo dos interesses predominantes.

Outro fator que não pode ser ignorado é o turismo e o seu interesse no patrimônio. No caso do “Fandango Caiçara”, com a inserção da prática no mercado turístico, muitos fandanguheiros estavam deixando de se apresentar espontaneamente, exigindo cachês para qualquer imagem tirada ou música apresentada. (COELHO, D., 2013). Essa mudança na realidade vivida demonstra o que já comentamos acerca da necessidade de se problematizar as dimensões do patrimônio, pois, após o registro, ou seja, com a ativação, parece ter havido transformações significativas no que antes acontecia na coletividade.

Bolán (2006) indica a natureza complexa e dupla da política cultural que se destina, ao mesmo tempo, ao campo simbólico de uma sociedade, trabalhando com questões como a identidade, a pluralidade e a valorização do patrimônio, e também a objetivos mais imediatos, como o desenvolvimento urbano e a promoção turística.

Patrimonializar um bem cultural cuja territorialidade lhe é inerente é complicado, mas essa condição é fundamental. O território é elemento de maior relevância tanto no patrimônio material quanto no patrimônio imaterial. O tombamento e o registro – cada instrumento atua à sua maneira no âmbito da propriedade privada – remetem necessariamente à questão do uso e da ocupação do solo, de sua função e dos interesses que sobre eles recaem.

No caso do tombamento, sua motivação garantidora do uso e da apropriação social do espaço pela sociedade entra em conflito com a “lógica de produção do urbano que prioriza o valor de troca em detrimento do valor de uso e, por vezes põe em risco a existência do próprio espaço público.” (SCIFONI, 2012, p. 180).

Quanto se trata do registro, a posse do território, apesar de essencial em praticamente todos os bens culturais imateriais, não é incluída nos planos ou ações de salvaguarda como direito a ser protegido em nome das comunidades detentoras e produtoras desses bens. Geralmente, há apenas menção de sua importância como elemento agregador do sentimento de pertencimento, como local físico e simbólico para a prática cultural e como concentrador de características específicas propensas para a ocorrência de determinada manifestação imaterial.

Os interesses do capital atritam com os sujeitos, sendo “a luta pelo patrimônio [...] uma luta pelo espaço geográfico e pela cidade, quer na forma de um espaço residual ou na medida em que o que se questiona é a forma como ele é produzido.” (SCIFONI, 2012, p. 181). E, na trajetória de atuação dos órgãos patrimoniais, no Brasil, raramente a lógica do território como mercadoria perde a disputa para o interesse público:

Os conflitos vêm do fato de que o patrimônio passa a ser visto muitas vezes como obstáculo, empecilho tanto ao processo de valorização do espaço como a sua própria reprodução e, nesse sentido ele deve ser eliminado para que prevaleça a racionalidade econômica como lógica desse espaço. (SCIFONI, 2012, p. 182).

Os caiçaras historicamente praticam o “Fandango Caiçara”, mas há algumas décadas estão em situação delicada, vez que o território tradicionalmente habitado transformou-se num mosaico de unidades de conservação e casas de veraneio e a retirada da madeira para a fabricação dos instrumentos musicais dessa prática cultural registrada como “Patrimônio Cultural do Brasil” é considerada ilegal pela legislação ambiental.

A análise do registro do “Fandango Caiçara” identifica riscos de permanência desse bem como um patrimônio imaterial e que, a nosso ver, implica ampliar saberes, responsabilidades, agentes e instituições que possibilitem a eficácia do registro (ou mesmo de sua revalidação após dez anos) diante da proibição de uso da madeira para a elaboração dos instrumentos musicais e da ausência de reconhecimento do território como caiçara.

3.3.1.4 Livro dos Lugares: a “Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri”

Objeto do Processo n. 01450.0010743/2005-75 do IPHAN, a “Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri” foi registrada em 10 de agosto de 2006.

Informa o IPHAN (2017) que esse registro “corresponde a um lugar de referência fundamental para os povos indígenas que habitam a região banhada pelos rios Uaupés e Papuri, reunidos em dez comunidades, multiculturais na maioria [...]”⁶². Ainda:

Várias **pedras, lajes, ilhas e paranás** da Cachoeira simbolizam **episódios** de guerras, perseguições, mortes e alianças descritos nos mitos de origem e nas narrativas históricas destes povos. Locais onde ocorreram fatos marcantes relacionados à criação da humanidade e ao surgimento de suas respectivas etnias. Esses lugares remetem à criação das plantas, dos animais e de tudo o que seria necessário à vida no local e à sobrevivência dos descendentes dos primeiros ancestrais. No processo de Registro estão documentados 17 desses pontos de referência na Cachoeira de Iauaretê, testemunhos fundamentais da fixação desses grupos naquele território. (IPHAN, 2017, grifo nosso).

Segundo o IPHAN, “um lugar somente pode ser considerado como passível de registro [...] quando uma população lhe atribui importantes significados culturais vinculados à sua história, à sua mitologia e a sua própria identidade cultural.” (IPHAN, 2007, p. 90)⁶³. Considera esse órgão que as comunidades multiculturais do local têm a Cachoeira de Iauaretê como um lugar sagrado, onde está marcada a história de sua origem e fixação nessa região. Por essa razão foi incluída no rol de bens registrados como patrimônio imaterial.

Selecionamos, abaixo, algumas imagens que trazem detalhes fundamentais dos rios Uaupés e Papuri para essa prática cultural. Nessas imagens, aparecem bens produzidos pela natureza como os rios e pedras, que possuem uma simbologia especial para os habitantes da região.

⁶² Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/60>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

⁶³ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_iauarete_m.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

Figura 40 – “Pedra na Cachoeira – Lugar sagrado Tariano”

Fonte: (ANDRELLLO, Geraldo. IPHAN, sem data)⁶⁴

Figura 41 – “Lugar de Kakurí - Rio Uaupés (margem brasileira)”

Fonte: (OLIVEIRA, Ana Gita de. IPHAN, sem data)

⁶⁴ As imagens constam do banco de dados do IPHAN. Disponíveis em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>> e <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

Figura 42 – “Porto da Missão de Iauaretê – Rio Uaupés”

Fonte: (ANDRELLO, Geraldo. IPHAN, sem data)

Figura 43 – “Foz do Rio Papuri”

Fonte: (OLIVEIRA, Ana Gita de. IPHAN, sem data)

Na figura 44, abaixo, consta gravura em pedra importante para a mitologia das comunidades envolvidas com esse bem cultural imaterial.

Figura 44 – “Miniã ou Jurupari - Gravura em pedra - Rio Papuri”

Fonte: (ANDRELLO, Geraldo. IPHAN, 2005)

Talvez esse bem cultural imaterial seja um dos mais emblemáticos a respeito do que temos como hipótese nesta tese. Nele se vê, de forma explícita, a dicotomia natureza e cultura, principalmente, sob o ponto de vista do tratamento da questão pelos conselheiros do IPHAN, no momento de votação por seu registro.

Como não ver, nas imagens acima, os elementos naturais como a água e as pedras? E, uma vez sabendo que ali existe uma prática cultural rica em simbologia, como dissociá-la da materialidade do local? Há, no nosso modo de ver, uma intencionalidade dos autores que fizeram o registro fotográfico para o IPHAN ao destacarem os componentes naturais dessa prática cultural imaterial (Figuras 40 a 44) (JOLY, 2007).

Consta da ata de reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, realizada em 3 de agosto de 2006⁶⁵, que entre os conselheiros houve dúvidas acerca do melhor instrumento de proteção a ser aplicado, tendo sido sugerido que fosse realizado o

⁶⁵

Disponível em
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2006__01__49a_reunio_ordinria__03_de_agosto.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

tombamento da cachoeira em vez do registro da prática no Livro dos Lugares, isto porque, no entendimento do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, não se trata de uma cachoeira qualquer, mas de uma específica. Enfatizou, no início de sua fala, que “[...] **este é um caso típico para se ver certas inadequações de um dualismo de raiz cartesiana que separa o material e o imaterial. Porque é inseparável, o problema é justamente esse [...]**” (IPHAN, ATA DA 49ª REUNIÃO, 2006, p. 46, grifo nosso). Na opinião desse Conselheiro:

Então é essa cachoeira singular que conta, e não a categoria abstrata, imaterial de cachoeira, porque a categoria que conta para eles não é imaterial, o mito é imaterial mas a cachoeira não é imaterial. Esta cachoeira, portanto, que é uma realidade de paisagem geomorfológica, que é a coisa física, serviu justamente de matriz da cosmologia, das práticas nas quais estão esses valores, e não na cachoeira. Mas é indissociável neste caso, em outros não, mas neste caso indissociável aquela singularidade empírica da cachoeira. Portanto, acho que é caso de tombamento que superaria o registro, porque ele absorve o registro também. (IPHAN, ATA DA 49ª REUNIÃO, 2006, p. 47).

Outro conselheiro, Marcos Azambuja, mencionou sua preocupação quanto aos elementos naturais do bem cultural, mas afirmou ter dúvidas sobre o tombamento porque se tratava de um rio e, como tal, poderia haver a navegação ou o seu uso para outras finalidades, o que logo foi contestado pelo conselheiro Roque Laraia, que disse se tratar de terra indígena, na qual não seria permitido qualquer empreendimento, vez que a terra e os elementos naturais ali presentes seriam de uso exclusivo da população indígena (IPHAN, ATA DA 49ª REUNIÃO, 2006).

A favor também do tombamento, mas diante dos comentários dos demais conselheiros no sentido de aplicação do instrumento de registro e não do tombamento, o conselheiro Paulo Affonso Leme Machado sugeriu que, no título do bem, constasse algum tipo de ressalva, para que todos compreendessem que não se estava protegendo a cachoeira, mas sim as práticas lá ocorridas: “Não há proteção da cachoeira como tal, então está simplesmente valorizado o lugar como um local de culto.” (IPHAN, ATA DA 49ª REUNIÃO, p. 51).

A conselheira Maria Cecília Londres Fonseca opinou no sentido de que

[...] é evidente que o interesse não é propriamente o aspecto físico, mas o que ali ocorre. São as práticas, são todas as situações ligadas aquele

espaço físico, muito mais que o espaço físico em si, com as suas características e qualidades, sejam elas arquitetônicas, naturais etc. Agora, por outro lado, me parece, se houver um interesse de ao registro se acrescentar o tombamento, não há nenhum empecilho, pelo contrário. (IPHAN, ATA DA 49ª REUNIÃO, 2006, p. 44 e 45, grifo nosso).

Assim, o bem foi registrado como uma prática imaterial, que se passa na cachoeira, um lugar sagrado em que ocorre a narrativa mitológica descrita pelos indígenas. Nas palavras do presidente do IPHAN:

[...] o que está sendo proposto é o registro, o **reconhecimento do lugar do mito, e não do lugar como paisagem**, do lugar com uma configuração a partir de um perímetro, de uma delimitação. Essa discussão é fundamental por recolocar também os limites entre o Patrimônio Material e Imaterial, **na verdade são limites que se sobrepõem, se relacionam.** (IPHAN, ATA DA 49ª REUNIÃO, 2006, p. 53, grifo nosso).

Os comentários acima demonstram a percepção do simbólico, porém, esse simbólico sem a conjugação dos elementos, ou seja, a natureza sem a presença do ser humano, que é quem lhe atribui sentido.

No dossiê de registro do bem em questão foi registrada a dúvida acerca dos contornos do registro, instrumento ainda não aplicado ao Livro dos Lugares:

[...] E se o Decreto 3.551, ao abranger tal categoria, menciona praças, feiras ou mercados – “espaços aglutinadores de práticas culturais tradicionais” – como lidar com uma cachoeira em cujas rochas os índios, ao mesmo tempo, montavam armadilhas de pesca e rememoravam o passado mítico? (IPHAN, 2007, p. 66).

Não foi aplicado o tombamento ao caso porque demandaria a abertura de um novo processo, mas é interessante observar os entendimentos do IPHAN no sentido de ser o tombamento um instrumento “mais robusto” que o registro. Então, a fragilidade do registro do bem é assumida? Como poderia ser garantida a prática sem que ficasse assegurada a permanência dos praticantes no local onde aquela se realiza?

Algumas das inquietações dos conselheiros mencionadas acima foram trazidas à tona após a concessão do registro, ocasião em que a Aeronáutica tentou implodir pedras que compunham o lugar onde se dava a narrativa mítica da comunidade tradicional indígena, para a ampliação de uma pista de pouso na região:

[...] Planejava-se a implosão por dinamites da Serra do Bem-Te-Vi, um grande afloramento rochoso situado fora da área delimitada para a Aeronáutica, e que seria transformado em pedra britada para o aumento planejado da pista de pouso. **O problema é que essa serra é, do ponto de vista indígena, a morada espiritual do ancestral dos principais clãs tariano, Kamewa Perisi [...]** (IPHAN, 2007, p. 100, grifo nosso).

Se o local era terra indígena, que goza de proteção constitucional acerca do território e dos elementos naturais, como mencionou um dos conselheiros, a questão não deveria nem ser levantada, vez que, de pronto, a Aeronáutica não deveria nem considerá-la possível.

Pois o IPHAN foi chamado a intervir, por solicitação dos detentores e produtores do bem recém registrado, no sentido, inclusive, de ampliar a área anteriormente delimitada quando do registro.

Como retratado no dossiê, “o problema é que o registro [...] não possui um status legal equivalente ao de um tombamento, e não abarca todos os lugares sagrados tariano.” (IPHAN, 2007, p. 101). Dessa forma, “a defesa de sua integridade passaria, assim, pelo fato de que se trata de um lugar de relevância cultural situado no interior de uma área indígena homologada por decreto presidencial.” (IPHAN, 2007, p. 101).

A questão foi resolvida politicamente com o cancelamento das obras de ampliação da pista de pouso.

Na afirmação de Guanais e Queiroz (2016, p. 167, grifo nosso) estão algumas de nossos próprios questionamentos quanto à finalidade dos instrumentos protetivos: “não há dúvida de que o Registro e nem o Tombamento irão solucionar definitivamente problemáticas vivenciadas pelas comunidades, ao menos no que se refere a **ameaças que a materialidade dos lugares sofre constantemente [...]**”.

Para a solução do caso acima exposto, conforme relata o referido autor,

[...] houve um entendimento baseado em políticas públicas que estavam entrando em possível choque e o Registro serviu para legitimar a ação do IPHAN no sentido de **recorrer a outra esfera de poder e buscar uma revisão de posturas administrativas que causariam danos irreparáveis** à comunidade indígena de Iauretê e, por consequência, ao patrimônio

cultural imaterial do Brasil. (GUANAIS E QUEIROZ, 2016, p. 181, grifo nosso).

As tensões que envolvem a proteção do imaterial reapareceram em outra ocasião, quando se examinou a registrabilidade da Feira de Caruaru, também no Livro dos Lugares. Expressou-se o então presidente do IPHAN no seguinte sentido:

Acho que tem sido recorrente essas tensões, essas questões conceituais, entre os limites do patrimônio imaterial e material, quando se trata principalmente do Livro dos Lugares. **Ainda que sob o ponto de vista de registro isso seja apenas uma inscrição, existe o pressuposto de um plano de salvaguarda, de uma ação sobre o suporte desse registro;** e haverá sempre uma tensão. Acho que esse é um processo de amadurecimento que se consolidará aqui **até um ponto onde realmente não exista mais essa distinção.** [...] (IPHAN, ATA DA 51ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, 2006, p. 18, grifo nosso)⁶⁶.

Se o Livro chama-se “Livro dos Lugares”, como dissociar a prática cultural do espaço físico, do território apropriado pelos praticantes?

Soares (2009) lembra-nos, oportunamente, que, nas convenções internacionais das quais somos signatários e que valem para o ordenamento jurídico como leis ordinárias, consta expressamente que os espaços fazem parte do acervo patrimonial: “há uma percepção de que a destruição, mutilação ou desaparecimento da coisa ou espaço implica o perecimento do bem cultural e que **não é possível proteger memória e os valores coletivos sem uma adequada gestão dos seus suportes.**” (SOARES, 2009, p. 227, grifo nosso).

Nas medidas de salvaguarda constam a preocupação com as longas distâncias entre os envolvidos ao longo dos rios – demandando alto consumo de combustível –; a reconstrução da maloca “Tariano-Koivathe”, que já foi realizada e comemorada pelos integrantes; a devolução, pelo Museu do Índio de Manaus, de peças – adornos cerimoniais levados por missionários; e as atividades de revitalização para garantir a transmissão dos saberes (por meio de um processo de transcrição e tradução da mitologia tariano, de um inventário arqueológico participativo e de uma cartografia dos lugares míticos).

⁶⁶

Disponível

em

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2006__02__51a_reunio_ordinria__07_de_dezembro.pdf>. Acesso em 23 de fevereiro de 2017.

Salta aos olhos, no Livro dos Lugares, o papel preocupante do IPHAN com o território, o que, a nosso ver, é o motivo pelo qual existem apenas três bens registrados até o momento, pois isso requer considerar um assunto tão delicado como o solo e o seu uso. Na história das políticas públicas patrimoniais culturais há outros casos emblemáticos a respeito dessa questão, além dos já citados, como o tombamento do terreiro de candomblé “Casa Branca”, em Salvador, sem falar no ocorrido com o Pelourinho, também em Salvador, que resultou na expulsão da população pobre do local. Nesses casos, o fator econômico do valor do solo como mercadoria e sua destinação estavam bastante presentes.

Corroborando com a importância do território para a continuidade das práticas culturais, há o instrumento jurídico, na dimensão privada, da Indicação Geográfica, aplicada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal atrelada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

É considerada Indicação Geográfica a Indicação de Procedência ou a Denominação de Origem. Ambas estão atreladas ao local de produção, extração ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço, ou seja, têm total relação com uma parcela de território específica.

Esse instrumento já foi aplicado aos seguintes bens culturais imateriais: Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas (IG201001, IG201002), o Modo de Fazer Renda Irlandesa (IG201107), o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (IG 201003) e Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí (BR402012000004-7).

Mesmo com o Brasil signatário da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que trouxe menção abrangente ao que se poderia entender por patrimônio cultural imaterial (não só as práticas, representações e expressões em si, mas também os instrumentos, objetos, artefatos e **lugares culturais** que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural), parece-nos que as duas facetas constantes em todos os bens culturais – tangibilidade e intangibilidade – podem não ser levadas em consideração de forma conjunta, sendo

aplicadas separadamente da seguinte forma: diante de um bem cultural imaterial, considera-se a sua imaterialidade e, portanto, apenas os elementos intangíveis que o compõem, ignorando – o que significa deixar desprotegidos – os elementos tangíveis que também o compõem e são imprescindíveis para a sua manifestação.

E essa forma de ver é assimilada com naturalidade, é posta como dada, sem grandes reflexões acerca de suas bases, seja pelos integrantes do IPHAN, seja pela própria sociedade. E isto ocorre porque o próprio IPHAN tem uma forma de pensar construída e disseminada na Modernidade, que fragmenta o conhecimento e toma as partes pelo todo.

A maneira como o IPHAN atua com suas operativas diferenciadas para bens culturais materiais e imateriais reforça a separação natureza e cultura e, ainda que procuremos comparar sua atuação com a de outro órgão brasileiro – ou qualquer outro ocidental –, veremos que não há muita diferença, pois se trata de uma forma de ver o mundo. Essa forma de ver é, como já comentamos, fragmentada, categorizada, separada e, conseqüentemente, não aborda os aspectos naturais e culturais, materiais e imateriais, reais e simbólicos que lhes são inerentes.

Assim, parece-nos que houve ampliação dos instrumentos protetivo para o patrimônio ativado, mas se mantém a separação, como dito anteriormente, e essa condição não encontra eco nas ações dos produtores e detentores dos bens culturais acima comentados, que veem o patrimônio como algo sentido, afetivo, vivido em sua totalidade, no qual não existe separação entre natureza e cultura. Tal constatação faz-nos, novamente, questionar as implicações das dimensões do patrimônio (afetivo e institucionalizado) e indagar como é visto o patrimônio cultural por parte dos detentores e produtores de bens culturais imateriais.

Não realizamos um estudo específico com as pessoas que detêm e produzem esses bens, mas procuramos o entendimento de alguns autores a respeito da visão que teriam os detentores e produtores dos bens que analisamos.

Os quatro bens analisados acima ocorrem em comunidades tradicionais, suas detentoras e produtoras. Por comunidades tradicionais, orientamo-nos pelas

características apontadas por Antônio Carlos Diegues e Rinaldo S. V. Arruda (2000), quais sejam: a dependência e consequente aprofundado conhecimento da natureza e de seus ciclos, gerando um melhor aproveitamento dos recursos naturais; a noção de território onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente, restando bem definida a divisão do trabalho; a reduzida acumulação de capital, preocupando-se com a subsistência; a importância da unidade familiar e das relações de parentesco; a importância das simbologias, mitos e rituais (associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas); a utilização de tecnologia simples, com reduzido impacto sobre o meio ambiente; e o mínimo poder político.

Na visão dessas comunidades, segundo Diegues (2000, p. 30, grifo do autor), “[...] existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. [...] não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o ‘natural’ e o ‘social’ mas sim um *continuum* entre ambos.” Há uma relação entre os elementos, sejam eles vivos ou mortos, plantas, animais, humanos, espíritos (DIEGUES, 2000) e, ainda que essa característica esteja mais presente em comunidades indígenas, ela também aparece em outras comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, os caiçaras, vez que tiveram forte influência indígena.

Ainda, segundo Diegues (2006, p. 20), “é discutível [...] uma distinção rígida entre bens materiais e imateriais, principalmente no que toca à cultura caiçara e outras culturas tradicionais como a dos quilombolas, sertanejos, caboclos, entre outros.” Isso porque os “[...] chamados aspectos materiais da cultura caiçara [...] estão ligados a saberes e técnicas também patrimoniais do saber-fazer, e, portanto, imbuídos de aspectos não-materiais [...]”

Também a rechaçar essa maneira de como o Ocidente define determinadas categorias, Dominique Tilkin Gallois (2006b, p. 26) sugere um olhar (no caso em questão, direcionado aos grupos indígenas do Amapá e norte do Pará) que não submeta o objeto “[...] aos recortes com os quais estamos acostumados, característicos de nosso modo de vida, que separa as esferas da economia e da arte, a ciência da religião, e assim por diante”. Complementa a referida autora no sentido de que, para os indígenas, “[...] as festas não constituem apenas celebrações dos humanos, mas

momentos em que todas as categorias de seres se fazem presentes, compartilhando jeitos de dançar, de cantar, de comer e de beber.” (GALLOIS, 2006b, p. 27).

No mesmo sentido, argumenta Juliana Santilli (2005, p. 133) que a aplicação de sistemas jurídicos protetivos em casos envolvendo comunidades tradicionais deve basear-se “[...] na compreensão unitária e indissociável de ambiente e cultura, e de integração entre homem e a natureza.”

A sociocosmologia foi apontada por Viveiros de Castro (2002) como sendo característica dos ameríndios, estando natureza e cultura no mesmo âmbito. Inclusive tal forma de enxergar e conceber o mundo, que ignora a separação moderna que fazemos, é apontada como precursora da ecologia.

Percebemos, com os entendimentos acima, que, na prática, ao participarem dos processos de registro dos bens culturais imateriais, as comunidades muito provavelmente se viram diante de uma separação que elas próprias não fariam. Em outras palavras, o real e o simbólico, a natureza e a cultura são elementos que caminham juntos na concepção dessas comunidades, que compõem a mesma equação. A separação é uma forma de ver de sociedades fortemente influenciadas pelo mundo ocidental e as categorias criadas por ele no que se convencionou chamar Modernidade, na qual elementos são enquadrados como materiais e imateriais, como naturais e culturais, reais e simbólicos, como se esses aspectos não dependessem uns dos outros para existir.

A Modernidade e, como consequência, as instituições criadas a partir dessa forma particular de ver o mundo, trouxe e continua a perpetuar a separação entre o simbólico e o real, o que, no caso dos detentores e produtores de bens culturais imateriais, traz implicações relevantes, vez que veem suas práticas como algo integral, composto por material e imaterial, sem que haja mais importância de um ou de outro.

Reiteradamente vemos a repetição dessa dicotomia nas políticas públicas patrimoniais, o que resulta no descolamento da base material, com a qual o simbólico conta para existir. Nesse sentido, falar em prática cultural é também falar em bens produzidos pela natureza, e considerar que somos parte da natureza, que nossas

formas de ver e atribuir sentido ao mundo se expressam em território, e isso tudo é inerente ao patrimônio vivido, seja ele material ou imaterial.

Sobre o território ocupado por detentores e produtores de bens culturais imateriais, como já comentado nesta tese, também recaem outros interesses, atuam outras forças. Ao refletir sobre o turismo, Maria Tereza D. Paes Luchiari (2007) diz haver a atribuição, pelo mercado, de um novo valor aos bens, em particular, os naturais, tornados patrimônio, que pretende vender a sensação de paz, de autoconhecimento, de contato com o exótico, de desligamento do trabalho. É dada uma nova dinâmica ao território, por meio do turismo (LUCHIARI, 2007). Nas palavras dessa autora,

[...] a patrimonialização da natureza tem funcionado, contraditoriamente, como a catalisadora de interesses de apropriação e uso das paisagens naturais selecionadas como excepcionais e, por isso mesmo, atrativas para o olhar turístico. Nesse sentido, inúmeras populações tradicionais que sustentavam sua reprodução econômica e cultural a partir do meio natural em que viviam foram destituídas de seus territórios (LUCHIARI, 2007, p. 27).

O turismo não é o cerne de nossa tese e já foi tratado por diversos autores. Cabe-nos, no entanto, ponderar que a institucionalização do patrimônio pelo Estado (ou a ativação) ocorre, normalmente, sob a alegação do risco de desaparecimento ou perda, e/ou quando se busca a inserção do bem patrimonializado no roteiro turístico. Assim, não há como negar que o turismo seja força atuante, aprovada pela UNESCO, e que o IPHAN o tenha adotado, muitas vezes, como parceiro nas suas operativas.

No entendimento de Prats (2005, artigo on-line sem paginação, tradução livre), que levanta a questão da ativação patrimonial como discurso do Estado para legitimar suas operativas, o turismo e, conseqüentemente, o consumo do patrimônio cultural, é um “[...] medidor tanto da eficácia política, como da contribuição ao desenvolvimento ou consolidação do mercado lúdico-turístico-cultural.”

Essas colocações abrem margem às seguintes indagações: a quem se destinam exatamente as práticas protetivas do Estado? Será que o patrimônio instituído pelo Estado é o mesmo patrimônio experimentado pelas pessoas em seu dia a dia? Quando analisada a recepção que as baianas fizeram ao verem o seu modo de fazer o acarajé

ser ativado pelo Estado, institucionalizado, patrimonializado, para elas, a ativação é uma coisa e a prática, uma outra, que é feita independentemente da ação do Estado, vez que se trata de uma dádiva e contra-dádiva, seja lá o que for que técnicos ou especialistas digam a respeito (GONÇALVES, 2015).

Interessa-nos, portanto, o sujeito do patrimônio, pois vemos que há casos em que é o Estado quem surge com seu corpo técnico, especializado, e define que algo é patrimônio, tendo, inclusive, muitas vezes, como plano, alçar o bem como um atrativo para o destino turístico. A ativação do patrimônio não necessariamente condiz com o desejo do produtor ou detentor do bem cultural imaterial, que é dito destinatário do patrimônio, mas deseja, apenas, que sua prática cultural continue acontecendo.

Pondera Prats (2005, artigo on-line sem paginação, tradução livre), em suas indagações a respeito da finalidade da ativação patrimonial e da existência de necessidade de intervenção, que

[...] como cientistas sociais, devemos constatar também que de nenhuma maneira podemos identificar esta operação simbólica com a herança cultural da humanidade. Nossa herança, nosso verdadeiro patrimônio como espécie, está constituído pela acumulação da experiência cultural humana em toda sua profundidade e diversidade e é uma herança irrenunciável da que, por outro lado, estamos vivendo. No entanto, esta herança, por sua própria natureza, não se pode conservar, nem se pode conservar dela um conhecimento razoavelmente completo, nem sequer se podem estabelecer critérios preferenciais neste sentido que não atentem contra sua complexidade.

O sujeito parece ter outros contornos quando se fala em ativação, em institucionalização do patrimônio, mesmo que isso seja tratado no âmbito da ideia de empoderamento do sujeito, em decorrência dos ditames da Constituição Federal de 1988, como veremos, no capítulo seguinte.

Também no capítulo seguinte, traremos a dicotomia natureza e cultura, expressa na estrutura do IPHAN, enquanto gestor patrimonial cultural. Nosso fio condutor é a premissa de que a cultura, objeto de direito fundamental, permeia todas as dimensões da sociedade e deve estar presente nas estruturas estatais, compondo múltiplos órgãos e seus planejamentos, agendas e orçamentos.

4. NATUREZA E CULTURA NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Após termos visto as perspectivas de separação e aproximação de natureza e cultura, as origens do patrimônio, o seu tratamento legal, e a maneira como o IPHAN vem construindo as políticas públicas nesse campo, abordaremos, aqui, o que consideramos serem questões socioambientais relacionadas ao tratamento da natureza e cultura de forma separada na gestão do patrimônio cultural imaterial, assim como a delicada questão do sujeito patrimonial, que envolve a sua identidade e as operativas do Estado.

Nosso recorte recairá sobre o patrimônio cultural brasileiro do século XXI, no qual se busca a superação da Modernidade, vez que a crise ambiental demonstra cada dia mais que é imprescindível juntarmos natureza e cultura.

Nesse sentido, destacamos que nossa análise contempla o órgão federal responsável pela proteção do patrimônio cultural, o IPHAN, mas podemos afirmar que isso se passa na sociedade como um todo, de modo geral. Assim, nossos comentários se dirigem ao IPHAN, mas, na realidade, sabemos que se trata de uma maneira de ver o mundo que temos procurado, por meio desta tese, demonstrar que precisa ser transmutada em direção a um olhar mais holístico, sob pena de perdermos a possibilidade de uma proteção efetiva das práticas que estão em risco de desaparecimento.

Um caminho para iniciarmos a transmutação de nossa maneira de olhar o mundo pode ser por meio da reflexão acerca das dimensões do patrimônio, ou seja, de enxergar o patrimônio vivido, sentido, afetivo e o patrimônio ativado, institucionalizado. Problematicar a existência dessas dimensões pode nos levar a pensar de forma mais integradora, sem que separemos os elementos naturais e os culturais, materiais e imateriais, reais e simbólicos de uma prática que precisa de ambos.

4.1 A dicotomia no discurso

O Brasil optou por replicar a forma de ver o patrimônio cultural da França, modelo que primeiro levou em conta a materialidade para, depois, pensar a respeito da inclusão da imaterialidade. Natureza e cultura, nessa ótica, caminharam separadamente e, pelo que vimos dos bens culturais imateriais analisados nesta tese, continuam a caminhar.

A Constituição Federal de 1988 faz, no artigo 216, menção aos bens materiais e imateriais, ambos integrantes do “Patrimônio Cultural do Brasil”. Tratar as categorias natureza e cultura de forma separada traz questões socioambientais que podem comprometer a proteção integral da manifestação cultural, como nos pareceu ser o caso das práticas culturais que analisamos.

Tal forma de ver se expressa no sistema de livros do IPHAN, no qual natureza e cultura são considerados separadamente, como se não houvesse qualquer relação entre eles. Nesse sentido, “não há, hoje, vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma **falsa divisão, numa aparente unanimidade sobre o assunto.**” (CHUVA, 2011, p. 147, grifo nosso). E mais: “**a divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa [...] e implica uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos.**” (CHUVA, 2011, p. 162, grifo nosso).

Essa forma de ver se traduz, na prática, em números, que certamente afivelam a tomada de medidas:

As demandas são recentes e complexas, faltando maior empenho de muitos órgãos governamentais na busca por melhorias e soluções que favoreçam a continuidade das práticas culturais registradas. Enquanto o Estado continua a investir recursos de grande monta na política patrimonial material, destinando, no ano de 2014, por exemplo, em torno de 25 milhões de reais ao Departamento de Patrimônio Material do IPHAN [...], o DPI recebe em torno de 12 milhões, já incluindo recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC). (GUANAIS E QUEIROZ, 2016, p. 238).

A estrutura organizacional do IPHAN repete a separação entre natureza e

cultura. Quer tenha vindo da herança francesa, quer tenha sido mantida por concordância de pensamento, trata-se de um fato.

Questionamos Vasques⁶⁷ sobre como se dá, no IPHAN, o estabelecimento de relação entre o patrimônio material e o imaterial. Para ela,

a primeira coisa que a gente tem que pensar é que a política do imaterial é muito recente como política, não como prática porque a prática aqui realmente já tivemos várias experiências com o Pró-Memória, com o Projeto Interação, que tratava das questões mais ligadas à educação e patrimônio, mas não como uma política instituída. [...] mas então tudo que se trata de trabalho com comunidades, com grupos, com a sociedade, é bastante novo para o Iphan porque o grupo da Pró-Memória meio que se desfez nesse caminhar até o ano 2000, quando começou o trabalho aqui, que foi criado o Departamento de Patrimônio Imaterial em 2002. O pessoal que trabalhou no Pró-Memória já tinha saído, aposentado, mudado, então **foi tendo uma renovação de pessoas e a memória de algumas coisas ficou meio perdida**, mas ainda tinha várias pessoas que tinham vivenciado uma prática mais voltada para o comunitário, inclusive aqui dentro do Iphan existiam pessoas preocupadas com as pessoas, os moradores dos núcleos históricos, mesmo dentro do pedra e cal, existiam alguns projetos, algumas propostas, e alguma dinâmica nesse sentido, mas, **de modo geral, o trabalho com grupos e comunidades aqui dentro é meio complicado**, vamos dizer assim. **Tanto pela parte da formação dos técnicos, quanto pela parte da burocracia porque a burocracia não favorece nem um pouco esse tipo de articulação com grupos, comunidades e tudo o mais.** (grifo nosso).

Ainda a respeito do assunto, informou-nos Vasques⁶⁸:

Bom, quando se criou o Departamento de Patrimônio Imaterial resolveram dividir o material do imaterial, teve uma certa vantagem nesse momento que era você poder se dedicar ao novo, a um objeto que não tinha ainda uma consistência de prática, de procedimentos e tudo o mais, mas **teve a desvantagem de segmentar mais ainda o que é esse patrimônio cultural. Então patrimônio cultural ficou como o material num canto e o imaterial num outro e a gente tentando fazer algumas pontes, mas muito difícil, com muita dificuldade, muita mesmo.** O que se fazia era criar grupos interdepartamentais, mas os grupos também **não iam pra frente, os técnicos se envolviam, mas os dirigentes não estavam muito interessados, o negócio demorava muito ou então criava-se conflitos de todos os tipos.** Existem alguns grupos que tratam, por exemplo, o objeto de uma forma mais integrada, como foi um projeto relacionado ao Rio São Francisco. Eram temas amplos em que cabia o patrimônio arqueológico, material e imaterial, documentação, etc, mas essas coisas ficaram meio que pelo caminho. (grifo nosso).

⁶⁷ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

⁶⁸ *Ibidem*.

E sobre a maneira como as equipes internas do IPHAN trabalham, concluiu Vasques⁶⁹:

A gente não tem um produto interno, ainda, que se possa dizer que é um trabalho integrado dessas duas áreas, elas funcionam separadas mesmo. O patrimônio imaterial legislou sobre esse objeto e a partir do decreto e depois com as normas internas, de regulamentação de procedimentos, esse tipo de coisa, se distanciou bastante do que era a prática do material. Por exemplo, o material, no caso, o tombamento não pressupõe a articulação dos grupos, da coletividade, não é qualquer pessoa que pode pedir um tombamento, **o Iphan decide sobre o valor daquele bem sozinho, ele, com os conselheiros, enfim, com a comunidade bem estrita, não pressupõe nenhum tipo de envolvimento com a comunidade.** O patrimônio imaterial, ao contrário, ele só pode acontecer se houver o consentimento das comunidades, é uma forma mais antropológica de trabalho. É a visão antropológica mesmo, que foi de cultura. **Criaram-se instrumentos para trabalhar com o patrimônio imaterial bastante diferenciados e aí que a junção ficou mais difícil também. E ainda pior, o Departamento de Patrimônio Imaterial virou um departamento onde só existem antropólogos e historiadores, predominantemente.** Os poucos arquitetos que ficaram lá eram dos remanescentes mais antigos da casa, como eu, por exemplo, e tinha uns dois ou três a mais ali, mas foi sendo substituído porque todo concurso se pede profissionais da área de ciências sociais ou história, então isso também não é bom porque o patrimônio cultural tem que ser tratado de uma **maneira interdisciplinar** [...] (grifo nosso).

Já tínhamos visto a nítida separação no trato do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, nos instrumentos jurídicos existentes, ou seja, nas políticas públicas patrimoniais postas em prática. Por meio da entrevista tratada acima, percebemos que as operativas reforçam a separação existente no funcionamento interno do órgão, que divide a atuação de biólogos, geógrafos, historiadores, arquitetos e cientistas sociais. A preocupação parece não ser com a prática em si e com a tomada de medidas para a sua proteção, mas com a atribuição de competência estritamente relacionada ao que seria de um ou de outro departamento, sem o cuidado com o todo, sem o cuidado com o patrimônio vivido, afetivo, apenas destacando a quem competem as tratativas para institucionalizá-lo.

Ao ser solicitado a sintetizar como, em sua opinião, são vistas e abordadas as diferenças de tratamento de bens materiais e imateriais para a proteção, Delphim⁷⁰ afirmou que “nunca entendi a cisão entre a materialidade e a imaterialidade de um

⁶⁹ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

⁷⁰ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Entrevista enviada por escrito [12 de agosto, 2015]. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

bem cultural. Um bem dito material só é considerado como um patrimônio cultural quando reúne significados e valores imateriais.” Também disse que

os bens imateriais, aos quais a UNESCO chama de intangíveis, vinham sendo estudados pela Fundação Nacional pró-Memória até sua extinção. **Não era intenção dos antropólogos e outros intelectuais considerá-los de forma não integrada ao material. Com a extinção da pró-Memória, esses pioneiros foram separados ou não passaram a compor o quadro funcional do Iphan e o tema foi apropriado sem maiores reflexões por oportunistas que nele viram um novo filão para o patrimônio cultural.** (grifo nosso)⁷¹.

Da opinião acima transcrita, podemos presumir que, ao menos originalmente, se dependesse das pessoas que trabalhavam com o patrimônio cultural desde a criação dos órgãos atrelados ao tema, não haveria dicotomia. Sem a necessária reflexão a respeito das consequências da separação, o assunto seguiu sendo bifurcado em elementos material e imaterial, natureza e cultura, real e simbólico, sem considerá-los como um conjunto.

A forma de tratar o patrimônio cultural, separando-o em material e imaterial, aparece, na atuação do IPHAN, em posições antagônicas, como se fossem assuntos distintos, que não possuem qualquer conexão entre si. Inclusive, na estrutura organizacional do IPHAN, como será mencionado abaixo, as categorias são destinadas a diretorias e profissionais com formações específicas, que não dialogam entre si, nem em prol da proteção efetiva dos bens culturais:

Da mesma forma como o enfoque institucional dos dois conceitos não é de integração mas de dissociação, assim também a ordem e a prática institucional **atuam de forma completamente isolada e independente**. O setor de tombamentos do Iphan é afeito a uma diretoria e o de patrimônio imaterial a outra. Posso dizer que, enquanto ali trabalhei, **existiam dois Iphans autônomos, um de arquitetos, outro de antropólogos**. (grifo nosso)⁷².

Ainda sobre o funcionamento interno dos departamentos que cuidam da proteção de bens materiais e imateriais, Medeiros⁷³ confirmou o acima contando-nos

⁷¹ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Entrevista enviada por escrito [12 de agosto, 2015]. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ MEDEIROS, Mônica. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

que “a gente não costuma trabalhar junto”,

administrativamente, os ciclos são totalmente diferentes e quem trabalha no Departamento de Patrimônio Imaterial geralmente é cientista social, antropólogo, cujo tempo de trabalho é diferenciado porque você tem uma série de entrevistas, a condução do trabalho, o método, é totalmente diferenciado porque aqui no Patrimônio Material geralmente tem a formação de historiador, de arquiteto, de engenheiro e lá no Patrimônio Imaterial são cientistas sociais ou são historiadores com esse perfil mais de trabalho com entrevistas, com documento oral, como trabalhar com as fontes de fato. Então, **o trabalho é diferenciado, a dinâmica deles é toda diferente. Lá no Imaterial são as pessoas que requerem que alguma coisa seja patrimônio, então você só trabalha a partir da anuência; no nosso não, a gente pode identificar que alguma coisa tem valor e isso permite que o trabalho seja feito, aí se busca parceiros, vai conversar com a comunidade, vai ver os valores, mas a proposição pode nascer da gente ou pode ser também por um requerimento da sociedade que a gente vai atrás para ver se tem valor ou não.** O deles, necessariamente, o grupo tem que querer, tem que entender que é patrimônio, todas as reuniões são focadas nisso, eles têm que entender o que vão obter com aquilo, é voltada à política social, à construção de política pública social. Tem interlocução, eles que são os detentores do patrimônio são também quem gerenciam aquilo, protagonistas totalmente. O trabalho, o ciclo de trabalho desse outro departamento é diferenciado. [...] (grifo nosso).

A demonstrar o entendimento compartilhado, a separação científica entre os saberes, a fala de Medeiros⁷⁴, abaixo transcrita, confirma a maneira de ver do órgão responsável pela proteção dos bens culturais, que fragmenta, que separa natureza e cultura, atribuindo a profissionais com especializações distintas o trato de cada elemento:

No material [...] **a maneira como a gente aborda é diferente porque a formação científica é diferente.** Então o arquiteto, quando vai trabalhar, conversa com os gestores ou conversa com a população, mas no sentido meio que de **audiência pública. É diferente do tipo de entrevista que os outros fazem** a partir das perguntas com as próprias pessoas e que recolhem aqueles questionários e pegam todo material bruto e que vão, cientificamente, de acordo com o domínio que têm, interpretar aquilo para ver as relações de pertencimento, sentido de memória. [...]. (grifo nosso).

No caso de bens materiais, um episódio que teve bastante repercussão foi o tombamento do terreiro de candomblé “Casa Branca”, em Salvador, realizado em 1984, e que traz algumas questões importantes porque nos mostra que, também no plano da cultura material, o IPHAN enfrenta dificuldades de gestão em relação aos

⁷⁴ MEDEIROS, Mônica. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

anseios da sociedade, quando são conflitantes com os do próprio órgão.

O antropólogo Gilberto Velho (2006) foi o relator desse processo e disse que foram mobilizados diversos representantes da sociedade civil por não ser plenamente aceita a ideia de se tornar um bem desprovido dos valores estéticos e arquitetônicos dominantes no IPHAN, como a excepcionalidade e a monumentalidade. Lembra-nos Velho (2006, p. 237) de que naquela época “[...] o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado, basicamente, a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira.”

Não havia espaço para o sentimento, as emoções das pessoas em relação àquela localidade e tampouco para o aspecto social da questão.

A simbologia, a sacralidade, presentes no terreiro de candomblé “Casa Branca” há mais de cento e cinquenta anos, conforme relata Velho (2006), não eram vistas por muitos técnicos do IPHAN como justificativa para o seu tombamento. Como relator do processo, Velho (2006, p. 238) ponderou o seguinte:

Ao recomendar o tombamento, considerei fundamental chamar a atenção para o fato de que “o acompanhamento e a supervisão do SPHAN deve, mantendo seus elevados padrões, incorporar uma postura adequadamente flexível diante desse fenômeno religioso” e, ainda, que “o tombamento deve ser uma garantia para a continuidade da expressão cultural que tem em Casa Branca um espaço sagrado”.

No dia da reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, Velho (2006, p. 239) comentou que houve muitas dúvidas acerca do tombamento e até desprezo, e que lhe chamou a atenção o fato de que “[...] um número considerável de conselheiros não compareceu [...]”, além da presença de figuras ilustres como o Cardeal Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão. “[O] que estava em jogo era, de fato, a simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil. Tratava-se de decidir o que poderia ser valorizado e consagrado através da política de tombamento.” (VELHO, 2006, p. 240).

Para que se conseguisse o tombamento – a vitória foi apertada⁷⁵ –, foi

⁷⁵ Três votos a favor, um pelo adiamento, duas abstenções e um voto contra (VELHO, 2006).

fundamental a “[...] atuação de um verdadeiro movimento social com base em Salvador, reunindo artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas [...]”. (VELHO, 2006, p. 239).

Apesar de nossa tese não tratar de bens culturais materiais especificamente, as ponderações desse caso são importantes porque dizem respeito à cultura na materialidade, ou seja, à presença de elementos intangíveis na tangibilidade de um bem cultural material e nos mostra as dificuldades em se aceitar e reconhecer isso. Em outras palavras, o IPHAN tem dificuldade não só em lidar com a materialidade dos bens imateriais, mas também com a imaterialidade dos bens materiais. Velho (2006, p. 240) faz importante reflexão nesse sentido:

Quando conselheiros argumentavam que não se podia “tombar uma religião”, certamente entendiam que o tombamento de centenas de igrejas e monumentos católicos teria se dado apenas por razões artístico-arquitetônicas, o que não nos parecia correto. Assim, o tombamento de Casa Branca significava a afirmação de uma visão da sociedade brasileira como multiétnica, constituída e caracterizada pelo pluralismo sociocultural. [...]

Quando se trata de bens culturais imateriais, constatamos certo hábito em se tentar aplicar o espírito do tombamento, talvez por ser o instrumento jurídico protetivo mais antigo, talvez por não se ter pleno conhecimento de sua aplicação, de sua finalidade. Nesse sentido, Vasques⁷⁶ comentou a dificuldade que vimos no capítulo anterior em se registrar a “Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri” no Livro dos Lugares:

Quando foi para o conselho consultivo eles falaram “mas para que registrar esse negócio? Isso aí tomba”. Mas nem precisa tomba porque é uma área de proteção natural por ser um rio, então, já não precisaria fazer nada. Eles queriam tomba e não entendiam porque o lugar é o significado que é, o que é importante para aquele grupo ser reconhecido. E, ali, [...] a comunidade é 80% indígena, eles controlam, cuidam daquilo e é muito impressionante aquela ocorrência ali. Então, realmente, tinha de fazer aquele registro, é muito significativo. (grifo nosso).

A fala acima demonstra a dificuldade dos conselheiros do Conselho Consultivo do IPHAN em enxergar o simbólico, o imaterial, existente na prática

⁷⁶ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

cultural e ressaltar apenas os elementos naturais como a cachoeira, o rio, por exemplo, aplicando-se o instrumento que lhes era mais familiar. A separação está, assim, na própria maneira de ver o bem, que desconsidera seus elementos culturais, tão intrínsecos quanto os naturais.

No Capítulo 3, examinamos os bens imateriais registrados pelo IPHAN e verificamos uma forma de gestão bem marcante, que é a necessidade de sustentabilidade da manifestação cultural. Na prática, porém, não compete ao IPHAN conceder licenças ambientais para a extração, por exemplo, de madeira para a produção da “Viola-de-cocho” ou dos instrumentos musicais do “Fandango Caiçara”.

Comentou Vasques⁷⁷, acerca da salvaguarda promovida após a identificação e documentação do bem a ser registrado, o seguinte:

Quando acaba isso, se começa o processo na salvaguarda, o processo de articulação e discussão, detalhamento, priorização dessas questões e **vão surgindo outras. Vai se ampliando**. A ideia da salvaguarda é promover a sustentabilidade do grupo diante das suas questões para que ele mesmo possa avançar. Até uma certa época [...] tivemos a política do Ministério da Cultura para a **criação de pontos de cultura**. Transformados em pontos de cultura, se conseguiu um espaço referencial para o bem, as associações passaram a administrar e a cuidar e, a partir daí, também, as dinâmicas começaram a se ampliar, os parceiros também começaram a chegar. Os recursos vinham do Ministério da Cultura porque o Iphan não tem recursos para grandes voos nesse sentido. Aí **houve essa interrupção com as últimas mudanças de ministros no Ministério da Cultura que não quiseram tocar para frente** [...] (grifo nosso).

Internamente, verifica-se o tratamento separado de natureza e cultura, que coincide com o próprio tempo de existência do IPHAN, seja na proteção de bens materiais ou imateriais. Externamente, esse modelo separatista parece ser o mesmo, pois, “depois da criação das leis e órgãos voltados para a proteção do direito ambiental, a já existente segregação do patrimônio cultural com o patrimônio natural ficou mais evidente nas políticas nacionais.” (VASCONCELOS, 2012, p. 60).

Por conseguinte, compete às equipes técnicas, formadas por pessoas especializadas e pertencentes a ministérios distintos, lidar com cada um desses temas.

⁷⁷ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

Como já dito, ao Ministério da Cultura compete a gestão da cultura e ao IPHAN os bens culturais e as línguas, assim como ao Ministério do Meio Ambiente compete a gestão do meio ambiente e ao IBAMA a biodiversidade, os sistemas ecológicos, os fluxos, as espécies, e ao ICMBio as unidades de conservação.

Explicou-nos Medeiros⁷⁸ que:

No Iphan como um todo se trabalha com a natureza cultural. Mesmo a parte natural é vista pelo enfoque cultural porque a parte natural *per se* é tratada pelo ICMBio, Ministério do Meio Ambiente, que é a biodiversidade porque eles têm que entender de fluxos, de energia, de sistemas ecológicos. Não é a nossa alçada. A parte paisagística nossa é relacionada mais aos monumentos ou aos grupos sociais. Paisagem, no sentido do território usado, tem outros símbolos de apropriação simbólica, social e cultural relacionada ao patrimônio cultural. É isso que vem para a nossa equipe [...]

Ainda sobre a estruturação das áreas, informou-nos Medeiros⁷⁹:

A gente antecedeu o Ministério do Meio Ambiente. O Ministério da Cultura e o Iphan existiam antes de se ter Ministério da Cultura e antes, também, do Ministério do Meio Ambiente. [...] Na época, também, não existia o ICMBio e o IBAMA. Houve um tempo que se trabalhou muito com a dimensão da proteção do patrimônio natural nesse sentido ecológico, trabalhavam junto com biólogos, era no tempo da Fundação Pró-Memória. Se você olhar lá, na historicidade do Iphan, tinha alguns trabalhos articulados. A gente sempre trabalhou com trabalho articulado. Atualmente como é que chega? **Hoje, a gente está dividido, tem o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Cultura. A parte ambiental, até pela Unesco, também,** todos os órgãos trabalham assim, quando você tiver falando especificamente de biodiversidade, de espécies raras, espécies endêmicas, sistemas ecológicos, relação entre espécies, fluxos, troca de energia, esses assuntos mais relacionados à manutenção da natureza *per se* e aos ciclos de vida são mais relacionados ao Ministério do Meio Ambiente que vão para o ICMBio e o IBAMA tratar. Eles têm várias figuras de tratamento para isso que são mais ou menos equivalentes aos nossos do tombamento. Eles trabalham com o Snuc, Sistema Nacional das Unidades de Conservação, e fazendo parte desse sistema nacional tem uma série de tipos de proteção. Eles têm áreas de proteção ambiental, têm área de relevante interesse ecológico, têm área de proteção permanente, APP RPPN [...] (grifo nosso).

Assim como Delphim, Medeiros também retoma o tempo em que o patrimônio cultural era tratado pela Fundação Pró-Memória, tempo em que não havia a cisão entre departamentos, entre profissionais e suas especializações, entre natureza e

⁷⁸ MEDEIROS, Mônica. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

⁷⁹ *Ibidem*.

cultura.

Sobre a sobreposição de atividades por instituições distintas, no âmbito da cultura, e o quanto isso é negativo, pois resulta na perda de foco e nos resultados atingidos, Lia Calabre (2007, p. 102, grifo nosso) diz que: “[...] **Não existe um lugar que centralize essas informações permitindo ao governo um real conhecimento da atual situação**, subsídio indispensável para a elaboração de políticas.” Ademais, “[há] a necessidade de realizar algumas partilhas de tarefas entre os diversos níveis de governo, evitando duplicidades ou, ao contrário, omissão de ações [...]”.

Vasques⁸⁰, quando questionada sobre a tomada de ações em conjunto – do IPHAN com órgãos do Ministério do Meio Ambiente – respondeu-nos da seguinte forma: “Olha, em muitos casos, se consegue. É **um processo super lento e é bem difícil também**.” (grifo nosso).

A respeito da atuação do IPHAN e da atribuição de competência legal, aprofundaremos essa questão no item 4.3, abaixo. Cabe-nos, agora, ressaltar que o discurso oficial, imbuído de problemas decorrentes do tratamento, seja interno ou externo, das categorias natureza e cultura, traz outro ponto importante a ser mencionado, vez que tem relação direta com o objeto de nosso próximo item, que diz respeito ao sujeito do patrimônio, qual seja, à maneira de expressar suas operativas.

O IPHAN tem um corpo técnico de especialistas no campo do patrimônio, que utiliza todo um linguajar próprio. No Capítulo 2, vimos que há codificação nesse sistema fechado, no qual prevalece a atribuição de critérios e valores que não necessariamente condizem com a percepção da sociedade. Isso porque, como também já afirmado, há um processo de ativação patrimonial, por meio do qual o Estado institucionaliza o patrimônio, assim como há a afeição das pessoas, que têm emoções (positivas ou negativas) por determinados bens, estejam eles protegidos ou não pelas operativas do Estado.

Esse linguajar, apesar de poder ser compreendido pelos brasileiros, pois

⁸⁰ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

emprega a Língua Portuguesa, contém, nas entrelinhas dos seus enunciados, toda a dinâmica com que o instituto protetor do patrimônio cultural foi criado no Ocidente. Parece-nos que as origens do patrimônio cultural estão bastante presentes na atuação cotidiana do IPHAN.

Ademais, para que uma norma tenha legitimidade, sabemos que deve estar o mais próximo possível da realidade das pessoas, destinatárias dos enunciados legais.

Quando, em geral, um enunciado é formulado, aquele que o propõe pretende, em tese, que ao receptor de sua mensagem cheguem suas intenções, seus objetivos.

Há, dessa forma, uma expectativa de que o receptor assimile integralmente a mensagem entregue. No entanto, o receptor só pode compreender o enunciado “a partir de si próprio”. Hans-Georg Gadamer (2002, p. 75) analisa esse contexto e o chama de “círculo da compreensão”:

Quem procura compreender está sujeito a errar por causa das opiniões prévias, que não se confirmam nas coisas elas mesmas. Dessa forma, a constante tarefa do compreender consiste em elaborar projetos corretos, adequados às coisas, isto é, ousar hipóteses que só devem ser confirmadas “nas coisas elas mesmas.” Aqui não há outra “objetividade” além da elaboração da opinião prévia a ser confirmada. Faz sentido afirmar que o intérprete não vai diretamente ao “texto”, a partir da opinião prévia pronta e instalada nele. Ao contrário, põe à prova, de maneira expressa, a opinião prévia instalada nele a fim de comprovar sua legitimidade, o que significa, sua origem e sua validade.

Na linguagem, compreensão e interpretação, portanto, estão presentes quando um enunciado chega ao receptor e esse acessará seu contexto histórico e social ao assimilar o que o locutor lhe dirige. Apesar de procurar aceitar a alteridade contida no locutor, o receptor, indubitavelmente, projeta e reprojeta constantemente sua perspectiva no enunciado formulado. Isto acontece também, como vimos, na análise de imagens.

É claro que seria necessário um estudo específico sobre a recepção dos enunciados formulados pelo Estado pelos detentores e produtores de práticas culturais, o que não é o objetivo desta tese. No entanto, cabe-nos levantar a questão porque nos parece que o registro concedido pelo IPHAN contém em parte o que é

prometido, que é a proteção integral da prática cultural, vivenciada pelo grupo ou comunidade, uma vez que a dicotomia natureza e cultura está bastante presente na maneira de atuar do órgão, ainda que haja instrumentos jurídicos que podem permitir outro olhar.

Para Óscar Correias (1995, p. 29), “para que qualquer conteúdo de consciência seja transmitido [...] é necessário que se formalize em um sistema de signos, sistemas cujo princípio de inteligibilidade é conhecido previamente por outro”. Ainda, conforme Correias (1995, p. 79), “para que um discurso seja direito é necessário que outro discurso assim o reconheça. Em realidade, o que faz que um discurso seja direito é outro discurso.”

Prossegue esse autor, “[...] a norma, que apenas pode estar dirigida a outro, requer que o outro a reconheça como norma. Para isto, por sua vez, é necessário que o receptor aceite que o indivíduo que a produziu é um funcionário [...]” (CORREAS, 1995, p. 85). E continua: “[...] se o direito é um discurso prescritivo, não legitima nada até que o mesmo seja reconhecido. A legitimação consiste no reconhecimento.” (CORREAS, 1995, p. 88).

No processo de registro, está-se diante de integrantes da Administração Pública Federal ou de seus contratados. O discurso é aceito, pois ocorre entre pessoas legitimadas a falar em nome do Estado. Por isso mesmo, não há como deixar de pensar em alguns processos de registro, nos quais se estava diante de comunidades ou povos indígenas, por exemplo. A complexidade – parece-nos –, ganha outra dimensão, pois certamente muito se perdeu na comunicação estabelecida, vez que os especialistas entraram em contato com os detentores e produtores dos bens culturais utilizando-se de conceitos e termos bastante específicos para quem atua na área do patrimônio institucionalizado.

Fora a questão da linguagem, no que tange ao acesso, à divulgação dos processos e procedimentos adotados pelo IPHAN, também é importante ressaltar que o local onde as informações são depositadas para a consulta, o endereço eletrônico do instituto não é de fácil navegação. Navegar por ele, obter informações e encontrar documentos é uma tarefa bastante complicada e demorada.

Muitos dados, imagens e documentos, que seriam importantes estar disponibilizados para que cidadãos, produtores e detentores, pesquisadores e agentes culturais pudessem ter conhecimento do andamento e do entendimento do órgão, são encontrados em parte, ou não estão disponíveis, como é o caso dos pedidos de registro negados, do andamento dos pedidos de registro, por exemplo.

Já mencionamos os eixos de atuação do IPHAN, no que diz respeito aos planos de salvaguarda. Informações a respeito do estágio do plano e de quais medidas foram ou serão tomadas em cada processo também não constam do site do IPHAN, não sendo possível acompanhar o desenvolvimento dos casos. Conversamos com o atual Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial, que confirmou essa informação e nos possibilitou entrar em contato com a pessoa responsável pelo setor de salvaguarda no IPHAN, por telefone (informação pessoal)⁸¹.

A corroborar com esse entendimento, Jurema Machado, que presidiu o IPHAN, chamou a atenção para a falta de acesso aos dados, no início de seu mandato:

[...] Sob a perspectiva de maior compartilhamento, vejo a questão da extroversão do conhecimento e da informação que o IPHAN gerou, gera e gerará. Ou seja, da **exteriorização dos acervos documentais, desse conhecimento, mantido cuidadosamente, mas com muito poucas possibilidades de acesso**. [...] (IPHAN, ATA DA 71ª REUNIÃO, 2012, p. 3 e 4, grifo nosso)⁸².

Ademais, o que é efetivamente estruturado após o dossiê em termos de planos ou ações de salvaguarda também não consta do site. Esclareceu-nos Vasques⁸³ que

tem a parte da transmissão dos saberes e tudo, tem, enfim, são vários eixos e essas ações já foram um produto do trabalho, não foram a priori. Esses grupos surgiram da própria prática. Eles se agrupam naturalmente e todas essas propostas conseguem encaixar ali e não é um negócio fechado, mas é uma diretriz e tem um monitoramento e acompanhamento porque toda salvaguarda tem que ser acompanhada, tem muitas reuniões, muitas discussões e tudo isso é acompanhado até porque como ele não tem fim, é um processo contínuo. **Essa documentação acaba que fica aqui; termina, se publica o dossiê. Pronto. E a salvaguarda é contínua. Realmente tem**

⁸¹ Mensagem recebida por danielmtcoelho@gmail.com em 1o de fevereiro de 2017.

⁸² Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/20120371Reuniao_Ordinaria__29_de_novembro.pdf. Acesso em 23 de fevereiro de 2017.

⁸³ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

que se pensar em uma forma de começar a dar visibilidade, dar divulgação, divulgar o trabalho [...] (grifo nosso).

Na mesma entrevista, tomamos ciência de que o IPHAN estava sendo reestruturado. Conforme nos informou Vasques⁸⁴, quando perguntada sobre o que teria acontecido ao endereço eletrônico do IPHAN:

É porque deu problema [no sistema] e estão mudando o site do Iphan [...] ninguém mais sabe onde é que está nada [...] ficou ruim, piorou, porque já era péssimo, mas ficou muito ruim. Não sei como é que vai ficar isso, mas vocês podem pedir pela universidade um conjunto de dossiês com os vídeos para o pessoal daqui do DPI [...]

De toda forma, os registros foram concedidos porque faziam parte de um ideário aceito pelo Estado. A questão é saber se, do outro lado, o que foi imaginado como proteção foi cumprido em sua totalidade. Sendo assim, fica bastante presente a importância da discussão acerca da dicotomia natureza e cultura, pois seus reflexos aparecem por meio da aplicação das políticas públicas patrimoniais culturais imateriais. O modo como tratamos o valor ou a referência cultural diz muito sobre como lidamos com as emoções que embasam a atuação, tanto do poder público, quanto dos grupos ou pessoas formadoras da sociedade.

É fato que lidar com o patrimônio em termos de unanimidade mostra-se, no mínimo, difícil. No entanto, há que se questionar a respeito do descompasso entre o discurso institucional e a prática, pois, apesar de se afirmar a democratização no trato do patrimônio cultural – pelo fato de haver um pleito ou mobilização de determinado grupo em prol de um bem específico –, pode ser que ele não se torne objeto de registro, por razões que competem ao IPHAN e que nem sempre são assimiladas pela sociedade. Também pode ocorrer de um bem ser protegido sem que a sua ativação seja realmente desejada pelo grupo.

Se, por um lado, isso ocorre, por outro, há também casos em que pedidos encaminhados em nome de comunidades são negados pelo IPHAN. Se a proteção jurídica do patrimônio cultural tem, por determinação constitucional, como destinatária a sociedade, que é formada por grupos que detêm e produzem bens

⁸⁴ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

culturais imateriais, como ficam as emoções contidas nos processos cujos registros são negados⁸⁵? Está-se privilegiando a razão, por meio da adoção de critérios técnicos estabelecidos na lógica ocidental, em detrimento dos afetos, da simbologia representados pelo bem. Assim, o patrimônio sentido, vivido e considerado em risco não é, nesses casos, considerado digno de ser ativado institucionalmente.

Ser praticante de uma manifestação cultural e fazer com que essa prática seja reconhecida como valor ou referência cultural pode trazer noções imbricadas, na linha de Spinoza, à medida que ele “[...] não confere à mente qualquer supremacia sobre o corpo, é possível redirecionar a função da razão e o papel dos afetos na constituição do espaço político.” (GUIMARAENS, 2011, p. 63).

Se o poder de decisão a respeito de seus próprios anseios não está nas mãos do grupo que pleiteia o registro de um bem cultural imaterial, seria o seu empoderamento enquanto sujeito válido, pleno? Colocado de outra forma, aplicando o pensamento de Spinoza, se o sujeito não é capaz de decidir sobre seus afetos, estaríamos diante de uma redução em sua potência de existir e agir. Qual a finalidade de empoderarmos grupos se eles não detêm a decisão? Anuir sobre a abertura do processo do registro não nos parece suficiente para configurar atuação plena.

Além disso, em sendo sujeito de direitos culturais, mas tendo seu poder de decidir sobre seus afetos preenchido por “afecções passivas”, os grupos ou pessoas têm sua potência de existir e agir diminuída e, conseqüentemente, convivem com emoções de sofrimento.

Como os bens culturais imateriais são compostos de elementos intangíveis e tangíveis, como se efetua a potência do sujeito do patrimônio cultural imaterial, diante da prática do sistema jurídico protetivo que os separa? Trataremos desse sujeito no item abaixo.

⁸⁵ Solicitamos, por e-mail, ao atual Diretor do DPI algum arquivo contendo a lista dos pedidos negados, mas fomos informados de que não há a sistematização deste tipo de dado, tendo que ser consultados manualmente os processos que ficam em Brasília. (GUANAIS E QUEIROZ, informação pessoal. Mensagem recebida por danielmtcoelho@gmail.com em 8 de fevereiro de 2017).

4.2 O sujeito do patrimônio cultural imaterial

Vimos, no Capítulo 2, que houve uma construção do sujeito do patrimônio ativado. Inicialmente, o Estado considerava a nação como sujeito, destinatário de todas as medidas protetivas nesse campo, com vistas a assegurar a harmonia nos seus limites, uniformizar, por meio da educação, seus cidadãos, com a mesma língua, a mesma origem, a mesma cultura.

Vimos, assim, de uma concepção de nação enquanto sujeito do patrimônio, que se assentava em um imaginário de identidade única. Como coloca Hall (2006, p. 48, grifos do autor e nossos): “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas **são formadas e transformadas no interior da representação.**” E ele mesmo explica:

[...] a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; **elas participam da ideia da nação** tal como representada em sua cultura nacional. (HALL, 2006, p. 49, grifo do autor e grifo nosso).

O valor nacional atribuído ao patrimônio cultural como identidade de toda uma nação é, portanto, uma construção decorrente dos preceitos da Modernidade. Afinal, “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. **Uma cultura nacional é um discurso [...]**” (HALL, 2006, p. 50, grifo do autor e grifo nosso).

Isso sugere que o valor nacional conferido pelo discurso estatal como representativo de todo um país deva ser ponderado à luz de outros preceitos que propõem reflexões acerca da atribuição de valor, de sua legitimidade enquanto norma prescritiva de uma conduta na sociedade.

Há uma intenção no processo de construção e afirmação de identidade, que revela existir uma estrutura de poder. Nesse sentido, expressa-se Hall (2006, p. 59), “[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para

representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”.

Nenhuma nação é internamente homogênea mas “híbrido cultural” (HALL, 2006), inclusive, muitas decorrem de violentas guerras. Assim, a ideia de unicidade do povo é ilusória, imaginada, construída: “as identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar.” (HALL, 2006, p. 69, grifo do autor). Isto porque “a categoria de identidade não é, ela própria, problemática? **É possível, de algum modo, em tempos globais, ter-se um sentimento de identidade coerente e integral?**” (HALL, 2006, p. 84, grifo do autor).

Diz-se que o sujeito do patrimônio foi transferido da nação para os cidadãos, ou seja, inicialmente, era em nome da nação que se protegia o patrimônio, mas, com o empoderamento do sujeito por meio, por exemplo, de nossa Constituição Federal de 1988, tida como “constituição cidadã”, as pessoas, os grupos passaram a ter voz ativa e a poder exercer e exigir seus direitos com mais efetividade, além de serem chamados a proteger os bens que os cercam. Todavia, há que se problematizar essa ideia, pois, na prática, muitos autores questionam o fato de patrimônio e identidade caminharem juntos, pois há mais de um patrimônio (ou dimensões, como dissemos).

Há um patrimônio ativado e um patrimônio afetivo, como já tivemos a oportunidade de mencionar, que têm consequências distintas. Um patrimônio ativado é feito pelo Estado, sem que necessariamente haja a participação social, pois o IPHAN tem competência para isso. Assim, não significa que haja identidade nele, ou mesmo que a forma de considerar a identidade seja equivalente àquela que o grupo que detém o patrimônio considere.

A ativação e a ampliação do conceito de cultura, no século XX, acarretou o chamamento da sociedade, pela UNESCO, para sua preservação, juntamente com o Estado. A identidade, tida como vetor do patrimônio, mudou de nacional para coletiva (ZANIRATO, 2017). Assim, em nome da coletividade, dos grupos detentores e produtores de bens culturais imateriais, o Estado passou a ativar o patrimônio e a buscar proteção jurídica para que ele não desaparecesse.

Conforme levanta Peixoto (2004, p. 185),

Elementos da vida cotidiana, propositadamente concebidos para funcionarem como identificadores, não estão, muitas vezes, protegidos pela logística de conservação que define o espírito da indústria do património. Esses elementos são, no seu espírito, transitórios e só o risco do seu desaparecimento enquanto signos de uma identidade vivida e partilhada realça o seu estatuto patrimonial.

Há que se refletir sobre essas operativas, pois, quando aplicadas às políticas públicas, vez que há um arcabouço específico de normativas e uma linguagem articulada por especialistas de fora dos que convivem com o bem cultural, podemos considerar que o sentido daquele conteúdo é modificado. E, ao ser modificado, levanta muitas questões, sendo uma delas a de indagar se a institucionalização (patrimônio ativado) realmente traz pertencimento, identidade, assim como se há necessidade de incidência do Estado sobre ele.

Nesse sentido, questiona Zanirato (2017, p. 10): “[...] em que medida a ampliação dos sentidos e da participação social no processo são mais aspiracionais do que propriamente implementáveis?”

A identidade pode ser inata ou construída. Detentores e produtores podem praticar seu bem cultural imaterial pelo afeto independentemente de que ele seja patrimonializado. Podem, também, praticá-lo após a institucionalização, pelo Estado, do registro. Contudo, há que se ter em mente que o seu conteúdo não necessariamente se manterá idêntico em ambas as situações.

Por meio da coletividade, Gallois (2006a) levanta a questão da construção da identidade e toma por base a experiência com os índios Wajãpi, no Amapá, abordando os impactos que as políticas públicas de proteção cultural geraram nas comunidades indígenas como a transformação dos seus modos de produção, da reprodução dos seus saberes e das modalidades de intercâmbio. Na prática, verificou-se um processo de transformação dos índios Wajãpi, após terem, em 2002, submetido dossiê de suas expressões gráficas e orais ao IPHAN para registro como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

Na opinião de Gallois (2006a, p. 4), não se pode dissociar a produção de objetos culturais da produção de sujeitos sociais:

Temos práticas tradicionais configurando sujeitos novos, práticas novas fazendo re-emergir sujeitos tradicionais, enfim, uma intrincada rede de possibilidades, que não pode ser abordada, jamais, a partir de uma simples oposição entre o “tradicional” e o “novo”.

No mesmo sentido, prossegue Gallois (2006a, p. 3):

Dispomos no Brasil de uma miríade de casos muito diversificados, em que objetos novos são criados para a afirmação de sujeitos tradicionais ou velhos objetos resgatados para a afirmação de novos sujeitos. Novos ou velhos, pouco importa. Na contramão das críticas convencionais sobre os rumos dessas mudanças, percebidas apenas em termos de perdas ou homogeneização, gostaria de propor uma reflexão positiva a respeito das transformações vivenciadas por comunidades na Amazônia, quando se apropriam de instrumentos das políticas públicas de proteção de territórios, ou de registro de seus patrimônios. Nesses processos, elas não só criam novos objetos como constroem a si mesmas, enquanto sujeitos políticos e ativos agentes da mudança. Se os objetos culturais produzidos nesses contextos tendem a generalizar elementos culturais de antemão valorizados no e para o diálogo com tais políticas, diálogo estabelecido com agências estatais ou privadas, criando “coisas de índios”, ou de coletivos genéricos, os sentidos que lhes são atribuídos continuarão necessariamente muito diversos, construídos e interpretados localmente, para “si”.

Como consequência desse processo de ativação, impor discursos identitários não é o mesmo que representar identidade, que é plural e mutável (ZANIRATO, 2017). Ademais, a “[...] identidade é um recurso metonímico de processos de patrimonialização”, no entendimento de Peixoto (2004, p. 185) e enquanto recurso retórico “[...] é mobilizad[o] para conferir uma significação que traduza uma relação objectiva com objectos ou práticas resgatados pelos processos de patrimonialização para preencher novos usos sociais.” (PEIXOTO, 2004, p. 185).

Na prática, quando falamos em tombamento, o interesse público é invocado para legitimar a limitação unilateral ao direito de propriedade do particular, pois este normalmente não deseja a aplicação desse instrumento e não tem qualquer poder de decisão a respeito. A própria sociedade, muitas vezes, é contra o ato de tombamento, mas o instrumento é, mesmo assim, aplicado em nome do interesse público. Assim, o destinatário das operativas parece ser o próprio Estado, que, por meio de seus técnicos, continua a escolher os bens que representam determinados estilos arquitetônicos, memorizam determinadas épocas ou feitos históricos, considerados relevantes.

Quando se fala em registro, o corpo, como dito por Meneses (2012), foi alçado a suporte sensorial na produção do patrimônio cultural. Há, portanto, o permitir dos detentores e produtores, pois é por meio de seu corpo que a prática cultural se manifesta, assim como é por meio de seu consentimento que o processo de registro é instaurado. Realidade muito distinta, portanto, da produzida pelo tombamento, mas nem por isso devemos deixar de problematizá-la, pois contém detalhes importantes.

Em teoria, o valor, no registro, aparece para ser expresso pelo grupo e não imposto pelo Estado. Há uma afetividade, uma relação concreta com determinada manifestação cultural, uma força atuante que, na maioria das vezes, inclusive, independe do registro, da ativação pelo Estado daquele bem como patrimônio.

O registro traz, assim, uma nova realidade a se considerar. Guanais e Queiroz (2016) informa-nos de que foi o indeferimento do pedido de tombamento da viola-de-cocho que motivou o IPHAN a pensar sobre os bens culturais imateriais e a forma mais adequada de protegê-los. Isto se deu no final dos anos 1990, talvez por consequência de toda carga nova trazida pela Constituição Federal de 1988 quanto à existência de práticas culturais que também são componentes do patrimônio cultural e da validação do pluralismo jurídico, com a possibilidade de participação da sociedade.

Ao se pensar num novo instrumento que pudesse dar conta da imaterialidade, em razão da experiência de décadas com o tombamento, segundo Guanais e Queiroz (2016, p. 77), havia “[...] o pânico de que o IPHAN [...] resolvesse ‘regular’ a produção e reprodução dos bens imateriais, determinando, por exemplo, que tal panela das Paneleiras só pode ter esta ou aquela forma porque assim foi registrado.”

Como já ressaltado anteriormente, sobre o bem tombado recai uma obrigação de fazer e de não fazer, havendo fiscalização, por parte do Estado, para verificar se o seu detentor está cumprindo com as exigências legais quanto à preservação do bem material.

Sobre o bem registrado, porém, não se pode afirmar o mesmo, pois não se intervém na prática em si – se ela está sendo executada exatamente com os mesmos elementos. Atua-se em outra esfera, “[...] por meio de formas de investimento nas

condições materiais, sociais e até culturais que possibilitem a continuidade dessa prática na forma que melhor atenda aos anseios da comunidade [...]” (GUANAIS E QUEIROZ, 2016, p. 77).

O tombamento parece ter uma característica bastante vertical, em que a decisão pode vir de cima para baixo e ser imposta ao indivíduo que, por exemplo, mora em uma casa que se enquadre nos critérios técnicos, quer ele queira ou não. Já o registro aponta, em teoria, para uma liberalidade maior, no sentido de que à comunidade, ao grupo, aos produtores e detentores de práticas culturais, é dado um poder distinto: decidir se quer ou não que o Estado atue (dando sua anuência formal para o início dos procedimentos), apesar, como já frisado, de não depender dele a decisão sobre a registrabilidade do pedido formulado. Até porque, ainda que se busque a anuência dos detentores e produtores do bem, estes podem não ser consultados na sua totalidade, ou ainda, não entender o que se diz, já que a fala é muitas vezes técnica.

A decisão decorre, não raramente, do desejo de integrantes do IPHAN, responsáveis por estudar os moldes desse instrumento de proteção. Conforme Guanais e Queiroz (2016), havia uma preocupação muito grande em se criar mais um ônus ao Estado, razão pela qual se discutia os contornos do registro sem que fosse um fardo ao Estado. Então, de forma bastante conveniente, o discurso adotado colocou as comunidades num papel (parcialmente) ativo, como se somente dependesse delas a obtenção de registro para práticas culturais, quando se sabe que algumas solicitações de proteção de determinados bens não são aprovadas pelo IPHAN, ao aplicar seus critérios de exame.

Conforme apontado no “Manual de Aplicação do INRC” (IPHAN, 2000, p. 15, grifo nosso),

[...] se consideramos a atividade de identificar referências e proteger bens culturais não apenas um saber, mas também como um poder, cabe perguntar: **quem teria legitimidade para decidir quais são as referências mais significativas e o que deve ser preservado, sobretudo quando estão em jogo diferentes versões da identidade de um mesmo grupo?**

O Estado tradicionalmente delega aos intelectuais essa função. São eles os encarregados de criar museus, arquivos, tomba bens, etc. Esses espaços

– e os bens neles preservados – tornaram-se assim públicos, mas **cabe perguntar quanto públicos na realidade são.**

Além de se indagar sobre a quem realmente cabe a escolha dos bens culturais patrimonializáveis, problematizando o real sujeito do patrimônio, também se deve verificar que, na prática, o acesso aos bens não se dá de forma igualitária. O que é eleito como “Patrimônio Cultural do Brasil” é acessível de forma diversa, pela sociedade.

Como demonstração da tentativa do Estado de democratizar as relações no campo do patrimônio, podemos citar a criação de museus, que permitem que todas as camadas sociais tenham acesso a eles. Há, assim, uma aparente igualdade entre os que usufruem da cultura (SCIFONI, informação verbal, 2014).

A reprodução da cultura diz respeito ao seu ponto de partida que é a própria sociedade. O patrimônio cultural ocorre no seio da sociedade e retrata as diferenças existentes entre as pessoas e grupos, nas relações sociais (SCIFONI, informação verbal, 2014). Pode-se imaginar uma homogeneidade? A referência cultural é um conceito que representa todos que compõem a sociedade?

A forma de organização da sociedade deveria, assim, ser repetida no modelo de construção do ideário de proteção do patrimônio cultural, mas, como se ele tem por base a lógica ocidental europeia, instrumentalizada por técnicos responsáveis pelas medidas protetivas que possuem legitimidade para falar em nome da coletividade, mesmo que não haja concordância de interesses?

Mas, voltemos aos produtores e detentores. Partindo da premissa de que “[...] nosso conhecimento consiste, em primeiro lugar, em habilidades, e [...] todo ser humano é um centro de percepções e agência em um campo de prática” (INGOLD, 2010, p. 7), mencionamos o entendimento de Londres (2000) quanto aos grupos formadores da sociedade brasileira, produtores e detentores de bens culturais: mais do que informantes, são intérpretes. Mas intérpretes do que? De si próprios? Do desejo de quem?

É necessário, no campo do patrimônio, que o olhar vá além do agente estatal e recaia sobre esses atores, especialmente após a Constituição Federal de 1988, considerada como cidadã por assegurar o exercício mais amplo da cidadania (NIGRO, 2003⁸⁶) e também por garantir o respeito ao pluralismo jurídico, ou seja, a possibilidade de existência de diversas normas, sendo garantido o direito costumeiro, as regras internas de grupos ou povos.

O assunto passou a compor a agenda de diversos movimentos sociais a partir dos anos 1980, transformando-se em instrumento de luta política (GONÇALVES, 2015). O próprio instrumento de registro aparece em muitos processos como importante para embasar, justificar ou ser o ponto de partida para outras demandas políticas dos grupos.

No contexto legislativo atual, “[...] a participação das comunidades culturais tornou-se um componente indispensável, tanto para orientar o sentido da legislação cultural, como para garantir sua legitimidade, adesão e cumprimento.” (BOLÁN, 2006, p. 117, tradução nossa). Nesse sentido, a Conferência de Estocolmo já havia definido como um dos objetivos “conseguir a participação direta dos cidadãos e das comunidades locais nos programas de conservação do patrimônio e estabelecer uma lista das melhores práticas para as políticas de patrimônio.” (BOLÁN, 2006, p. 165, tradução nossa).

Conforme colocam Peres et al. (2013, p. 23), “[...] a interpretação da CF/88 mostra como a mesma traz à tona o princípio da participação” e assegura os instrumentos jurídicos de democracia participativa⁸⁷. Em outras palavras, a sociedade civil passou a contar com aparato legal para participar das políticas públicas também no campo cultural patrimonial.

A respeito do protagonismo, como sujeito político do patrimônio e da imprescindibilidade de sua aceitação quanto aos bens a serem protegidos pelos

⁸⁶ Mesmo que tenhamos feito, nesta tese, o recorte no âmbito federal, o artigo desta autora, destinado a analisar as mobilizações sociais em favor do tombamento na cidade de São Paulo, é citado por considerarmos cabíveis os seus comentários a respeito do campo de preservação do patrimônio em sentido amplo.

⁸⁷ Exemplos citados pelos autores como mais comuns: plebiscitos, referendos, conselhos de política, orçamento participativo, audiências públicas e plano diretor municipal (PERES et al., 2013).

aparatos legais do patrimônio, “o desafio consiste [...] em saber quem, na comunidade, decide o que deve ser protegido e como legitimar as escolhas adotadas.” (POULOT, 2009, p. 230). Vê-se, portanto, que estamos longe de um ponto simples, de fácil resolução.

“O processo de democratização do patrimônio advém do **distanciamento muito grande envolvendo as instituições de preservação e os sujeitos sociais** para os quais, teoricamente, suas atividades deveriam ser dirigidas: os habitantes.” (NIGRO, 2003, p. 167, grifo nosso). E de tal acontecimento, no discurso oficial estatal, prega-se a ampliação tipológica (bens diversificados), cronológica (bens de períodos históricos variados) e geográfica (bens além de edifícios isolados) nas operativas acerca da proteção do patrimônio ativado para tentar democratizá-lo (NIGRO, 2003).

Apesar dos esforços, a sociedade civil ainda tem atuação limitada no patrimônio ativado, vez que **a escolha de quais bens serão protegidos é dos órgãos estatais** (NIGRO, 2003, grifo nosso). E essa realidade pode ou não clamar por mudanças porque a sociedade construiu laços afetivos com os bens culturais e apodera-se deles por meio de expressões como “eu gosto” (NIGRO, 2003), além de se referir a eles com pronomes como “minha/meu”, “nossa/nosso”, o que demonstra a vontade de deixar de ser apenas receptora das decisões estatais para passar a ser ao menos co-autora de sua realidade.

Desde a sua criação, o IPHAN lançou-se a tombar bens móveis e imóveis que considerava caracterizadores da cultura nacional, de acordo com critérios criados por ele próprio, sem qualquer interferência da sociedade civil (COELHO, O., 2013):

Não existe uma política nacional implantada no Brasil que estabeleça uma relação mais estreita entre os bens que serão tombados e os grupos sociais dos quais participam. **Isso tem gerado uma dicotomia entre o que o poder público decide preservar – tombar – e as próprias comunidades que vivenciam esses bens.** (COELHO, O., 2013, p. 56, grifo nosso).

Acerca da escolha dos bens imateriais a serem tutelados, Guanais e Queiroz (2016, p. 116, grifo nosso) entende que

o Registro reconhece oficialmente perante a Nação o valor cultural de determinadas práticas, mas não é toda e qualquer prática, **e sim aquela que os detentores apontam que deve ser protegida, e não a que o IPHAN entende deva ser [...]**.

No entanto, pelo que entendemos de todos os procedimentos das normativas a respeito do registro, compete aos técnicos do IPHAN (estando aí incluídos o Conselho Consultivo do IPHAN e a Presidência), e não ao dito sujeito do patrimônio, decidir pelo registro ou não do bem proposto, com base em critérios como a referência cultural, verificando por meio de estudos de cunho antropológico o processo de continuidade do bem no tempo.

O Estado, por meio da Constituição Federal de 1988, admitiu que o valor nacional deveria ser ponderado diante do valor ou da referência cultural. Assim, a nação deixa de ser o sujeito político do patrimônio para, ao menos em tese, dar lugar aos grupos formadores da sociedade brasileira. Candau (2012, p. 160) destaca que o patrimônio “se transforma ‘numa maneira bastante sutil dos grupos novos dotarem-se de legitimidade e tornarem-se visíveis’.”

E, nesse processo, levar em conta efetivamente o que sente o grupo envolvido, é essencial porque

[...] a **identificação ou simpatia** da comunidade por determinado bem pode representar **uma prova do valor cultural bastante superior àquela obtida através de dezenas de laudos técnicos plenos de erudição, mas muitas vezes vazio de sensibilidade**. [...] (RODRIGUES *apud* SOARES, 2009, p. 46, grifo nosso).

Abriu-se espaço, no caso do registro, para que os referidos grupos mudassem de posição e passassem a atores, protagonistas, intérpretes, multiplicadores da cultura. No entanto, o seu empoderamento não garantiu que seus anseios, suas emoções, seus desejos fossem levados em consideração na aplicação desse instrumento jurídico, vez que, como vimos anteriormente, ainda está nas mãos dos técnicos do IPHAN, registrar ou não determinado bem cultural imaterial como “Patrimônio Cultural do Brasil”.

E, ainda que o bem seja registrado, refletindo um anseio do grupo, as medidas tomadas nos planos de salvaguarda não necessariamente garantem que a prática seja

continuada, o que significa, muitas vezes, conferir em parte direitos, pois há a dicotomia natureza e cultura, material e imaterial, real e simbólico, que deixa importantes questões socioambientais fora da equação.

É fácil compreender que nem todo bem possa ser registrado, afinal há a exigência constitucional de que o mesmo tenha referência à memória, identidade ou ação dos grupos formadores da sociedade brasileira. Porém, conforme aponta Soares (2009), a significação referencial constante no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 está presente no que seriam os valores de uso, de forma e de símbolo.

O valor de uso “[...] é aquele dado ao bem pelo que pode proporcionar na satisfação de uma necessidade concreta e contemporânea, seja ela individual ou coletiva.” (SOARES, 2009, p. 42). O valor de forma, por sua vez, diz respeito à excepcionalidade e à monumentalidade, critérios adotados na proteção de bens, principalmente materiais, mas que, diante da Constituição Federal de 1988, devem ceder espaço para que haja a “democratização por meio da estética”, que ocorreria por meio da “[...] valorização do cotidiano e com a possibilidade de maior participação dos vários setores da comunidade na escolha de bens [...]” (SOARES, 2009, p. 45), instrumentalizadas pelos critérios de continuidade histórica e referencialidade. Por último, o valor de símbolo estaria presente em objetos históricos, dotados de “[...] valor especial pela característica singular de participarem ao mesmo tempo do passado e do presente, servindo de nexos entre os momentos temporais” (SOARES, 2009, p. 46).

Respeitados os ditames constitucionais, a seleção de bens que podem ser chamados de “Patrimônio Cultural do Brasil” dá-se entre quatro contextos independentes, mas relacionados, na opinião de Soares (2009, p. 47), quais sejam:

- a) um contexto científico-profissional, marcado pela atividade acadêmica e de investigação; b) um contexto social, representado pela vida civil e pela atividade associativa; c) um contexto político-administrativo, marcado pelas administrações públicas federal, estadual e municipal, que atuam de acordo com a lei e executam as previsões estabelecidas; e d) um contexto econômico, marcado pelas relações econômicas que têm lugar na sociedade.

O exercício dos direitos culturais requer, “[...] além da garantia formal

(prevista no sistema de justiça e no aparato administrativo), de uma garantia real, que se revela pelo aparato jurídico-administrativo [...]” (SOARES, 2009, p. 107). É preciso que haja “[...] garantia do acesso e fruição aos bens materiais e imateriais necessários para viver, pela comunidade, e da sustentabilidade do bem, como bem de valor autônomo, que deve ser preservado para as futuras gerações.” (SOARES, 2009, p. 107).

Sobre os direitos culturais, como já vimos no item 3.1, acima, fruição, acesso, proteção e promoção devem ser possibilitados, enquanto direitos fundamentais, a qualquer cidadão, competindo ao Estado dar espaço à sociedade para o exercício desses direitos, inclusive o direito de não querer que o seu patrimônio seja ativado. A preservação de bens culturais, por meio do título de “Patrimônio Cultural do Brasil”, por sua vez, tem como base o valor de referência cultural dos grupos formadores da sociedade.

Com a referencialidade, “[...] a Constituição adota [...] um modelo teórico que prestigia a pluralidade dos grupos que integram a sociedade brasileira, resguardando sua diversidade cultural na eleição dos bens merecedores de tutela”, comenta Soares (2009, p. 113).

No entanto, parece haver uma série de entraves que dificultam o exercício pleno dos direitos culturais pelo sujeito do patrimônio, tais como: a separação várias vezes aqui referida entre real e simbólico, natural e cultural, material e imaterial; o fato de a linguagem ser hermética; haver pouca publicidade acerca dos passos dados na proteção do patrimônio cultural; a decisão ser tomada pelo órgão oficial e levar bastante em consideração critérios que não fazem tanto sentido para bens culturais imateriais; não serem registrados todos os pedidos dos grupos; e faltar interesse de todas as superintendências no trato com a imaterialidade de bens culturais, dando preferência ainda ao que seria de “pedra e cal” porque esses dão mais visibilidade aos feitos do órgão por sua concretude, literalmente.

Mesmo diante das dificuldades encontradas, os mais diversos grupos vêm se utilizando dos instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio cultural para reivindicar outros direitos, nos moldes do que ponderou Joan W. Scott (1998) acerca

do aprendizado das categorias. Nesse sentido, por exemplo, o argumento do direito cultural já foi utilizado para pleitear direito à moradia e permanência no centro histórico, como ocorreu em Salvador (URIARTE, 2012) e já foi comentado por nós nesta tese.

Porém, como sabemos, os grupos não nasceram sujeitos de direitos, tornaram-se sujeitos, ou, melhor, foram tornados sujeitos, assujeitaram-se. Trata-se, portanto, de outra construção social, assim como a separação entre natureza e cultura e a estruturação de modelos que culminaram com o que hoje temos: conhecimento, organização estatal, sistemas jurídicos protetivos que apartam natureza e cultura.

Os sujeitos vêm, assim, sendo empoderados ao longo das décadas, mas dentro da lógica da Modernidade, que vê o mundo setorizado, apartado, compartimentalizado. Natureza e cultura, corpo e mente, por exemplo, continuam a ser tratados separadamente, como herança do pensamento cartesiano que separa as partes e confere prevalência a algumas delas.

Uma das consequências desse tratamento é ignorar ou diminuir a importância dos afetos, das emoções que atuam no campo do patrimônio e tal postura está presente tanto na atuação de técnicos do Estado, quanto na maneira de ver da própria sociedade, apesar de muitas pessoas terem relações muito próximas, chamando os objetos e os lugares de “meus”.

Diversos estudos tratam da importância de se considerar as emoções nas relações sociais e, não deveria ser diferente, no campo do patrimônio. Conforme Michael Hardt (1996, p. 148), “[...] o poder de ser afetado é preenchido por afecções ativas e passivas” e “[...] quando [...] preenchido por afecções ativas, ele se relaciona diretamente com a potência de agir, mas quando é preenchido por afecções passivas, relaciona-se somente com a potência de sentir ou sofrer [...]”.

Citando Deleuze, Hardt (1996, p. 149, grifo do autor) coloca: “nosso poder de sofrer nada *afirma*, porque nada *expressa*: ele envolve somente nossa impotência. Que é dizer, *o grau mais baixo de nossa potência de agir*.”

Nesta altura, a questão que se coloca é a de como, então, tornar o sujeito do patrimônio afetado por mais “afecções ativas” do que passivas para que sua potência possa ser realizada? Ou, como potencializar a vivência do sujeito no patrimônio afetivo e não ativado?

Seguindo Spinoza, o indivíduo deve buscar a alegria dos bons encontros e, nesta busca, as afinidades são reveladas e uma noção comum é compartilhada⁸⁸. Assim, “a formação da noção comum constitui o primeiro passo de uma prática ética” e, por conseguinte, “noções comuns não são, primeiramente, uma forma especulativa de análise, mas um instrumento prático de constituição.” (HARDT, 1996, p. 154 e 155)⁸⁹.

Nessa filosofia, explica Guimaraens (2011, p. 136 e 137, grifo nosso) que

nem de longe o pensamento spinozano se parece com o hobbesiano quando se percorre o regime afetivo que constitui o estado civil. Enquanto o par esperança-medo se afirma no pensamento hobbesiano, em que o estado civil se sustenta no medo da morte violenta, na doutrina spinozana é a **alegria impessoal de cooperar**, o amor de comunidade, que impulsiona os seres humanos em direção ao estado civil e é também esse mesmo afeto que **estabiliza e conserva as relações sociais necessárias ao exercício comum dos direitos**.

O envolvimento da causa no encontro seria a maneira de colocar o discurso em prática e, “com o estabelecimento da perspectiva prática, Spinoza forneceu uma visão radicalmente nova da ontologia. O ser não pode mais ser considerado um arranjo ou uma ordem dada; aqui o ser é o conjunto de relações componíveis.” (HARDT, 1996, p. 157).

Na força dos encontros adequados traduz-se a concepção espinosista de multidão, que “[...] tem a capacidade de colocar a normatividade social como direito

⁸⁸ “O que existe em comum entre dois ou mais seres humanos constitui um afeto de alegria que permite aos mesmos agir conjuntamente e preservar os direitos de cada um que participe das mesmas ‘noções comuns’”, segundo Guimaraens (2011, p. 131 e 132).

⁸⁹ Para Hardt (1996, p. 157), “a noção comum é o conjunto de duas relações componíveis para criar uma relação nova e mais potente, um corpo novo e mais potente – esse conjunto, entretanto, não é meramente uma composição ao acaso mas uma constituição ontológica, porque o processo envolve a causa dentro do seu próprio novo corpo. [...] A característica essencial da constituição ontológica de Espinosa é a adequação, quer dizer, a expressão da cadeia causal do ser. A estratégia prática de formação das noções comuns, de agenciamentos ontológicos, tornou a investigação ontológica um projeto ético: tornar-se ativo, tornar-se alegre, tornar-se o ser.”

civil.” (HARDT, 1996, p. 170). E, segundo Hardt (1996, p. 170), “a democracia espinosista, o governo absoluto da multidão através da igualdade de seus membros constituintes, é fundada na ‘arte de organizar encontros’.”

Essa ideia está na Proposição 59, da Terceira Parte, na qual Spinoza (2014, p. 139) afirma que “entre todos os afetos que estão relacionados à mente à medida que ela age não há nenhum que não esteja relacionado à alegria ou ao desejo”. Nessa concepção, “organizar e selecionar os encontros que produzirão em nós afetos de alegria: essa é a orientação da razão, isso é ser racional.” (GUIMARAENS, 2011, p. 114).

Sobre o direito e sua aplicabilidade, comenta Guimaraens (2011, p. 124, grifo nosso) que, para Spinoza,

o ponto em que se apóia a legitimação da ordem jurídico-política é o conceito de potência. Na Parte IV da Ética se percebe que há uma relação intrínseca entre a potência e o direito, na medida em que “o direito de cada um se define por sua virtude ou potência”. **O direito, portanto, é aquilo que algo realiza. [...] não há qualquer menção, na definição de direito, à ideia de obrigação. Spinoza não necessita de um dever-ser para construir sua concepção sobre o direito.** [...] O direito é, assim, aquilo que se afirma, que se efetua e se concretiza. Todo direito é sempre pleno e atual. [...]

Spinoza (2014, p. 52) nomeia o sujeito político de multidão, adiantando seu pensamento na Definição 7, da Segunda Parte, a saber:

Por coisas singulares compreendo aquelas coisas que são finitas e que têm uma existência determinada. E se vários indivíduos contribuem para uma única ação, de maneira tal que sejam todos, em conjunto, a causa de um único efeito, considero-os todos, sob este aspecto, como uma única coisa singular.

Evidencia-se, nas considerações acima, que Spinoza entende que se trata de “[...] um conjunto de singularidades humanas que, reunidas sob um direito comum, constituem uma potência coletiva que supera incomensuravelmente as potências individuais e busca preservar as condições necessárias para a conservação [dessas].” (GUIMARAENS, 2011, p. 137).

E ao tratar do papel do Estado, segundo Guimaraens (2011, p. 146, grifo

nosso),

as organizações políticas, portanto, em sua origem, se constituem **a fim de garantir as condições necessárias para que os seres humanos possam ampliar sua potência de agir**, reforçando o seu próprio esforço em perseverar na existência. [...]

Quando Spinoza estabelece que o fim último do Estado é a garantia da liberdade, busca determinar que o Estado só existe porque é um instrumento a serviço da liberação coletiva e individual da potência de agir.

“Se tivermos por norte o conceito spinozano de potência, só é possível realizar aquilo que se realiza com eficácia.” (GUIMARAENS, 2011, p. 147). Isso porque “é importante perceber que no regime de coletivização afetiva reside a possibilidade de fundação de um espaço político. [...] (GUIMARAENS, 2011, p. 182 e 183). Isto fica mais claro no trecho abaixo, que traz o pensamento de Spinoza (2014, p. 118):

Nós nos esforçaremos, igualmente, por fazer tudo aquilo que imaginamos que os homens veem com alegria e, contrariamente, abominaremos fazer aquilo que imaginamos que os homens abominam.

Spinoza, contudo, não nega ser essencial a existência de instituições:

[...] É importante perceber que Spinoza não nega a possibilidade de que os conflitos permaneçam existindo após a fundação da Cidade. [...] Os esforços intelectuais de Spinoza se orientam pela explicitação da necessidade de aliar o processo de institucionalização política aos conflitos afetivos e vice-versa. A coletivização dos afetos se considera de extrema importância para a própria fundação das instituições, que, por sua vez, procuram intervir no processo de coletivização. (GUIMARAENS, 2011, p. 186).

O conceito de multidão, menciona Guimaraens (2011, p. 211 e 212), “carrega em seu âmago a noção da multiplicidade⁹⁰. Trata-se de uma reunião de seres humanos que não obedece a qualquer forma prévia [...]” (GUIMARAENS, 2011, p. 211 e 212).

“A multidão consiste no sujeito político de caráter coletivo que funda o estado civil e o direito” (GUIMARAENS, 2011, p. 218). Poderíamos pensar na multidão

⁹⁰ “Multidão não é o mesmo que nação, na medida em que o conceito de nação contém em si as noções de unidade e de identidade primordial e homogênea de um grupo de pessoas vinculadas por laços de tradição, linguísticos e/ou étnicos. [...] Já o conceito de povo não se aplica adequadamente à multidão em razão de o povo ser sempre povo de um Estado determinado. O povo só existe após o Estado conferir norma jurídica e política a um agregado de determinados indivíduos, qualificando-os como cidadãos.” (GUIMARAENS, 2011, p. 212).

como sujeito do patrimônio cultural? Acreditamos que sim, vez que as ideias de Spinoza trazem um embasamento interessante à medida que valorizam o encontro, as emoções, a potencialidade do ser humano, sua autonomia para decidir a respeito de seus afetos – o que tem total coadunância com o que preceitua o pluralismo jurídico pregado pela Constituição Federal de 1988 –, sem, contudo, negar a possibilidade de existência de uma organização estatal.

A diferença, parece-nos, é que essa estrutura estatal estaria destinada a fazer valer a potência do ser humano, o que, nos termos dos direitos vistos nesta tese, significaria possibilitar o exercício pleno dos direitos culturais, respeitada a vontade, os anseios, os desejos do sujeito do patrimônio, que é a multidão. A ativação patrimonial pode vir a ocorrer, mas deve ser fundada em outras bases que não os conceitos técnicos trazidos pelos especialistas do Estado. Todavia, se há proteção social, se há direito à prática cultural, à manutenção dessa prática respeitando o território e à relação holística dessa prática, aí incluído o reconhecimento da dinâmica cultural, não seria o caso de considerar redundante a ativação patrimonial? Segundo Zanirato (2017), sim.

O patrimônio cultural imaterial parece apontar para um destinatário que não se trata mesmo de uma pessoa, de um indivíduo isolado, mas de um encontro de corpos em decorrência da noção comum: “o que a multidão produz não são apenas bens ou serviços; a multidão produz também e sobretudo cooperação, comunicação, formas de vida e relações sociais.” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 424).

A aplicação dessa visão espinosista faz “cair por terra” a hierarquia entre mente e corpo, além de valorizar a potência de agir da multidão e tirar a necessidade de empoderamento dos indivíduos, vez que entende que os indivíduos estão reunidos, por meio dos encontros e em prol da noção comum, que confere à multidão o papel de sujeito político:

A produção da multidão projeta o comum numa espiral virtuosa expansiva. Essa crescente produção do comum de forma alguma nega a singularidade das subjetividades que constituem a multidão. O que se verifica, isto sim, é uma troca entre as singularidades e a multidão como um todo, afetando a ambas e tendendo a formar uma espécie de motor constituinte. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 437).

Aplicando as ideias de Spinoza ao patrimônio cultural imaterial, se a potência da multidão é sensível aos afetos⁹¹, imprescindível pensar a respeito da formulação de políticas públicas que levem em conta as emoções e promovam a potência dos indivíduos, seja por meio da efetiva continuidade das práticas culturais, seja pelo aumento da criatividade e troca entre os praticantes, e, também, pela garantia de acesso aos direitos culturais.

Como as emoções, os afetos, representados em pedidos de registro de bens culturais imateriais, nem sempre tornam-se efetivamente registros, ainda que assim o desejem os solicitantes, parece que a finalidade dos instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio cultural imaterial seria, apenas, a de enquadrar os indivíduos no que seria uma identidade nacional, seguindo no discurso oficial de construção de identidade do país. No entanto, muitos autores apontam que a identidade é múltipla.

Nesse sentido, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”, no entendimento de Michael Pollak (1989, p. 9).

No entanto, não se pode ignorar as experiências da coletividade e tratá-las como menos importantes do que o discurso construído como identificador do país, afinal, “as pessoas não experimentam suas próprias experiências apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos’, [...] ‘elas também experimentam sua experiência como sentimento’.” (SCOTT, 1998, p. 309).

Procuramos, assim, por meio do presente item, demonstrar que, na atuação do sujeito político do patrimônio cultural imaterial, pode não haver hierarquia entre as categorias corpo e mente, material e imaterial, natureza e cultura. Também sustentamos que os encontros e a noção de comum podem promover a potência desse sujeito sem que seja necessário empoderá-lo juridicamente, afinal, o empoderamento, por meio do instrumento jurídico do registro, talvez não tenha, na prática, eficácia

⁹¹ Spinoza (2014, p. 98) afirma que “por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções.”

plena, vez que depende de uma série de arranjos institucionais, de vontade política, da vontade, inclusive, dos próprios detentores e produtores do bem.

Não se está falando de nação, de povo, de Estado. No obra política de Spinoza baseia-se nos bons encontros que proporcionam alegria e estes podem ocorrer no campo do patrimônio cultural imaterial quando um determinado grupo entende haver afeto que mereça proteção por parte do Estado. Ou seja, o sujeito político enquanto multidão definiria as diretrizes a serem adotadas pelo Estado e não o contrário. Mas isso não seria o fim do patrimônio ativado? Novamente, segundo Zanirato (2017), sim.

Diante da vontade da multidão, potencializada pelo encontro, que seria nada mais do que um grupo coeso em termos de questões comuns, estariam justamente refletidas as emoções, o afeto, a simbologia, a referência cultural existente nas suas práticas culturais. Ou, nos termos usados por outros autores, no patrimônio afetivo.

Transmutaríamos, assim, a ideia de algo a ser protegido num plano macroinstitucional para a dimensão do cotidiano, do produto do “aqui e agora” no meio social. Como consequência da incorporação desse ideário espinosista, que, em essência, é uma força, a multidão geraria, por meio desse controle permanente e desburocratizado, um sistema legal mais condizente com os seus anseios, que nem sempre, como vimos, requerem o patrimônio ativado. Estaria, assim, respeitado o pluralismo jurídico.

Mais importante do que reconhecer direitos seria criar espaços reais, mecanismos diretos e ágeis de alteração do sistema, caso não esteja compatível com as emoções, os afetos da multidão.

4.3 O papel do IPHAN

A proteção de bens culturais imateriais não é simples, como vimos até agora nesta tese. Quando deixada para momento posterior ao registro, em nossa opinião, a

proteção não garante os direitos culturais plenamente, pois muitos desses bens dependem de elementos da natureza e da permanência destes para continuar existindo.

Assim como a intangibilidade, os elementos tangíveis presentes em bens culturais imateriais precisam estar plenamente protegidos pelas políticas públicas patrimoniais culturais para que tenhamos medidas eficazes por meio do registro, uma vez que não basta proteger somente a prática cultural sem, sobretudo, garantir o acesso ao espaço onde ela ocorre.

Também é imprescindível criar formas concretas de possibilitar o acesso e o uso legal dos elementos naturais pelos grupos ou pessoas produtoras e detentoras de bens culturais imateriais registrados, sob pena de se ter políticas públicas incompletas, que precisam sempre buscar alianças e acordos, deixando direitos constitucionais à mercê do momento e da vontade políticos.

Todas essas incertezas e inseguranças, que, em nossa maneira de ver, decorrem da dicotomia entre natureza e cultura, real e simbólico, material e imaterial, da estruturação separada entre os poderes (ministérios) e da forma com que as instituições não lidam de forma integrada e conjunta com o assunto, fazem-nos pensar na proposição de duas linhas de ação se se quer continuar com a ativação patrimonial de forma mais democrática: que o IPHAN efetivamente promova a articulação com outros ministérios antes da concessão do registro e/ou que dê um passo adiante, buscando a ampliação de sua própria competência para definir questões inerentes à continuidade da prática cultural.

Esses dois caminhos têm por base a pergunta: afinal, o que se espera com o registro? Guanais e Queiroz (2016, p. 34, grifo nosso) responde: “O que muitas comunidades almejam, em verdade, é que o Registro proteja os bens culturais **de forma mais plena** [...]”. E complementa: “Essencial que este instituto [o registro] seja inserido num contexto de recursos que são utilizados para **se alcançar uma proteção mais integral** do patrimônio cultural tutelado”. (GUANAIS E QUEIROZ, 2016, p. 38, grifo nosso).

A expectativa acima está, inclusive, prevista em lei ordinária, por meio da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, que determina, em seu artigo 11, alínea “a”, que o Estado deve “a) **adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial** presente em seu território; [...]” (BRASIL, 2006, grifo nosso).

O interessante é que isso é possível na estrutura existente hoje, pois o Conselho Consultivo do IPHAN é composto por representantes do Ministério da Educação, do Turismo, das Cidades, e também do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Associação Brasileira de Antropologia, do Instituto de Arquitetos do Brasil, do Instituto Brasileiro de Museus, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, e da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Ou seja, sentam à mesa de decisão final acerca do registro de bens culturais imateriais pessoas que integram outras esferas de poder que são atinentes ao patrimônio cultural, não havendo justificativa para a continuidade da prática atual em que natureza e cultura são vistas separadamente nesse campo de atuação. A não ser que não consideremos que a medida seja efetivamente protetiva.

Visto assim, indagamo-nos se, nesse momento, quando do encontro dos responsáveis por decidir acerca da registrabilidade de um bem cultural imaterial, não seria o caso de tratar das questões socioambientais, de forma a verificar o que é parte integrante do registro. Ainda que existam medidas jurídicas possíveis de serem tomadas posteriormente, em caso de dano ao patrimônio cultural, não seria o caso de se discutir ao menos algumas das fragilidades encontradas quando da realização do INRC ou mesmo das intenções de salvaguarda para embasar a proteção do bem?

Entendemos que sim. Para evitar o surgimento de questões socioambientais bastante evidentes quando dos primeiros contatos e conversas com os detentores e produtores dos bens culturais, o IPHAN deveria tratá-las antes de conceder o registro. Até porque, no “Referencial Estratégico” do IPHAN⁹², é dito que a sua “Missão” é “**promover e coordenar** o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o

⁹² Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2017. Artigo 2o. da Portaria 092/2012 do IPHAN.

desenvolvimento socioeconômico do país.” Como “Visão” da instituição IPHAN, consta que deva ser “dotada de carreira de estado, qualificação técnica e estrutura funcional **para atender as demandas da sociedade.**” (grifo nosso).

Se a demanda é a consideração dos afetos, das emoções, do que é vivido no dia a dia, do que acontece espontaneamente, cabe ao IPHAN organizar-se para atender a esses anseios, o que é possível, vez que a compor seu Conselho Consultivo estão outros ministérios.

Quando se trata de licenciamento ambiental, atualmente, há uma Coordenação Nacional de Licenciamento, na qual é assegurada a presença do IPHAN diante de um caso que envolva patrimônio cultural⁹³. Da mesma forma que o IPHAN foi, ainda que de forma tardia, mas finalmente, incluído na referida coordenação, seria o caso de, ao menos, articular-se previamente com outros ministérios quando da discussão de registrabilidade de bens culturais imateriais para evitar que os problemas envolvendo o uso de bens produzidos pela natureza, a permanência no território, entre outros, sejam encaminhados para solução pós-registro.

Nos documentos elaborados pelos técnicos, muitas vezes consta menção a determinado ponto frágil como é o caso, por exemplo, da necessidade de licença ambiental para a extração da matéria-prima na elaboração dos instrumentos musicais que compõem o “Fandango Caiçara”, registrado como “Patrimônio Cultural do Brasil”, no Livro das Formas de Expressão. Tal ponto fica para ser decidido *a posteriori*, por meio dos planos de salvaguarda, que, conforme informa o IPHAN, são conduzidos anos depois da titulação de registro.

Jurema Machado também entende que a atuação do IPHAN não deveria ser reativa, agindo apenas “apagando incêndios”, sendo necessário encontrar no Sistema Nacional de Patrimônio, as ferramentas para o pleno funcionamento sem que a atuação aconteça apenas nos momentos emergenciais, sob pressão. (IPHAN, ATA DA 71ª REUNIÃO, 2012).

⁹³ Objeto da Portaria Interministerial 419/2011.

Na obra de Guanais e Queiroz (2016), consta quadro em que informa o estágio de cada processo, mencionando que os planos podem estar em fase de implementação, consolidação ou estabilização. Percebe-se, pois, como dito algumas vezes nesta tese, que a sua execução não é imediata, mesmo tendo as principais ações sido tratadas quando das primeiras conversas com a comunidade ou da elaboração do dossiê de registro do bem.

Transcrevemos algumas linhas do supracitado quadro para demonstrar a sistematização das informações, mas sem, com isso, detalhar, pois, como dito, não há como ter a informação detalhada, a não ser que se faça uma consulta ao IPHAN, indagando pontualmente acerca de cada processo:

Tabela 1: Situação dos Processos de Registro

Bem Registrado	Salv guarda pós-registro	Gestão do Pontão/Plano de Salv guarda	Comitê Gestor	Andamento da avaliação	SE Envolvida
Ofício das Panel eiras de Goiabeiras - ES	Ações pontuais	-	-	Precisa fazer trabalho de campo para complementar avaliação preliminar	ES
Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi - AP	Plano de Salv guarda formalizado e em implementação – Estabilização	ONG	Formado	Atualizar avaliação e monitoramento	AP
Viola de Cocho – MS e MT	Planos de Salv guarda em processo de elaboração	Governo do Estado e Municipal	Em formação em MT; formado em MS	Atualizar avaliação e monitoramento	MS e MT
Cachoeira de Iauretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri - AM	Planos de Salv guarda em processo de elaboração	Associação dos detentores do saber registrado	Em formação	Atualizar avaliação e monitoramento	AM
Feira de Caruaru - PE	Planos de Salv guarda em processo de elaboração – Consolidação	Governo do Estado	Em formação	Fazer trabalho de campo e quadro sinótipo do passivo no sentido de complementar a avaliação preliminar	PE

continua...

Continuação

Tabela 1: Situação dos Processos de Registro

Bem Registrado	Salvaguarda pós-registro	Gestão do Pontão/Plano de Salvaguarda	Comitê Gestor	Andamento da avaliação	SE Envolvida
Fandango Caiçara	-	-	-	-	SP/PR
Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe - MT	-	-	Em formação	Iniciar avaliação e monitoramento	MT

Fonte: Guanaís e Queiroz, 2016, p. 121 a 123, grifos nossos.

Os bens grifados por nós são os que analisamos no capítulo anterior. Vemos que **em nenhum deles os planos de salvaguarda foram finalizados**, sendo que a maioria já foi registrada há bastante tempo. Torna-se difícil a proteção da prática cultural quando ela carece de operativas que tocam a esfera de competência de outros órgãos, retardando o processo de efetividade das medidas tomadas pelo IPHAN.

O supracitado autor, atualmente no cargo de Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, entende que “[...] **cabe ao IPHAN reconhecer e lançar mão de suas competências, provocando e chamando à causa quem de direito, estruturando** ainda mais o DPI/IPHAN e **capacitando os seus técnicos para as novas demandas.**” (GUANAIS E QUEIROZ, 2016, p. 111, grifo nosso). E comenta:

[...] a prática tem demonstrado que a salvaguarda dos bens registrados **só poderá ser realmente exitosa a partir da articulação institucional e política integrada, com ações voltadas para o desenvolvimento de programas e projetos nas quais diversas instâncias do poder, federais, estaduais e municipais**, buscando-se, cada vez mais, ações de salvaguarda integradas, implementadas e geridas com a participação das bases e segmentos sociais diretamente interessados. Deste modo se terá uma política essencialmente democrática e participativa. (GUANAIS E QUEIROZ, 2016, p. 108, grifo nosso).

Nesse papel articulador, mediador, entendemos que o IPHAN parece avançar ao implementar mais uma ferramenta jurídica de proteção, a Chancela da Paisagem Cultural, que tem como cerne o estabelecimento de pactos entre diversos agentes. Segundo Márcia Chuva (2011, p. 163, grifo nosso),

A noção de referência cultural, formulada nos anos 70, foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio cultural. Sem perdê-la de vista, outras noções, como a de paisagem cultural, têm se tornado importantes nesse processo. Originariamente lançada pela Unesco, **a categoria de paisagem cultural talvez seja, hoje, um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, pela ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente se associada à noção de lugar, não como uma categoria de patrimônio imaterial, mas como um dos elos pertinentes para construir um patrimônio cultural integral.**

A falta de menção ao planejamento conjunto ou mesmo à tomada de decisões que conte com a presença de mais de um ministério, por se tratar de um objeto que diga respeito a competências que extrapolam as do IPHAN e as do próprio Ministério da Cultura, poderia já estar superada, uma vez que, desde 2009, temos esse novo instrumento jurídico de acautelamento e que contempla formas que podem ser consideradas mais integradoras de preservar e gerir bens patrimoniais culturais.

Nesse sentido, a eficácia da chancela da paisagem cultural depende necessariamente do “estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada” (artigo 4º da referida Portaria), o que demonstra possibilidade de mudança no posicionamento do IPHAN diante de questões complexas como é o caso de bens culturais.

A regulamentação da chancela ocorreu em 2009 e mesmo que o instrumento ainda não tenha sido aplicado pelo IPHAN até o momento, já se tem, na letra da lei, a demonstração da importância, ou melhor, da imprescindibilidade do chamamento de outros órgãos e agentes culturais, que não apenas o Ministério da Cultura, para a gestão compartilhada de bens complexos, como o são os bens culturais imateriais e também a aliança entre natureza e cultura na proteção do patrimônio cultural.

E não é só na Portaria nº 127/2009/IPHAN que consta a partilha de responsabilidades quanto à gestão de bens culturais. Em 2012, a Emenda Constitucional nº 71 acrescentou o artigo 216-A à Constituição Federal de 1988, dispondo sobre o Sistema Nacional de Cultura – SNC⁹⁴. O SNC se apresenta como o

⁹⁴ “Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade,

principal articulador do PNC, que, por meio da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, regulamentou o parágrafo 3º, do artigo 215 da Constituição. No que tange ao patrimônio cultural, o SNPC, inserido no âmbito do SNC, propõe formas de relação entre os entes federativos, ou seja, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, para que possam dialogar e articular a gestão do patrimônio cultural. Os eixos considerados importantes pelo IPHAN são coordenação, regulação e fomento.

Nesse sentido,

busca-se definir a instância coordenadora para **garantir ações articuladas e mais efetivas**; [...] **estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação**; e [...] incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional, fortalecer ações coordenadas em projetos específicos. (IPHAN, 2014, grifo nosso).

Dito de outra maneira, apesar das iniciativas institucionais, as questões socioambientais inerentes à gestão decorrem justamente da concepção de estrutura criada e que atribui competências específicas a instituições culturais sem que haja diálogo ou atuação em parceria.

Não se atenta, assim, ao fato social contido em cada prática cultural, uma vez que não se valoriza a relação existente entre os elementos naturais e culturais que dizem respeito, em última análise, aos valores atribuídos pelos produtores dos bens culturais às suas manifestações.

A separação entre natureza e cultura está presente histórica e culturalmente apenas no seio da sociedade ocidental, que segue uma lógica europeia no campo do patrimônio. Por essa razão, também está presente no âmbito do IPHAN e entre os

tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. § 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: I - diversidade das expressões culturais; II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais; III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; VII - transversalidade das políticas culturais; VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; IX - transparência e compartilhamento das informações; X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.”

ministérios, vindo verticalmente de cima para baixo e envolvendo todo o corpo técnico de cada órgão, seja na área cultural, seja na ambiental.

A transversalidade do patrimônio cultural decorre naturalmente de sua prerrogativa constitucional que permeia todas as gerações ou dimensões como direito fundamental. Presentes nas diferentes dimensões dos direitos fundamentais, já anteriormente mencionadas: nos direitos civis e políticos (primeira dimensão); nos sociais, econômicos e culturais de cunho coletivo (segunda dimensão); nos referentes ao meio ambiente (terceira dimensão); e nos atinentes à democracia e ao pluralismo (quarta dimensão), os direitos culturais justificam a atuação prévia do IPHAN de forma organizada e articulada com outros órgãos ou, ainda, o alargamento de suas atribuições no que diz respeito ao trato do patrimônio cultural para que efetivamente garanta ao sujeito o seu exercício pleno.

Qual mensagem é passada e qual deveria ser passada por meio de políticas públicas patrimoniais culturais? Meneses (1995, p. 94, grifos do autor) propõe que se pense a respeito do assunto como uma *dimensão* da vida social “[...] as políticas culturais devem dizer respeito à *totalidade da experiência social* e não apenas a segmentos seus privilegiados.”

Para esse autor, a dimensão cultural da vida social não deveria ser objeto de “diretrizes e estratégias para ação de órgãos e áreas culturais, destinadas ao uso de órgãos e áreas culturais e respectivos públicos” (MENESES, 1995, p. 94) e

o importante seria saber, não qual política de uma Secretaria ou de um Ministério da Cultura, para os teatros, a música, o cinema, a literatura, o patrimônio cultural, os museus e arquivos, o folclore, a culinária tradicional, o artesanato, o lazer e os espetáculos populares, etc. etc. – mas **qual a *dimensão cultural* nas políticas de habitação, de saúde, transportes, na política econômica, administrativa ou previdenciária e assim por diante.** [...] (MENESES, 1995, p. 95, grifo nosso).

A cultura presente, portanto, em todas as dimensões, demonstrando que faz parte de todas as gerações de direitos, da primeira à quarta, como já posto aqui. Se vista apenas como atribuição de um determinado órgão, corre o risco de não abarcar toda sua complexidade.

Outros autores partilham do mesmo modo de ver, como é o caso de Isaura Botelho (2001, p. 76), que afirma que “[...] quase sempre são os militantes da área cultural (criadores, produtores, gestores, etc.) os únicos a defender a ideia de que a cultura perpassa obrigatoriamente todos os aspectos da vida da sociedade [...]”.

Diz, ainda, a supracitada autora que

[...] a cultura, em sua dimensão antropológica, não é uma responsabilidade específica do setor governamental dela encarregado: **ou ela é uma diretriz global de governo, ou não poderá existir efetivamente como política específica.** (BOTELHO, 2001, p. 76, grifo nosso).

A presença da cultura enquanto dimensão que permeia todos os aspectos da vida não é considerada na Modernidade, que instaurou o paradoxo:

[...] identificamos, com o desenvolvimento tecnocientífico moderno, exaustivamente, os infinitesimais substratos materiais da realidade, **mas perdemos, em proporção direta, a capacidade de apreensão do significado dessa realidade.** (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1102, grifo nosso).

Não se trata de tarefa fácil, muito menos diante das separações disciplinares que a Modernidade criou, na qual encaixamos os assuntos, as matérias, os conhecimentos, as especialidades, as competências. No entanto, nada impede que nos forcemos a imaginar um cenário mais integrador para o trato da questão, que, como vimos, gera uma série de problemas socioambientais que ficam à espera de acordos políticos.

Aceitar que a cultura permeie todos os setores da sociedade e seja mobilizada não só por agentes estatais, mas também por detentores e produtores de bens culturais imateriais, exige uma boa dose de elasticidade no sentido de compreender o campo do patrimônio como gerador de conflitos e tensões que depende da modificação do discurso para algo mais integrador.

Reiteradamente afirmamos e demonstramos que natureza e cultura são tratados separadamente, seja no interior da estrutura do IPHAN, seja no âmbito ministerial. Assim, “[...] a formulação de uma política cultural democrática [...] implica uma atuação necessariamente mais ativa e abrangente do Estado.”

(FONSECA, 2005, p. 47).

Para Calabre (2007, p. 100), “qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, e com a cultura não ocorre diferente.” E prossegue dizendo que “as ações públicas têm que demonstrar minimamente coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática.” Para ela, “[...] o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho.” E também menciona que “a base de um novo modelo de gestão está no reconhecimento da diversidade cultural dos distintos agentes sociais e na criação de canais de participação democrática.” (CALABRE, 2007, p. 101).

Para tanto, os valores culturais, expressos na afetividade da sociedade para com determinados bens culturais, devem ser respeitados, reconhecidos e protegidos, uma vez que, “no caso do patrimônio, os valores não econômicos [...] estão inscritos na própria coisa, em função de seu agenciamento físico-material, e só podem ser captados através de seus atributos.” (FONSECA, 2005, p. 40).

Na opinião de Fonseca (2005, p. 220), “[...] dificilmente o universo do patrimônio se tornará realmente representativo da diversidade cultural brasileira enquanto persistirem os atuais procedimentos para seleção de bens.” Há, conforme a referida autora, “[...] uma **forma fechada e altamente centralizadora na tomada de decisões** [...]” (FONSECA, 2005, p. 221, grifo nosso).

Além disso, “[...] a persistirem os critérios tradicionais de valoração, que dão ênfase aos aspectos formais e à dimensão estética dos bens, dificilmente o patrimônio [...] poderá adquirir uma significação social mais ampla [...]” (FONSECA, 2005, p. 221).

Desde a concepção dos direitos culturais, “[...] não tem mais sentido que os agentes institucionais se considerem os únicos porta-vozes dos interesses da sociedade [...]” (FONSECA, 2005, p. 222), devendo almejar a “[...] coletividade nacional. Não uma coletividade harmônica e artificialmente representada, mas o lugar onde se manifestam identidades múltiplas, diferenças, desigualdades e conflitos.”

(FONSECA, 2005, p. 224).

A visão da natureza como algo inerte parece, da leitura de Felipe Vander Velden e Marilyn Cebolla Badie (2011), ter sido abandonada, uma vez que o sujeito da Modernidade, observador e conhecedor da natureza, passa a interagir com o ambiente, transformando esse em muito mais do que pano de fundo para suas ações. Nas palavras dos referidos autores: “Enfim: os homens (e todos os demais seres) se movem junto com o ‘meio’ em que vivem; mas não vivem *nele*, senão *com* ele (Ingold, 2000).” (VELDEN; BADIE, 2011, p. 6, grifo do autor).

Ponderando sobre essa integração, Scifoni (2012, p. 175) entende que “é preciso esclarecer de forma definitiva e incisiva que o patrimônio natural implica entendimento da natureza como parte do legado cultural a ser deixado às futuras gerações.”

As operativas do IPHAN merecem, portanto, revisão. Com relação aos Livros de Registro, a partir da leitura das resoluções do IPHAN acerca dos procedimentos de registro e revalidação, especialmente do “Roteiro Básico de Pesquisa para Revalidação do Bem Cultural Imaterial” (anexo à Resolução nº 1/2013, do IPHAN), alguns outros problemas se destacam, a nosso ver, além dos já comentados.

Notamos que o sentido de imaterialidade, mesmo após um pouco mais de dez anos das primeiras experiências com o registro, continua dissociado da materialidade, uma vez que não consta menção aos elementos tangíveis que também compõem bens culturais imateriais. O referido documento não traz uma orientação sequer sobre esses componentes naturais.

Também constatamos que não há, nos procedimentos mencionados, referência a um maior diálogo do IPHAN com outras instituições envolvidas no registro e na revalidação dos bens como patrimônio imaterial, o que pode, no nosso entendimento, tornar pouco eficaz a proteção pretendida. Exemplo disto seria a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas, bem como a tomada de decisões em conjunto com outros ministérios, além do Ministério da Cultura, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma vez que, mesmo diante de

bens culturais imateriais, existe a presença de elementos tangíveis como os bens produzidos pela natureza, o território ocupado pelas pessoas ou pelos grupos formadores da sociedade brasileira envolvidos intimamente com as práticas culturais registradas como “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Ademais, percebe-se o quanto há fragmentação no fato de o IPHAN ser credenciado pelo CGEN, órgão de caráter deliberativo e normativo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente para autorizar instituições nacionais, públicas ou privadas, a acessar o CTA, para fins de pesquisa científica, sem perspectiva econômica ou comercial. Entretanto, a parceria, no que tange aos bens culturais imateriais, que, assim como os saberes atrelados ao patrimônio genético, contêm elementos tangíveis, aparece de forma pouco comentada nos Livros de Registro. Esses componentes tangíveis são bens produzidos pela natureza, paisagens, territórios e, para uma gestão mais plena do patrimônio cultural, faz-se imprescindível que outros ministérios, além do Ministério da Cultura, atuem.

Ainda “falta a integração dos grupos com os órgãos públicos, para que tais procedimentos reflitam uma vontade coletiva” e isso aparece em experiências em nível estadual e municipal⁹⁵, como, por exemplo, o destombamento do “Parque Lage” três anos depois de ter sido tombado para a realização de empreendimento imobiliário e a demolição do “Magazine À Torre Eiffel”, ambos no Rio de Janeiro, apesar de toda a movimentação da sociedade civil contra tais atos. (COELHO, O., 2013, p. 58).

Vasques⁹⁶ entende que o papel mediador do IPHAN foi trazido à tona. Nesse sentido, conforme nos informou,

[...] durante a pesquisa a gente já faz a atuação, já direcionada para o que chama de salvaguarda, embora toda política seja chamada de salvaguarda, salvaguarda das ações, apoio, fomento, então, esses tipos de coisa nas ações de salvaguarda. Normalmente, todas essas instruções de processo elas pressupõem reuniões com os grupos, com as comunidades, onde são levantadas as questões, os problemas de todas as ordens, inclusive, nesse sentido. É natural, do que já está em vias de desaparecimento, que tenha

⁹⁵ A maneira como governadores e prefeitos conduziam a preservação cultural fez com que se produzisse o “Compromisso de Brasília”, em 1970, atendendo ao chamado do então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho.

⁹⁶ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

dificuldades para recolher material que usa, enfim, todas essas questões, inclusive outras também, às vezes que envolvem comercialização. E isso vai ser, quando chega ao final do processo de instrução, a gente faz umas diretrizes e consolida essas questões todas, da parte da comunidade, da parte dos gestores, da parte dos órgãos públicos e quem mais tiver envolvido com aquilo, que a gente teve acesso e levantamos e consolidamos na forma de diretrizes de salvaguarda.

Prossegue Vasques⁹⁷, comentando a respeito das ações de salvaguarda:

Assim que sai o registro, inicia esse processo com os grupos, sendo que o Iphan seria o mediador porque, no final desse processo, há uma série de questões que diz respeito à cultura, à preservação e outras que não, que têm a ver com [...] questões econômicas de **comércio**, questões relacionadas ao **turismo**, questões relacionadas à **educação**, questões relacionadas à **previdência social** e por aí vai, então, na verdade, **o Iphan seria um mediador**, para ver como se articulam essas demandas para se começar a conseguir a atendê-las nos os canais adequados [...] (grifo nosso).

Porém, categorias, incluindo sociedade civil, detentores e produtores de bens culturais, precisaram ser apreendidas (SCOTT, 1998):

[...] sujeitos são, de fato, agentes. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, exercendo a vontade livre, mas sim sujeitos cuja atuação é constituída através de situações e status que lhes é conferido. Ser um sujeito significa ser “sujeito para definir condições de existência, condições de atributos e condições de exercício. [...] o social e o pessoal estão imbricados um no outro e ambos são historicamente variáveis. (SCOTT, 1998, p. 320 e 322).

Além das pessoas que entrevistamos – quase todas ainda integram o quadro do IPHAN –, em eventos, como o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado de 13 a 18 de dezembro de 2009, em Ouro Preto, Minas Gerais, os problemas inerentes à gestão do patrimônio cultural foram discutidos em busca de melhoria na atuação do IPHAN. Em seu endereço eletrônico, o IPHAN disponibiliza os trabalhos realizados, fruto de várias sessões temáticas e mesas redondas. Durante o referido Fórum foram realizadas apresentações que vão ao encontro de nosso entendimento acerca do que consideramos desafios a serem enfrentados na gestão do patrimônio cultural imaterial.

Meneses (2012, p. 26), em sua fala, chamou a atenção para a necessidade de se ter uma “atitude crítica em relação a certas premissas que devem orientar a atividade no campo do patrimônio cultural e que acabam por se desgastar, se banalizar ou se

⁹⁷ VASQUES, Cláudia. Entrevista [28 de maio, 2015]. Brasília, sede do IPHAN. Entrevista concedida a Daniele Maia Teixeira Coelho.

perder em desvios” e citou como exemplo, por meio da fala do então presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, a figura de Carlos Drummond de Andrade quando Ouro Preto ganhou o título de Monumento Mundial: “Qualquer dia Ouro Preto vira monumento interplanetário e continuará com os mesmos problemas.” (MENESES, 2012, p. 30), demonstrando sua preocupação com questões não resolvidas do cotidiano de bens culturais, que muitas vezes parecem se perder diante de deliberações consideradas mais importantes, como as da UNESCO.

Assim, ainda que seja importante a atuação do IPHAN no acautelamento de bens culturais imateriais, o registro e a revalidação podem não ser eficazes se desconsiderados e desconectados com relação aos demais aspectos inerentes à proteção de determinada manifestação cultural.

Apesar da separação em categorias estanques, a relação entre a tangibilidade e a intangibilidade de um mesmo bem é evidente e não observar esse fato significa, em nossa opinião, gerar políticas públicas culturais patrimoniais que podem não ser eficazes, por não retratarem os desejos da comunidade produtora e detentora do bem cultural, que vê a sua manifestação ou expressão cultural de forma mais abrangente do que apenas a sua execução. Isso diz respeito também à identificação do destinatário de todo esforço de proteção de bens culturais imateriais e dos motivos pelos quais se julga importante alcançar tal proteção.

No caso do “Fandango Caiçara”, os planos ou ações de salvaguarda, elaborados com a comunidade tradicional caiçara, tocaram nesses delicados pontos ao mencionarem a importância da realização de encontros para incentivar o espírito do mutirão pelo caráter coletivo, do investimento em educação (para todos, de escolas a oficinas), do reconhecimento do território, da adequação da legislação ambiental para que se possa legalmente usar a matéria-prima (COELHO, D., 2013). No entanto, como vimos no quadro trazido pelo Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, não houve a tomada de qualquer ação de salvaguarda até o momento, tendo o registro sido concedido há mais de quatro anos.

Posto dessa forma e pensando na necessidade de continuidade da manifestação cultural enquanto referência para que venha a ocorrer a revalidação (além do interesse

e anuidade da comunidade produtora e detentora), questionamo-nos acerca da justificativa de proteção dessa prática cultural se não forem promovidos direitos a ela associados.

Ainda que o IPHAN não tenha competência para garantir, sozinho, acesso à matéria-prima e reconhecimento do território habitado pela comunidade tradicional caiçara, parece-nos que deveria haver a participação de outros ministérios para adotarem uma gestão compartilhada, como, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente, no que tange aos bens produzidos pela natureza (a madeira é essencial para a fabricação dos instrumentos musicais) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no que concerne ao território tradicionalmente ocupado e importante para a identidade e memória dos caiçaras.

Como sabemos que esse tipo de composição depende de uma série de fatores, sendo política a sua base, consideramos interessante pensar a respeito do alargamento das competências do IPHAN, quando se tratar da tomada de medidas atinentes à proteção do patrimônio cultural imaterial.

Há base legal para tal caminho. Pelo Princípio da Gestão Patrimonial Cooperativa, citado por Soares (2009, p. 160), como princípio jurídico do patrimônio cultural,

[...] o Poder Público [pode atuar] em cooperação entre si (com os outros órgãos da Administração Pública nos níveis federal, estadual e municipal), com as organizações privadas, organizações não-governamentais, associações e com diversos grupos que integram a comunidade, no sentido de promover e proteger o patrimônio cultural.

O chamamento de outros ministérios para a atuação integrada demonstra a transdisciplinaridade inerente à proteção do patrimônio cultural, como expõe Soares (2009, p. 161):

[...] o Poder Público pode exigir, em determinados casos, a interação e a atuação de diversas áreas do conhecimento e de órgãos públicos com atribuições específicas, com a finalidade de tutelar efetivamente o bem cultural e realçar suas funções no Estado democrático brasileiro.

Como todos os componentes da Administração Pública, o IPHAN possui suas competências atribuídas pela legislação vigente. No entanto, nada impede que se altere sua redação de modo a ampliar seus poderes no que tange, apenas, ao caso de tomar medidas para garantir plenamente a proteção dos bens imateriais que registra, sem ter que depender de acordos políticos com outros ministérios. Isto porque a cultura é transversal e permeia, como vimos, todos os direitos, sendo denominador comum para que se exerça a cidadania e para que a dignidade humana seja respeitada.

Mesmo sem promover uma alteração na competência dos órgãos, como dissemos ao longo da tese, seria possível, já no momento da realização das reuniões do Conselho Consultivo, delegar atribuição ao IPHAN, pois, em sendo a matéria patrimonial de competência comum dos integrantes da Federação, por meio dos artigos 12 e 13, III da Lei no. 9.784/99⁹⁸, os demais órgãos poderiam delegar suas atribuições ao IPHAN.

Guanais e Queiroz (2016, p. 161, grifo nosso) afirma, nesse sentido, que a dinâmica dos processos vem “[...] exigindo do Órgão, cada vez mais, **exorbitar a sua competência legal e regimental** no sentido de buscar discutir e construir entendimentos para a **efetiva proteção** dos bens registrados.”

Um dos casos em que os limites de competência de cada órgão se mostrou maléfica ao bem cultural imaterial foi o do “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras”, vez que havia um problema envolvendo a matéria-prima, a destinação do barreiro, que poderia virar aterro sanitário e impedir a continuidade da prática cultural.

O ofício acima mencionado envolve a fabricação manual de panelas de barro, com a utilização de argila sempre da mesma procedência e outros bens produzidos pela natureza, como a casca do mangue-vermelho, extraídos na localidade do Vale do Mulembá, na Ilha de Vitória, e nas proximidades.

⁹⁸ “Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial. [...]”

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: [...]”

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.” (BRASIL, 1999).

Uma vez que o barro não é recurso renovável, o IPHAN teve que buscar a compreensão dos detentores e produtores desse bem cultural imaterial, no sentido de conscientizá-los de que um trabalho sustentável deveria ser feito na localidade para que a extração fosse mais comedida e respeitasse a recomposição do ecossistema. O órgão ambiental estadual foi acessado pelo IPHAN para que um programa de educação ambiental pudesse ser implementado visando preservar a margem do manguezal (nela, os feitores depositam a lenha e queimam as panelas) e fossem adotadas outras medidas.

Esse caso ocorreu muitos anos antes da implementação da Coordenação Nacional de Licenciamento, por meio da qual ao IPHAN é garantida a presença quando houver licenciamento envolvendo patrimônio cultural. No entanto, ele demonstra a falta de articulação e integração entre os integrantes da Administração Pública Federal e a necessidade de se repensar esse modelo de modo a torná-lo garantidor dos direitos culturais.

Sozinho, o IPHAN não consegue dar conta da questão. Isso é fato. Vemos duas soluções para que questões socioambientais, como as que vêm ocorrendo nos processos de registro de bens culturais imateriais, não se repitam: chamar à mesa os demais envolvidos e criar parcerias reais e concretas antes do registro ou ampliar as atribuições do IPHAN para agir em nome da dimensão cultural, ainda que se tenha aspectos relacionados à competência de outros órgãos, mas que, diante do elemento cultural, cedem espaço para a atuação do referido instituto.

Honório Nicholls Pereira (2012) elencou dados constantes da “Pesquisa sobre o Quadro do Patrimônio Cultural” (elaborada pelo IPHAN em 2008) que corroboram com nossas inquietações: há muitos atores com poder de decisão no setor e nossas instituições não conseguem atender a todos os interesses, demandas e expectativas difusos; pela Constituição Federal de 1988, a competência é concorrente nos âmbitos federal, estadual e municipal, o que gera conflitos ou omissões (em havendo sobreposição de atuação ou nenhuma); há falta de planejamento integrado de investimentos e não são traçados objetivos comuns a médio e longo prazos; na tentativa de atender às reivindicações do setor, nossas instituições agem por si próprias, sem norte e sem definir prioridades; temos legislações e diretrizes diversas

que podem inclusive conflitar e são aplicadas por agentes do setor de forma independente; não temos um plano, um acordo para uma ação integrada e conjunta.

Quanto mais refletimos sobre o assunto, mais entendemos que muitos problemas parecem decorrer primordialmente do tratamento separado entre natureza e cultura e suas derivações que estão disseminados na forma como as estruturas ministeriais foram concebidas e que decorre de um modelo validado por organismos internacionais como a ONU.

Novamente, citamos Pereira (2012, p. 191 e 192), que foi categórico ao comentar o que seria uma mudança estrutural: “as antigas estruturas hierarquizadas e unitárias, que definiam as políticas públicas, **precisam ser substituídas por outras estruturas decisórias – policêntricas, polifônicas e compartilhadas.**” E, nessa reestruturação, a articulação dos ministérios e dos entes federativos nas esferas legislativa e executiva, principalmente, das instituições não poderá ficar de fora, vez que há assuntos que se entrelaçam dado o “**caráter difuso, interdisciplinar e interinstitucional**” do patrimônio cultural (PEREIRA, 2012, p. 191 e 192, grifo nosso).

Fundamental, parece-nos, portanto, dialogar e encontrar espaço para o planejamento integrado e a tomada de decisões conjunta, com vistas à efetiva proteção concorrente ao patrimônio cultural brasileiro como ditame constitucional. Ou mesmo o alargamento das competências do IPHAN na proteção do patrimônio cultural imaterial, sabendo que essa opção seria trilhada por um caminho mais longo, no entanto, não impossível.

Outras mudanças institucionais são vitais, como a de perspectiva, por exemplo. O IPHAN deveria rever seus procedimentos. Assim, no processo de registro e revalidação, o valor a ser considerado é a referência cultural, valor atribuído não pelo poder público, mas pelo conjunto da sociedade na produção de suas relações sociais. O deslocamento para a sociedade – ou para a multidão, em termos espinosistas –, e, especificamente, para a comunidade produtora e detentora de determinado bem cultural imaterial, desde a Constituição Federal de 1988, tem lugar de destaque na construção da proteção do patrimônio cultural do país.

Sendo um fato, uma construção social, o campo do patrimônio instituído requer o alargamento da maneira de lidar com questões que lhe são inerentes para que seus instrumentos de gestão possam ser eficazes.

Os instrumentos de acautelamento do patrimônio cultural imaterial são importantes e demonstram vontade e responsabilidade por parte do IPHAN em atender aos ditames constitucionais no que diz respeito ao papel da sociedade brasileira, mas, dissociados dos demais aspectos presentes em qualquer bem cultural imaterial, podem não vir a alcançar sua eficácia, perdendo uma oportunidade concreta de atuarem na construção de políticas públicas mais integradas, que lidem com os diversos problemas enfrentados pela comunidade produtora e detentora. Isto porque, caso deseje a revalidação, competirá à comunidade realizar o compromisso quanto à continuidade da manifestação cultural objeto de registro sendo que, na prática, poderá esbarrar, se não receber o suporte necessário para promover toda uma rede de articulações, nas questões socioambientais aqui apontadas e que demonstram necessidade de revisão dos procedimentos de gestão do patrimônio cultural imaterial.

Essas questões socioambientais decorrem de algo que precede à existência do IPHAN e dizem respeito à separação entre natureza e cultura que, na prática, em nossa opinião, repercutem no tratamento de bens culturais materiais e imateriais.

Na opinião de Lia Mayumi (1999, p. 141, grifo nosso), “**apesar dos substanciais avanços [...] não se pode afirmar que esse sistema [protetivo] é capaz de executar e realizar de maneira eficaz os objetivos a que se propõe.**” Ainda segundo essa autora, as instâncias federativas “[...] atuam como ele **de forma pouco democrática** e sem o apoio da sociedade, a quem não é atribuído papel ativo ou responsabilidade de espécie alguma em todo o processo de preservação, desde a seleção até a conservação.” (MAYUMI, 1999, p. 141, grifo nosso).

Esperamos ter suscitado a ponderação das premissas baseadas na dicotomia entre natureza e cultura e suas derivações, especialmente, sob o ponto de vista dos produtores e detentores de bens culturais para que reflitam a mudança de paradigma trazida pela Constituição Federal de 1988. Somente com a mudança de perspectiva na execução das políticas – seja por meio da articulação do Ministério da Cultura com

outros ministérios, seja pelo alargamento de suas competências no trato do patrimônio cultural –, o sujeito do patrimônio poderá, assim, se tornar ator e não meramente objeto receptor de políticas públicas.

Entendemos que a situação atual em que se encontra a tentativa de rompimento na dicotomia natureza e cultura deve ser repensada à luz de procedimentos que auxiliem a superar e não reafirmar essa dicotomia, para que os instrumentos de proteção do patrimônio instituído, como é o caso do registro e da revalidação, possam ter eficácia e realmente se firmarem como representativos dos valores atribuídos pelos produtores ao que se chama “Patrimônio Cultural do Brasil”.

A intenção parece existir, vez que se deu o nome de “Livro dos Lugares” a um dos Livros de Registro e, mais recentemente, se criou um novo instrumento cuja aplicação depende necessariamente da aliança, do pacto, da articulação entre os diversos atores existentes. Parece que o IPHAN pode estar assinalando que reconhece que não é o foco central da questão e que ela deva ser administrada por quem de direito: o seu sujeito, que será, no dia a dia, quem lidará com a continuidade da prática cultural.

CONCLUSÃO

Dependendo do momento, como visto ao longo da tese, o discurso oficial do Estado brasileiro a respeito da cultura foi se modificando com relação ao patrimônio cultural: primeiro, buscou-se a identidade nacional e utilizou-se da figura do mestiço para construir o ideário de brasileiro, de cultura brasileira; na sequência, o ideário de igualdade entre os envolvidos foi evocado, sendo a cultura, com o viés da diversidade unificadora, produto a ser consumido e produzido por todos; mais recentemente, o pluralismo passou a permear as políticas públicas, numa afirmativa de que somos muitos e todos merecemos atenção do Estado.

O discurso adotado no Brasil é influenciado pelos pensamentos vindos da França e todo o esforço do Estado brasileiro concentrou-se, num primeiro momento, em excluir a produção cultural dos que não eram considerados cultos, na concepção de cultivar o espírito, ser letrado, estar “civilizado”.

Com a concepção antropológica do conceito de cultura, não mais se fez possível ignorar a existência de uma série de manifestações culturais antes negligenciadas. Incorporaram-se os elementos diversos e plurais à cultura e implementaram-se políticas públicas de proteção do que é considerado patrimônio cultural, na tentativa de conter um dos efeitos do próprio processo civilizatório, que é o de ocasionar a sua perda, a sua destruição.

Desde a Constituição Federal de 1988, o cotidiano e o popular passaram a constar expressamente do texto constitucional e a merecerem proteção legal, desde que sejam referência cultural aos grupos e comunidades formadores da sociedade brasileira. Foram normatizadas as operativas do Estado, demonstrando o discurso oficial na aplicação de seu entendimento, de seus interesses quanto aos instrumentos jurídicos no campo do patrimônio cultural.

Com base no objetivo desta tese – que é o de analisar em que medida a dicotomia entre natureza e cultura apresenta-se nas políticas públicas patrimoniais culturais de proteção, especialmente, de bens imateriais – vejamos as conclusões a

que chegamos em cada um dos capítulos acima, não deixando de ter em mente que nossa hipótese é a de que pelo fato de natureza e cultura terem sido consideradas como categorias separadas, essa separação se expressa nos órgãos da Administração Pública Federal e nas normativas específicas para cada uma das categorias.

A consequência disso, na nossa maneira de ver, é a construção de políticas públicas que reafirmam essa separação e, quando aplicadas, não conseguem efetivamente proteger o patrimônio cultural em sua acepção material e imaterial, real e simbólica, natural e cultural, pois resolvem as questões socioambientais *a posteriori* e sem uma perspectiva holística.

No Capítulo 1, respondemos ao questionamento que fizemos na Introdução a respeito de como as categorias de natureza e cultura foram construídas, trazendo o entendimento de vários autores acerca do hiato entre as mesmas, bem como da perspectiva de aproximação entre elas. Demonstramos, ainda, que a separação entre natureza e cultura adveio da cientificidade da Era Moderna, que estruturou o pensamento em categorias estanques, especializou o conhecimento e utilizou-se da polarização de conceitos.

No Capítulo 2, verificamos que a dicotomia entre natureza e cultura estava presente desde as origens do conceito de patrimônio e dos fundamentos da seleção dos bens culturais registrados pelo IPHAN. Ainda nesse capítulo, vimos como o patrimônio cultural passou a ser utilizado pelo Estado para afirmação de valores. Afetos, anseios, desejos envolvidos foram comentados para que pudéssemos nos aprofundar no sujeito do patrimônio, que foi objeto do Capítulo 4.

Como consequência, a construção do discurso oficial, por meio dos instrumentos jurídicos denominados tombamento, INRC, registro, paisagem cultural, advieram, como vimos no Capítulo 3, da visão de que as categorias natureza e cultura deveriam ser tratadas separadamente, haja vista a existência de uma estrutura institucional e legislativa separada no tratamento dessas categorias. Ainda no Capítulo 3, discorreremos sobre os procedimentos que envolvem a aplicação dos instrumentos jurídicos pelo IPHAN, inclusive pela análise de imagens de alguns bens culturais imateriais já registrados, respondendo à indagação que levantamos na Introdução

sobre como aparecem as categorias natureza e cultura nas operativas do Estado, no que tange às políticas públicas com vistas à proteção do patrimônio cultural.

Também procuramos responder ao questionamento acerca de como, nos bens culturais imateriais registrados até o momento, as questões socioambientais referentes aos elementos naturais inerentes às práticas culturais foram tratadas em termos de proteção jurídica.

No Capítulo 4, abordamos a dicotomia entre natureza e cultura na atuação do IPHAN e problematizamos o sujeito do patrimônio. Vimos, ademais, complementando os capítulos anteriores, como se dá a seleção dos bens culturais imateriais a serem registrados pelo IPHAN, respondendo questões formuladas a respeito da própria finalidade das normativas, tendo em vista a perspectiva de alguns autores no sentido de que a ativação patrimonial seria distinta da afetiva.

Isso nos permite afirmar que a dicotomia entre natureza e cultura apresenta-se nas políticas públicas patrimoniais culturais de proteção, especialmente, de bens imateriais e advém da construção dos conceitos enquanto categorias separadas, seja pela existência de diversos órgãos da Administração Pública e legislação específicos sobre cada um dos temas, seja pela mentalidade dos próprios operadores do IPHAN, autarquia federal responsável pelo registro.

Ao termos tomado por hipótese o fato de que natureza e cultura teriam sido construídas enquanto categorias separadas, concluímos que esta separação também se expressa nos órgãos da Administração Pública Federal e nas normativas específicas para cada uma dessas categorias, conforme demonstrado pela linha de pensamento, adotada na fundamentação da legislação existente, na aplicação prática desta legislação, nas imagens feitas dos bens culturais imateriais analisados, assim como no posicionamento dos entrevistados, que atuam no campo do patrimônio há muitos anos.

Há, portanto, uma constante reafirmação da separação entre natureza e cultura, o que faz com que as políticas públicas decorrentes dessa dicotomia, quando aplicadas, não consigam efetivamente proteger o patrimônio cultural em sua acepção

material e imaterial. Comprovamos esse entendimento por meio da análise das atas do Conselho Consultivo do IPHAN (que decide sobre o registro dos bens culturais), dos planos de salvaguarda mencionados nos processos de registro, da literatura especializada e das entrevistas que realizamos.

Nesse sentido, apesar de o IPHAN vir paulatinamente ampliando seu horizonte no trato da questão, acreditamos, em razão do que constatamos nesta tese, que ainda há desafios a serem enfrentados na formulação de políticas públicas para que essa separação deixe de ser reafirmada e, quando vierem a ser aplicadas, consigam efetivamente proteger o patrimônio cultural imaterial vivido em sua plenitude, por meio de uma atuação mais abrangente, que considere os aspectos socioambientais envolvidos, dê espaço para a participação da sociedade e garanta os direitos inerentes ao bem que se quer proteger.

Um aspecto importante que ressaltamos diz respeito ao momento mais oportuno de análise da registrabilidade do bem imaterial, quando já seria possível invocar a presença de mais atores, como é o caso de outros tantos órgãos componentes do Poder Executivo, cuja atribuição tangencia o campo do patrimônio cultural, vez que possuem voto no Conselho Consultivo do IPHAN e sentam à mesa no momento dessa decisão. Tal medida poderia construir soluções mais integradas e *a priori*, visto que tomadas em conjunto e levando em consideração os elementos naturais e culturais presentes no bem cultural imaterial analisado, evitaria conflitos socioambientais que geralmente já estão presentes e são discutidos apenas após a concessão do registro.

Ainda que seja mais difícil, pois envolve vontade política e alteração de legislação, ponderamos também sobre a possibilidade de alargamento das atribuições legais do IPHAN quando diante de alguma questão que envolva a cultura e tangencie outras áreas. Nossa sugestão baseia-se no entendimento de que a cultura é transversal e permeia os demais aspectos da vida em sociedade.

Nesse contexto está o sujeito de direitos. Acreditamos que, no caso do tombamento, ainda seja o Estado a figura central – mesmo que atue em nome do interesse público –, sendo ele quem dita as regras e limita a vontade do proprietário

particular. No caso do registro, ainda que se tenha empoderado os grupos e as comunidades formadores da sociedade brasileira, detentores e produtores de práticas culturais, surge a questão acerca da possibilidade de se conciliar valor nacional com valor ou referência cultural, uma vez que a decisão de registro compete a técnicos do Estado e não à sociedade. Essas ponderações ganham força quando nos deparamos com a literatura que problematiza acerca da existência de mais de um patrimônio, sendo o ativado aquele que decorre da atuação do Estado, por meio do IPHAN, e o afetivo, aquele que acontece no seio da sociedade sem que haja exatamente uma preocupação com o seu registro.

A ativação do patrimônio tem sido comentada no sentido de que a identidade que estaria sendo construída seria um “recurso metonímico”, pois a narrativa escolhida pelo Estado não necessariamente constrói ou estrutura a identidade, sendo utópica a unificação dos anseios, dos desejos, das expectativas dos grupos ou pessoas em torno de valores que seriam comuns enquanto nação. E, levando-se em consideração que a Constituição Federal de 1988 assegurou o pluralismo jurídico, aliamos-nos à concepção espinosista de sociedade civil, entendida enquanto multidão, com poder para decidir, por si própria, sobre seus afetos, ainda que sob a intermediação do Estado e reconhecendo que há diferentes dimensões do patrimônio.

Vimos nos processos de registro que há produção de considerável material de cunho etnográfico acerca da história do bem, de modo a que fique demonstrado que ele existe enquanto prática há um bom tempo e que seus produtores e detentores desejam, ou não, perpetuar sua existência, ainda que adaptando a prática aos novos tempos, vez que se trata de um processo. Cabe ao Estado, no entanto, a decisão de ativação patrimonial. Ainda que se fale que compete ao novo sujeito manifestar seu consentimento na abertura de processo de registro e, depois, na revalidação do registro, o procedimento administrativo demonstra que não cabe a ele decidir se o bem será ou não registrado. O sujeito expressa seu desejo de ver a proteção concedida, seu consentimento de que se instaure o processo, mas não é ele quem decide e, sim, o corpo técnico do IPHAN. E não é só isso. Em tese, cabe ao sujeito mencionar, quando do recolhimento de dados para a elaboração dos planos de salvaguarda, que determinada matéria-prima ou o próprio território que habita é essencial para a continuidade de sua prática cultural, mas, na realidade, tais medidas

são tomadas quase sempre separadamente e em momento bem posterior ao registro, pois necessitam de articulação política entre ministérios.

Assim, além da questão de ter, de fato, o sujeito do patrimônio cultural imaterial, o poder de decidir sobre o andamento dos processos que abarquem práticas culturais, bem como a linguagem, a transparência na divulgação das informações acerca das operativas do IPHAN e do acesso ao conteúdo patrimonial, há, também, a questão do hiato construído em torno das categorias de patrimônio natural ou cultural, material ou imaterial, real e simbólico, que parece permear todo o campo do patrimônio cultural.

Tendo em vista que o título concedido denomina-se “Patrimônio Cultural do Brasil”, entendemos que, para chegarmos a práticas efetivamente democráticas e que reflitam os anseios de muitos e não apenas de alguns, será preciso superar essas dicotomias, de forma a que possam ser feitos novos arranjos nessa polarização hoje existente, colocando os diferentes ministérios para negociar entre si uma atuação conjunta. Ou seja, o Estado precisará superar a reafirmação que faz da separação entre natureza e cultura e suas derivações para pensar as práticas culturais como devir, ou, ainda, como força que acontece no seio da sociedade independentemente da concessão de um título.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: AZEVEDO, Paulo Ormino David de; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA: IAB, 2013.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1979.

BATISTELA, Airton Carlos; BONETI, Lindomar Wessler. **A relação homem/natureza no pensamento moderno**. 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1424_959.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural**: temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 no 1 (3), janeiro-julho/2005.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direito ambiental e teoria jurídica no final do século XX. In: VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Org.). **O novo em direito ambiental**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1998.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em perspectiva, v.15, n.2, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>>. Acesso em: 4 set. 2014.

_____. **Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 26 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=124463>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. **Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 4 set. 2014.

_____. **Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm>. Acesso em: 6 mar. 2017.

_____. **Decreto nº 6.177, de 1 de agosto de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm>. Acesso em: 6 mar. 2017.

_____. **Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 4 set. 2014.

_____. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/L13123.htm>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BRAVO, R. S., **Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios.** 7 ed. Madrid: Paraninfo, 1991.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas.** São Paulo: Saraiva, 2013.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 34, Minc - Iphan, 2011.

COELHO, Daniele Maia Teixeira. **Reflexões sobre a eficácia do registro do fandango caiçara como forma de expressão do patrimônio cultural do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-23012014-172831/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

COELHO, Olinio Gomes Paschoal. Novos atores na preservação do patrimônio. Estados, municípios e sociedade civil. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA: IAB, 2013.

CORREAS, Óscar. **Crítica da ideologia jurídica: Ensaio sócio semiológico**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: _____. (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª edição. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

_____. O Patrimônio Cultural Caiçara. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (organizador). **Enciclopédia Caiçara**, vol. V, Festas, Lendas e Mitos Caiçaras. São Paulo: Editora HUCITEC-NUPAUB/CEC, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. São Paulo: COBIO, NUPAUB, 2000.

DRUMMOND, Victor. A circularidade cultural. **Revista Científica da Escola Superior de Advocacia - Barra**, v. 003, p. 93-127, 2014.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. **Revista Historiæ**. Rio Grande, 3 (3), 09-26, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc - Iphan, 2005.

FROELICH, José Marcos; BRAIDA, Celso Reni. Antinomias pós-modernas sobre a natureza. **Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, 2010, vol. 17, nº 3.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II: complementos e índice**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **A Etnificação de Bens Culturais Indígenas**. Documento do Colóquio Guiana Ameríndia, Belém: NHII-USP/EREA-CNRS/MPEG, 31 de outubro a 2 de novembro de 2006a.

_____. **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará**. São Paulo: Iepé, 2006b.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 23, Minc - Iphan, 1994.

_____. **A sociedade sem relato**. São Paulo: Edusp, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Org.) **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%203%20-%20GON-ALVES.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, janeiro-junho, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>>. Acesso em: 3 de janeiro de 2017.

GUANAIS E QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira. O registro de bens culturais imateriais como instrumentos constitucional garantidor de direitos culturais. In: **Revista do IPAC/Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia**, ano 1, n. 1. Salvador: Secretaria da Cultura/IPAC/IPHAN, 2016.

GUIMARAENS, Francisco de. **Direito, ética e política em Spinoza: uma cartografia da imanência**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à territorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; UEDA, Vanda (org.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, Michael. **Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HEINICH, Nathalie. **O inventário: um patrimônio em vias de desartificação?** Disponível em: <http://www.revistaproa.com.br/05/wp-content/uploads/2014/PDF/PROA_Traducao_Heinich.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras da transdisciplinaridade moderna. In: **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. In: **Educação**. Porto Alegre, v. 33, n. 1, jan. /abr., 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê IPHAN 7 – Cachoeira de Iuairetê**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_iauarete_m.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. **Dossiê IPHAN – Fandango Caiçara**. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_fandango_caicara\(1\)\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_fandango_caicara(1)(1).pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. **Dossiê IPHAN – modo de fazer Viola-de-cocho**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_modofazer_viola_coch_o.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **Dossiê IPHAN - Yaokwa Povo Enawene Nawe**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Yaokwa.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. **Instrução Normativa nº 1 de 2 de março de 2009**. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_Normativa_001_2009\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_Normativa_001_2009(2).pdf)>. Acesso em: 31 maio 2015.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais. INRC 2000. Manual de Aplicação, 2000**.

_____. **Patrimônio imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/legislacao?pagina=3>>. Acesso em: 31 maio 2015.

_____. **Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: 4 set. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 2 de 6 de janeiro de 2012.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_iphan_002_2012_cta.pdf>. Acesso em: 4 set. 2014.

_____. **Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira.** Brasília: Coordenação de Paisagem Cultural, março de 2011.

_____. **Resolução nº 01 de 3 de agosto de 2006.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1383>>. Acesso em: 4 set. de 2014.

_____. **Resolução nº 01 de 18 de julho de 2013.** Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3769>>. Acesso em: 4 de set. 2014.

_____. **Roteiro Básico de Pesquisa para Revalidação do Bem Cultural Imaterial, anexo à Resolução nº 1/2013 do IPHAN.** Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3769>>. Acesso em: 4 set. 2014.

_____. **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 4 set. 2014.

JACQUES, Tatyana de Alencar. **Sobre o impacto da dicotomia natureza e cultura na Antropologia.** Revista Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, UFSC/Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2010, v. 123.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem.** Lisboa: Ed. 70, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Gestão ou gestação pública da cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Editora 34, 2013.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LOWENTHAL, David. **El passado es un país extraño**. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 1998.

LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia (Org). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAYUMI, Lia. **Monumento e autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais**. Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo “Sol e Território”, Departamento de Geografia da USP, 16 a 22 de julho de 1995.

_____. O campo do patrimônio cultural: Uma Revisão de Premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009**. Brasília, DF: Iphan, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** Petrópolis: Vozes, 2010.

NIGRO, Cinthia. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**. um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OST, François. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 70**. Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em:

<<https://rccs.revues.org/1056>>. Acesso em: 5 de jun. 2017.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes na ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, Honório Nicholls. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – SNPC. Cooperação, Compartilhamentos e Definição de Papéis. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: Iphan, 2012.

PERES, Úrsula Dias; FRACALANZA, Ana Paula; COSTA, André G. da; RIZZI, Raquel G. Estruturas de governança no setor político e a gestão participativa: dilemas e possibilidades no Brasil contemporâneo. In: ZANIRATO, Sílvia Helena (Org.). **Mobilização e mudança social: experiência de participação política na sociedade contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, 1989.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: *Cuadernos de Antropología Social de la Universidad de Buenos Aires* no 21, pp. 17-35, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2005000100002>. Acesso em: 15 jun. 2017.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. Patrimônio e cidadania. Contradições conceituais do espaço cordial. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (Organizadores). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA: IAB, 2013.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro:

IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIBEIRO, Rafael W; AZEVEDO, Daniel. Paisagem cultural e patrimônio mundial no Rio de Janeiro: caminhos e desafios para o reconhecimento. In: **Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RIBEIRO, Wagner; ZANIRATO, Sílvia. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. In: **Revista da História 158** (1º semestre de 2008).

RIBEIRO, Wagner; ZANIRATO, Sílvia; VILLAR, Pilar Carolina. Interdisciplinaridade, universidade e ambiente: dilemas da gestão e produção do conhecimento. In: **A interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. São Paulo: Manole, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: IEB/ISA, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 54, junho 1999. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Porque_e_tao_dificil_construir_teorica_critica_RCCS54.PDF>. Acesso em: 11 dezembro de 2015.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, volume 1. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SCIFONI, Simone. A desregulamentação do patrimônio natural paulista. In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. Aulas ministradas na Universidade de São Paulo, na disciplina FLG5105-1, **As cidades e o patrimônio cultural: abordagem geográfica das políticas culturais**, 2º semestre de 2014.

SCIFONI, Simone. **A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais.** Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2014.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. In: **Projeto História 16.** São Paulo: fev. 1998.

SERRES, Michel. **O contrato natural.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética.** 2. ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNESCO. **Diretrizes para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1992.** Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=es&pg=00026>>. Acesso em: 26 março 2015.

_____. **Recomendação de Nairóbi, 1976.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 07 maio 2015.

URIARTE, Urpi. **Pobreza e cultura. a luta dos pobres para permanecer morando no centro histórico de salvador.** Bahia: Cadernos ppg-au/fauufba, 2012.

VARELLA, Guilherme. **Plano nacional de cultura: direitos e políticas culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. In: **Revista CPC**, nº 13. São Paulo: nov. 2011/abr. 2012.

VELDEN, Felipe Vander; BADIE, Marilyn Cebolla. **A relação entre natureza e**

cultura em sua diversidade: percepções, classificações e práticas. Avá nº 19, Posadas dic. 2011, publicação on-line ISSN 1851-1694.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: **Mana** 12(1), 2006.

VIVEIROS DE CASTRO. **A inconstância da alma selvagem:** outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. In: **Fórum Patrimônio**, v. 5, n. 2. Belo Horizonte: jul. /dez. 2012.

ZANIRATO, Sílvia Helena. A fotografia de imprensa. In: PELEGRINI, Sandra; ZANIRATO, Sílvia Helena (Org.). **Dimensões da imagem:** interfaces teóricas e metodológicas. Maringá: Ed. EDUEM, 2005.

_____. O lugar da paisagem cultural no patrimônio. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). **Lugares:** patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

_____; TOMAZONI, Edegar Luis. Política patrimonial, uma política participativa? In: ZANIRATO, Sílvia Helena (Org.). **Mobilização e mudança social:** experiência de participação política na sociedade contemporânea. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? In: **Revista Confluências Culturais**, v. 5, n. 2, setembro de 2016. Disponível em: <<http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/321/309>>. Acesso em: 5 de junho de 2017.

_____. **Patrimônio e identidade:** retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. Texto apresentado à prova de erudição do Concurso de Livre Docência em Ciências Ambientais, EACH/USP, janeiro de 2017.

LINKS ACESSADOS:

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228/>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/496>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/495>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/497>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/498>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VioladeCochoCertidao.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2004__04__45a_reunio_ordinria__01_de_dezembro.pdf>. Acesso em: 5 de mar. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/74>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010__03__65a_reunio_ordinria__4_de_novembro.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/60>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2006__01__49ª_reunio_ordinria__03_de_ago sto.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/20120371Reuniao_Ordinaria__29_de_novem bro.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 6 set. 2017.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/217>>. Acesso em: 18 maio 2015.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 18 maio 2015.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/694>>. Acesso em: 18 maio de 2015.

Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>>. Acesso em: 18 maio 2015.